



# RELATÓRIO & CONTAS DE 2020



# RELATÓRIO & CONTAS 2020

// NÃO PARAMOS //

## A EMPRESA

// NÃO PARAMOS //



## O NEGÓCIO

// NÃO PARAMOS //



## AS CONTAS

// NÃO PARAMOS //



# ÍNDICE

// NÃO PARAMOS //

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....6

## A- A EMPRESA

1- Quem somos.....	10
1.1. Missão, Visão e Valores.....	10
1.2. Descrição, atividade e presença.....	11
1.3. Cadeia de Valor.....	13
1.4. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais.....	14
1.5. Carteira de Participações e Sucursais.....	18
1.6. Síntese de Indicadores.....	18
2- Reconhecimento / Prémios / Certificações.....	19
3- Destaques do ano / Principais acontecimentos.....	19

## B- O NEGÓCIO

1- Linhas Estratégicas.....	22
2- Enquadramento.....	25
2.1. A Envolvente.....	25
2.2. O Sector.....	30
2.3. A Regulação.....	34
3- O Negócio.....	36
3.1. Introdução.....	36
3.2. Água em Alta.....	36
3.3. Saneamento em Alta.....	41
3.4. Outros negócios.....	48
4- Sustentabilidade.....	48
4.1. Enquadramento.....	48
4.2. Stakeholders/Partes Interessadas.....	51
4.3. Gestão do Risco.....	51
4.4. Atividade Operacional.....	55
4.5. Gestão do capital humano.....	76
4.6. Financeira.....	80
4.7. Investigação e desenvolvimento / Inovação.....	84
4.8. Eventos Posteriores ao Fecho.....	89
5- Cumprimento das Orientações Legais.....	91
6- Perspetivas Futuras.....	115
7- Considerações Finais.....	116
8- Proposta de Aplicação de Resultados.....	117

## C- CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

Demonstrações Financeiras de 2020.....	120
Demonstração da posição financeira.....	121
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral.....	122
Demonstração das variações no capital próprio.....	122
Demonstração dos fluxos de caixa.....	123
Notas às Demonstrações Financeiras.....	124
1- Informação geral.....	125
2- Glossário Financeiro e Técnico.....	191

## D- ANEXOS DO RELATÓRIO E CONTAS..... 192

# MENSAGEM

// NÃO PARAMOS //



“Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.”

Caros Acionistas,

A Águas do Algarve, S.A. continua a assumir na região algarvia um papel relevante na estratégia nacional da sustentabilidade ambiental e da economia circular. O ano de 2020 ficou marcado pela presença da pandemia causada pelo COVID-19, com todos os problemas daí provenientes e com a resposta dada pela AdA (não se registou nenhuma falta de água na rede de abastecimento e o saneamento cumpriu de forma eficaz a sua função). Obrigado a todos os trabalhadores.

O ano de 2020 ficou ainda marcado pela ausência prolongada de pluviosidade, que veio reduzir de forma muito expressiva, o volume de água das reservas superficiais.

O sector ambiental, essencial à nossa sociedade, é alvo de contínuas transformações. Vivemos num mundo incerto, cada vez mais tecnológico e global e sujeito aos impactos das alterações climáticas, com grandes desafios e pleno de oportunidades. Os desafios futuros são grandes mas são esses mesmos desafios que nos motivam para fazer mais e melhor em prol do ambiente no Algarve.

As linhas de ação estratégica da Águas do Algarve passam naturalmente pelos problemas mais relevantes que se colocam. As origens de água, as lamas de ETAR e a energia, foram motivo de preocupação, projeto e ação.

O Conselho de Administração encara com entusiasmo e confiança as perspetivas futuras da Águas do Algarve, S.A., acreditando que a Empresa está mais capacitada para enfrentar os desafios do sector ambiental, o que permitirá prosseguir a sua trajetória de cumprimento de serviço público sustentado.

O nosso compromisso é com a missão de serviço público e sentido de responsabilidade, trabalhando com os nossos Profissionais e com as Tutelas ministeriais, tendo em vista cumprir fielmente à responsabilidade depositada na Empresa, procurando garantir o investimento necessário e assegurar a sustentabilidade financeira, para continuar a prestar um serviço de excelência em termos de qualidade de água fornecida e de tratamento de saneamento sem aumento tarifário.

A forte regulação institucional por parte das Tutelas ministeriais, na área orçamental e operacional, tem sido para nós uma grande

preocupação, mas também fator de motivação na procura de um rigoroso equilíbrio entre os objetivos estratégicos na vertente do serviço prestado na água e no saneamento, na otimização dos recursos humanos e materiais e, ainda, olhar o futuro, garantindo-se o investimento para a melhoria da eficiência operacional. As soluções atrativas para reter e contratar quadros humanos qualificados nas mais variadas áreas da Empresa, de forma a responder da melhor forma às linhas de estratégia traçadas, têm sido fortemente dificultadas.

O ano de 2020 fica ainda assinalado pela diminuição da faturação de água, motivado pela pandemia que grassa pelo Mundo.

No entanto temos que encarar o desafio da reutilização da água e ainda conservar, daqui em diante, aquilo que construímos. Ainda mais importante que construir, é conservar. Conservar mas com respeito pela natureza e meio ambiente.

Agradeço aos nossos acionistas a confiança que nos conferem e a todos os parceiros de negócio pela sua colaboração. Quero também evidenciar o meu apreço pela equipa de gestão e por todos os colaboradores que ajudam, todos os dias, a concretizar o sucesso da Águas do Algarve, S.A.. Juntos garantiremos a transição equilibrada do presente para o futuro, ancorada na criação de valor ambiental sustentável.

O Conselho de Administração continuará a assegurar a adequada supervisão da execução estratégica, garantindo disciplina financeira e o estrito cumprimento das melhores práticas ao nível ambiental, de segurança e de governo corporativo.

Presidir a esta empresa é uma honra, que encaro com um grande sentido de responsabilidade e de missão.

Todo o trabalho desenvolvido em 2020 não teria sido possível sem a cooperação dos Municípios, da Entidade Reguladora, das Tutelas Ministeriais e das demais entidades da área do ambiente com quem, no dia-a-dia, a empresa se relaciona.

Joaquim Carlos Correia Peres  
(Presidente do Conselho de Administração)





# A EMPRESA

// NÃO PARAMOS //

PARA QUE A ÁGUA CHEGUE ÀS TORNEIRAS  
DE TODOS E PARA PROTEGER A SAÚDE  
PÚBLICA E O AMBIENTE



// NÃO PARAMOS //

# A EMPRESA

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, e como visão, Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

## 1- QUEM SOMOS

A Águas do Algarve, S.A. constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto encontra-se numa fase de alteração do seu caminho empresarial, tendo sido assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24/07/2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

### 1.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

#### MISSÃO

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar os recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos e;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

#### VISÃO

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

#### VALORES

A Águas do Algarve, S.A. tal como o grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor.

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

## 1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

O Sistema abrange geograficamente os 16 municípios da região do Algarve, nomeadamente: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Este Sistema é dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na Região. A totalidade dos investimentos efetuados pela Águas do Algarve, S.A. até ao final de 2020 é de 647,3 milhões de euros (não incluindo a reclassificação do valor residual da barragem de Odelouca e os valores relativos aos Ativos sob Direito de Uso).

### SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) em alta permite captar, tratar e fornecer em alta, com carácter permanente, água para consumo humano, assegurando elevados níveis de qualidade mediante a implementação de tecnologias avançadas de tratamento e com um rigoroso controlo e monitorização dos processos.

A eficiência e resiliência deste sistema é fundamental para o Algarve e um fator decisivo para o dinamismo socioeconómico, sendo que a garantia de elevados padrões de qualidade da água para o abastecimento público, constitui um critério diferenciador para a indústria do turismo, que é a atividade económica predominante.

Em termos de investimentos, a alteração mais significativa prendeu-se com a construção, exploração e manutenção do Empreendimento Hidráulico de Odelouca, que compreende a Barragem de Odelouca, órgãos de segurança, obras complementares, assim como os restantes investimentos que lhe estão associados, quer para a constituição da albufeira da barragem, quer para as componentes ambientais, sociais e demais obrigações inerentes à implementação deste empreendimento, e sua integração no Sistema.

A Águas do Algarve, S.A. foi obrigada a implementar um ambicioso programa ambiental, integrando um conjunto vasto de medidas de minimização, compensação e sobre compensação, que visam contribuir para os objetivos de conservação de espécies e habitats potencialmente afetados pelo empreendimento, em especial o lince ibérico, a águia de Bonelli, as espécies endémicas de ictiofauna e as galerias ribeirinhas.

As infraestruturas já construídas e que atualmente compõem este sistema são as constantes do quadro seguinte:

INFRAESTRUTURAS DO SMAAA	QUANTIDADE
Estações de tratamento de água (ETA)	4
Estações elevatórias	31
Pontos de Entrega	79
Reservatórios	18
Barragens	1
Aductor [kms]	495

No ano de 2020 entrou em serviço o novo ponto de entrega de Portela Alta no concelho de Castro Marim.

## SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS



O Sistema de Saneamento de Águas Residuais (SSAR) permite recolher, tratar e devolver ao meio ambiente, assegurando elevados níveis de qualidade das águas rejeitadas através do recurso a tecnologias avançadas de tratamento e um exigente controlo e monitorização dos processos.

A eficiência deste sistema é determinante para o Algarve, na medida em que contribui para as exigências ambientais e de tratamento das águas residuais, para a qualidade dos meios recetores, nomeadamente as zonas sensíveis e a água balnear, que se constitui numa realidade crescente para a atribuição de “bandeira azul” e “Qualidade de Ouro” das praias, essencial à principal atividade económica da região.

Este sistema, em termos de desenvolvimento de projetos e obras, teve início em 2003 e atualmente estão em exploração as infraestruturas constantes do seguinte quadro:

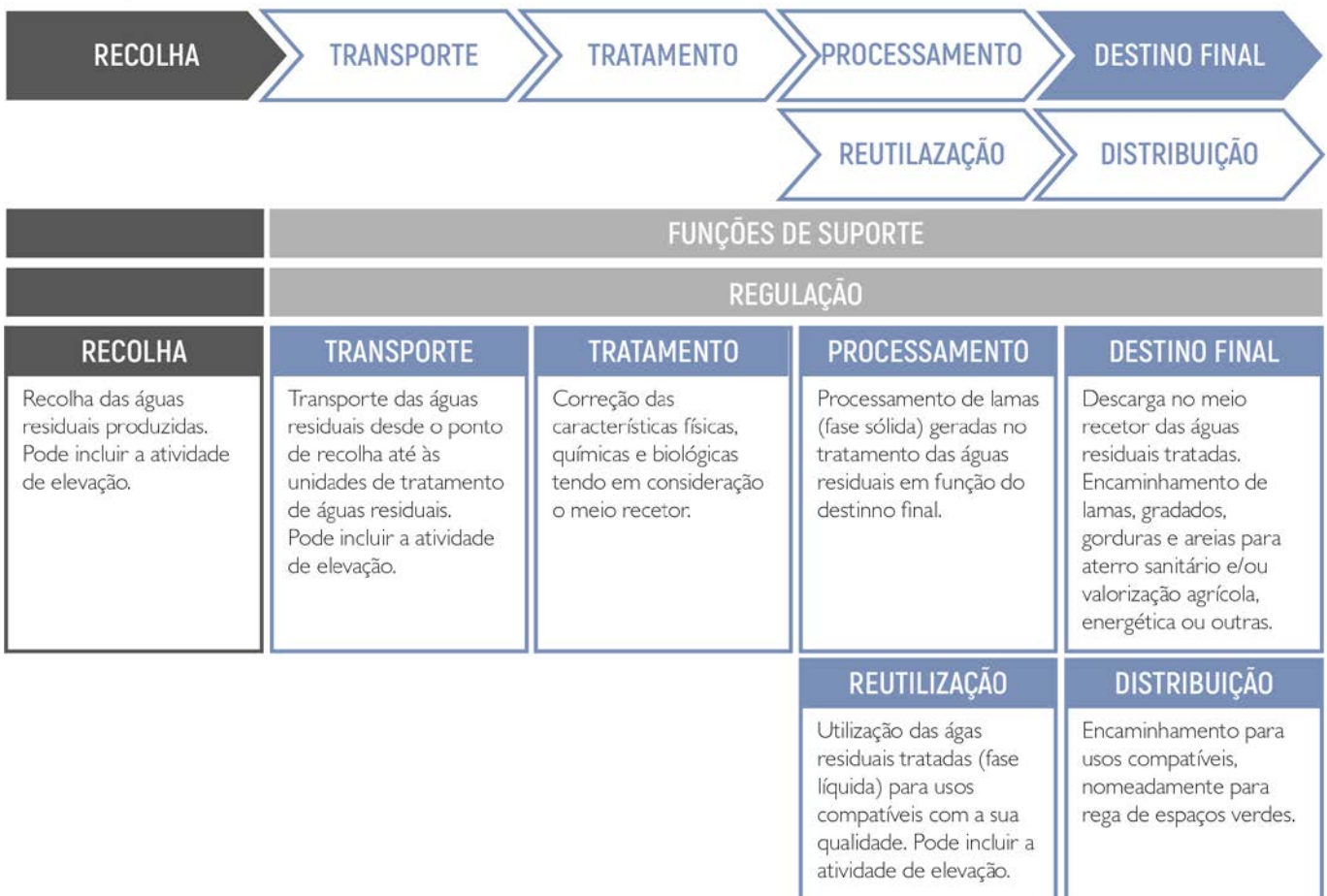
INFRAESTRUTURAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	QUANTIDADE
ETAR	76
Estações elevatórias	192
Colector gravítico (km)	268
Conduta elevatória (km)	212

### 1.3. CADEIA DE VALOR

#### OPERAÇÃO - ÁGUA



#### OPERAÇÃO - SANEAMENTO



## 1.4. ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

### ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Algarve, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um capital social integralmente realizado de 29.825.000 euros. No final de 2020 o capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

ACIONISTAS	AÇÕES			
	QUANTIDADE	VALOR	CLASSE	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447	16 237 235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270	1 446 350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236	86 180	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046	170 230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787	163 935	A	0,55%
Município de Faro	409 788	2 048 940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813	939 065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726	1 013 630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797	1 693 985	A	5,68%
Município de Monchique	25 718	128 590	A	0,43%
Município de Olhão	230 791	1 153 955	A	3,87%
Município de Portimão	369 206	1 846 030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607	248 035	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439	1 112 195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680	678 400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605	268 025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044	590 220	A	1,98%
<b>Totais</b>	<b>5 965 000</b>	<b>29 825 000</b>		<b>100,00%</b>

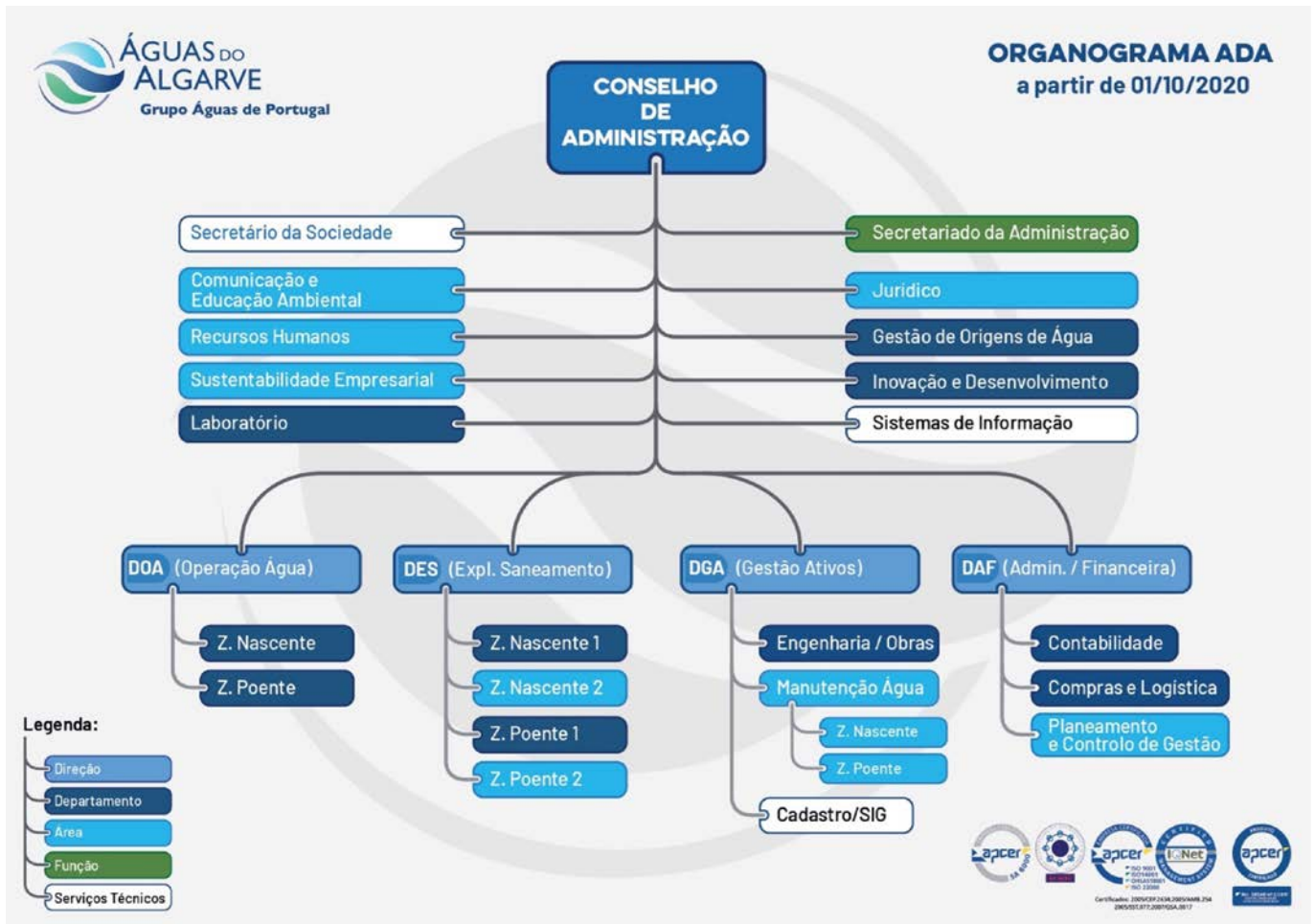
Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.247.447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A..

Nos termos do artigo 66.º do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2020:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Algarve, S.A. está organizada em quatro direções, dez departamentos, nove áreas funcionais e de suporte e dois serviços técnico.



Para o desempenho das suas atividades, a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de órgãos funcionais, operacionais e de estrutura, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Descrevem-se, de seguida as principais características:

### DIREÇÃO DE OPERAÇÃO ÁGUA - DOA

Assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores. Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes. Coordena as atividades relacionadas com o produto água para consumo humano, assumindo a responsabilidade pelo produto.

### DIREÇÃO DE EXPLORAÇÃO SANEAMENTO - DES

Assegura, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

### DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS - DGA

Assegura a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas. Responsável por manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

**DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF**

Integra a área da contabilidade, das compras e do planeamento e controlo de gestão. Assegura a gestão financeira e contabilística da empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e a sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa. É responsável por assegurar a prestação da correta informação de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como propor a implementação de medidas corretivas. Elabora o orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa. Contribui, em colaboração com as restantes áreas da empresa, na preparação e prestação de toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento das obrigações perante o concedente e das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais. É responsável pelo “Processo de Compras”, e todas as atividades/tarefas que lhe são inerentes, com respeito pela atual legislação que regula todo o processo de compras públicas – Código dos Contratos Públicos – por transposição, para o normativo nacional, das diretivas comunitárias 2014/23/UE – relativa à adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE – relativa aos contratos públicos, 2014/25/UE – relativa aos contratos público celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e posteriores alterações e retificações.

**GESTÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA – GOA**

Órgão que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão partilhada dos recursos hídricos, de acordo com a legislação aplicável. Assegura igualmente o cumprimento das obrigações dos contratos de concessão de captação de água. Participa nos planos de gestão das bacias hidrográficas.

**LABORATÓRIO – LAB**

Apoia a operação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, maioritariamente na área da monitorização e garante o escrupuloso cumprimento dos parâmetros legais aplicável às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do plano de controlo da qualidade da água (PCQA) e do cumprimento dos parâmetros de descarga no saneamento de águas residuais. É responsável por garantir o cumprimento integral de todos os requisitos da norma ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade.

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – SE**

Promove e coordena as atividades relativas às obrigações de gestão ambiental, da qualidade, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do contrato de concessão e dos compromissos assumidos pela empresa. Contribui, em articulação com a Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP, na avaliação do risco empresarial e na gestão de riscos de corrupção e infrações conexas da sociedade.

**RECURSOS HUMANOS - RH**

É o órgão responsável pelo tratamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal, avaliação de desempenho dos funcionários, formação, processamento de vencimentos, tratamento de seguros de pessoas, organização dos horários de trabalho e cumprimento das obrigações legais relacionadas com as questões laborais.

**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CEA**

Desenvolve e implementa o plano de comunicação global, onde se englobam a comunicação institucional, a educação ambiental, a organização de ações de comunicação interna, as iniciativas de responsabilidade ambiental e a relação com os órgãos de comunicação social. Tem também como objetivo estratégico o reforço da notoriedade da Empresa junto dos stakeholders, com especial atenção ao envolvimento da Empresa com a comunidade servida, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas de comunicação externa, de educação ambiental e de responsabilidade social.

**APOIO JURÍDICO / SECRETÁRIO DA SOCIEDADE**

Trata-se de um órgão de apoio à Administração com as atribuições e competências de elaborar pareceres/interpretações sobre a aplicação do contrato de concessão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos. Assessora nos processos de concurso e sua avaliação. Trata da resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada. Secretaria as reuniões do conselho de administração e da comissão executiva. Monitoriza o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Assessoria a administração nas relações e obrigações estatutárias com os órgãos sociais da empresa.

**SECRETARIADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEC**

As responsabilidades do Secretário da Sociedade são as resultantes do disposto no artigo.446.º-B do Código das Sociedades Comerciais e sgts., competindo-lhe, nomeadamente, o apoio às reuniões dos órgãos sociais, certificação dos documentos da



Sociedade, autenticação das assinaturas dos membros do Conselho de Administração, emissão de extratos de atas, seguimento das deliberações do Conselho de Administração e a conformidade dos livros oficiais da Sociedade.

### **INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D)**

Identifica oportunidades de colaboração com entidades públicas e privadas no domínio de Inovação e Investigação e Desenvolvimento (IDI), analisa essas oportunidades e avalia a probabilidade da sua realização. Estuda as fontes potenciais de financiamento e cofinanciamento de projetos de IDI, supervisiona a elaboração das respetivas candidaturas e promove e coordena os projetos e estudos relacionados com IDI. Faz a recolha, compilação e análise da informação sobre a atividade de IDI, contribuindo para a elaboração dos relatórios de gestão. Participa em projetos de intervenção e em planos estratégicos do SMAASA.

### **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SI)**

Assegura a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas da empresa. Assegura a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados. Assegura o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

## **ÓRGÃOS SOCIAIS - 2020**

### **MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL**

#### **Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:**

Dr.º Rui Miguel da Silva André, Presidente da Câmara Municipal de Monchique (Presidente)

Dr.º Paulo Manuel Marques Fernandes (Vice-Presidente)

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (Secretária)

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:**

Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres (Presidente Executivo)

Dra. Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (Vogal Executivo)

Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio (Vogal Executivo)

Dr.º Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro (Vogal não executivo)

Dr.º Luis António Alves da Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Vogal não executivo) (Cooptação em 15 de janeiro de 2020)

### **CONSELHO FISCAL**

#### **Mandato 2019-2021, iniciado em 12 de março de 2018:**

Dr.ª Ana Paula Fernandes Martins, Presidente da Câmara Municipal de Tavira (Presidente)

Dr.º João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos (Vogal efetivo)

Dra. Sandra Simões Filipe Valério (Vogal efetivo)

Dr. António Jorge Morgado (Vogal suplente)

### **REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

#### **Mandato 2019-2021, iniciado em 8 de abril de 2019:**

PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na OROC sob o n.º 183 e registada na CMVM sob o n.º 20161485, representado por:

Dr.º João Rui Fernandes Ramos (ROC Efetivo, ROC n.º 1333), registado na CMVM sob o n.º 20160943;

Dr.º José Alves Bizarro Duarte (ROC Efetivo, ROC n.º 1957), registado na CMVM sob o n.º 20200003; ou

Dr.º Carlos José Figueiredo Rodrigues (ROC Suplente, ROC n.º 1737), registado na CMVM sob o n.º 20161347.

### **COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

#### **Mandato 2018-2020, iniciado em 12 de março de 2018:**

Dra. Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)

Dra. Rosa Cristina Gonçalves Palma (Vogal Efetivo)

## 1.5. CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

## 1.6. SÍNTESE DE INDICADORES

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	2020	2019	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
Capital Social (€)	29 825 000	29 825 000	0	0,0%
Capital Próprio (€)	30 190 825	29 451 461	739 364	2,5%
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos (€)	662 009 198	654 521 759	7 487 438	1,1%
Ativo Líquido Total (€)	490 728 874	500 319 526	-9 590 652	-1,9%
Volume de Negócios (€) (excluindo serviços de construção)	59 021 350	60 476 160	-1 454 811	-2,4%
Resultados Antes de Impostos (€)	1 006 675	1 521 988	-515 313	-33,9%
Resultado Líquido do Exercício (€)	739 364	1 200 838	-461 474	-38,4%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	2,45%	4,08%	-1,63%	
Rendibilidade do Ativo (%)	0,15%	0,24%	-0,09%	
Autonomia Financeira -corrigida subs. Investimento (%)	37,87%	38,13%	-0,25%	-0,7%
Endividamento Líquido : EBITDA	6,90	7,11	-0,21	-2,9%
EBITDA (€)**	26 867 701	27 575 593	-707 892	-2,6%
EBITDA : Serviço da Dívida	0,17	0,16	0,01	6,4%
Cash-cost (€/m <sup>3</sup> )	0,3045	0,2869	0,02	6,1%
Margem EBITDA (%)	45,5%	45,6%	-0,08%	
ROCE- Indicador AdP (%)	3,47%	3,30%	0,18%	
Colaboradores em 31 Dezembro, excluindo órgãos sociais (nº)	170	162	8	4,9%
Área Geográfica Abrangida (Km <sup>2</sup> )	4 995	4 995	0	0,0%
População Residente na Área Abrangida (nº)	453 839	453 839	0	0,0%
Investimento/Empreitadas do Ano (€)	7 487 438	10 570 786	-3 083 348	-29,2%
<b>ABASTECIMENTO:</b>				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	99%	99%	0%	
Volume de Água Vendida (m <sup>3</sup> )	68 208 781	74 132 668	-5 923 887	-8,0%
Tarifa (€/m <sup>3</sup> )	0,4771	0,4710	0	1,3%
Pontos de Entrega (nº)	79	78	1	1,3%
Estações Tratamento Água em Exploração (nº)	4	4	0	0,0%
Rede Adutora (Km)	495	486	9	1,8%
<b>SANEAMENTO:</b>				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	98%	98%	0%	
Efluente Equivalente Faturado (m <sup>3</sup> )	37 389 396	40 542 199	-3 152 803	-7,8%
Tarifa (€/m <sup>3</sup> )	0,6380	0,6304	1%	1,2%
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	76	76	0%	0,0%
Rede Coletores (Km)	480	480	0	0,0%

\* Com o contrato de concessão em vigor a partir de 27 de julho de 2020

## 2- RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- Recomendação ERSAR nº2/2011 - Certificação do Produto “água para consumo humano” variante: sistemas de abastecimento público em alta;
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- SA8000:2014 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2005 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar.



### GALARDÕES/PRÉMIOS

Prémio alusivo ao Plano de Eficiência e de Produção de Energia

Não se recebeu nenhum galardão nem prémios em 2020, principalmente devido ao cenário pandémico verificado neste exercício.

## 3- DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano de grande profissionalismo e dedicação. Muito do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2020 terão impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a AdA prestará à comunidade no futuro.

Os resultados líquidos totalizaram 739 mil euros, resultado inferior em 461 mil euros em relação a 2019 e inferior em 6,5 milhões de euros em relação a 2018 devido ao ajustamento tarifário.

RESULTADOS	2020	2019	2018
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	5 577 513	5 208 485	7 191 847
DRG líquido	-4 838 149	-4 007 647	0
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	739 364	1 200 838	7 191 847

Se o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) tivesse sido aplicado em 2018, os valores de Resultados seriam os seguintes:

RESULTADOS	2020	2019	2018 (COM DRG)
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	5 577 513	5 208 485	7 191 847
DRG líquido	-4 838 149	-4 007 647	-5 493 917
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	739 364	1 200 838	1 697 930

Assim, caso o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) tivesse sido aplicado em 2018, os valores de Resultados não seriam tão díspares relativamente a 2018, pois verificar-se-ia uma diferença de apenas 959 mil euros. Por outro lado, há que salientar que o ano de 2020 foi totalmente atípico em razão do cenário pandémico que o país e o mundo atravessou, e continuará a sê-lo em 2021, com real impacto nas contas da empresa.





# O NEGÓCIO

// NÃO PARAMOS //

PARA QUE A ÁGUA CHEGUE ÀS TORNEIRAS  
DE TODOS E PARA PROTEGER A SAÚDE  
PÚBLICA E O AMBIENTE

# O NEGÓCIO

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, e como visão, Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

## 1- LINHAS ESTRATÉGICAS

### 1.1. INTRODUÇÃO

A sociedade Águas do Algarve, S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP).

A sociedade tem como missão garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de respeitar as normas mais exigentes do setor, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos; minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas; adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos; contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas em despachos ministeriais e por deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- d) Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

## 1.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O MANDATO 2018 - 2020

### DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- a) Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advinha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

### ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração deverá assegurar que a Águas do Algarve, S.A. sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

### ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Algarve, S.A., após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

### 1. Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:

- 1.1. Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
- 1.2. Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.

### 2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:

- 2.1. Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
- 2.2. Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
- 2.3. Na constituição e/ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.

### 3. Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:

- 3.1. Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
- 3.2. Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
- 3.3. Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
- 3.4. Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.

### 4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.

### 5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:

- 5.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
- 5.2. Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
- 5.3. Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
- 5.4. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
- 5.5. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
- 5.6. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

### 6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais.

### 7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

## 1.3 OBJETIVOS E INDICADORES DE DESEMPENHO ANUAIS PARA A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. PARA O MANDATO 2018-2020

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato - e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização – enunciados no quadro do ponto B-4.9. deste relatório.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas do ponto B-4.9. deste relatório.

GRAU DE CONCRETIZAÇÃO	AValiação GLOBAL
$GC < 1,8$	Objetivos não Cumpridos
$1,8 \leq GC < 2,5$	Objetivos Cumpridos
$GC \geq 2,5$	Objetivos Superados



## 2- ENQUADRAMENTO

### 2.1. A ENVOLVENTE

#### CONTEXTO MACROECONÓMICO<sup>1</sup>

A pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

#### GLOBAL

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando a atividade nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos.

Este exercício de projeção assume que as medidas de contenção serão mantidas ou restauradas até ao fim do primeiro trimestre de 2021 e aliviadas de forma gradual posteriormente. Não obstante esta evolução, enquanto não existir uma solução médica plenamente implementada – no início de 2022 – o vírus continuará a condicionar o comportamento dos agentes económicos e a atividade.

As hipóteses para o enquadramento externo da projeção traduzem uma recuperação gradual da economia mundial. Após uma queda de 3,5% em 2020, o PIB mundial cresce 5,6% em 2021 e 3,7% em média nos dois anos seguintes.

O comércio mundial diminuiu 9,5% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,0% em média nos dois anos seguintes. A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais. A procura externa dirigida a Portugal diminuiu 12,6% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,7% em média no período 2022-23. Assume-se que, a partir de 2021, o comércio entre a UE e o Reino Unido passará a reger-se segundo as condições da Cláusula da Nação mais Favorecida estabelecida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que implica maiores barreiras ao comércio entre as duas regiões e contribui para a revisão em baixa da procura externa dirigida a Portugal.

#### ZONA DO EURO

Após uma queda de 15,0% no primeiro semestre de 2020, o produto interno bruto (PIB) real da área do euro recuperou 12,5% no terceiro trimestre, o que representa um aumento significativamente mais forte do que o avançado nas projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE. Contudo, espera-se que a recente intensificação das medidas de contenção em resposta a um forte ressurgimento das infeções por coronavírus (COVID-19) nos vários países resulte numa nova descida da atividade no quarto trimestre.

A atividade deverá também ser fraca no primeiro trimestre de 2021. Não obstante este revés no curto prazo, notícias positivas sobre o desenvolvimento de vacinas conferem maior confiança ao pressuposto de uma resolução gradual da crise sanitária ao longo de 2021 e em inícios de 2022. Tal, a par do apoio substancial proporcionado pela política monetária e pelas políticas orçamentais – em parte devido ao pacote do instrumento de recuperação da União Europeia (UE) designado “Next Generation EU” (NGEU) – e da subida em curso da procura externa, deverá permitir uma retoma firme no decurso de 2021, com o PIB real a regressar ao nível anterior à crise até meados de 2022. Por conseguinte, apesar de as perspetivas a curto prazo se terem deteriorado, a trajetória do PIB da área do euro a partir de 2022 deverá ser globalmente semelhante à indicada nas projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE.

Na área do euro, a atividade económica cai 7,3% em 2020 e aumenta 3,9% em 2021 e cerca de 3%, em média, em 2022-23. O ritmo esperado da recuperação económica é diferenciado entre países, refletindo, entre outros fatores, o peso na estrutura produtiva dos setores mais afetados pelo distanciamento social e o alcance e duração da resposta de política económica.

<sup>1</sup>Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

No que se refere à inflação, os efeitos de base em sentido ascendente associados à queda anterior dos preços do petróleo e ao impacto em sentido ascendente decorrente da inversão da redução da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na Alemanha, implicam uma subida da inflação global em 2021. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá apresentar uma recuperação muito mais fraca em 2021, visto que os efeitos desinflationistas generalizados resultantes da fraqueza da procura, especialmente nos setores dos serviços, dominam as pressões em alta sobre os custos decorrentes das restrições do lado da oferta.

No médio prazo, a inflação global deverá subir de forma gradual, refletindo sobretudo um ligeiro aumento do contributo da inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares, que, no entanto, se considera que permanecerá bastante fraca, situando-se em 1,2%, em 2023. De um modo geral, a projeção de referência indica uma subida da inflação medida pelo IHPC de 0,2% em 2020 para 1,0% em 2021 e, posteriormente, uma nova subida gradual para 1,1% em 2022 e 1,4% em 2023.

Em comparação com as projeções de setembro de 2020 elaboradas por especialistas do BCE, a inflação medida pelo IHPC foi revista em baixa para 2020 e 2022, devido aos dados mais fracos que têm vindo a ser disponibilizados para a inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares e a uma reavaliação em baixa das pressões inflacionistas desde as projeções anteriores, no contexto de uma margem disponível abundante, mas em diminuição, nos mercados de bens e de trabalho.

Tendo em conta a persistente incerteza significativa quanto à evolução da pandemia, às potenciais soluções médicas (incluindo a distribuição e a adesão às vacinas) e à dimensão das marcas deixadas na economia, foram novamente preparados dois cenários alternativos. O cenário moderado considera uma contenção mais bem-sucedida do vírus, uma rápida disponibilização de vacinas e marcas limitadas deixadas na economia. Neste cenário, o PIB real recuperaria 6,0% no próximo ano, atingindo os níveis anteriores à crise já no final de 2021, e a inflação subiria para 1,5% em 2023. Em contraste, o cenário grave, com uma resolução tardia da crise sanitária e perdas substanciais e permanentes de potencial económico, implicaria um aumento marginal em 2021 do PIB real, que, em 2023, ainda se situaria cerca de 2% abaixo dos níveis registados antes da crise, sendo a inflação apenas de 0,8% nesse ano.

## PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2020 são os seguintes:

	ESTIMATIVA 2020	ANO 2019
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	-8,1%	2,2%
Taxa crescimento Consumo Privado	-6,8%	2,4%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	-0,2%	0,3%
Taxa de desemprego	7,2%	6,5%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,42%	0,76%

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. No terceiro trimestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas. A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais. A projeção aponta para uma queda da atividade no quarto trimestre de 1,8% face ao trimestre anterior. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social. Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia.

A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expectativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo. De 2021 a 2023, a balança corrente e de capital volta a apresentar um saldo positivo refletindo a melhoria da balança de bens e serviços e o aumento da entrada de fundos europeus, em particular do Next Generation EU (NGEU).

Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa cresce acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da área do euro.

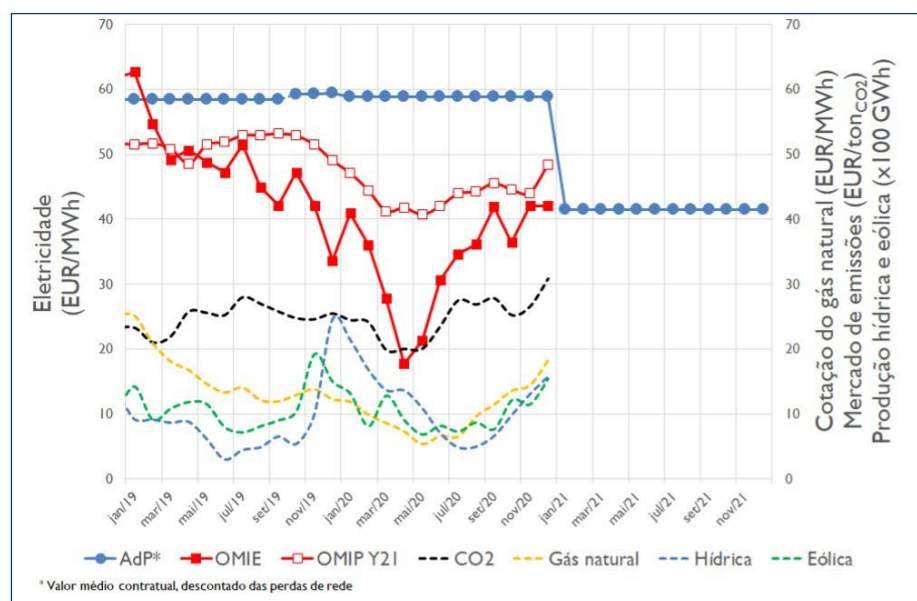
As perspetivas para a economia portuguesa estão rodeadas de uma incerteza elevada associada à evolução da pandemia e à implementação no curto prazo de uma solução médica eficaz em larga escala. A resposta dos agentes económicos às medidas de proteção da saúde pública e o impacto das medidas de apoio também acarretam incertezas.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2023 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, entre -0,1% e 0,1% (2020-2023).

## A ENERGIA NO GRUPO ADP - PREÇOS E CONSUMOS

No ano de 2020 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 33,99 €/MWh (foi de 47,87 €/MWh em 2019).

Esta descida face a 2019 resulta fundamentalmente do impacto da pandemia COVID-19 nos mercados elétricos, em resultado da forte redução da economia e, por consequência, dos consumos energéticos.



A figura anterior traduz a evolução do preço da energia nos mercados Ibéricos nos anos de 2019 e 2020.

Analisando pelas componentes que influenciam o preço da energia destaca-se o aumento da produção hídrica em 38% e a redução do preço do gás natural em 34%, sendo que a cotação média do CO<sub>2</sub> em termos anuais não sofreu grande variação.

Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DIÁRIO)	2020/ 2019
Portugal	-29%
Alemanha	-19%
França	-18%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2021, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DE FUTUROS)	2020/ 2019
Portugal	-15%
Alemanha	-16%
França	-11%

No ano de 2020, a produção de energia elétrica em Portugal foi de 49.342 GWh (+1,2% do que em 2019), enquanto o consumo nacional se situou em 48.813GWh, inferior em 3,0% face a 2019, sendo o mais baixo consumo da década (fica 6,8% abaixo do máximo registado em 2010).

Esse consumo foi satisfeito em 55% com produção de origem renovável, superior aos 49% verificados em 2019. A produção térmica (45%) apresentou um crescimento de 5% no gás natural e de 5% na cogeração (face a 2019), sendo de realçar que a produção com base em carvão reduziu-se em 58%, sendo de apenas 4% a sua importância no consumo de 2020. O saldo com o exterior foi importador em 3% do consumo (em 2019 o saldo importador foi de 7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2020 foi 0,5° C inferior a 2019, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica aumentou de 0,81 em 2019 para 0,97 em 2020, com impacto na produção hídrica que aumentou em 38% entre os dois anos.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

No ano de 2020 verificou-se de novo a subida das TAR, que correspondeu a +2,15% face a 2019. Essa tendência mantém-se para 2021, uma vez que as TAR tornam a subir, embora apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%).

Com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram muito ligeiramente entre 2020 e 2019, cifrando-se neste ano em 746,0 GWh (-0,2% do que em 2019).

Destes, 721,6 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -0,4% do que em 2019 e 24,4 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,5% do que em 2019). Este valor de 721,6 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 718,6 GWh e do fornecimento pela REN de 3,0 GWh no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação.

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2020 apontam para uma produção de quase 35,7 GWh/ano (+8,5%), dos quais 11,3 GWh (+14,5% do que em 2019) foram para venda à RESP.

Na produção de energia elétrica, o destaque vai para o biogás, que em 2020 foi responsável pela produção de 31,3 GWh/ano (+1,7 GWh/ano e +5,9% do que em 2019) e para o solar fotovoltaico com 4,4 GWh/ano (+0,9 GWh/ano e +2,1% do que em 2019).

Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,8% do seu consumo total de energia (foi de 4,4% em 2019). Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 710,3 GWh, que representa uma variação de -0,6% do que em 2019, em que o saldo foi de 714,3 GWh.

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, a produção própria de energia possibilitou uma redução de -9.143 toneladas, o que representa uma redução de -496 ton face a 2018 (-5,7%).

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2020 os 75,2 milhões de euros (+0,9% do que em 2019), que corresponde a cerca de +0,7 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior; resultado conjugado da redução do consumo (-0,2%), com o aumento do preço médio de compra de energia (cerca de +0,1%) e o aumento do valor médio das TAR (+3,0%).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2020 foi cerca de 104,3 €/MWh (103,0 €/MWh em 2019), correspondendo a um aumento médio de +1,3% face a 2019, representando o custo de aquisição de energia 60% (versus 61% em 2019).

Contudo, os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,57 e 62,49 €/MWh, para 2020 e 2019, respetivamente (+0,1%). O diferencial para mais resulta da aplicação das TAR e de outros impostos e taxas legalmente aplicáveis.

Em termos nacionais e relativamente a 2020, o Grupo AdP é um dos cinco maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP, tendo sido de 1,4% em 2019), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2020, 6.453 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 1.005 em Média Tensão, 374 em Baixa Tensão Especial e 5.065 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +6,15% face a 2019 (+374 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, apenas 6.188 registaram consumos durante o ano de 2020, representando 95,89% ativos.

O Grupo celebrou para 2021 e 2022 um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE com uma redução média de 30% face ao contrato em vigor em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020. Já nos fornecimentos em BTN, o contrato em vigor abrange o período anual de 2021 e 2022, estando em curso o lançamento de um procedimento de consulta de mercado em resultado do surgimento de uma oportunidade que pode ser vantajosa.

Estima-se que para o ano de 2021, o valor médio deverá situar-se em torno dos 87,00 €/MWh (versus 104,3 €/MWh em 2020 e 103,0 €/MWh em 2019), o que representa uma importante redução face aos preços unitários praticados nos dois anos imediatamente anteriores, fortemente influenciado pela descida do preço médio de compra de energia no mercado, e em resultado da estratégia que se vem seguindo no processo de compra.

Os valores estimados para 2021 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Sem embargo, é ainda possível incrementar uma maior redução de gastos através de uma gestão eficiente da energia, envolvendo a otimização dos níveis de tensão, a redução das potências contratadas, a eliminação da energia reativa e o ajustamento do perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento,

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, 1 de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, como se indica no ponto anterior relativo à estratégia nacional para a energia para 2030, que devem ser tidos em consideração na definição de qualquer estratégia relacionada com a energia.

Nesse sentido merece destaque a aprovação e a apresentação pública do Projeto de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a atingir não se limita à elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;
- Os objetivos passam em primeiro lugar, pela redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
- As fontes de produção de energia renovável baseiam-se num mix, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, principalmente solar (solo e flutuante), eólica, hídrica e cogeração a biogás através da maximização da sua produção;
- O projeto teve em conta a maximização do escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética e a permuta de energia entre infraestruturas e entre empresas, por via da Comunidade de Energia Renovável que se pretende contruir;
- As ações constantes do Projeto foram pré-dimensionadas e orçamentadas, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais parâmetros pertinentes, bem como o cronograma previsional de execução, considerando, como prioritários, os projetos com potência mais elevada, com maior nível de autoconsumo e com as TIR mais elevadas;

- Foram considerados os valores de redução de emissões de CO<sub>2</sub> que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal, apesar de não terem sido tidos na avaliação económica dos mesmos;
- O Projeto de Neutralidade Energética permitiu ainda aprofundar matérias como a coesão territorial e de solidariedade energética, tirando partido da estratégia que o Grupo AdP persegue – esta no seu ADN - e que consiste numa das suas principais missões.

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

Assim, com a implementação deste Projeto, as empresas do Grupo AdP para além da redução dos seus consumos passarão a controlar de forma mais direta o preço da energia elétrica, sem embargo dos efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias poderão induzir no preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Justifica-se, ainda, que se destaque o facto de este importante projeto de desenvolvimento, que teve início em janeiro de 2020, constituir uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da United Nations Global Compact - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

## 2.2. O SECTOR

### O SETOR A NÍVEL MUNDIAL<sup>2</sup>

**"A água é um direito humano. Ninguém deve ter esse acesso negado"**

António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas.

**"Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e justos para todos, melhorar a qualidade da água e reduzir para metade a proporção de águas residuais não tratadas reduzindo substancialmente o número de pessoas afetadas pela escassez de água. Um propósito que simboliza precisamente a mensagem da Agenda 2030: não deixar ninguém para trás"**

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS)

O acesso a água potável e ao saneamento adequado é um direito humano básico e constitui-se como fator fundamental na obtenção de bons resultados em áreas de desenvolvimento como agricultura, energia, capacidade de adaptação a desastres, saúde humana, meio ambiente e, ultimamente, crescimento económico. Em muitos países, o crescimento económico e demográfico e a consequente urbanização aumentaram a procura de água, enquanto a oferta permaneceu inalterada ou diminuiu devido, fundamentalmente, às mudanças climáticas.

Apesar de nos últimos 25 anos, o número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água tenha sido reduzido para metade, em 2015, pouco mais de um quarto da população nos países considerados pobres teve acesso a melhores serviços de saneamento.

Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Poucas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

À escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos eventos climáticos extremos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

Paralelamente, as incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria.

<sup>(2)</sup> Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>

Foi neste âmbito que o World Bank Water Global Practise constitui o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para a Água) baseado na: i) sustentabilidade dos recursos hídricos, ii) acessibilidade e iii) resiliência dos sistemas.

E reconhece que a gestão sustentável da água não inclui apenas o acesso à água potável e serviços de saneamento adequados, mas também envolve abordar a questão em um contexto mais amplo, incorporando questões como qualidade da água e esgoto, gestão, escassez e uso eficiente da água, gestão dos recursos hídricos e proteção e restauração dos ecossistemas relacionados.

Como referido, os desafios existentes neste setor não se limitam aos países em desenvolvimento. O fenómeno das alterações climáticas é planetário. Como exemplo, Melbourne, na Austrália, viu-se enfrentar recentemente uma contaminação no seu sistema de abastecimento de água, causado por uma tempestade.

Dois destes desafios são objetivamente a necessidade de reduzir o consumo de água e, simultaneamente, diminuir o grau de poluição das águas residuais. A questão é: como?

É comumente aceite que a resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e processos. O setor de água é, desde há muito, conhecido por ser "rico em dados", mas "pobre em informações". Parte da explicação está no facto das necessidades não terem sido total e adequadamente definidas. O esforço nesta matéria será o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação é necessária e quais dados irão satisfazer as necessidades dessas mesmas partes. Após essa definição, devem seguir-se os processos de análise (de lacunas) para que se considere a função de instrumentação.

Como fonte de dados, a instrumentação, constitui-se como um pilar para a construção de uma futura "indústria de água transformada digital". Efetivamente, isto permitirá usar os dados e convertê-los em informação, consciência situacional, visão comercial e operacional. Com isto feito o sector, a indústria e as empresas gestões estarão mais aptas a atender os clientes e a proteger o meio ambiente.

Instalando a instrumentação da forma adequada e sobretudo usando-a para as aplicações certas, está-se em condições de garantir a correta operação e manutenção e com isso obter dados adequados e qualidade na informação. Em última análise, permitirá o não comprometimento das visões táticas e estratégicas.

A mensagem que se pretende passar e que as organizações mundiais subscrevem é que se o setor deseja alcançar a transformação digital, temos que acertar o básico.

### **O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL <sup>3</sup>**

Os serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais são de uma enorme relevância no desenvolvimento de um País. Quer do ponto de vista da saúde pública, quer do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto um facto que, a redução dos períodos de retorno dos investimentos, implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garantem a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

<sup>(3)</sup> Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, I.ª série

PANORAMA NACIONAL	
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
9,7 milhões de habitantes servidos	8,6 milhões de habitantes servidos com drenagem
96% de alojamentos servidos	85% de alojamentos servidos
189 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,5 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,5293€/m <sup>3</sup>	84% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,60%	1,3 milhões de m <sup>3</sup> de águas residuais tratadas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5316€/m

Dados: RASARP 2020 - ERSAR

Manteve-se em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais. Este Plano Estratégico representa o instrumento estratégico para o setor em Portugal. Promove, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.

## O GRUPO ADP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido maioritariamente pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.



No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se o início da atividade operacional da empresa Águas do Alto Minho, em 1 de janeiro de 2020, que constitui uma parceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Em 2020, ano marcado pela Pandemia COVID-19, o Grupo preparou-se, quer no âmbito dos Planos de Contingência para o COVID-19, quer nos planos operacionais e de emergência para gerir os riscos e as contingências inerentes a este tipo de situação, de forma a garantir o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas foi desenvolvido e implementado um Plano de Contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus COVID-19, elaborado de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde, que integra medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, promovendo ainda uma redução de encargos associados.

O Grupo AdP está a implementar um programa (ZERO) integrado que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030. Com este programa, o Grupo posiciona-se como o primeiro grupo de dimensão internacional a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

No âmbito do Despacho 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Serviços assumiu-se como entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais, através de cessão da posição contratual, em que se substituiu à AdP Energias. Mantém como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, e na sequência da publicação do Decreto-Lei 119/2019 de 21 de agosto, o Grupo AdP encetou um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

O Grupo reafirmou o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal integrar a rede “Leading Utilities of the World”, onde se juntam as empresas do setor que se distinguem mundialmente pelo seu elevado desempenho e capacidade de inovação, e estar, pela primeira vez,

representada no board da Water Europe, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

O Grupo é também membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

## 2.3. A REGULAÇÃO

### ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador; exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos "alta" (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e "baixa" (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

### REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, parceria e gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifas contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Relativamente aos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

O Grupo AdP manteve em 2020 a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Durante o ano de 2019, o Grupo AdP continuou a manter a sua participação no âmbito das consultas públicas promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira.

Destaca-se, a este propósito a participação na consulta pública relativa à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e respetivo Documento Complementar n.º 1, em março de 2019, cujo procedimento se iniciou em 14 de dezembro de 2018 pela ERSAR.

Este importante regulamento constituirá uma ferramenta muito relevante para o setor das águas, em matéria de regulação económica e na sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras, bem como em matéria de equidade tarifária e eficiência de preços.

Em 2019, continuou-se a desenvolver trabalhos de revisão dos diplomas-base dos sistemas de titularidade estatal (Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto) e dos sistemas de titularidade municipal (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto), trabalhos estes que continuam em curso. Instrumentos muito relevantes no quadro de definição dos regulamentos tarifário e de qualidade de serviço.

## SISTEMA MULTIMUNICIPAL

Para a entidade gestor Águas do Algarve, S.A., as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

As tarifas e os rendimentos tarifários aplicados na faturação durante o ano de 2020 pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2020, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,41%.

O decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão da Águas do Algarve, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG, estabelecendo um período máximo de geração de DRG até 10 e um período máximo de reintegração deste saldo (ativos ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2043, o saldo dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Águas do Algarve, S.A., tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

**Tendo por base o DRG bruto, validado pela ERSAR, em 2020, verificaram-se 497 mil€ de encargos não aceites por aquela entidade reguladora.**

Em 31 de dezembro de 2020 estavam registados nas contas, cerca de 25,6 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade da Águas do Algarve, S.A..

## REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR já no decorrer de janeiro de 2021.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Algarve, S.A.

## REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A Águas do Algarve, S.A. que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, a Águas do Algarve, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a Águas do Algarve, S.A. implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em dezembro de 2019 o PCQA de 2020 da Águas do Algarve, S.A. foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA, em 2020 foram efetuadas 8452 análises, sendo que foi detetado 10 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,88%.

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega realizado pela Águas do Algarve, S.A. são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2020, foi divulgado pela ERSAR o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019. Os resultados do controlo da qualidade da água, nos pontos de entrega realizado pela Águas do Algarve, são incluídos anualmente no RASARP.

Em 2020, nos sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os trabalhadores envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

## REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a Águas do Algarve, S.A. dispõe de livro físico de reclamações.

# 3- O NEGÓCIO

## 3.1. INTRODUÇÃO

A Águas do Algarve S.A. é uma sociedade de direito privado de capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, S.A., participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº 15 do anexo às demonstrações financeiras.

## 3.2. ÁGUA EM ALTA

### SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ALGARVE

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA), numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, utiliza origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, ajustando a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua, em função das características dos anos hidrológicos/disponibilidades hídricas registadas nas origens; e da capacidade de redundância e flexibilidade na gestão do SMAASA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

A albufeira da barragem de Odelouca, destinada exclusivamente ao abastecimento público de água, é uma das principais origens de água superficial do SMAASA, que recorre ainda às albufeiras do Aproveitamento Hidráulico de fins-múltiplos de Odeleite-Beliche e a água proveniente da albufeira da Bravura (de fins-múltiplos), através de captação no Canal de Rega deste Aproveitamento Hidráulico.

No ano civil de 2020, o abastecimento público (Águas do Algarve S.A) recorreu ainda à captação de água na albufeira da barragem do Funcho, apesar de não ser um utilizador principal desta albufeira. De facto, e no âmbito das medidas estabelecidas para fazer face à situação de seca do ano hidrológico de 2019-2020, foi atribuído à Águas do Algarve S.A, um Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) de carácter temporário e excepcional, para a captação de um volume de água de 15 hm<sup>3</sup> na albufeira do Funcho, e em alternativa à captação na albufeira do Odelouca, contribuindo para a recuperação dos volumes armazenados nesta última albufeira. As origens superficiais do SMAASA são complementadas com o recurso à captação de água subterrânea, através dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Benaciate e de Vale da Vila, localizados no aquífero de Querença-Silves e do Sistema de Captações Subterrâneas de Almádena, localizado no aquífero de Almádena-Odiáxere.

## VOLUMES CAPTADOS, PARA ASSEGURAR AS NECESSIDADES DO ABASTECIMENTO PÚBLICO AO ALGARVE, ATRAVÉS DO SMAASA

No Quadro seguinte, são apresentados os volumes totais captados pelo SMAASA, por origem de água, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, nos últimos dois anos, 2020 e 2019.

VOLUMES DE ÁGUA CAPTADOS NAS ORIGENS DE ÁGUA DO SMAASA PARA O ABASTECIMENTO PÚBLICO (M <sup>3</sup> )					
ORIGEM DE ÁGUA		ANO 2019		ANO 2020	
Superficial	Albufeira da Bravura	5 263 971	65 388 135	3 272 172	60 230 029
	Albufeira do Funcho	0		11 745 408	
	Empreendimento Hidráulico de Odeleite-Beliche	35 932 039		26 615 233	
	Albufeira de Odelouca	24 192 125		18 597 216	
Subterrânea	Aquífero de Almádena/Odeáxere	199 224	10 885 864	417 217	12 340 730
	Aquífero de Querença/Silves	10 686 640		11 923 513	
<b>Total do Abastecimento Público</b>		<b>76 273 999</b>		<b>72 570 759</b>	

Volumes de Água Captados nas Origens de Água do SMAASA, para o Abastecimento Público, entre 1 de janeiro e 31 de Dezembro de 2020 e dados do período homólogo do ano anterior.

Face aos dados apresentados, pode verificar-se que, entre 1 de janeiro e 31 de Dezembro de 2020, foram captados nas diversas origens de água do SMAASA, cerca de 72,6 hm<sup>3</sup> de água, com recurso a origens superficiais (60,2 hm<sup>3</sup>) e origens de água subterrâneas (12,3 hm<sup>3</sup>).

Pode ainda verificar-se que no ano 2020, face ao período homólogo do ano anterior, houve uma redução de cerca de 3,7 hm<sup>3</sup>, ou seja, redução de 4,8% do volume necessário captar e aduzir às Estações de Tratamento de Água (ETAs) para a produção de água para consumo humano, com vista a satisfazer as necessidades de consumo do abastecimento público da região do Algarve, o que se deverá justificar pelo contexto de saúde pública, associado à pandemia por COVID-19, que marcou o ano de 2020.

## SITUAÇÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA SUPERFICIAIS DO SMAASA

O ano hidrológico de 2019-2020 caracterizou-se como um ano seco, e na maior parte da região do algarve verificou-se a persistência da situação de seca severa, sendo que o sotavento algarvio apresentou-se em situação de seca meteorológica extrema, por vários meses consecutivos.

Deve referir-se que, nos últimos anos hidrológicos registaram-se fracas afluências na generalidade das albufeiras que constituem origens de água do SMAASA, não tendo sido possível garantir as necessárias regularizações de volumes armazenados, e acentuando-se o défice em termos de disponibilidade hídrica destas albufeiras.

O novo ano hidrológico de 2020-2021 teve um início mais auspicioso e verificaram-se, nos três primeiros meses do período húmido (outubro, novembro e dezembro 2020), episódios de precipitação, que se traduziram em afluências às albufeiras da região, e que permitiram um aumento dos volumes de água armazenados.

Na Tabela seguinte são apresentados os volumes armazenados, entre 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2020, nas albufeiras que constituem origens de água superficial do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA).

	BARRAGEM DE ODELOUCA				BARRAGEM DE ODELEITE				BARRAGEM DE BELICHE				BARRAGEM DE BRAVURA			
Capacidade Total de Armazenamento (hm <sup>3</sup> )	157,14				130,00				48,00				34,82			
Capacidade Útil de Armazenamento (hm <sup>3</sup> )	128,20				108,80				42,89				32,26			
Data	Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil	
	hm <sup>3</sup>	%	hm <sup>3</sup>	%	hm <sup>3</sup>	%	hm <sup>3</sup>	%	hm <sup>3</sup>	%	hm <sup>3</sup>	%	hm <sup>3</sup>	%	hm <sup>3</sup>	%
<b>31-12-2019</b>	<b>72,92</b>	<b>46,41%</b>	<b>43,98</b>	<b>34,31%</b>	<b>51,24</b>	<b>39,42%</b>	<b>30,04</b>	<b>27,61%</b>	<b>15,65</b>	<b>32,61%</b>	<b>10,54</b>	<b>24,58%</b>	<b>11,54</b>	<b>33,14%</b>	<b>8,98</b>	<b>27,82%</b>
31-01-2020	81,92	52,13%	52,98	41,32%	52,28	40,22%	31,08	28,57%	15,99	33,32%	10,88	25,38%	11,50	33,02%	8,93	27,70%
29-02-2020	82,96	52,80%	54,02	42,14%	50,96	39,20%	29,76	27,35%	15,54	32,38%	10,43	24,32%	11,06	31,77%	8,50	26,34%
31-03-2020	84,36	53,68%	55,42	43,23%	51,40	39,54%	30,20	27,76%	15,71	32,72%	10,60	24,71%	10,89	31,26%	8,32	25,80%
30-04-2020	90,00	57,27%	61,06	47,63%	63,79	49,07%	42,59	39,15%	19,80	41,25%	14,69	34,25%	11,11	31,89%	8,54	26,47%
31-05-2020	91,06	57,95%	62,12	48,46%	62,41	48,01%	41,21	37,88%	19,32	40,26%	14,21	33,14%	10,76	30,91%	8,20	25,42%
30-06-2020	90,43	57,55%	61,49	47,96%	57,64	44,34%	36,44	33,50%	17,72	36,92%	12,61	29,40%	9,95	28,57%	7,38	22,89%
31-07-2020	86,28	54,91%	57,34	44,73%	50,84	39,11%	29,64	27,24%	15,39	32,07%	10,28	23,97%	8,14	23,39%	5,58	17,29%
31-08-2020	82,05	52,21%	53,11	41,43%	43,48	33,44%	22,28	20,47%	12,64	26,33%	7,53	17,55%	6,37	18,30%	3,81	11,80%
30-09-2020	78,55	49,99%	49,61	38,70%	37,90	29,15%	16,70	15,35%	10,75	22,40%	5,64	13,16%	5,07	14,55%	2,50	7,76%
31-10-2020	74,71	47,54%	45,77	35,70%	41,66	32,05%	20,46	18,81%	12,06	25,13%	6,95	16,21%	4,67	13,41%	2,11	6,53%
30-11-2020	76,81	48,88%	47,87	37,34%	58,83	45,26%	37,63	34,59%	18,38	38,29%	13,27	30,93%	4,87	14,00%	2,31	7,16%
<b>31-12-2020</b>	<b>87,15</b>	<b>55,46%</b>	<b>58,21</b>	<b>45,40%</b>	<b>66,70</b>	<b>51,30%</b>	<b>45,50</b>	<b>41,82%</b>	<b>20,91</b>	<b>43,56%</b>	<b>15,80</b>	<b>36,84%</b>	<b>7,45</b>	<b>21,40%</b>	<b>4,89</b>	<b>15,15%</b>

No que se refere à albufeira da **barragem de Odelouca**, (origem exclusiva para o abastecimento público) os caudais afluentes resultantes da precipitação registada no ano hidrológico de 2019-2020 e nos três primeiros meses do presente ano hidrológico de 2020-2021 (Outubro, Novembro e Dezembro de 2020), conjugados com a redução do período anual de utilização e captação nesta albufeira (suspensa entre 7 de Janeiro e 30 de Junho de 2020), contribuíram para um incremento do seu volume total armazenado. No final do ano de 2020 o volume total de água armazenada nesta albufeira era de cerca de 87,15 hm<sup>3</sup> (a que corresponde um volume útil de 58,21 hm<sup>3</sup>), valor que permite assegurar uma reserva de água superior a um ano de consumo do abastecimento público.

Na **albufeira da Bravura** (fins-múltiplos) verificou-se que os episódios de precipitação registados no período húmido do ano hidrológico 2019-2020 pouco contribuíram para a recuperação de volumes armazenados, que permaneceram muito baixos face aos valores médios, no entanto, o novo ano hidrológico, de 2020-2021, tem sido mais favorável e nos três primeiros meses do seu período húmido verificou-se alguma recuperação dos volumes armazenados. No final de Dezembro de 2020, registava-se um volume total armazenado de cerca de 7,45 hm<sup>3</sup> (que corresponde a um volume útil de 4,9 hm<sup>3</sup>) e uma percentagem de armazenamento total de aproximadamente 21,4 %. Estes valores são ainda preocupantes, no entanto, o período húmido estende-se pelo primeiro trimestre de 2021, havendo a expectativa de que se verifiquem condições, em termos de precipitação e escoamento, que assegurem uma regularização significativa dos volumes armazenados.

No que concerne às **albufeiras de fins-múltiplos de Odeleite e de Beliche**, em termos de escassez hídrica e satisfação dos usos, a situação foi evoluindo de forma favorável, dado que nos três primeiros meses do ano hidrológico de 2020-2021 (Outubro a Dezembro de 2020) verificou-se alguma recuperação dos volumes armazenados nestas albufeiras.

A 31 de Dezembro de 2020, as albufeiras de Odeleite e Beliche apresentavam volumes totais de água armazenada de cerca de 66,7 hm<sup>3</sup> e 20,9 hm<sup>3</sup> respetivamente (a que corresponde um volume útil total, no conjunto das duas albufeiras, de cerca de 61,3 hm<sup>3</sup>).

Acresce que, no ano civil de 2020, a Águas do Algarve realizou um grande esforço, na gestão do SMAASA e no aumento da sua resiliência, quer através da transferência de volumes de água tratada pelas estações reversíveis do sistema, quer ao nível da produção nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e gestão dos pontos de entrega. Estas medidas tiveram como foco a redução dos volumes necessários captar, para o abastecimento público, nas albufeiras de Odeleite e Beliche. Paralelamente, o contexto de saúde pública, com a pandemia por Covid-19, terá também tido impacto ao nível dos consumos de água na região e na conseqüente redução dos volumes necessários captar para assegurar o abastecimento público ao Algarve. Estes fatores, conjugados, permitiram uma redução dos volumes captados pelo abastecimento público nestas albufeiras, de cerca de 26%.

No final do ano 2020, e da análise dos valores de volumes uteis disponíveis nestas albufeiras face à satisfação dos diversos usos, verificou-se que, os volumes armazenados no conjunto destas duas albufeiras, aproximaram-se dos necessários para garantia de um ano de reserva, havendo ainda a expectativa que, até ao final do período húmido do ano hidrológico de 2020-2021, se possa verificar uma regularização significativa dos mesmos.

## MEDIDAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DA SITUAÇÃO DE ESCASSEZ HÍDRICA, PELO SMAASA

A Águas do Algarve S.A. (AdA), tem sempre assumido um grande compromisso, demonstrado empenho e efetuado investimento significativo, quer na construção de novas infraestruturas, de soluções redundantes de origens de água, tratamento e adução; quer ao nível de projetos, planos, recursos, ferramentas e estratégias de gestão; para promover a melhoria na adaptação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA) aos fenómenos de escassez hídrica, característicos da região do Algarve.

Estas medidas, ainda que com custos e investimento assinaláveis, têm vindo a conferir ao SMAASA maior robustez e resiliência, melhorando a resposta a eventuais situações de emergência e contingência, e num contexto de elevada eficiência hídrica. De entre as medidas concluídas, ao longo dos últimos 15 anos, salientam-se as seguintes:

- a construção da Barragem de Odelouca;
- a construção de sistemas de captações subterrâneas, para uma gestão integrada de água superficial e subterrânea;
- a construção de 2 estações elevatórias reversíveis, para flexibilidade do SMAASA;
- a construção de reservatórios de armazenamento de água, para reforço da resiliência do sistema (entre outras medidas).

Como resultado, e apesar dos fortes condicionalismos e desafios que os anos de seca têm imposto à gestão do SMAASA, não se verificaram, nos últimos 15 anos, e até à presente data, falhas no abastecimento público de água no Algarve, na área da Concessão deste Sistema.

No entanto, em cenários de longos períodos de escassez hídrica, como os que vivenciamos nos últimos anos na região do Algarve, e que se prevê que sejam cada vez mais recorrentes (no contexto das alterações climáticas) e considerando ainda as necessidades de consumo dos demais utilizadores desta região, as soluções implementadas pela AdA para resiliência do SMAASA, podem ter necessidade de ser reforçadas, para garantia do abastecimento público de água ao Algarve.

Para fazer face a esta situação, a Águas do Algarve. S.A., em estreita articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), e no âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, tem contribuído para a identificação e implementação de um conjunto de novas soluções e medidas, de curto, médio e longo prazo, de entre as quais se destacam:

### Curto prazo:

- Promover a elaboração de um projeto para a instalação de um Sistema Temporário de Captação do Volume não utilizável/morto da albufeira de Odeleite;
- Contribuir para a Promoção da utilização de águas para reutilização (ApR) em usos urbanos não potáveis, de forma a reduzir a captação de água e a pressão sobre as atuais origens, tendo sido estabelecidos Protocolos de fornecimento neste sentido;
- Contribuir para a Avaliação da operacionalidade e definição do modelo de exploração das captações públicas de água subterrânea estratégicas para o abastecimento público, no âmbito do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Algarve (SMAASA);
- Reforçar as campanhas de sensibilização e comunicação, sobre a necessidade de redução de consumos de água na região, utilização responsável da água e aumento da eficiência hídrica.

### Médio/Longo prazo:

- Promoção de Estudo do reforço da interligação dos subsistemas de abastecimento do barlavento e do sotavento e para otimizar a transferência de água tratada no SMAASA;
- Promoção de Estudo para a Construção de uma Estação de Tratamento de Água por Dessalinização;
- Articulação com a APA no âmbito dos estudos a serem desenvolvidos por Serviços Técnicos de Especialidade, para a captação de água no Pomarão, na bacia do Guadiana;
- Articulação e colaboração com a APA, no âmbito dos estudos que esta entidade pretende promover, para a avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras, atendendo às alterações previstas para o regime de precipitação e alteração de temperatura, e a viabilidade técnica, ambiental e de sustentabilidade económica de várias soluções, que possam aumentar a reserva hídrica.

O total de água faturada aos utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, em 2020, foi de 68.208.781 m<sup>3</sup>, representando um caudal médio diário de 186.363,61 m<sup>3</sup>, sendo inferior em 8,24% em relação ao caudal médio diário de 2019.

O volume de água não faturada foi de 4.361.978 m<sup>3</sup>, representando cerca de 6,01% do total de água captada para tratamento. As perdas reais foram estimadas em 487.753 m<sup>3</sup>, representando 0,7% da água captada, representando 2,69 m<sup>3</sup>/km<sup>2</sup>/dia.

O volume total de água tratada no ano de 2020 foi de 68.771.667 m<sup>3</sup> e representou um decréscimo de 7,90% face ao ano anterior.

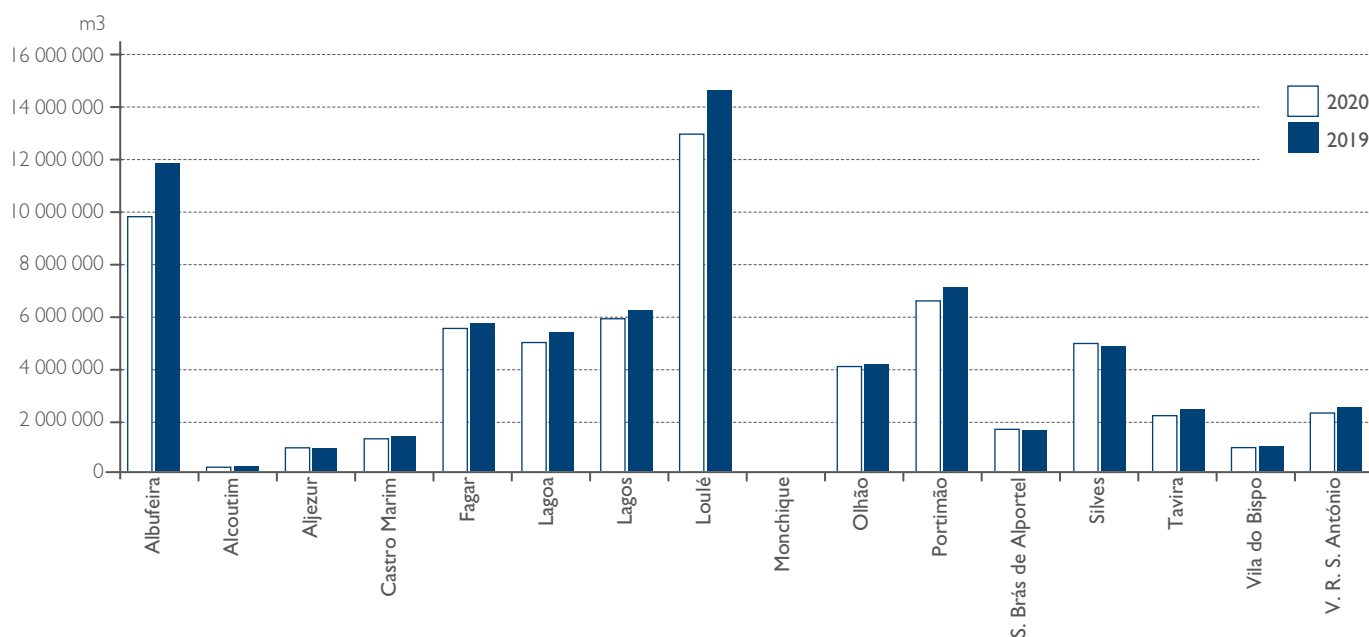
A taxa de utilização das Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta em 2020 atingiu no mês de agosto, um valor médio de 59,6% correspondente a 290.798 m<sup>3</sup>/dia, inferior em 6,1% relativamente ao ano de 2019.

Através da Interligação Reversível, foram transferidos 4.170.715 m<sup>3</sup> de água no sentido Poente – Nascente e 2.134.267 m<sup>3</sup> de água no sentido Nascente – Poente, representando uma aumento global de volumes transferidos de 6,1% face ao ano anterior.

Foi captado no furo JK8 um volume de 417.217 m<sup>3</sup> de água fornecido diretamente para adução após desinfeção.

O Gráfico seguinte apresenta a evolução global dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais no ano de 2020 face ao ano 2019.

#### EVOLUÇÃO ANUAL DO VOLUME DE ÁGUA FORNECIDA AOS UTILIZADORES MUNICIPAIS NOS ANOS 2020 E 2019 (m<sup>3</sup>)

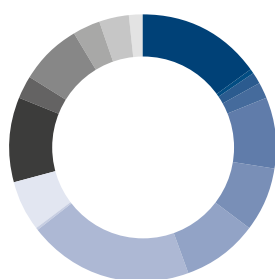


Mantém-se a forte sazonalidade no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta em época alta, com um fator de ponta de 1,55. Em 2019 o fator de ponta tinha sido de 1,55.

O Gráfico seguinte apresenta a distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2020.

#### DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FATURADA EM PORCENTAGEM POR UTILIZADORES

(2020)



Albufeira 15,22%	Lagos 9,17%	Silves 7,67%
Alcoutim 0,36%	Loulé 20,15%	Tavira 3,41%
Aljezur 1,48%	Monchique 0,08%	V. R. S. António 3,54%
Castro Marim 2,03%	Olhão 6,31%	Vila do Bispo 1,49%
Faro 8,57%	Portimão 10,21%	
Lagoa 7,74%	S. Brás de Alportel 2,57%	



O Município com maior percentagem de água faturada foi o de Loulé, incluindo as empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando cerca de 20% da água faturada no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta.

O Utilizador Municipal com maior volume fornecido foi Albufeira, representando 15% da água fornecida no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta. O Utilizador Municipal com menor volume de água fornecida foi Monchique, representando apenas 0,08% da água fornecida.

No ano de 2020 a operacionalidade do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, não registou ocorrências que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores Municipais com consequências para o abastecimento público de água superior a 6 horas.

### QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PARA CONSUMO HUMANO

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta no ano 2020 pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 99,88%, pois das 8.452 (oito mil quatrocentos e cinquenta e duas) análises efetuadas apenas (10) incumpriram com os limites da qualidade da água fornecida no âmbito do PCQA - Programa de Controlo da Qualidade da Água aprovado pela ERSAR.

### PRODUÇÃO E DESTINO FINAL DE LAMAS DO TRATAMENTO DE ÁGUA

Nas Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta foram produzidas 7 899,38 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 5 124,46 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, um acréscimo de 27% na produção de lamas e um acréscimo de 40% nas lamas encaminhadas para valorização.

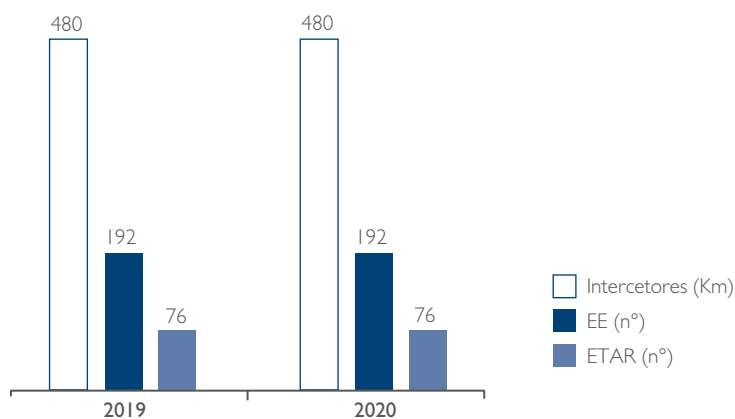
## 3.3. SANEAMENTO EM ALTA

### SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO ALGARVE

#### PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS INSTALAÇÕES

Em 2020, não há variação no número de infraestruturas comparativamente com o ano de 2019, ou seja, foram exploradas 76 ETAR, 192 EE e 480 km de intercetores.

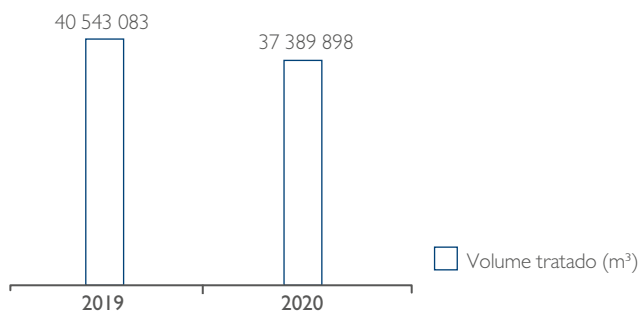
#### INFRAESTRUTURAS (2019-2020)



## VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA

Durante o ano de 2019 o volume de água residual tratada foi de 40.543.083 m<sup>3</sup> e 37.389.396 m<sup>3</sup> em 2020, o que representa uma diminuição de 7,78% face ao ano anterior. Na figura seguinte estão representados os volumes anuais (m<sup>3</sup>), em 2019 e 2020.

### VOLUME TRATADO (2019-2020)



VOLUME (M <sup>3</sup> )	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADOS
2019	2 793 244	2 766 891	2 944 835	3 342 863	3 235 867	3 473 358	4 162 483	4 787 685	3 798 419	3 285 105	2 794 131	3 158 203	40 543 083
2020	2 837 296	2 638 062	3 030 594	2 790 712	2 766 450	2 900 572	3 527 325	4 153 200	3 458 497	3 055 706	3 224 078	3 007 406	37 389 898
Diferença 2020-2019	44 053	-128 829	85 759	-552 151	-469 417	-572 786	-635 158	-634 485	-339 922	-229 399	429 946	-150 797	-3 153 186

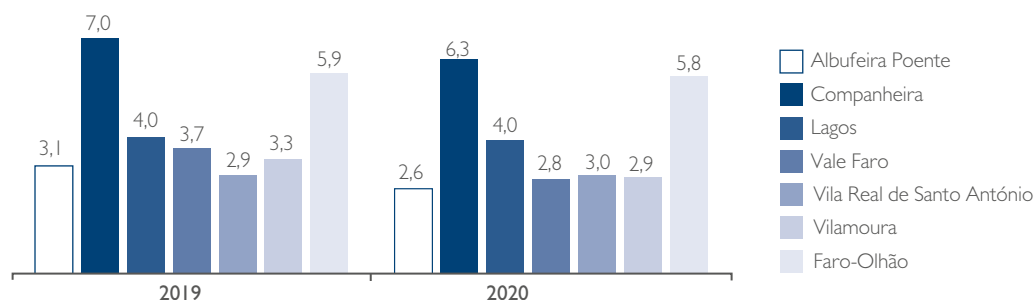
Relativamente aos valores acima, estes acrescem um volume residual de tratamento de efluentes vindo das empresas de limpa fossas.

A diminuição de volume verificada em 2020, relativamente a 2019, deve-se em grande medida à pandemia.

## VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA NAS ETAR COM CAPACIDADE SUPERIOR A 100.000 HABITANTE-EQUIVALENTE

Na figura seguinte são apresentados os volumes de água residual tratada nas ETAR do SMSA com capacidade superior a 100.000 hab-eq. (2019 e 2020)

### VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA NAS ETAR COM CAPACIDADE SUPERIOR A 100.000 hab-eq (hm<sup>3</sup>)



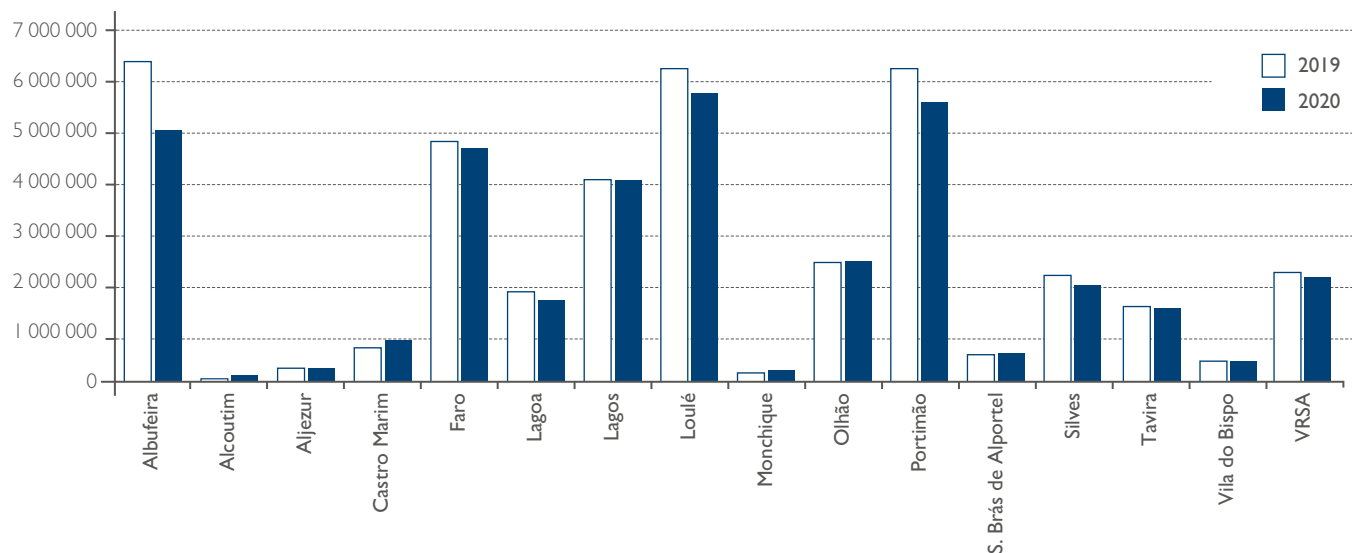
Verificaram-se diminuições nos volumes de águas residuais em todas as ETAR, exceto na ETAR de Vila Real de Santo António.

## VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL EQUIVALENTE FATURADA

Durante o ano de 2020, foi faturado aos Utilizadores do Sistema um volume de água residual de 37.389.396 m<sup>3</sup>, sendo inferior em 8 % aos caudais faturados no ano anterior.

### ÁGUA RESIDUAL EQUIVALENTE FATURADA

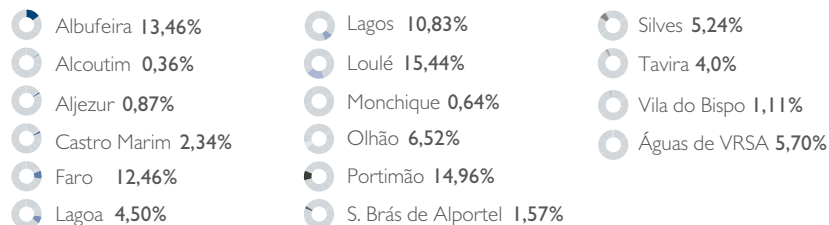
(m<sup>3</sup>)



Apresenta-se, na figura seguinte, a proporção de cada Município no volume de água residual faturada em 2020 (m<sup>3</sup>).

### ÁGUA RESIDUAL FATURADA

(m<sup>3</sup>)



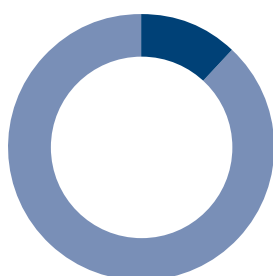
## DADOS DE EXPLORAÇÃO

### VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA POR NÍVEL DE TRATAMENTO

Relativamente ao volume de água residual tratada, verifica-se que 88% ocorreu em ETAR com o nível de tratamento secundário e 12% com um nível de tratamento terciário, conforme figura seguinte, com percentagens similares às verificadas em 2019.

### VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA POR NÍVEL DE TRATAMENTO

(%)

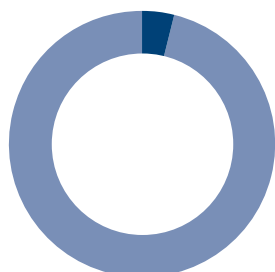




## VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA COM DESINFEÇÃO MICROBIOLÓGICA

No que respeita à desinfeção microbiológica, 96% do volume de efluente foi tratado em ETAR com sistema de desinfeção por radiação UV, sistema de cloração associado e/ou em lagoas de maturação.

### VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA COM DESINFEÇÃO MICROBIOLÓGICA

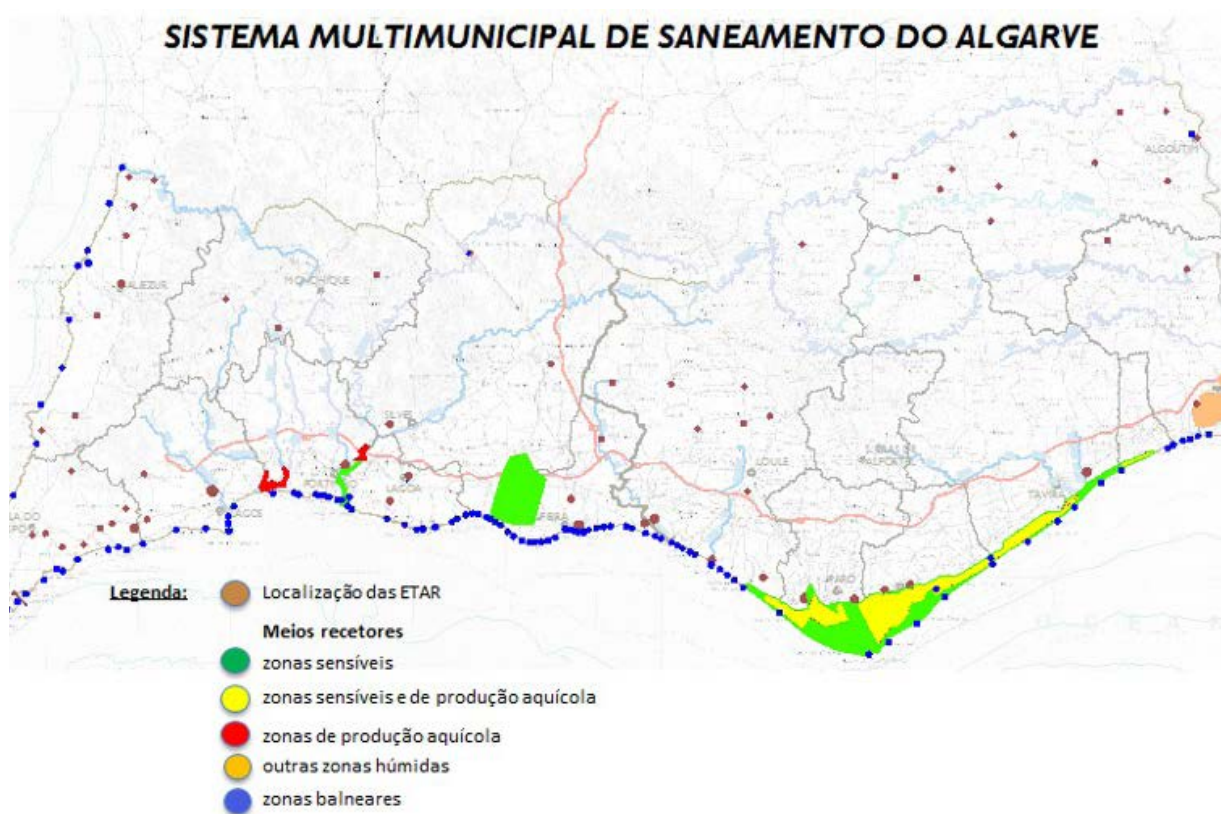
(%)



-  Sem desinfeção 4%
-  Com desinfeção 96%

## LOCALIZAÇÃO DAS ETAR E DOS MEIOS RECETORES

A localização das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis em zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.



### CAPACIDADE INSTALADA (M<sup>3</sup>/DIA)

(%)



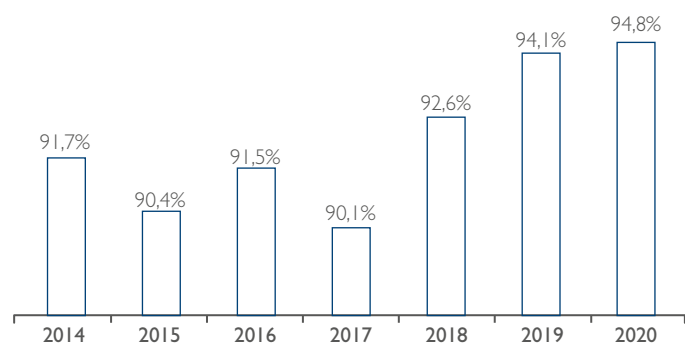
### CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DE DESCARGA

Em 2020 efetuaram-se 8.774 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores, no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O cumprimento dos parâmetros de descarga, desde 2014, é apresentado na figura seguinte.

### CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DE DESCARGA

(%)



### SISTEMAS DE DESODORIZAÇÃO NO SMSA

Nas figuras seguintes apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante-equivalente) e EE com sistemas de desodorização.

### SISTEMA DE DESODORIZAÇÃO EM ETAR - CAPACIDADE INSTALADA

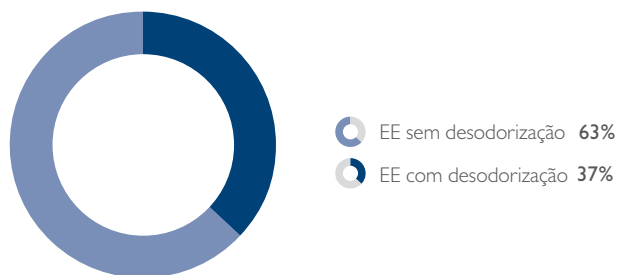
(%)



Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 76% das ETAR têm sistemas de desodorização.

### SISTEMA DE DESODORIZAÇÃO EE

(%)



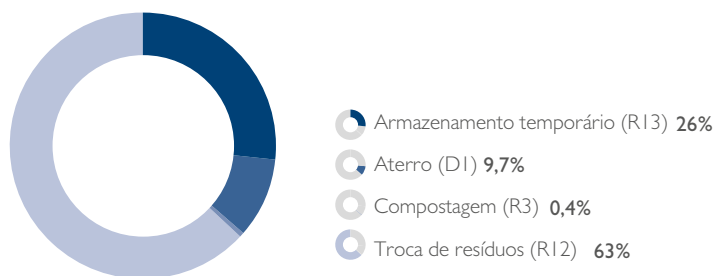
Relativamente às Estações Elevatórias, 71 têm sistemas de desodorização (37% do total).

### RESÍDUOS

Em 2020 foram geradas e transportadas para destino final adequado 37.527 toneladas de lamas, representando um decréscimo de 18%, quando comparado com o valor de 2019 (45.902 toneladas de lamas), devido à diminuição de caudais afluentes às ETAR.

### DESTINO DAS LAMAS

(%)



As lamas têm como destino final preferencial as operações de valorização de resíduos R12 e R13.

### PRODUÇÃO DE BIOGÁS

A única instalação onde é feito o aproveitamento energético do biogás é a ETAR de Lagos. O volume de biogás e a energia produzida foram os seguintes:

- Volume de biogás produzido: 91.324 m<sup>3</sup>;
- Não houve lugar à produção de energia, dado que o sistema de cogeração esteve fora de serviço.

### MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL E DE SAÚDE PÚBLICA

No âmbito deste descritor destacam-se as medidas mais relevantes de 2020:

- Monitorizações efetuadas nos âmbitos das Declarações de Impacte Ambiental das ETAR de Albufeira Poente, Companheira e de Faro-Olhão;
- Monitorização da avifauna nas lagoas das ETAR de Faro-Olhão e de Vilamoura.

No âmbito do programa de prevenção de doenças transmitidas por artrópodes, controlo vetorial de mosquitos, procedeu-se, entre maio e outubro, nas ETAR do SMSA à aplicação de larvicida biológico e ao corte de vegetação, bem como a monitorização periódica dos locais propícios ao aparecimento de larvas de mosquitos.

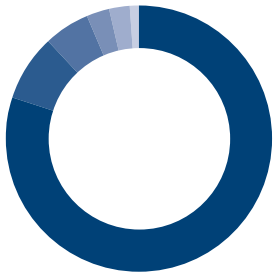
## MANUTENÇÃO SANEAMENTO

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SMSA, no ano de 2020, realizaram-se 14.253 intervenções, num total de 22.869 equipamentos instalados.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizado e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

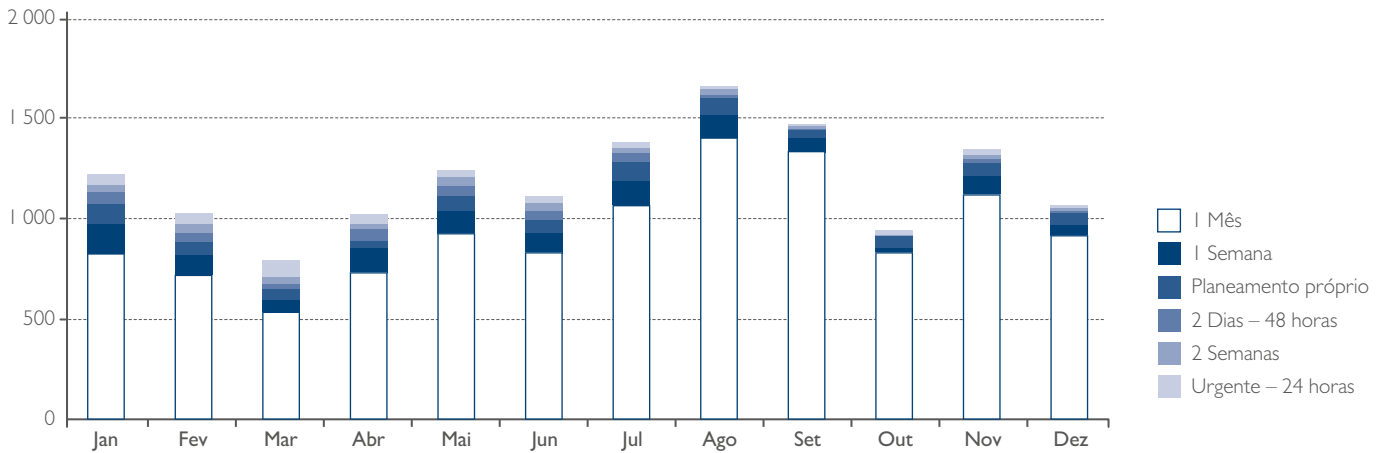
### O.Ts. POR GRAU DE URGÊNCIA

(%)



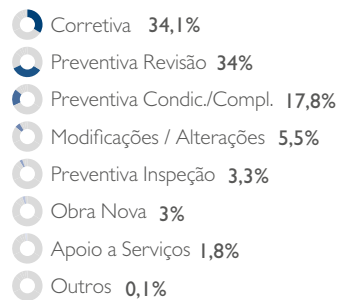
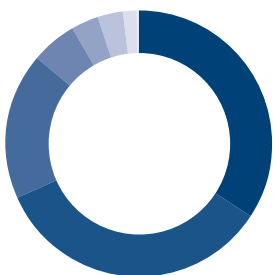
### O.TS. ABERTAS POR GRAU DE URGÊNCIA

(Nº O.Ts.)



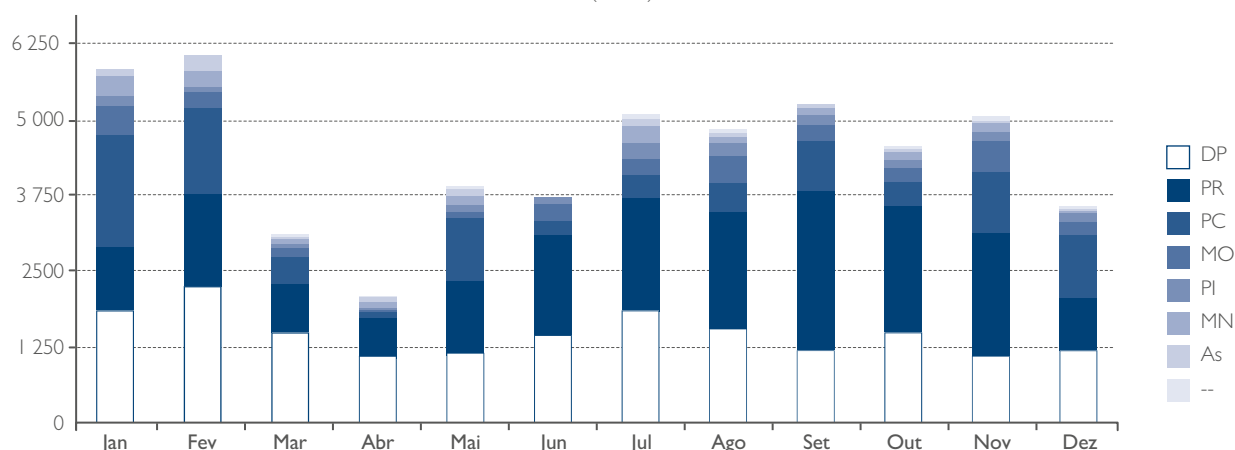
### Hh's POR TIPO DE TRABALHO

(%)



### MÃO OBRA POR TIPO DE TRABALHO

(Horas)



TIPO DE TRABALHO	HH'S
Preventiva	38 166
Apoio a serviços	3 775
Modificações	10 658
Corretiva	25 081
<b>Total</b>	<b>77 680</b>

TIPO DE TRABALHO	HH'S
Rotina	12 137
Urgência	1 777
<b>Total</b>	<b>13 914</b>

DADOS	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3	ZONA 4	TOTAL
Intervenções (OT Fechadas)	3 037	3 479	4 027	3 365	13 908
Equipamentos	3 320	6 377	5 084	5 670	20 361
EEAR's	27	47	44	73	191
ETAR's	17	16	10	22	65

## 3.4. OUTROS NEGÓCIOS

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares, da prestação de serviços de análises do laboratório, da venda de Lixiviados e limpa-fossas e da renda de cabodutos.

## 4- SUSTENTABILIDADE

### 4.1. ENQUADRAMENTO

A Sustentabilidade no Grupo AdP é parte integrante da estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a qualidade dos nossos serviços, ao longo do tempo, está alicerçada nas nossas preocupações éticas, sociais, laborais económicas e ambientais.



Sendo a água um dos recursos naturais mais preciosos é, consequentemente, um direito humano consagrado pela ONU, assim como o Saneamento assumindo o ODS 6 uma importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Assim, o Grupo Águas de Portugal que tem por missão prestar serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento e enquanto grupo empresarial com maior impacto na vida dos Portugueses, está bem ciente da enorme responsabilidade inerente a estas atividades essenciais à qualidade de vida e da saúde das pessoas, ao desenvolvimento das atividades económicas e à preservação do ambiente, contribuindo ao longo das últimas décadas para uma profunda transformação do setor em Portugal. Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos parceiros (stakeholders), elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS e entendemos que somos parte da solução para essa concretização.

2020 foi um ano conturbado e muito marcado pela Pandemia. Neste contexto de incerteza, prosseguimos o nosso caminho adaptando os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, qualidade de serviço e de eficiência. Mas o Grupo Águas de Portugal com a sua experiência e conhecimento acumulado, levou a cabo o seu compromisso de **prestar serviços críticos e essenciais de uma forma ininterrupta com o empenho e espírito de missão, dos nossos/as trabalhadores/as** que na linha da frente estão garantindo a continuidade das operações.

**“Nunca parámos”.** Caiu sobre nós uma acrescida responsabilidade pois os nossos serviços são o garante da saúde pública. Implementámos em tempo os Planos de contingência em todas as empresas do Grupo de forma a garantir uma resposta eficaz na minimização do impacto de potenciais riscos para a saúde dos nossos/as trabalhadores/as bem como para a continuidade das nossas atividades. Reajustámos a operação, garantimos a segurança e saúde dos nossos/as trabalhadores/as tanto das estruturas operacionais como aos que podiam exercer as suas funções em trabalho remoto. Disponibilizámos EPIs adequados, apoio psicológico, ginástica laboral,... entre outros a todos os nossos/as trabalhadores/as.

**Readaptámo-nos para garantir que nunca faltasse água na torneira dos Portugueses e que as suas águas residuais fossem tratadas.**

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP redefinida em 2017 resultou da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Foi definida a análise de materialidade, identificados os principais desafios do grupo e definidos os seus Princípios e Compromissos.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP disponível em [www.adp.pt](http://www.adp.pt).

De forma a enfrentar os grandes desafios sociais associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente, impõe-se uma evolução do paradigma, rumo que assumimos no Quadro Estratégico de Compromisso onde sistematizamos a nossa visão para 2030. Em 2021 iremos rever a na nossa estratégia de sustentabilidade com base nos desafios definidos no Quadro Estratégico de Compromisso os nossos compromissos e metas 2021-2023.

## ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE 2017-2020

O Grupo AdP definiu a sua estratégia baseada no conceito de simbioses. Acreditamos que a sustentabilidade se consegue criando simbioses com os acionistas e clientes, com os colaboradores, com as demais partes interessadas e com o ambiente, com quem tem uma relação de estreita interdependência.



Simbiose é uma relação mutuamente vantajosa entre dois ou mais organismos vivos de espécies diferentes. Na relação simbiótica, os organismos agem ativamente em conjunto para proveito mútuo.

## EM SIMBIOSE COM AMBIENTE

### Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

#### Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

### Contribuímos para o combate às alterações climáticas

#### Compromissos:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

## SIMBIOSE COM OS ACIONISTAS E CLIENTES

### Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

#### Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

### Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

#### Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

## SIMBIOSE COM OS COLABORADORES

### Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

#### Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

## SIMBIOSE COM A COMUNIDADE

### Promovemos a aproximação crescente à comunidade

#### Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

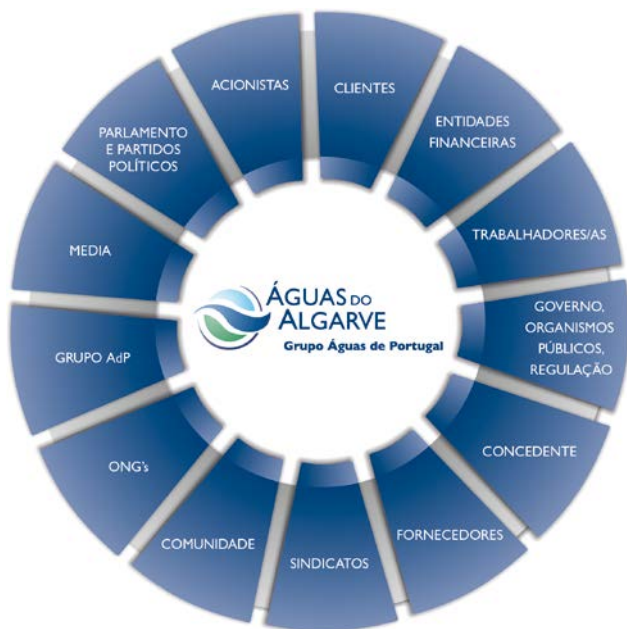
Em 2020 a Águas do Algarve, continuou a desenvolver a sua estratégia em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2017/2020, acima descritos, tendo focalizado a sua atenção na:

- **Eficiência no Uso da Água** - Prevenção e redução das perdas físicas de água, aumentando a taxa de reutilização de água residual tratada, nomeadamente a nível interno como água de serviço e água para rega e a disponibilização da água para usos externos;
- **Projetos de I&D** - Execução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que visam desenvolver, testar e aplicar soluções nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais com o objetivo de melhorar o controlo e a capacidade previsional dos mesmos, reduzir os consumos energéticos e a respetiva pegada de carbono, reduzir a produção de lamas de depuração e a recuperação de subprodutos decorrentes dos processos de tratamento;
- **Eficiência Energética** – Continuação do investimento na redução da dependência energética do exterior, com a utilização de fontes de energia renováveis. Adequação de condições de funcionamento e de consumos energéticos de alguns equipamentos com vista à redução dos respetivos consumos;

- **Gestão de Resíduos** - Continuação da redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
- **Responsabilidade Social** – Em tempos de pandemia, a AdA contribuiu para a garantia de acesso ao ensino à distância dos filhos dos trabalhadores/as, proporcionando ainda a flexibilização do trabalho remoto como forma de promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- **Segurança e Saúde no Trabalho** – Para além da disponibilização contínua de EPIs e desinfetantes adequados à prevenção da contaminação com o novo coronavírus, foi reforçada a presença do Médico do Trabalho nas nossas instalações, criado um Grupo teams específico para assuntos Covid-19 e efetuado um protocolo com um laboratório de análises clínicas que permitiu a testagem de trabalhadores/as, sempre que essa testagem não era possível através do SNS.

## 4.2. STAKEHOLDERS/PARTES INTERESSADAS

A Águas do Algarve, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



### DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A Águas do Algarve, S.A. cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

## 4.3. GESTÃO DO RISCO

“Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade.” COSO 2013

A Águas do Algarve, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Águas do Algarve, S.A. se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, foi dada continuidade em 2020 à implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo, assente no CUBO do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



### AMBIENTE DE CONTROLO

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCl.

### AVALIAÇÃO DOS RISCOS

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

### ATIVIDADES DE CONTROLO

- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar: i) as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade; ii) o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

### INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa;
- Os sistemas de informação são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

### MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

- Avaliação da qualidade de desempenho do SCl ao longo do tempo.
- Assegurar a adequação e eficácia do SCl de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

No âmbito do projeto, em 2020 foi concluído o mapeamento dos 13 processos prioritários e identificados os eventos de riscos, os riscos e controlos implementados na sua mitigação, em duas empresas piloto. Com base nessa informação, foi iniciado o trabalho de mapeamento desses processos nas restantes empresas do Grupo, incluindo na Águas do Algarve, S.A., tendo sido definido um cronograma temporal para a sua concretização, cuja conclusão se encontra prevista para o final do 3.º trimestre de 2021. Este trabalho contempla o necessário ajuste à realidade dos riscos e controlos implementados na empresa.

Paralelamente foi elaborado o relatório de definição das métricas a utilizar futuramente na avaliação anual do SCl, bem como a versão base do Manual de Controlo Interno do Grupo, o qual apenas estará concluído, quando se encontrar finalizado o mapeamento de todos os processos identificados como críticos no âmbito do Sistema de Controlo Interno.

No seguimento encontra-se prevista a conclusão da avaliação preliminar sobre o controlo interno efetuada na empresa e o início do mapeamento dos restantes processos, identificados como críticos no âmbito do Modelo de Controlo Interno do Grupo AdP, novamente com recurso a duas empresas piloto.

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se o as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas do Algarve, S.A. sobre o desempenho do SCl.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na Águas do Algarve, S.A., permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

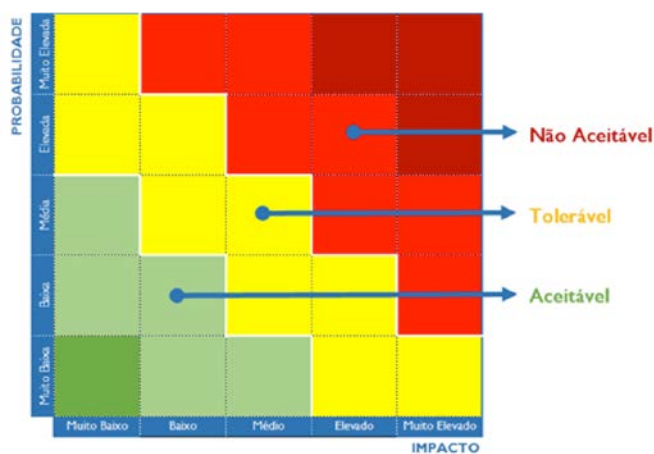
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:

Classes	Governança	Estratégia & Planeamento	Operacional/ Infraestrutura	Conformidade	Reporte	
Categorias	Governança Corporativa	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Ativos	Conformidade	Reporte	
	Ética	Fatores Externos	Gestão Financeira			
		Estratégia	Recursos Humanos			
		Planeamento	Tecnologias de Informação			
			Legal			
			Desenvolvimento de Produtos e Serviços			
			Marketing, Vendas e Comunicação			
			Supply Chain			

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCl instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar;
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco;
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Algarve, S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas do Algarve, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Em virtude da implementação do SCl no Grupo AdP, no qual se pretende que a empresa mantenha o seu foco para garantir a sua adequada concretização, e da situação pandémica observada, foi definido não proceder à avaliação do risco em 2020. Considerando a avaliação do risco efetuada em 2018, alguns dos principais riscos a que a Águas do Algarve, S.A. se encontra exposta, são os seguintes:

#### • R.2.1.2 - Impacto ambiental

Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.

#### • R.3.4.1 - Gestão da saúde pública

Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento.

- **R.2.2.3 - Catástrofe**

Risco de ocorrência de eventos catastróficos com impacto ao nível da continuidade do negócio.

- **R.3.6.2 - Capacidade técnica e humana**

Risco de não atingimento dos objetivos definidos para a Organização, decorrente da dificuldade na manutenção e gestão dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados e suficientes para a operação do negócio.

- **R.3.6.1 - Capacidade instalada**

Risco de dificuldade na prestação dos serviços e perdas financeiras, decorrente da capacidade instalada se encontrar desadequada face às necessidades atuais do meio em que se insere.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto da ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

## 4.4. ATIVIDADE OPERACIONAL

### 4.4.1. LABORATÓRIO

A atividade e complexidade do trabalho do Laboratório tem vindo a crescer, de forma sistemática, ao longo dos últimos anos, tendo-se registado um aumento do volume de colheitas e análises de cerca de 43%, entre 2015 e 2019. Em 2020, e contrariando esta tendência, verificou-se um decréscimo de atividade devido, entre outros, aos impactos da Crise COVID-19, em particular às limitações de pessoal em trabalho presencial e o elevado absentismo que originaram reduções do nº de análises legais e operacionais e constantes alterações no planeamento de análises dos diversos clientes. Todavia, o Laboratório manteve a maioria da equipa em trabalho presencial, ao longo de todo o ano e assegurou a monitorização da qualidade da água no SMAAA, e origens, e do SMSA e respetivos meios recetores, como descrito a seguir.

#### CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E RESPATIVAS ORIGENS

O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da Organização Mundial de Saúde, as especificações do Regulador ERSAR e do Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000), e ainda as especificações da Certificação do produto “Água para consumo humano”, segundo a Recomendação nº02/2011, da ERSAR.

A monitorização da qualidade da água para consumo humano da empresa Águas do Algarve, S.A., abrange o controlo legal e operacional e incide sobre as etapas de tratamento das 4 ETA e todos os pontos do sistema de adução, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA).

De acordo com o definido nos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais (no âmbito da Diretiva Quadro da Água), é também responsabilidade da AdA a monitorização da qualidade das águas de origem nas albufeiras de Odelouca, Sistema de Odeleite / Beliche e nos sistemas de captação de águas subterrâneas de Vale da Vila, Benaciate e JK8 (Lagos).

O controlo analítico necessário para garantir a qualidade da água captada, produzida e distribuída, pela AdA é efetuado pelo Laboratório, que garante a realização de todas as colheitas e análises incluídas nos diversos planos. Para a monitorização da qualidade da água do SMAAA e das respetivas origens, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragem com cerca de 250 pontos de colheita, tendo processado, em 2020, um total de cerca de 90.000 análises nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), em águas naturais e para consumo humano. Das análises realizadas no SMAAA, e respetivas origens, apenas 14 % foram contratadas a outros laboratórios externos.

É ainda de salientar o arranque do flotador, o novo órgão de tratamento da ETA de Alcantarilha, no final de 2020, que originou um acréscimo significativo do nº de colheitas e análises solicitadas ao Laboratório.

#### CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUAS RESIDUAIS

O controlo da qualidade das águas residuais do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA e respetivos meios recetores e emissários.

A monitorização da qualidade das águas residuais incide sobre o controlo legal e operacional das 4 zonas do SMSA. Em 2020, o Laboratório da AdA foi responsável pelas colheitas e análises de âmbito legal das ETAR das 4 zonas, do SMSA, e também pelas colheitas e análises referentes aos planos analíticos de controlo operacional das ETAR das zonas 2 e 3 (até Março de 2020), com exceção da ETAR de Faro-Olhão, que mantém um plano analítico de controlo operacional.

Para monitorização da qualidade das águas residuais, e meios recetores, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragem de cerca de 400 pontos de colheita, situados em ETAR's, (85%) e meios hídricos recetores (cerca de 15%).

O controlo da qualidade da água do SMSA, ao longo de 2020, implicou a realização de cerca de 19.000 análises, nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), das quais cerca de 9% foram contratadas a laboratórios externos. Em 2020, verificou-se um decréscimo significativo do volume de análises referentes ao SMSA, devido à alteração do regime de exploração do Sistema de Saneamento, a partir de Abril 2020 e também devido aos impactos da crise COVID-19, como referido anteriormente.

#### **ATIVIDADE COMPLEMENTAR – VENDA DE ANÁLISES PARA CLIENTES EXTERNOS**

O Laboratório da AdA encontra-se, desde 2012, habilitado para o exercício da atividade complementar de “realização de análises laboratoriais para clientes externos” na sequência de uma autorização do Concedente.

Ao abrigo desta autorização, o Laboratório da AdA tem vindo a prestar serviços de análises para clientes externos, entre os quais se destaca a empresa Águas Públicas do Alentejo (AgdA).

#### **QUALIDADE DA ÁGUA – REDES INTERNAS ADA**

É também responsabilidade do Laboratório a monitorização da qualidade da água consumida internamente nas diversas instalações da AdA, através de uma rede que inclui 116 pontos de colheita e no âmbito da qual se realizaram 2576 análises, ao longo do ano 2020.

#### **MÉTODOS IMPLEMENTADOS NO LABORATÓRIO DA ADA**

Com o objetivo de garantir a monitorização e controlo da qualidade da água, o Laboratório da AdA tem atualmente implementados 485 ensaios/determinações analíticas, que utiliza regularmente na análise dos diversos tipos de águas e subprodutos de tratamento (i.e. águas naturais, águas de consumo, águas residuais, águas de piscina e balneares, lamas e reagentes de processo).

#### **ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO - NORMA NP EN ISO/IEC 17025**

De modo a satisfazer as exigências regulamentares, e legais, aplicáveis ao setor Águas, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado, desde 2006, pela norma NP EN ISO/IEC 17025, com o certificado IPAC n° L0400.

O Laboratório da AdA mantém um total de 281 ensaios/determinações analíticas acreditadas - nas áreas técnicas da físico-química, microbiologia e biologia - para os produtos águas naturais, águas de consumo, águas residuais, balneares e piscinas. Adicionalmente, mantém a acreditação de colheita de amostras para os diversos parâmetros analisados nas águas para consumo humano e naturais (superficiais e subterrâneas).

Tal como em anos anteriores, e de forma a garantir uma resposta contínua às exigências de controlo de qualidade da água, o Laboratório tem vindo a adequar a acreditação de parâmetros às normas e Legislação em vigor.

Com este fim, foi submetido ao IPAC um pedido de extensão do âmbito da acreditação para adequação de alguns ensaios e colheita de amostras para novos parâmetros na auditoria externa de 2020.

#### **CONTROLO DE QUALIDADE EXTERNO DO LABORATÓRIO**

O Laboratório participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo de análises. Este tipo de ensaios permite comparar os desempenhos entre Laboratórios a nível mundial e assim garantir e evidenciar a qualidade das análises efetuadas no Laboratório. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), os resultados destas participações permitem também validar as metodologias dos ensaios acreditados, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA manteve, durante o ano de 2020, muito bom desempenho nas várias participações em EIL's.

#### **COLABORAÇÕES, PROTOCOLOS E PROJETOS**

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 / Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a coordenação da referida Equipa (ESA). Participa ainda no projeto de Certificação do Produto “Água para consumo humano”, de acordo com a Recomendação ERSAR 02/2011.



No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados – com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho.

À semelhança do efetuado em anos anteriores, manteve-se durante o ano de 2020 a colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades e Escolas, através dos quais foram planeados estágios curriculares para 2021, dada a impossibilidade de realização de estágios em 2020 devido à crise COVID-19.

O Laboratório participou ainda em projetos de I&D da AdA identificados no ponto B.4.7 deste Relatório.

## **4.4.2. MANUTENÇÃO**

### **4.4.2.1. MANUTENÇÃO NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2020 os Serviços de Manutenção da área água, afeto à Direção de Gestão de Ativos, deram continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e HACCP no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

A Prestação de Serviços de Manutenção é efetuada em regime de Outsourcing.

A 30 de junho de 2020 terminou o contrato da Prestação de Serviços de Manutenção que existia com a empresa BE WATER, S.A. desde 2015.

No seguimento de concurso público realizado no final de 2019, foi contratada uma nova Prestação de Serviços, cujo concorrente vencedor foi novamente a empresa BE WATER, S.A.

Tendo em conta os requisitos legais e as demoras processuais, a nova Prestação de Serviços só se iniciou a 1 de outubro de 2020, tendo-se recorrido a um Ajuste Direto com a mesma empresa para assegurar os serviços de manutenção nos 3 meses entre julho e setembro.

Devido à pandemia do COVID-19, com os regimes de confinamento e restrições verificadas ao longo do ano e a ativação do plano de contingência interno, os Serviços de Manutenção redefiniram prioridades de atuação de forma a garantir a operacionalidade das instalações.

Para os técnicos de gestão foi dada prioridade ao teletrabalho e para os técnicos operacionais foram colocados meios de prevenção para atuação em caso de contaminação dos operacionais de campo.

Nesse sentido, foram reduzidas as grandes revisões preventivas de equipamentos menos críticos e dada prioridade às inspeções de rotina, de forma a identificar sinais que pudessem conduzir a eventuais avarias, permitindo uma atempada atuação direcionada para a sua reparação, com o mínimo de interferências nos sistemas.

No ano de 2020 realizaram-se 13.240 intervenções de manutenção, abrangendo 4 ETAs, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, 18 furos de captação e 425km de adutores, com um total de 13.765 equipamentos ativos.

Em 2020, na área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 77%, o que representa uma redução de 16% em relação a 2019, justificada pela redução nas Revisões Preventivas, no seguimento do plano de contingência implementado devido à pandemia do COVID-19.

De salientar o esforço efetuado, mesmo com as restrições da pandemia, no sentido de manter toda a instrumentação analítica (313 equipamentos) em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 5.610 intervenções Preventivas e 230 intervenções Corretivas, que originaram 19.588 ensaios comparativos com Equipamento Padrão.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

### Hh's POR TIPO DE TRABALHO

(%)



### MANUTENÇÃO - HH'S POR TIPO DE TRABALHO (ABASTECIMENTO)

TIPO DE TRABALHO	HH'S
Preventiva	66 248
Apoio a serviços	3 089
Modificações	1 738
Corretiva	8 804
<b>Total</b>	<b>79 879</b>

### OT's POR GRAU DE URGÊNCIA

(%)



### MANUTENÇÃO - GRAU DE URGÊNCIA - OT'S (ABASTECIMENTO)

TIPO DE TRABALHO	HH'S
Rotina	11 689
Urgência	1 551
<b>Total</b>	<b>13 240</b>

Relativamente ao ano anterior, verificou-se a estabilização dos valores percentuais da mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva em 83% e de 11% para a manutenção corretiva, embora em valores absolutos tenha havido uma redução de 9.295 horas x homem (HH's), resultante da redução de meios humanos ao serviço, com a colocação de meios de prevenção em casa, no seguimento do plano de contingência da pandemia.

No entanto verifica-se que, embora não se tendo realizado várias revisões preventivas, a aposta na intensificação das inspeções de rotina foi suficiente para precaver eventuais avarias imprevistas, sendo que a relação percentual de manutenção preventiva e corretiva manteve-se igual á do ano anterior.

Com os constrangimentos da situação pandémica, houve também uma redução de mão-de-obra utilizada em trabalhos de modificações e melhorias, assim como de apoio a serviços.

Como já referido anteriormente, em 2020, na área de negócio água, conseguiu-se um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 77%, o que representa uma redução de 16% em relação a 2019, justificada pela redução nas revisões preventivas, no seguimento do plano de contingência implementado devido à pandemia do COVID-19.

O número de intervenções Urgentes (com prazo de reparação imediato ou até 48 horas) aumentou em 4% em relação ao ano anterior, fixando-se agora em 12%. Este aumento justifica-se pela redução de ordens de trabalho das revisões preventivas, geralmente classificadas como de rotina, com prazos de resposta mais dilatados no tempo.

### **OUTRAS INTERVENÇÕES:**

Além da atividade de manutenção, os Serviços de Manutenção da Direção de Gestão de Ativos também têm contribuído com o seu apoio em vários projetos e obras em curso nas instalações da Águas do Algarve, com especial destaque em 2020 para as obras de construção do Flotador na ETA de Alcantarilha e para a obra de implementação da nova Telegestão das instalações de tratamento e abastecimento de água.

No Sistema do Aproveitamento Hidráulico Odeleite-Beliche (A.H.O.B.) foi efetuada em março de 2020 a revisão geral da Subestação de 60kV da Estação Elevatória N.º 1 (EE1), contrato resultado de uma consulta prévia, no valor de 15.510 mil euros.



Subestação da EE1 (A.H.O.B.) – 60kV - 2 x 16 MVA

#### **4.4.2.1. MANUTENÇÃO NO SANEAMENTO**

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SMSA, no ano de 2020, realizaram-se 13.908 intervenções, num total de 20.361 equipamentos instalados.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizado e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

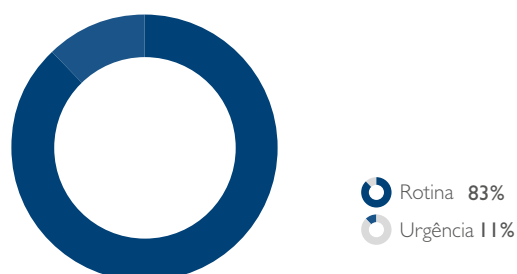
### HH's POR TIPO DE TRABALHO (SANEAMENTO)

(%)



### OT's POR GRAU DE URGÊNCIA (SANEAMENTO)

(%)



TIPO DE TRABALHO	HH'S
Preventiva	38 166
Apoio a serviços	3 775
Modificações	10 658
Corretiva	25 081
<b>Total</b>	<b>77 680</b>

TIPO DE TRABALHO	HH'S
Rotina	12 137
Urgência	1 777
<b>Total</b>	<b>13 914</b>

DADOS	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3	ZONA 4	TOTAL
Intervenções (OT Fechadas)	3 078	3 235	3 786	4 677	14 776
Equipamentos	3 451	6 530	5 175	5 810	20 966
EEARs	27	47	44	73	191
ETARs	17	16	10	22	65

### 4.4.3. INVESTIMENTO

A componente de investimentos tem-se revelado de elevada importância na continuidade do bom nível de serviço prestado à região do Algarve e na concretização dos compromissos assumidos para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

No ano de 2020 os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis atingiram o valor de 7,5 milhões de euros, correspondente a uma realização física de 50% face ao orçamento inicialmente previsto para o ano, o que em muito contribuiu o facto de não se ter concretizado a integração das infraestruturas de VRSA, que estavam previstas para dezembro de 2020, assim como pelo facto de se ter adiado o investimento que estava previsto realizar referente à Central de Desidratação de Lamas da ETAR da Companheira e antecipado o investimento da Central de Secagem Solar de VRSA, por se considerar de maior relevância estratégica, e para o qual foi lançado um procedimento por Concessão-Construção. O atraso no início da empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos, devido ao processo de impugnação administrativa imposto por um dos concorrentes, também contribuiu para a baixa realização física do ano de 2020.

#### INVESTIMENTO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Durante o ano de 2020, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema de Abastecimento de Água, foi realizado um investimento total de cerca de 3,2 milhões de euros, em que em muito contribuiu a execução física de empreitadas como:

- a. Beneficiações da ETA de Alcantarilha;
- b. Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA - Fase I;
- c. Ampliação da Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha.

#### INVESTIMENTO NO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No ano de 2020, relativamente ao Sistema de Saneamento, foi executado um investimento de cerca de 3,3 milhões de euros, para o qual contribuiu a continuidade de empreitadas, das quais se destacam:

- a. Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão
- b. Reabilitação de Caixas de Visita;
- c. Reabilitação Intercetor Ibis-Aeroporto (Lote B);

Foram ainda iniciadas as empreitadas de:

- a. Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve – 1º contrato;
- b. Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto (Lote A);
- c. Reparação do Emissário Submarino do Carvoeiro.

No que diz respeito à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade à sua contratação a empresas da especialidade, dando-se como exemplo a contratação do projeto referente à “EXECUÇÃO DA EE PARA A REUTILIZAÇÃO DE EFLUENTE – ETAR DE VRSA”, cujo investimento é considerado de relevância estratégica para a Águas do Algarve, S.A., no âmbito do Ciclo Urbano da Água.

#### PERSPETIVAS DE INVESTIMENTO PARA 2021

O ano de 2021 continuará a ser um ano muito importante para a Águas do Algarve, S.A. estando previsto um total de investimento de cerca de 15,3 milhões de euros.

**As obras mais importantes a realizar, em 2021, são:**

#### SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA (conclusão);
- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio (início);
- Nova Reserva do Barlavento (início).

## SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão (conclusão);
- Reabilitação da ETAR de Lagos (início);
- Estação Elevatória, desinfeção, adução e pontos de entrega: reutilização da água tratada na ETAR de Vila Real de Santo António (início);
- Reabilitação de Coletores da Zona 4 - Fase 2 - Monte Canelas, Pontealgar e Esteveira (início);
- Central de secagem solar de lamas da ETAR da de Vila Real de Santo António (início).

### 4.4.4. GESTÃO DE ENERGIA

A gestão de energia continua a ser uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, para garantir a sustentabilidade das operações de tratamento e abastecimento de água potável e de saneamento de águas residuais. O grupo AdP, onde está inserida a AdA com um consumo anual de energia elétrica perto dos 91 GWh e que representam pouco mais de 10% do grupo AdP, é o maior consumidor público de energia elétrica (perto de 780 GWh) o que equivale a 1,5% do consumo de energia elétrica no país.

No seguimento da estratégia do grupo AdP, das metas europeias e do governo português para a sustentabilidade ambiental e de neutralidade carbónica, tem a AdA adotado algumas iniciativas por forma a implementar a neutralidade e autossustentabilidade energética baseada na redução dos consumos por via do aumento da eficiência e no investimento em produção de energia própria 100% renovável.

Assim desde o ano de 2017 a AdA elaborou o seu Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE), e que se manteve em implementação durante o ano de 2020 faltando concluir 3 atividades com destaque para a implementação da norma ISO 50001, contribuindo para a melhoria das condições ambientais e na eficiência dos processos e a implementação de um sistema centralizado de medição e controlo de energia contribuindo para a digitalização.

O PEPE Algarve (Plano de Eficiência e Produção de Energia da Águas do Algarve, S.A.), com a implementação das 53 medidas de eficiência energética previstas, proporcionarão, a redução de 2,6 GWh no consumo de energia elétrica anual, de forma transversal a empresa, o que corresponderá a uma redução dos gastos com energia em 260 mil euros. O PEPE terá igualmente um impacto favorável do ponto de vista ambiental já que as medidas previstas irão poupar cerca 650 Tep (toneladas equivalentes de petróleo), o que equivale a cerca de 1222 Ton equivalentes de CO<sub>2</sub> emitidas para a atmosfera. O investimento previsto no plano era de 632 mil euros até ao final de 2020.

Também, e de acordo com a Diretiva 4/2019 da ERSE, esta entidade implementou o Projeto Piloto de Reserva de Regulação, no qual a AdA está a participar desde Outubro 2020. Com este projeto pretende-se adquirir energia a preços reduzidos em determinados períodos horários ao longo do dia de acordo com a gestão nacional do diagrama de carga feita pela REN.

Em baixo apresenta-se o quadro de resultados obtidos. A AdA até ao momento, e apesar de ter entrado recentemente, conseguiu poupar 5079 € com a redução do custo de energia conseguido:

EMPRESA	TENSÃO	INFRAESTRUTURA	ACUMULADO DESDE O INÍCIO DO PROJETO PILOTO							
			OFERTAS N.º	MOBILIZAÇÕES			PREÇOS UNITÁRIOS (EUR/MWH)			POUPANÇA (EUR)
				N.º	%	(MWH)	R.R	EVITADO	POUPANÇA	
AdNorte	AT	ETA de Areias de Vilar	647	396	61%	555,8	35,21	87,62	52,41	29 129
AdDP	AT	ETA de Lever	895	434	48%	1870,6	35,45	86,04	50,59	94 635
	MT	EE de Jovim	700	321	46%	414,6	35,89	101,83	65,94	27 339
AdCL	MT	ETA da Boavista	119	53	45%	53	38,08	109,35	71,27	3 777
AdA	AT	EE de Beliche	127	49	39%	124,5	36,13	76,93	40,79	5 079
<b>TOTAL</b>			<b>2488</b>	<b>1 253</b>	<b>50%</b>	<b>3 018,5</b>	<b>35,54</b>	<b>88,53</b>	<b>52,99</b>	<b>159 959</b>

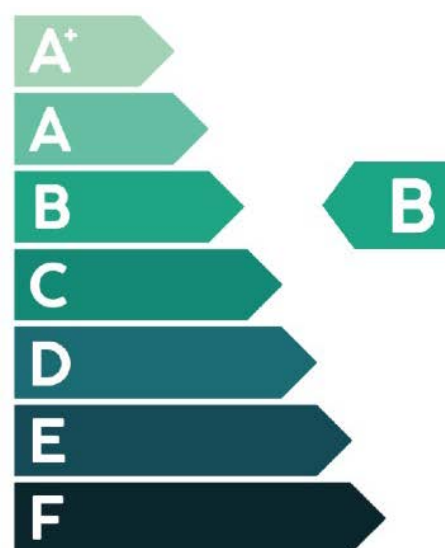
EMPRESA	TENSÃO	INFRAESTRUTURA	ÚLTIMA SEMANA (27/DEZ A 03/JAN)							
			OFERTAS N.º	MOBILIZAÇÕES			PREÇOS UNITÁRIOS (EUR/MWH)			POUPANÇA (EUR)
				N.º	%	(MWH)	R.R	EVITADO	POUPANÇA	
AdNorte	AT	ETA de Areias de Vilar	0	0	0%	0	0,00	0,00	0,00	0
AdDP	AT	ETA de Lever	35	7	20%	32,7	33,67	70,64	36,97	1 209
	MT	EE de Jovim	30	5	17%	7	34,82	79,33	44,51	312
AdCL	MT	ETA da Boavista	6	0	0%	0	0,00	0,00	0,00	0
AdA	AT	EE de Beliche	6	0	0%	0	0,00	0,00	0,00	0
<b>TOTAL</b>			<b>77</b>	<b>12</b>	<b>16%</b>	<b>39,7</b>	<b>33,87</b>	<b>72,18</b>	<b>38,30</b>	<b>1 521</b>

Na área da mobilidade elétrica, as viaturas elétricas adquiridas, 14 viaturas ligeiras de passageiros e 2 viaturas ligeiras de mercadorias encontram-se ao serviço de todos os setores da empresa, e percorreram no ano de 2020 de 169.732 km, onde as viaturas ligeiras de passageiros percorreram 150.570 km e as viaturas de mercadorias 19.162 km. A utilização das viaturas elétricas implicou um consumo de energia elétrica de 30.830 kWh o que correspondem à emissão de 14 Ton de CO<sub>2</sub> para a atmosfera. Comparando com as viaturas 16 viaturas com motor térmico convencional, se as mesmas tivessem sido mantidas ao serviço, seriam responsáveis, considerando a mesma quantidade de quilómetros (169.732 km), pela emissão de 37 Ton de CO<sub>2</sub> para a atmosfera. A substituição das viaturas, permitiu assim evitar uma emissão de 22 Ton de CO<sub>2</sub> para a atmosfera.

#### MOBILIDADE ELÉTRICA

VEICULOS	ADALGARVE		VEICULOS CONVENCIONAIS		VEICULOS ELÉTRICOS		RESULTADOS	
	Nº DE VIATURAS	KM'S (MÉDIA ANUAL)	COMBUSTIVEL (LITROS)	T CO <sub>2</sub>	ENERGIA KW H	T CO <sub>2</sub>	REDUÇÃO T CO <sub>2</sub>	%
veiculos M1 (passageiros)	14	150 570	12 046	32,52	26 842	12,62	19,91	-61,2%
veiculos N1 (mercadorias)	2	19 162	1 533	4,14	3 988	1,87	2,26	-54,7%
	<b>16</b>	<b>169 732</b>	<b>13 579</b>	<b>37</b>	<b>30 830</b>	<b>14</b>	<b>22</b>	<b>-60,5%</b>

Na área da certificação da frota, em 2020 a AdA manteve a certificação de toda a frota automóvel de viaturas de serviço da AdA. Trata-se de um sistema de etiquetagem energética da frota (SEEF) que tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, a melhoria do desempenho energético e ambiental das frotas nacionais e, a redução do consumo de combustível e custos associados ao sector dos transportes.



Na área da produção de energia elétrica renovável, até 2023 está prevista a instalação de mais 16 centrais fotovoltaicas que permitirão produzir perto de 9 GWh/ano a crescer aos 2GWh que atualmente a AdA já produz nas 60 centrais fotovoltaicas existentes na empresa. Será um investimento que rondará os 4 milhões de euros, e que depois da sua entrada em funcionamento poderá reduzir até 700 mil euros/ano nos gastos com energia da empresa.

A ampliação da central fotovoltaica da ETA de Alcantarilha entrou serviço em 2020, conta com mais de 186 kW de potência instalada, para além da segunda fase de ampliação desta central que acresce 45 kW, a capacidade já instalada. Esta última aproveitou o espaço disponível na cobertura de um novo edifício construído na sequência da introdução de mais um órgão de tratamento naquela Estação de Tratamento de Água. Após a concretização destes projetos, a AdA produzirá perto de 11 GWh/ano o que representará uma autonomia energética perto dos 12% dos consumos totais de energia elétrica da empresa e uma poupança de recursos financeiros na ordem de 1 milhão de euro/ano, assim com evitar a emissão anual de 5170 Ton de CO<sub>2</sub> para a atmosfera.

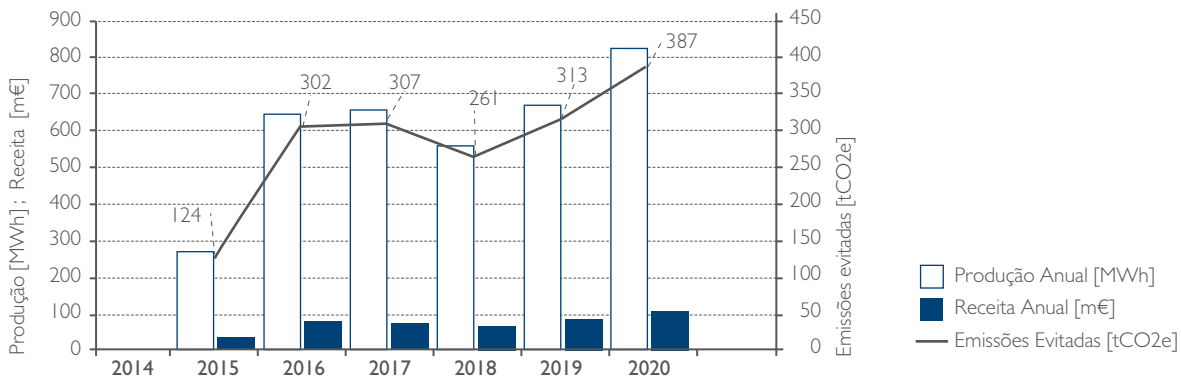
INFRAESTRUTURA	ÁREA			POTÊNCIA A INSTALAR		CAPEX		OPEX (EUR)	VAL (EUR)	TIR (%)	PAY-BACK (ANOS)
	ÚTIL (M²)	USADA (M²)	(%)	PICO (KWP)	INVERSOR (KWAC)	BASE (EUR)	ADICIONAL (EUR)				
ETAR VRSA	9 000	6 680	74,2%	500	444	350 000	0	237 750	181 268	16,1%	6,5
ETAR Faro Noroeste	9 700	4 542	46,8%	340	301	238 000	0	161 670	127 655	16,3%	6,4
ETA Fontaihas	1 600	1 603	100,2%	120	101	84 000	0	57 060	63 639	19,3%	5,6
EE Sto Estevão - flutuante	23 000	7 816	34,0%	585	492	555 750	0	278 168	63 126	10,6%	8,7
ETAR de Almargem	3 000	2 939	98,0%	220	180	154 000	0	104 610	108 096	18,5%	5,9
EE de Loulé	4 300	4 275	99,4%	320	299	224 000	0	152 160	100 678	15,2%	6,7
ETAR Nascente de Olhão	1 450	1 336	92,1%	100	81	70 000	0	47 550	50 019	18,7%	5,8
EE da Mosqueira	1 850	1 603	86,7%	120	100	84 000	0	57 060	27 772	13,6%	7,2
EE I Beliche	10 000	9 886	98,9%	740	594	518 000	0	351 870	183 433	14,0%	7,1
ETAR Companheira	7 000	6 947	99,2%	520	418	364 000	0	247 260	287 003	19,7%	5,6
ETAR Faro/Olhão	10 000	9 886	98,9%	740	600	518 000	0	351 870	376 790	18,9%	5,7
ETAR de Lagos	4 100	4 008	97,8%	300	259	210 000	0	142 650	119 852	16,8%	6,3
ETAR de Loulé	1 500	1 470	98,0%	110	93	77 000	0	52 305	58 591	19,4%	5,6
EE RI6	4 000	1 336	33,4%	100	80	70 000	0	47 550	21 575	13,3%	7,4
EE de Farrobo	1 000	935	93,5%	70	59	49 000	0	33 285	29 141	17,2%	6,1
EE de Estoi	500	468	93,5%	35	29	24 500	0	16 643	15 356	17,6%	6,0

Em baixo apresenta-se os quadros de valores das produções de energias renováveis registadas em 2020

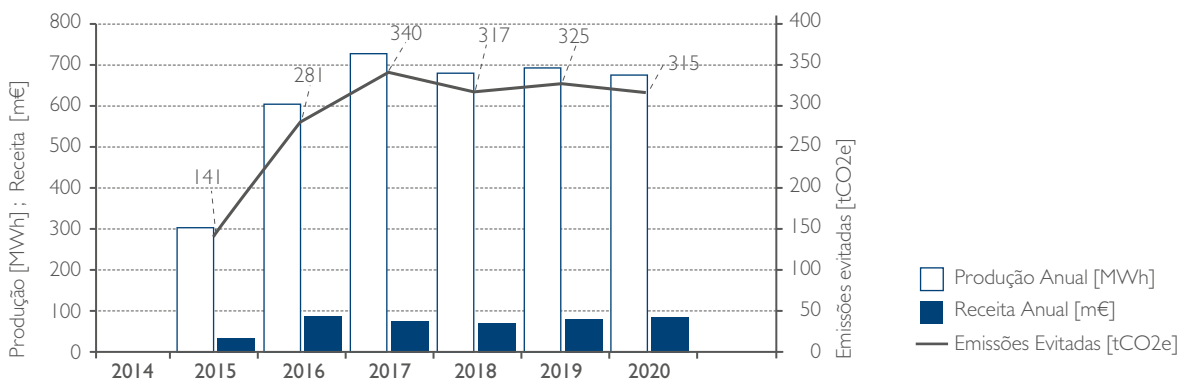
ANO	UPAC PRODUÇÃO FOTOVOLTAICA ETA ALCANTARILHA			UPAC PRODUÇÃO FOTOVOLTAICA ETA TAVIRA			UPAC PRODUÇÃO FOTOVOLTAICA ETAR FARO/OLHÃO		
	PRODUÇÃO ANUAL [MWH]	RECEITA ANUAL [M€]	EMISSIONES EVITADAS [TCO <sub>2</sub> E]	PRODUÇÃO ANUAL [MWH]	RECEITA ANUAL [M€]	EMISSIONES EVITADAS [TCO <sub>2</sub> E]	PRODUÇÃO ANUAL [MWH]	RECEITA ANUAL [M€]	EMISSIONES EVITADAS [TCO <sub>2</sub> E]
2012									
2013									
2014									
2015	263,2	30,04	124	300,4	34,297	141	0,0	0,00	0
2016	642,5	71,06	302	598,3	85,022	281	0,0	0,00	0
2017	654,0	65,52	307	723,0	74,648	340	0,0	0,00	0
2018	556,3	58,48	261	673,6	69,394	317	0,0	0,00	0
2019	665,3	79,14	313	690,6	83,774	325	47,9	5,82	22
2020	823,6	101,830	387	670,2	82,619	315	111,8	14,54	53
<b>Total</b>	<b>3 605</b>	<b>406</b>	<b>1 694</b>	<b>3 656</b>	<b>430</b>	<b>1 718</b>	<b>160</b>	<b>20</b>	<b>75</b>



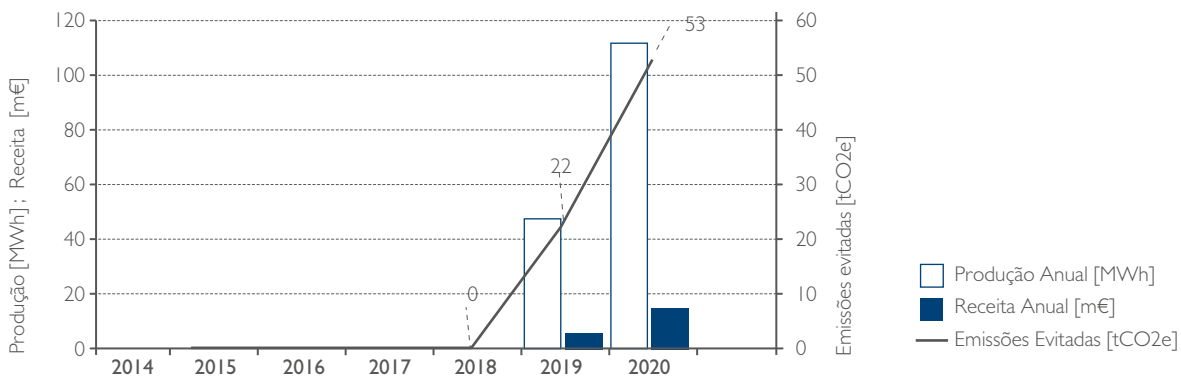
### PRODUÇÃO UPAC ETA DE ALCANTARILHA



### PRODUÇÃO UPAC ETA DE TAVIRA

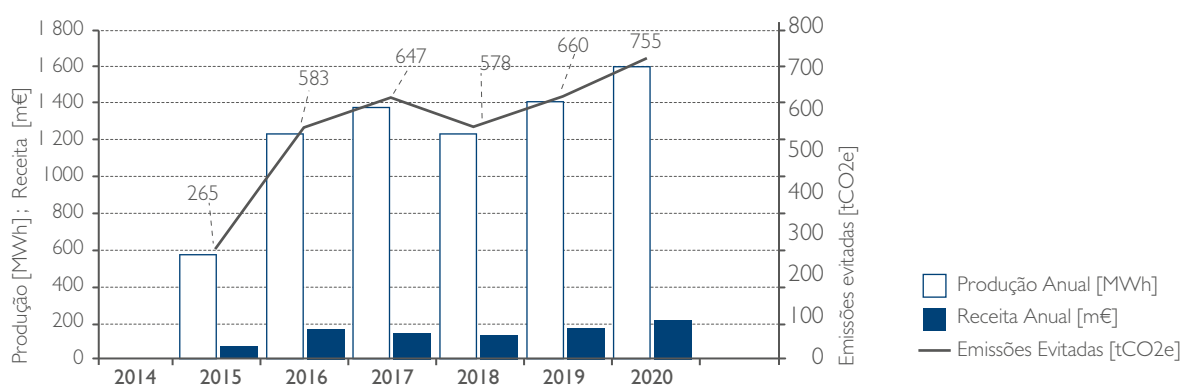


### PRODUÇÃO UPAC ETA DE FARO/OLHÃO

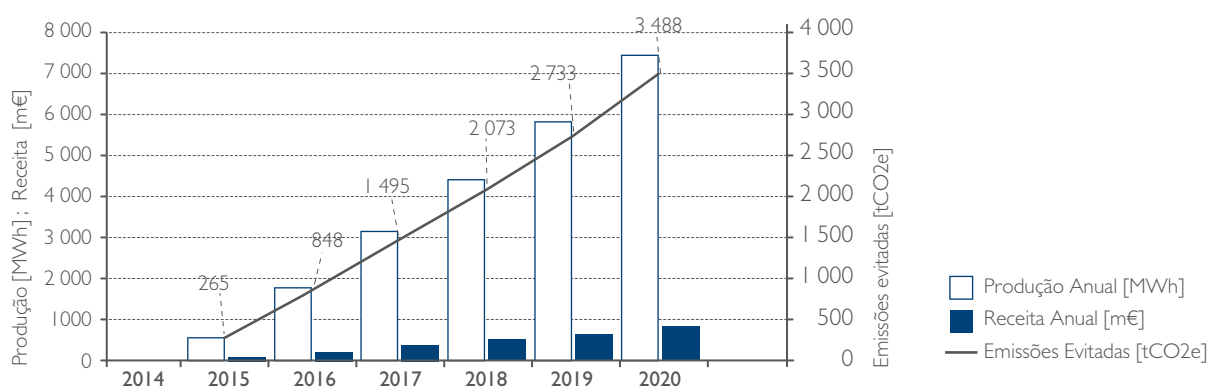


ANO	UPAC PRODUÇÃO TOTAL FOTOVOLTAICAS			UPAC PRODUÇÃO TOTAL ACUMULADAS FOTOVOLTAICA		
	PRODUÇÃO ANUAL [MWH]	RECEITA ANUAL [M€]	EMISSIONES EVITADAS [TCO <sub>2</sub> E]	PRODUÇÃO ANUAL ACUMULADA [MWH]	RECEITA ANUAL ACUMULADA [M€]	EMISSIONES EVITADAS ACUMULADA [TCO <sub>2</sub> E]
2012						
2013						
2014						
2015	563,6	64,34	265	563,6	64,3	265
2016	1 240,7	156,08	583	1 804,3	220,4	848
2017	1 377,0	140,17	647	3 181,4	360,6	1 495
2018	1 229,9	127,87	578	4 411,3	488,5	2 073
2019	1 403,8	168,70	660	5 815,1	657,2	2 733
2020	1 605,6	199,0	88	7 420,6	856,2	3 488
<b>Total</b>	<b>7 421</b>	<b>856</b>	<b>3 488</b>			

### PRODUÇÃO UPAC TOTAIS FOTOVOLTAICAS

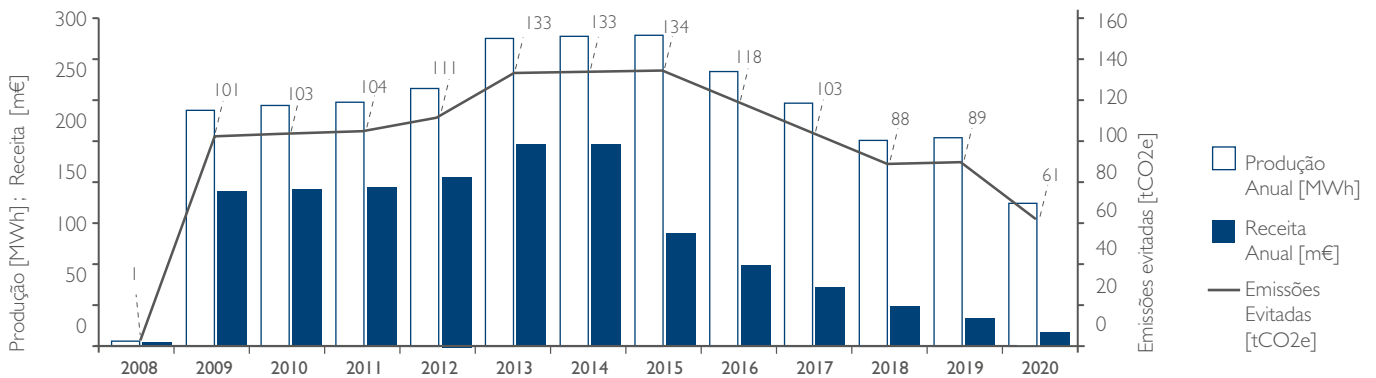


### PRODUÇÃO UPAC TOTAIS ACUMULADOS FOTOVOLTAICAS



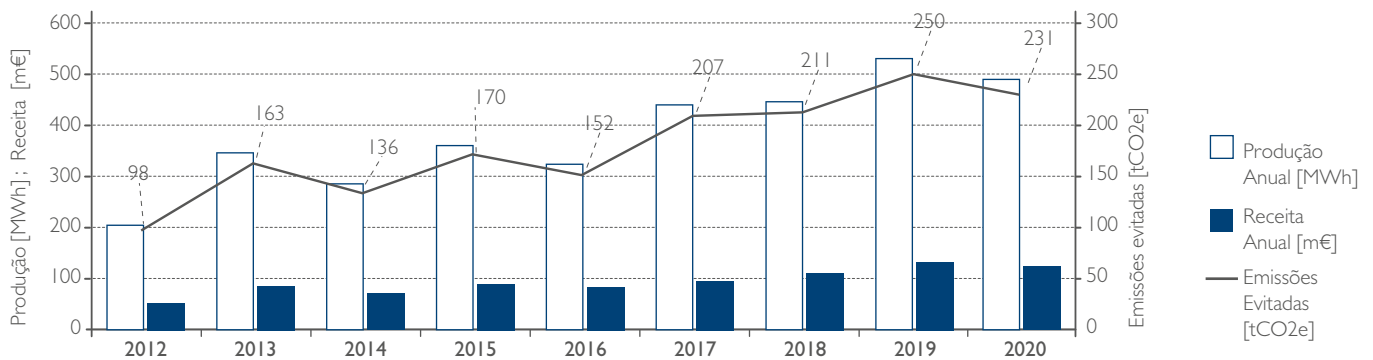
ANO	PRODUÇÃO TOTAL [MWH]	MICROPRODUÇÃO	
		RECEITA ANUAL [M€]	EMISSÕES EVITADAS [TCO <sub>2</sub> E]
2008	3	2	1
2009	215	140	101
2010	220	143	103
2011	222	144	104
2012	236	153	111
2013	282	183	133
2014	283	184	133
2015	284	100	134
2016	251	72	118
2017	218	51	103
2018	187	34	88
2019	189	24	89
2020	130	11	61
<b>Total</b>	<b>2 721</b>	<b>1 241</b>	<b>1 279</b>

### MICROPRODUÇÃO



ANO	MINIPRODUÇÃO FOTOVOLTAICA		
	PRODUÇÃO TOTAL [MWH]	RECEITA ANUAL [M€]	EMISSÕES EVITADAS [tCO <sub>2</sub> E]
2012	208	52	98
2013	347	87	163
2014	289	72	136
2015	363	91	170
2016	324	81	152
2017	441	97	207
2018	397	99	186
2019	291	73	137
2020	492	123	231
<b>Total</b>	<b>2 419</b>	<b>591</b>	<b>1 137</b>

### MINIPRODUÇÃO FOTOVOLTAICA



Também a AdA vai participar no plano de neutralidade energética do grupo AdP. É um plano que visa atingir a neutralidade energética ao nível das empresas que constituem o grupo AdP, até 2030. Este plano prevê a criação de uma comunidade de energia onde será permitido, em caso de necessidade, que algumas empresas do grupo possam adquirir a sua energia no seio da comunidade e outras possam vender para a comunidade. Dado o forte potencial da AdA na produção de energia, a expectativa reside no facto de podermos vir a ser um forte vendedor de energia para esta comunidade

Este plano prevê as seguintes áreas de atuação:

- Na eficiência energética com uma redução prevista de 160 GWh/ano e com um investimento perto dos 40 milhões de euros;
- Na frota automóvel com a substituição de cerca de 2/3 da frota atual por viaturas elétricas;
- Na produção de energia elétrica 100% renováveis com uma produção prevista 687 GWh onde 122 GWh serão produzidos na AdA. Os investimentos totais rondarão os 290 milhões de euros sendo que perto de 70 milhões de euros serão investidos pela AdA;
- As energias renováveis previstas são as seguintes:
  - Energia eólica – 116 GWh;
  - Energia Hidrica – 45 GWh;
  - Energia Solar – 478 GWh;
  - Energia através do Biogás – 48 GWh.

Este plano deverá estar totalmente implantado em 2030, onde os proveitos previstos com a poupança de recursos com a compra de energia elétrica que hoje ainda acontece, representarão perto de 5,4 M€/ano para todo o grupo AdP sendo no final do horizonte do projeto em 2045 os proveitos acumulados serão de 86 milhões de euros.

#### 4.4.5. COMPRAS E LOGÍSTICA

As funções e competências do Departamento de Compras e Logística, baseiam-se essencialmente na execução de todas as tarefas inerentes ao Processo de Compras e Logística que diariamente são desenvolvidas no intuito de dar resposta às necessidades das várias Áreas Requiritantes, tendo em linha de conta todo o processo de "Procurement" implementado na AdA, nomeadamente através da condução das ações necessárias à contratação, utilizando as ferramentas colocadas à sua disposição, tais como a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, SAP e iPortalDoc, na estrita observância dos preceitos regulados pela atual legislação de contratação pública, o que se traduz nas seguintes tarefas/funções:

- a) Garantir que os procedimentos de aquisição a realizar se encontram enquadrados dentro do regime de contratação em vigor e nas regras refletidas nas Instruções de Trabalho (IT's) aprovadas pela AdA;
- b) Efetuar a tramitação dos procedimentos pré-contratuais na respetiva plataforma eletrónica, ou através de correio eletrónico, de acordo com as regras fixadas nas IT's;
- c) Validar e processar a informação de origem na Área Requiritante, via requisição de compra SAP, elaborando e emitindo os respetivos Contratos Básicos e proceder ao envio da nota de encomenda às Áreas Requiritantes, que promovem ao seu envio ao adjudicatário;
- d) Zelar pelo bom funcionamento do fluxo de compra SAP, identificando e reportando em plataforma própria (PACO) as anomalias que coloquem em risco o processo de contratação pública por incumprimento da legislação aplicável, ou por forma a fomentar uma melhoria contínua do próprio fluxo;
- e) Promover as ações necessárias, no intuito de fornecer uma resposta adequada aos pedidos de apoio dos utilizadores SAP, no que diz respeito à criação de requisições de compra, liberação de contratos e utilização das ferramentas de pesquisa dos diversos documentos;
- f) Propor soluções à medida para a redução dos procedimentos de baixo valor, como é o caso dos Ajustes Diretos Regime Simplificado (ADRS) por forma a conseguir sinergias e alcançar benefícios económico-financeiros para a empresa.

Por se considerar uma boa prática, potenciada pelos princípios da qualidade, seguindo o exigido pela norma ISO 9001, a DAF-DCL produziu em 2016, no momento da sua criação, um conjunto de documentos de suporte à contratação pública, nomeadamente o Processo de Compras da Águas do Algarve, S.A., um conjunto de instruções de trabalho, fluxogramas que tinham o intuito de definir a evolução de todos o processo de compra consoante o tipo de procedimento escolhido e respetivas minutas padronizadas.

##### 4.4.5.1 VALORES CONTRATUALIZADOS DURANTE O ANO DE 2020.

Durante o ano de 2020 foram desenvolvidos pela DAF-DCL um conjunto de processos aquisitivos que se traduziram num valor global de contratações de aproximadamente 136 M€ (cento e trinta e seis milhões de euros), correspondendo a um número total de Contratos Básico SAP de 1 089.

Do universo de procedimentos pré-contratuais conduzidos pela DAF-DCL há a destacar os que conduziram à celebração dos seguintes contratos:

- a) Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema de Saneamento do Algarve (Zona Nascente -Lote 1), no valor de 41.776.518,36 EUR + IVA;
- b) Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema de Saneamento do Algarve (Zona Poente -Lote 2), no valor de 58.478.073,60 EUR + IVA;

- c) Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, no valor de 6.506.518,38 EUR + IVA;
- d) Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de lamas – Lote I, no valor de 3.725.392,00 EUR + IVA;
- e) Empreitada para a construção da Nova Reserva do Barlavento, no valor de 2.391.030,19 EUR + IVA;
- f) Aquisição de coagulantes para tratamento de água para consumo humano – lotes I e 2, no valor de 2.211.148,00 EUR + IVA

#### 4.4.5.1.1 POR TIPO DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL

TIPO DE PROCEDIMENTO	VALOR ADJUDICADO(EUR)
Ajuste Directo-Critério Material	11 434.577,63
Ajuste Directo-Regime Geral	262 801,68
Ajuste Direto ao Abrigo Acordo Quadro	6 529,30
Ajuste Direto Simplificado	564 970,27
Ajuste direto simplificado COVID 19	149 727,80
Concurso Público	11 8361 892,76
Consulta Prévia	659 716,79
Contratação Excluída	2 329 899,24
Setor Especial	2 065 297,00
<b>Total</b>	<b>136 035 412,47</b>

#### 4.4.5.1.2 NÚMERO DE PROCEDIMENTOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL

TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º DE PROCEDIMENTOS
Ajuste Direto Simplificado	466
Setor Especial	434
Ajuste direto simplificado COVID 19	53
Contratação Excluída	51
Concurso Público	25
Consulta Prévia	22
Ajuste Directo-Regime Geral	20
Ajuste Directo-Critério Material	17
Ajuste Direto ao Abrigo Acordo Quadro	1
<b>Total</b>	<b>1089</b>

#### 4.4.6. MEDIDAS DE EFICIÊNCIA EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE

Em 2020 a Águas do Algarve, continuou a desenvolver a sua estratégia em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2017/2020, acima descritos, tendo focalizado a sua atenção na:

- **Eficiência no Uso da Água** - Prevenção e redução das perdas físicas de água, aumentando a taxa de reutilização de água residual tratada, nomeadamente a nível interno como água de serviço e água para rega e a disponibilização da água para usos externos;
- **Projetos de I&D** - Execução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que visam desenvolver, testar e aplicar soluções nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais com o objetivo de melhorar o controlo e a capacidade previsional dos mesmos, reduzir os consumos energéticos e a respetiva pegada de carbono, reduzir a produção de lamas de depuração e a recuperação de subprodutos decorrentes dos processos de tratamento;
- **Eficiência Energética** - Continuação do investimento na redução da dependência energética do exterior, com a utilização de fontes de energia renováveis. Adequação de condições de funcionamento e de consumos energéticos de alguns equipamentos com vista à redução dos respetivos consumos;
- **Gestão de Resíduos** - Continuação da redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
- **Responsabilidade Social** - Em tempos de pandemia, a AdA contribuiu para a garantia de acesso ao ensino à distância dos filhos dos trabalhadores/as, proporcionando ainda a flexibilização do trabalho remoto como forma de promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;

- **Segurança e Saúde no Trabalho** - Para além da disponibilização contínua de EPIs e desinfetantes adequados à prevenção da contaminação com o novo coronavírus, foi reforçada a presença do Médico do Trabalho nas nossas instalações, criado um Grupo teams específico para assuntos Covid-19 e efetuado um protocolo com um laboratório de análises clínicas que permitiu a testagem de trabalhadores/as, sempre que essa testagem não era possível através do SNS.

#### 4.4.7. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

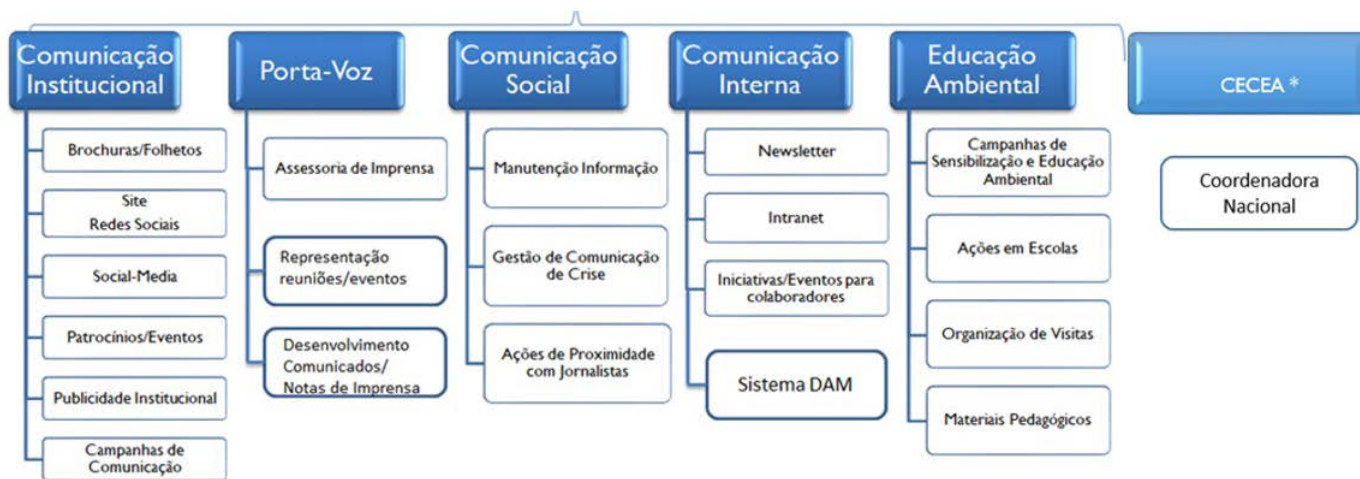
A Águas do Algarve, S.A. focalizou as suas atividades de 2020 com as partes interessadas em duas áreas:

- No âmbito da Comunicação, todas as atividades desenvolvidas tiveram como objetivos principais a manutenção da imagem, reforço de identidade, de valores e divulgação da atividade da Empresa na região, junto dos seus públicos interno (empregados) e externo (comunidade local, fornecedores, clientes, investidores, entidades públicas e cidadãos em geral), com base na estratégia interna e externa de comunicação e relacionamento, aprovada pela Administração;
- No âmbito da Educação Ambiental, esta é assumida pela empresa como sendo uma ferramenta necessária para alcançar o desenvolvimento da sociedade rumo à competitividade sustentável, pois contribui de forma decisiva para a construção de novos valores e atitudes, voltados para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução dos seus problemas ambientais e sociais. Os valores intrínsecos à educação ambiental contribuem para a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente. A empresa nas diversas ações que preconiza na região algarvia, integra o envolvimento de todas as camadas da população: família, escola e sociedade.

#### METODOLOGIA

As ações desenvolvidas em 2020 foram estruturadas de forma a abranger toda a população incluindo campanhas direcionadas para a população em geral e população escolar das diversas faixas etárias. Durante 2020, para além da realização própria de ações, a Águas do Algarve, S.A. recorreu também à realização de parcerias com entidades externas, complementando conhecimentos, agregando competências e conseqüentemente mais resultados atingidos. Todas as ações foram organizadas e desenvolvidas dentro das possibilidades permitidas pela pandemia Covid-19.

#### ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DO GABINETE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL



\* (Comissão Especial de Comunicação e Educação Ambiental - APDA)

#### A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional tem uma importância cada vez maior naquela que é a reputação e a imagem da Águas do Algarve, S.A., sendo a mesma um tónico para a preservação do valor e da marca da empresa a nível regional, nacional e internacional, a mesma é diariamente gerida de forma refletida e criteriosa.

Para além daquelas que podem ser designadas as funções tradicionais, como sejam a assessoria mediática, assessoria de imprensa, relacionamento com os média, publicidade institucional, ativação da política de patrocínios, entre outros, verificou-se a necessidade de uma atuação mais incisiva, nomeadamente naquele que é atualmente o desafio da gestão da comunicação no mundo digital - redes sociais e canal online. Aproveitar a força e dinâmica das comunicações digitais, integrando as necessárias estratégias conjuntas de comunicação.

Falamos do modelo de abordagem utilizado, monitorização e capacidade atempada de resposta online que é coordenado a partir de uma comunicação institucional integrada, visando uma crescente valorização e consolidação da imagem e da identidade da Águas do Algarve, S.A..

### Mailling List

A comunicação é uma peça fundamental na estratégia de marketing da empresa, e as Mailing List são uma importante ferramenta personalizada que a Águas do Algarve, S.A. utiliza nas campanhas que são promovidas, ou apenas para a divulgação de informações através das Press Releases. Usualmente é associada a esta prática o uso dos emails, os quais são altamente customizáveis, sendo possível criar campanhas de marketing ou de informação, específicas para grupos determinados pela empresa. Para além disso trata-se uma ferramenta de utilização ágil e eficiente.

### Template de Email

Atitude, aparência e coerência na comunicação visual e verbal são ferramentas essenciais de uma Imagem com credibilidade. Melhorar, controlar a impressão que transmitimos aos outros é um ativo que devemos desenvolver e rentabilizar de forma inteligente.

Porque o Email é uma poderosa ferramenta de comunicação nas funções diárias, considerou-se fundamental a criação de um banner informativo para ser utilizado nesta ferramenta, de acordo com as várias ações promovidas pela empresa, ou no caso de não haver, com a colocação de uma mensagem alusiva à atividade desenvolvida na região.



### Redes sociais e site

Já não é novidade que o Social Media Marketing ou Marketing nas Redes Sociais é um dos formatos de comunicação mais abrangente e acessível, pelo que o potencial da presença nas redes sociais e de uma estratégia de marketing digital integrada é enorme, motivo pelo qual a Águas do Algarve, S.A. está presente na internet com diferentes plataformas que se complementam: Facebook/Instagram/ Youtube e Site.

### FACEBOOK

As redes sociais são um instrumento cada vez mais eficaz numa estratégia de comunicação organizacional que se pretende eficaz. A interatividade proporcionada permite que os nossos públicos possam participar ativamente na construção e manutenção da imagem institucional, para além de criar uma experiência envolvente com cada usuário. Trata-se de uma ferramenta que precisa de estar ativa e repleta de elementos interativos, conteúdos dinâmicos e atualizações frequentes. Trata-se de uma interessante ferramenta que auxilia a dinâmica necessária do processo comunicacional da Águas do Algarve, S.A.

<https://www.facebook.com/aguasdoalgarve>



## INSTAGRAM

Para além de possibilitar um relacionamento mais próximo com o público, ter um perfil no Instagram é uma ferramenta de grande valor, na divulgação da atividade da empresa e ativação da nossa marca. As imagens geram uma conexão emocional praticamente imediata se comparadas a um texto, porque são facilmente compreendidas. A Águas do Algarve consegue através desta ferramenta de comunicação, transmitir aos leitores, os valores da empresa e a nossa atividade na região ao longo de todo o ano, expondo informações importantes para o consumidor atual e posicionamento sobre questões sociais importantes para a sociedade.

<https://www.instagram.com/aguasdoalgarve/>

**DICAS PARA UM MELHOR E MAIS EFICIENTE USO DA ÁGUA.**

**Regar o jardim com uma mangueira gasta em média 18 litros/minuto**

**DICA:** Regar de manhã cedo ou à noite é poupar água que se perde com calor ou sol. Sempre que possível recolha água da chuva ou do chuveiro para fazer as regas.

ÁGUAS DO ALGARVE  
Grupo Águas de Portugal

20 ANOS

## YOUTUBE

O Youtube é uma plataforma que hospeda vídeos e facilita a partilha dos seus conteúdos. Para a Águas do Algarve os seus benefícios destacam-se pela ajuda na divulgação da marca, melhora o nosso relacionamento com os públicos alvo, informa, entretém e traz uma conjunto vasto de oportunidades de comunicação. A Águas do Algarve potencia todos estes recursos de comunicação, os quais são parte de uma mesma estratégia digital, com linguagem e formatos coesos, alcançando-se uma divulgação muito eficaz. É importante explorar as particularidades que cada meio oferece, porém sem perder a visão do todo. No caso dos vídeos no youtube a vantagem está no uso da imagem e do som.

<https://www.youtube.com/channel/UCI8c4qdLW8Fy4uIly4qsdaw>

YouTube

Pesquisa

Início  
Tendências  
Subscrições  
Biblioteca  
Histórico  
Os seus vídeos  
Ver mais tarde  
Vídeos de que gosto  
Mostrar mais

SUBSCRIÇÕES

Canal Salesforce B...  
Grupo AdP - Águas d...  
Procurar canais

MAIS VÍDEOS DO YOUTUBE

YouTube Premium  
Filmes  
Videojogos  
Em direto  
Desporto

De que lado escolhe viver?  
A água é um recurso escasso.  
Água com um pingo de consciência.

Águas do Algarve

PERSONALIZAR CANAL GERIR VÍDEOS

INÍCIO VÍDEOS LISTAS DE REPRODUÇÃO CANAIS ACERCA DE

Educação Ambiental ▶ REPRODUZIR TODOS

16 de Novembro - Dia Nacional do Mar  
Águas do Algarve  
221 visualizações • há 3 meses

Água com Um Pingo de Consciência  
Águas do Algarve  
72 visualizações • há 1 ano

Águas do Algarve - Educação Ambiental  
Águas do Algarve  
528 visualizações • há 4 anos

SAFEWATER project movie, November 2016  
Águas do Algarve  
127 visualizações • há 4 anos

O Ciclo Natural da Água (Versão Legendada)  
Grupo AdP - Águas de Portugal  
4,6 mil visualizações • há 4 anos

O Ciclo Urbano da Água  
Grupo AdP - Águas de Portugal  
20 mil visualizações • há 4 anos

Profissões da Água ▶ REPRODUZIR TODOS



## PARTICIPAÇÕES PUBLICITÁRIAS

A publicidade é uma ferramenta de comunicação fundamental que a empresa utiliza na divulgação quer dos investimentos que efetua quer do desenvolvimento de atividades ou ações na região. O objetivo essencial desta modalidade prende-se com a desejo de dar a conhecer, manter e conquistar a atenção dos vários públicos para a imagem institucional da Empresa, bem como para a sensibilização e reconhecimento pelas suas competências e capacidades quer a nível da água para consumo, quer no tratamento de águas residuais. 2020 foi um ano importante, a Empresa celebrou 20 anos de atividade, mais 5 com as duas empresas que a antecederam - Aguas do Sotavento Algarvio e Águas do Barlavento Algarvio.



**PRESENTE EM  
CADA GOTA,  
INVISÍVEL AO  
OLHAR**

Quem nunca se viu espelhado numa superfície de água? Sabemos que a água reflete, mas nem todos os reflexos são visíveis. Existe um outro, especial, e que está presente em cada gota desse bem que diariamente consumimos: **O reflexo do nosso trabalho.**

Como o investimento em infraestruturas, de captação e tratamento de água, e em vastas redes de distribuição, para a fazer chegar aos diversos municípios da região toda a água indispensável às necessidades diárias da população.

Ou em modernos sistemas de controlo da qualidade, que fizeram a Águas do Algarve ser a primeira empresa do mundo a ter a sua água certificada para consumo humano.

Águas do Algarve,  
o reflexo da qualidade da água no valor de uma região.  
aguasdoalgarve.pt

Ou ainda, o investimento em sofisticadas infraestruturas de tratamento e reaproveitamento de águas residuais, contribuindo significativamente para a sustentabilidade e proteção do ambiente, com reflexo evidente na qualidade das águas balneares.

E, principalmente, a dedicação de uma vasta equipa, profissional e competente, que trabalha diariamente para que, desde a captação até à devolução ao meio ambiente, o ciclo da água seja, ele mesmo, o reflexo do melhor que se faz no Algarve, no país e no mundo.

**ÁGUAS DO ALGARVE**  
Grupo Aguas de Portugal

20 ANOS



## Comunicação Interna

Para ter uma imagem consolidada é necessário transformar os nossos funcionários em verdadeiros embaixadores da “boa vontade da empresa”. Neste sentido, é objetivo essencial tornar os nossos colaboradores pessoas influentes, informadas e integradas naquela que é a atividade e do que acontece na Águas do Algarve, S.A., fazendo-os sentir parte desta. A comunicação interna, é neste ponto imprescindível à empresa, tendo merecido também o apoio da Administração no desenvolvimento da sua atividade diária.

Abaixo apresentam-se exemplos dos principais meios utilizados pela Águas do Algarve, S.A. para a prossecução dos objetivos acima definidos durante o ano de 2020:

## INTRANET

Esta ferramenta tem como principal objetivo a centralização das informações internas da empresa num único local, com o intuito destas informações poderem ser facilmente acedidas e partilhadas por pessoas autorizadas, de qualquer departamento. Sublinha-se o facto de que todos os colaboradores têm acesso a esta ferramenta. Acresce dizer que a porta de acesso da intranet é um endereço de internet que pode ser acedido também pelos funcionários da empresa mesmo que estes estejam fora desta

Ao abrir o Internet Explorer automaticamente abre a página da intranet, funcionando como um canal de fluxo permanente de informações e comunicação. É atualmente um instrumento essencial na rotina dos nossos colaboradores, sendo muito provavelmente a primeira opção de fonte para obter informações, notícias e outros dados.

Repartida por vários temas específicos, a atualização da Intranet é efetuada sempre que a empresa têm informações a comunicar.

## CLIPPING

Este é um serviço de recolha seletiva de notícias dos meios TV, Rádio, Imprensa e Internet, e que se disponibiliza na nossa Intranet, com atualização diária, ou sempre que hajam notícias da empresa. As notícias resultam das Notas de Imprensa que são promovidas pela Empresa, ou por temas do Grupo AdP, onde a Águas do Algarve, S.A. aparece integrada.

## JORNAL INTERNO E EXTERNO “MARCA D’ÁGUA”

A Marca d'água, newsletter da Águas do Algarve, com publicação bimestral, veicula, para além de notícias de interesse geral acerca da atividade da empresa e com interesse para a comunidade algarvia, informação de cariz personalizado acerca dos nossos colaboradores. É mais uma importante ferramenta de comunicação utilizada pela Empresa para enaltecer os seus colaboradores, convidando-os a participar neste projeto de forma mais ativa e empenhada. O resultado tem sido muito positivo. A distribuição é efetuada interna e externamente à Águas do Algarve, S.A..

## CELEBRAÇÃO ANIVERSÁRIO DA ÁGUAS DO ALGARVE

Este ano 2020 devido à pandemia esta data não foi celebrada nos moldes habituais.

Foi efetuado um vídeo 20 anos.

Nos tempos que correm, com a pandemia derivada ao vírus Covid 19, muita coisa mudou no mundo e no país. Fomos obrigados a adaptarmo-nos às presentes circunstâncias.

Escolas foram encerradas, empresas também, e foi pedido a que as pessoas permanecessem em casa. A preocupação chegou a casa de todos os portugueses e com essa preocupação, a necessidade de criar hábitos de desinfeção e proteção que até hoje não faziam parte da nossa rotina. Apesar de todas estas dificuldades a Águas do Algarve mantém as portas abertas para os serviços essenciais. O tratamento e fornecimento de água à população não poderia nunca ficar suspenso. É assim que diariamente profissionais se deslocam à empresa, com todas as regras de prevenção em prática, para garantir o fornecimento de água de qualidade à população algarvia, com toda a segurança.

Surgiu então a necessidade de se criar um vídeo institucional para mostrar às pessoas que a Águas do Algarve continua a trabalhar para garantir o fornecimento de água.

<https://youtu.be/HubBYyKHc-0>.

## CELEBRAÇÃO DO NATAL

Este ano devido à pandemia esta data não foi celebrada nos moldes habituais.

Houve contudo a oferta de um cabaz de Natal a todos os funcionários, e uma prenda de Natal para os filhos dos funcionários, com idades até aos 12 anos inclusive.

## 4.4.8. SERVIÇO DE CADASTRO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia mundial, tendo-se efetuado adaptações às rotinas de trabalho e foi o momento para otimizar o Sistema de Informação Geográfica, adotando-se o Datum base da informação, o ETRS89 e migrando todos os dados para uma nova versão G/InterAqua e WEBAdA (versão WEB), mais ágil e fácil de consultar e utilizar. Esta situação levou a que qualquer colaborador tenha rapidamente a informação necessária de cadastro geográfico do Sistema, minimizando as idas ao terreno.

No que se refere à uniformização dos números e legendas, esta atividade continuou sem constrangimentos, tendo sido produzidas 205 plantas e atribuídos cerca de 867 números de desenhos a 11 projetos/empreitadas.

Relativamente às integrações de infraestruturas municipais no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve (SMAASA) os processos estão em curso, pelo que transitaram para 2021.

Em 2020 uma técnica afeta a este serviço continuou a assegurar o acesso, a gestão e a atualização do arquivo central da Empresa, destacando-se o início da preparação da digitalização dos processos expropriativos.

Como prática habitual, esta área participou na elaboração do Orçamento e Projeto Tarifário 2021 e no Plano de Atividades e Orçamento, na componente de investimento e integrações Também foram realizadas estimativas de investimentos e levado a cabo análise de soluções possíveis de implementar, avaliando os cenários melhores em termos tecno-económicos.

Foi continuado o acompanhamento e reporte para o Ministério da Tutela dos trabalhos de remoção da biomassa vegetal em redor das nossas instalações, localizadas em espaços classificados como rurais, dando integral cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

Esta área também foi incluída em novos projetos previstos no eixo de Economia Circular do Programa de Recuperação e Resiliência, em particular os estudos de dessanlizadoras no Algarve e a produção de água para reutilizar.

A atualização do cadastro geométrico das parcelas expropriadas tem continuado a ser o mote do nosso trabalho, verificando-se constrangimentos temporais de operacionalização e conclusão por parte da Direção-Geral do Território (DGT). Este trabalho tem sido levado a cabo pela AdA, uma vez que DGT não efetua operações de renovação cadastral, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho, tendo sido concluídos mais 9 secções correspondente a 39 processos.

Dentro das nossas competências, e tendo em conta o panorama epidemiológico em que nos encontramos, apenas participamos em uma reunião da Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tendo esta sido realizada por videoconferência.

No que concerne à Taxa de Recursos Hídricos (TRH), também temos um papel fundamental na recolha e validação dos valores de cada componente, efetuando a previsão para o ano seguinte, sendo depois apurado os valores unitários a cobrar por metro cubico de cada área de negócio.

Em 2020, conseguimos a obtenção de mais de 19 isenções de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos nossos prédios, exclusivamente afetos à atividade de abastecimento público de água às populações e de saneamento de águas residuais, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 1, alínea p), do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação dada pelo artigo 9.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro.

VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO (VIP) EM DEZ/2020 (€)	VALOR DE IMI COLETA ANTES DE ISENÇÕES 2014 (€)	PAGAMENTO DE IMI EFETUADO EM 2020 (€)	VALOR PREVISTO PARA PAGAR DE IMI EM 2021 (€)	VALOR DO AIMI DO ANO DE 2017 (€)	VALOR DO AIMI DO ANO DE 2020 (€)	ISENÇÕES CONSEGUIDAS (%)
9 140 714,39	25 126,09	2 621,93	639,80	975,19	0	98,10

Em 2021 o serviço desenvolverá as atividades da sua responsabilidade, com enfoque nos novos projetos a desenvolver no combate às alterações climáticas e a concretização dos processos de integrações de infraestruturas municipais em curso, no SMAASA.

Para 2021 também está previsto a coordenação e gestão das prestações de serviços necessárias à delimitação de todos os nossos prédios, permitindo a adequada e legal delimitação do património da nossa responsabilidade.

Também para 2021 se prevê a conclusão de uma base de dados, elaborada internamente, para centralizar os dados alfanuméricos dos prédios adquiridos no âmbito das expropriações e constituição de servidões administrativas. Esta base de dados é um complemento aos dados já disponíveis no SIG da AdA.

## 4.5. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

### CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

No exercício da sua missão, a Águas do Algarve, S.A. tem optado, ao longo dos anos, por utilizar recursos internos para as tarefas de operação ligadas ao tratamento e abastecimento de água, e utilizar recursos externos e internos, desde 2018, para as tarefas de operação de recolha e tratamento de águas residuais, bem como para as tarefas de manutenção dos equipamentos, quer sejam de água, quer de saneamento.

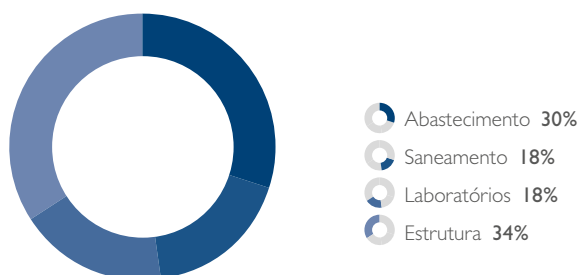
Tendo consciência que o setor de atividade em que a Águas do Algarve, S.A. se insere, e o território onde atua, acarretam exigências muito fortes quanto à qualidade do produto fornecido (água para consumo humano) e qualidade dos serviços prestados (tratamento de águas residuais) numa região (Algarve) basilar para a economia nacional, está implementada a opção de dotar a empresa de um departamento laboratorial de excelência, com recursos materiais e humanos próprios, altamente especializados, capazes de controlar todos os processos ligados ao ciclo completo da água, levando a que a Águas do Algarve, S.A. tenha sido pioneira em Portugal na obtenção da certificação, segundo normas internacionais, do produto Água por si abastecida.

Como resultado desta estratégia, os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. repartem-se pelas seguintes áreas:

COLABORADORES POR ÁREAS (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2020	2019
Abastecimento	51	49
Saneamento	31	31
Laboratórios	31	30
Estrutura	57	52
Cedidos+Licenças sem retribuição	0	0
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>162</b>

## COLABORADORES POR ÁREAS (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)

(%)



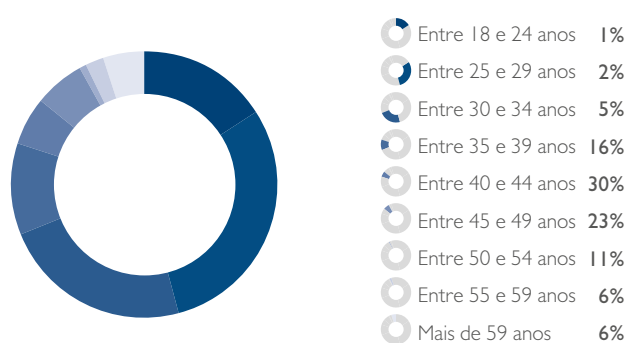
Em 31 de dezembro de 2020 o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 169.

Apesar de ser elevada a antiguidade no exercício das suas funções na AdA, a estrutura etária dos colaboradores da empresa tem a idade média de 45 anos e é fortemente dominada pela faixa etária dos 35 aos 49 anos.

COLABORADORES POR NIVEIS ETÁRIOS	2020	2019
Entre 18 e 24 anos	2	0
Entre 25 e 29 anos	3	0
Entre 30 e 34 anos	9	10
Entre 35 e 39 anos	27	26
Entre 40 e 44 anos	51	64
Entre 45 e 49 anos	39	25
Entre 50 e 54 anos	18	19
Entre 55 e 59 anos	11	11
Mais de 59 anos	10	7
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>162</b>

## COLABORADORES POR NIVEIS ETÁRIOS

(%)

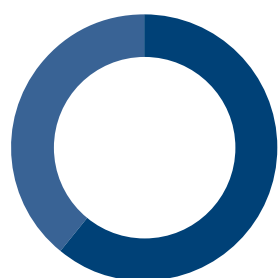


Em 2020 a distribuição dos colaboradores, ao nível dos géneros, revela uma repartição predominante do sexo masculino:

COLABORADORES POR GÉNERO (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2020	2019
Homens	103	97
Mulheres	67	65
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>162</b>

**COLABORADORES POR GÊNERO**

(%)



Homens 61%  
Mulheres 39%

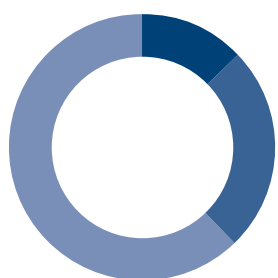
Em 2020 a empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, sendo o peso dos colaboradores com grau de ensino superior de cerca de 62%.

<b>GRAU ACADÊMICO DOS COLABORADORES</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ensino Básico ou inferior	21	18
Ensino Secundário	43	41
Ensino Superior (a)	106	103
<b>Total</b>	<b>170</b>	<b>162</b>

(a) Inclui mestrados e doutoramentos

**GRAU ACADÊMICO DOS COLABORADORES**

(%)



Ensino Básico ou inferior 13%  
Ensino Secundário 25%  
Ensino Superior (a) 62%

O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2020:

<b>TEMPO DE TRABALHO DOS COLABORADORES (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Potencial de horas de trabalho (1)	309 960	302 220	286 320
Horas efetivas trabalhadas (sem HS) (2)	282 444	273 900	259 048
Horas não trabalhadas (sem férias) (3)=(1)-(2)	27 516	28 320	27 271
Horas de trabalho suplementar (HS)	2 174	1 586	1 272
<b>Taxa de absentismo (3) : (1)</b>	<b>8,88%</b>	<b>9,37%</b>	<b>9,52%</b>

<b>MOTIVOS DO ABSENTISMO (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Acidentes de trabalho	116	1 377	72
Doença	13 081	10 422	7 083
Suspensão disciplinar	96	0	0
Assistência a familiares	905	2 520	2 044
Maternidade/paternidade	3 392	5 875	7 176
Outras causas	1 909	8 126	10 896
<b>Total</b>	<b>19 499</b>	<b>28 320</b>	<b>27 271</b>

Constata-se que no ano de 2020 o nível de absentismo melhorou ligeiramente como resultado, essencialmente, do decréscimo das horas relacionadas com acidentes de trabalho, assistência a familiares, maternidade/paternidade e outras causas. Este efeito é grandemente explicado pela pandemia e pelo facto da empresa ter recorrido desde o início ao trabalho remoto como forma de mitigar.

A rubrica de “outras causas” inclui as horas de ausência justificadas por atribuição de tolerância de ponto.

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, S.A., por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento. É também esta a convicção dos seus colaboradores que continuam a apostar na melhoria das suas habilitações literárias, sendo cada vez mais as horas de formação em ambiente académico.

As preocupações ligadas à responsabilidade ambiental e social, segurança e saúde no trabalho, mantêm-se nas prioridades de formação da empresa.

A formação proporcionada em 2020 vem detalhada no quadro abaixo:

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	HORAS	%
Internas	390	20%
Externas	1 553	80%
<b>Total</b>	<b>1 942</b>	<b>100%</b>

Inclui estatuto trabalhador-estudante (horas de formação curricular) = 243h (2020)

### SEGURO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA

A 31 de dezembro de 2020, todos os colaboradores da empresa estavam abrangidos por um plano de saúde existente, extensível ao agregado familiar – cônjuge e filhos dependentes até aos 25 anos. Existe um plano complementar do sistema nacional de saúde, que se traduz num seguro de saúde abrangendo 162 colaboradores. Todos os novos colaboradores só são abrangidos pelo plano de seguro de saúde após efetividade. A empresa proporciona ainda a todos os colaboradores um seguro de vida.

Segurança no trabalho

A Águas do Algarve, S.A. continua empenhada na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, consigo trabalham. A melhoria das condições de trabalho e a prevenção de acidentes tem sido uma das principais preocupações desta Empresa ao longo dos anos.

Em 2020 destaca-se:

- Acompanhamento da medicina no trabalho: No âmbito da medicina no trabalho o médico esteve presente nas instalações da empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 9h/mês, tendo sido realizadas 26 visitas;
- Baixo índice de sinistralidade: foram registados 7 (sete) acidentes de trabalho em 2020, o mesmo número de acidentes de 2019, número superior aos três anos anteriores: 2017 com 6 acidentes e 2018 com 2 acidentes. No entanto o número de dias de baixa baixou em relação ao ano de 2019, de 236 dias de baixa para 14 dias em 2020;
- Formação: foram realizadas diversas ações de formação no âmbito da SST, com especial relevância para a 4 ações sobre trabalhos em altura e espaços confinados (TA&EC) e 1 sobre manuseamento de cloro. Estas ações dos trabalhos em altura e espaços confinados, ministradas por entidades externas em diversas instalações da Empresa contaram com a participação de cerca de 30 trabalhadores da AdA (TA&EC), tal como, a de manuseamento de cloro realizada pelo fornecedor do Cloro, a empresa BONDALTI, teve a participação de 8 trabalhadores da AdA e 7 do prestador de serviços. Nas 5 ações houve treino/simulacro de emergência no final das mesmas, no caso dos trabalhos em altura e espaços confinados foi treinado um resgate, e no caso da formação do cloro, uma fuga grave com vítimas.

## 4.6. FINANCEIRA

### ANÁLISE ECONÓMICA

O Volume de Negócios associado à atividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da empresa cifrou-se em cerca de 59 milhões de euros em 2020, representando um decréscimo de 2,4% face ao ano anterior. Este decréscimo resultou da combinação da diminuição dos volumes faturados na área de negócio do abastecimento (-7,99%) e do acréscimo (3,57%) na área de negócio do saneamento, devido a alteração do método de faturação, nomeadamente, pelos rendimentos tarifários, valor constante ao longo no ano (0,4771€/m<sup>3</sup> para o abastecimento de água e 0,6380€/m<sup>3</sup> para o saneamento).

VOLUME DE NEGÓCIOS (1)	2020	2019	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
Vendas	32 542 552	34 916 487	-2 373 935	-6,80%
Prestação de serviços	26 478 797	25 559 673	919 124	3,60%
<b>Volume de negócios</b>	<b>59 021 350</b>	<b>60 476 160</b>	<b>-1 454 811</b>	<b>-2,41%</b>

(1) - O volume de negócios apresentado não inclui os Rendimentos dos Serviços de Construção e DRG

Relativamente aos rendimentos e gastos relacionados com a manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é de evidenciar o seguinte:

- No caso do abastecimento de água, os serviços de operação são assegurados totalmente por recursos internos (da AdA) e os serviços de manutenção estão contratados externamente. No saneamento, todos os serviços de operação e manutenção foram contratados externamente exceto para a nova ETAR de Faro/Olhão;
- Em 2020 iniciaram-se novos contratos de operação e manutenção para as quatro zonas de saneamento, e também se deu início, em fevereiro de 2020, a dois contratos, um para cada lote, para o transporte de lamas provenientes das ETAR. Estes contratos, por razões de estratégia da empresa, passaram a ter objetos diferentes dos anteriormente celebrados, o que implica que a comparabilidade entre 2020 e 2019 para cada rubrica específica de Fornecimentos e Serviços Externos perca significado quanto a conclusões, passando a valer a análise de rubricas agregadas.

Assim, considera-se que o cash-cost é o indicador mais adequado para retirar conclusões, indicador esse que se explicita de seguida:

CASH-COST	2020	2019	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
Gastos de Vendas (1)	2 387 017	2 087 828	299 189	14,33%
FSE	24 193 356	24 733 456	-540 100	-2,18%
Gastos com o Pessoal	5 685 161	5 532 981	152 180	2,75%
Outros gastos operacionais *	645 340	1 035 628	-390 288	-37,69%
<b>soma 1</b>	<b>32 910 874</b>	<b>33 389 893</b>	<b>-479 019</b>	<b>-1,43%</b>
Subsídios à exploração	124 770	22 174	102 596	462,69%
Outros rendimentos operacionais **	632 455	467 152	165 304	35,39%
<b>soma 2</b>	<b>757 225</b>	<b>489 326</b>	<b>267 899</b>	<b>54,75%</b>
<b>Cash-Cost =soma 1 - soma 2</b>	<b>32 153 649</b>	<b>32 900 567</b>	<b>-746 918</b>	<b>-2,27%</b>

\* - exceto imposto selo operações financeiras e imparidades

\*\* - exceto subsídios ao investimento

(1)- O Gasto das Vendas apresentado não inclui os Gastos dos Serviços de Construção

Como se constata, o cash-cost diminuiu como resultado do decréscimo dos gastos ocorridos nas várias rubricas, em especial para os "FSE" e "Outros Gastos Operacionais", somando conjuntamente 930 mil euros, devido a uma mudança do pressuposto associado a aquisição de água bruto da ETA de Fontainhas, cujo valor foi retirado dos FSE e acrescido nos gastos das vendas, como matéria-prima, i.e., no valor de 324 mil euros. Contrariamente a 2019, não se verificou à transferência para gastos de mais nenhum valor de imobilizados, relativas ao laboratório um que provocou um decréscimo de 63 mil euros e ainda as rendas dos projetos de saneamento baixaram em 2020 representando uma diminuição de 158 mil euros.

Assim, apresenta-se de seguida, o detalhe dos gastos mais significativos, que representam cerca de 96% dos gastos em FSE:



RUBRICA	2020	2019	VARIACÃO	
			EUROS	%
621 - Subcontratos	10 663 185	8 487 850	2 175 335	25,6%
6241 - Electricidade	4 888 086	6 289 416	-1 401 329	-22,3%
6261 - Rendas e alugueres	173 062	196 154	-23 092	-11,8%
6263 - Seguros	474 366	251 025	223 341	89,0%
6226 - Conservação e reparação	2 766 192	2 862 962	-96 770	-3,4%
6221 - Trabalhos especializados	3 930 633	4 353 920	-423 288	-9,7%
62681003-Material de laboratório	259 494	396 411	-136 917	-34,5%
Outros FSE	1 038 337	1 895 718	-857 381	-45,2%
<b>62 - FSE</b>	<b>24 193 356</b>	<b>24 733 456</b>	<b>-540 100</b>	<b>-2,2%</b>

Relativamente às rubricas de Subcontratos e Eletricidade, a comparação de valores deve ser feita de forma agregada, decorrente dos novos objetos dos contratos de outsourcing. O valor agregado destas duas rubricas apresenta, em 2020, um crescimento de cerca de 3,3% face a 2019, ligado maior abrangência dos contratos de manutenção e operação das infraestruturas do saneamento a partir de abril 2020 e aumento dos custos unitários da energia.

As rendas e alugueres evidenciam um decréscimo de valor entre 2020 e 2019 devido essencialmente à rubrica FSE-Renda Máquinas e Equipamentos com uma redução de 23 mil euros.

Quanto aos trabalhos especializados, merece destaque o decréscimo dos gastos assistência técnica (-56 mil euros), análises/monitorização (-57 mil euros), assessoria jurídica (-175 mil euros) e tratamento de lamas (-114 mil euros).

A diferença entre o Volume de Negócios e o Cash-Cost representa o EBITDA gerado pela empresa, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte, evidenciando-se também o peso do EBITDA no Volume de Negócios.

EBITDA (1)	2020	2019	VARIACÃO	VARIACÃO
Volume de negócios	59 021 350	60 476 160	-1 454 811	-2,41%
Cash-Cost	32 153 649	32 900 567	-746 918	-2,27%
EBITDA	26 867 701	27 575 593	-707 892	-2,57%
EBITDA : VN	45,5%	45,6%	-0,08%	-0,17%

(1) - Não corrigido do efeito das ETAR's da Companhia e de Faro/Olhão

A componente financeira associada aos gastos com os recursos das entidades financiadoras da empresa (bancos + empréstimos AdP) e com os proveitos decorrentes das aplicações financeiras e juros de mora imputáveis aos clientes evoluiu conforme quadro seguinte:

RESULTADOS FINANCEIROS	2020	2019	VARIACÃO	VARIACÃO
Gastos financeiros (1) (2)	7 737 145	7 411 286	325 859	4,40%
Rendimentos financeiros (1)	1 315 502	1 632 435	-316 933	-19,41%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>6 421 643</b>	<b>5 778 851</b>	<b>642 792</b>	<b>11,12%</b>

(1) - exceto justo valor

(2) - inclui imposto selo operações financeiras

Os gastos financeiros aumentaram ligeiramente devido ao registo de um perdão de 30% dos juros moratórios do Município de VRSA na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento, com vista a regularização de parte a dívida vencida. Os rendimentos financeiros de 2020, excluindo o efeito do justo valor, diminuiram 19,4% relativamente ao ano 2019.

Conjugando os valores do EBITDA com os Resultados Financeiros e IRC, conforme quadro seguinte, chegamos ao indicador Cash-Flow Líquido, que aumentou em valor absoluto e no peso face ao Volume de Negócios.

CASH FLOW LÍQUIDO	2020	2019	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
EBITDA	26 867 701	27 575 593	-707 892	-2,57%
Resultados financeiros	6 421 643	5 778 851	642 792	11,12%
IRC	267 311	321 150	-53 839	-16,76%
Cash Flow Líquido	20 178 747	21 475 592	-1 296 846	-6,04%
Cash Flow Líquido : VN	34,2%	35,5%		

A comparação deste indicador com os investimentos efetuados no ano e com o nível de endividamento líquido da empresa dá-nos pistas quanto ao auto-financiamento dos investimentos, bem como sobre a sustentabilidade financeira da concessão.

O quadro seguinte evidencia, em detalhe, a evolução das restantes rubricas de gastos e rendimentos associados ao investimento e justo valor, cujo agregado denominamos gastos de investimento.

GASTOS E RENDIMENTOS LIGADOS AO INVESTIMENTO E JUSTO VALOR	2020	2019	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
Amortizações	19 322 648	21 204 094	-1 881 446	-8,87%
Provisões / Perdas por Imparidade	516 839	0	516 839	
Gastos (justo valor)	181 698	217 302	-35 604	-16,38%
<b>soma 1</b>	<b>20 021 186</b>	<b>21 421 396</b>	<b>-1 400 211</b>	<b>-6,54%</b>
Subsídios ao Investimento	5 635 771	6 130 107	-494 336	-8,06%
Rendimentos (justo valor)	37 449	40 729	-3 280	-8,05%
Margem (IFRIC 12)	353 411	342 233	11 178	3,27%
<b>soma 2</b>	<b>6 026 632</b>	<b>6 513 069</b>	<b>-486 437</b>	<b>-7,47%</b>
<b>Gastos Inv= Soma 1 - Soma 2</b>	<b>13 994 554</b>	<b>14 908 328</b>	<b>-913 774</b>	<b>-6,13%</b>

Conjugando os valores do Cash-flow Líquido com os deste último quadro (gastos de investimento), chegamos aos Resultados Líquidos da empresa, cuja evolução se apresenta de seguida:

CASH FLOW LÍQUIDO	2020	2019	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
Cash-flow Líquido	20 178 747	21 475 592	-1 296 846	-6,04%
Gastos Inv	13 994 554	14 908 328	-913 774	-6,13%
Resultados Líquidos	739 364	1 200 838	-461 474	-38,43%
<b>Resultados líquidos / Capital Social</b>	<b>2,48%</b>	<b>4,03%</b>		

Os resultados antes de impostos reduziram-se significativamente em 2019 e em 2020 face a 2018. O mesmo se verificou em relação aos resultados líquidos, gerando uma rentabilidade do capital social de 4,0% em 2019 e de 2,5% em 2020. O principal motivo para este decréscimo está relacionado com o registo contabilístico a partir de 2019, e nos termos do novo Contrato de Concessão assinado em Julho de 2019, dos desvios de recuperação de gastos (superavit tarifário). Em 2020 o DRG registado, em termos líquidos de impostos diferidos, ascendeu a cerca de 4,8 milhões de euros.

## SITUAÇÃO FINANCEIRA

Da análise económica efetuada acima resulta que a situação financeira da empresa se mantém dependente do comportamento dos clientes e/ou da empresa para com os fornecedores quanto ao cumprimento dos prazos acordados, ou se o nível de investimentos a efetuar estiver acima da capacidade de auto-financiamento.

No capítulo abaixo designado por “prazos médios de recebimento e pagamento” analisa-se o comportamento dos clientes e da empresa face aos fornecedores, de que resultou uma tesouraria melhorada para a Águas do Algarve, S.A..

Quanto aos investimentos, a nota 6 do anexo às contas evidencia o acréscimo de 7,5 milhões de euros em ativos tangíveis e intangíveis brutos (excluindo o valor residual da barragem de Odelouca no montante de 14,7 milhões de euros) e um acréscimo de 14,3 milhões de euros em ativos financeiros. Esta variação tem origem na assinatura do acordo de regularização de parte da dívida vencida do município de Vila Real de Santo António.

O quadro seguinte dá-nos conta de como decorrem as candidaturas no âmbito do POSEUR:

CÓDIGO - DESIGNAÇÃO	CANDIDATURA - CONTRATO EM VIGOR		PEDIDOS DE PAGAMENTO				COMPARTICIPAÇÃO		
	VALOR DA CANDIDATURA (1)	COMPARTICIPAÇÃO (2)	DESpesas APRESENTADAS (3)	DESP. ELEGÍVEIS JÁ APROVADAS (4)	DESpesas NÃO ELEGÍVEIS (5)	DESpesas EM ANÁLISE (6)	COMPARTICIPAÇÃO APROVADA (7)	VALOR RECEBIDO (8)	VALOR APROVADO AINDA NÃO RECEBIDO (9)
FC-000028 - FaroOlhão	16 653 651	14 155 603	16 192 355	15 176 199	1 016 156	0	12 905 845	12 905 845	0
FC-000027 - Companheira	11 831 658	10 056 910	10 968 800	10 710 336	258 464	0	9 108 656	8 694 058	414 598
FC-000026 - Vila do Bispo Sagres	2 074 965	1 763 720	2 068 792	2 002 552	66 240	0	1 702 169	1 617 061	85 108
FC-000025 - Algoz Tunes	1 817 039	1 544 483	1 857 263	1 781 032	76 231	0	1 513 877	1 438 183	75 694
FC-000002 - Monchique Norte	770 752	655 139	781 971	767 134	14 838	0	652 064	622 383	29 681
FC-000835 - Beneficiação da ETA de Alcantarilha	4 824 020	3 204 375	4 493 944	4 469 130	24 814	0	2 985 208	2 262 539	722 668
<b>TOTAIS</b>	<b>37 972 086</b>	<b>31 380 231</b>	<b>36 363 124</b>	<b>34 906 382</b>	<b>1 456 742</b>	<b>0</b>	<b>28 867 819</b>	<b>27 540 070</b>	<b>1 327 749</b>

## PRAZOS MÉDIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

A Águas do Algarve, S.A. é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento "em alta" para a região do Algarve. Como consequência, os Clientes são as Câmaras Municipais ou empresas detidas exclusiva ou maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 16 clientes.

Os quadros seguintes resumem a dívida (não corrente e corrente) dos clientes no final de 2020 e 2019 e os prazos médios de recebimento:

RUBRICA	2020	2019	VARIÇÃO	
			EUROS	%
Dívida Vencida	13 561 140	26 291 822	-12 730 682	-48,4%
Dívida Não Vencida	23 905 778	9 036 033	14 869 745	164,6%
<b>TOTAIS</b>	<b>37 466 918</b>	<b>35 327 854</b>	<b>2 139 064</b>	<b>6,1%</b>

Os saldos acima correspondem a valores brutos, portanto sem imparidades (2.718.640€ em 2020), e faturados, ou seja, sem Acréscimos de juros de mora não faturados a clientes (2.575.698€ em 2020).

PMP	2020	2019	VARIÇÃO	
			VALOR	%
Prazo (dias)	59	65	-6	-9,3%

Verifica-se no final de 2020 um ligeiro aumento das dívidas totais de clientes e uma diminuição substancial da dívida total vencida por contrapartida da dívida total não vencido. Este efeito tem origem na celebração do Memorando de Entendimento, que inclui um Acordo de Regularização de Dívida (ARD) para parte da dívida vencida do município de VRSA. Este decréscimo tem expressão também no prazo médio de recebimentos que passou de 65 dias em 2019 para 59 dias em 2020. Conforme referido anteriormente, houve um esforço da empresa em procurar resolver diferendos com clientes em situação de pré-contencioso, que incluíram a recuperação de diversos montantes em dívida.

Após a nomeação do Conselho de Administração em 12 de março de 2018 para o triénio 2018-2020, foram efetuadas várias reuniões com os municípios com idade do saldo superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. Os pontos mais relevantes são os seguintes:

- Tavraverde E.M. - O valor vencido, 3,32 milhões de euros, corresponde a:
  - 4 Processos que se encontram no Supremo Tribunal a aguardar decisão;
- VRSA, SGU E.M. / Município de Vila Real de Santo António – A 25 de novembro de 2020 foi celebrado o Memorando de Entendimento, que inclui o Acordo de Regularização de Dívida (ARD), para 13,8 M€ a serem regularizados via FAM – Fundo de Apoio Municipal, mantendo-se o restante em tribunal;

Atendendo ao acima referido, tendo sido celebrado o referido ARD, durante o mês de dezembro de 2020 reclassificou-se, para não vencida, a dívida incluída no acordo. A restante dívida poderá ser resolvida extrajudicialmente, favorecendo o indicador de gestão “Dívida Comercial de Devedores Municipais”, caso este se mantenha em 2021, independentemente da entrada de caixa ou equivalente de caixa se verificar após o memorando ser submetido a visto do Tribunal de Contas, pelo Município, o que poderá acontecer só em 2021.

A expectativa é a de que seja assinado durante este mês de Fevereiro de 2021 o correspondente Acordo de Regularização de Dívida (ARD), seguindo a troca de correspondência com o Município. Inclusive já foram partilhados os Anexos 2 e 4 do possível ARD, Planos de Pagamento, com o cliente.

- Águas de VRSA – No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 224,5 mil euros correspondente às faturas AA e AR de outubro de 2020. O Cliente tem registado valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.
- FAGAR - O Acordo de Regularização de Dívida (ARD) celebrado em 2011, que mantém um valor em aberto de 1,06 milhões de euros, relativamente a faturas não recebidas de 2010. Incluído no referido acordo os saldos estão classificados como não vencidos. Aquando da integração das infraestruturas de saneamento no património da AdA, S.A., haverá lugar à compensação de valores que resultar da valorização final das infraestruturas, que irá ser ainda feita.
- Relativamente aos restantes clientes, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem a faturas emitidas a 30.11.2020 e 31.12.2020.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, 3.891.655 euros referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em injunções/processos administrativos (ver nota 13).

No que respeita ao pagamento a fornecedores, os prazos contratualmente estabelecidos, em regra 30 dias, estão a ser antecipados. De notar que o saldo de fornecedores de imobilizado incorpora valores de integração de património municipal ainda não liquidados por razões de natureza administrativa, nomeadamente obtenção das autorizações do concedente para proceder à integração, bem como retenções de pagamento de faturas como garantia prevista em contrato, nos termos do Código da Contratação Pública.

PMP	2020	2019	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
Prazo (dias)	65	45	20	44,4%

O valor do PMP piorou substancialmente de 2019 para 2020, apesar dos esforços da empresa em liquidar os seus compromissos comerciais num prazo mais curto.

## 4.7. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

No ano de 2020 deu-se seguimento à execução dos projetos de Inovação e Investigação e Desenvolvimento (I+I&D), iniciaram-se novos projetos e elaboraram-se novas candidaturas.

### PROJETOS I+I&D

#### PROJETO AA-FLOODS

Em 2020 a AdA continuou com a execução do projeto AA-FLOODS - Novas ferramentas de prevenção, alerta, coordenação e gestão de Emergência por Cheias ao nível local – no âmbito do Programa Europeu - Espaço Atlântico, que conta com 9 parceiros de 5 países, nomeadamente de Portugal, Espanha, França, Irlanda e Reino Unido.

As cheias são os fenómenos decorrentes das Alterações Climáticas que afetam mais pessoas na área do Espaço Atlântico. Esta é uma matéria de gestão e responsabilidade não só dos governos nacionais e regionais, mas também dos municípios, comunidades locais, entidades gestoras de água, meio científico e ONGs. O objetivo do AA-FLOODS é unir esses atores para criar e testar novas ferramentas, projetos pilotos, planos e regulamentos que melhorem a gestão e a resposta a situações de inundações.

No âmbito do projeto AA-FLOODS a AdA pretende desenvolver novas ferramentas ao nível dos sistemas de prevenção e simulação de inundações/cheias, com especial foco no vale a jusante da Barragem de Odelouca, e com o objetivo de otimizar o regime de descargas da barragem, num compromisso entre assegurar o cumprimento das descargas necessárias à garantia da segurança estrutural da barragem e minimizar o risco e danos no vale a jusante. No ano de 2020 a AdA participou, em articulação com os restantes parceiros, na definição de metodologias a adoptar para implementação dos objectivos do projecto; levantamentos de campo e desenvolvimento de especificações técnicas, para persecução dos trabalhos.

O projeto AA-FLOODS mereceu aprovação do Programa Europeu - Espaço Atlântico, e tem um orçamento global de 2.483.642€.

### **IDIAQUA**

Em 2020 deu-se continuidade ao projeto IDIaqua - Fortalecimento da I&D+I de Excelência em Matéria de Tratamento de Águas Residuais para Pequenos Aglomerados, o qual é financiado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP). O projeto tem um orçamento global de 3.302.695,04 EUR, sendo cofinanciado em 75%. O consórcio é constituído por 16 parceiros. O coordenador do projeto é o CENTA (Centro de las Nuevas Tecnologías del Agua), participando os seguintes parceiros para além da AdA: Universidade de Cádiz, Universidade de Sevilha, Universidade de Extremadura, Centro Tecnológico Avanzado de Energías Renovables, Centro Andaluz de Innovación y Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, Asociación de Abastecimientos de Agua y Saneamientos de Andalucía, Dirección General de Infraestructuras y Explotación del Agua de la Junta de Andalucía, Dirección General de Infraestructuras de la Junta de Extremadura, Promedio, Giahsa, Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, EPAL e Parceria Portuguesa para a Água. A duração do projeto prolongada por mais 6 meses, terminando em junho 2021.

Este projeto visa a consolidação da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação relativamente a processos de tratamento de águas residuais para pequenos aglomerados, prevendo a aplicação de sistemas tecnológicos inovadores que possuam pegada de carbono reduzida, baixos consumos energéticos, reduzidos custos de exploração e, sempre que possível, que utilizem processos naturais (sistemas extensivos).

Durante o ano 2020 procedeu-se à exploração do protótipo anaeróbio de lama granular de fluxo ascendente (UASB), que tinha sido instalado na ETAR de Lagos, no último trimestre de 2019, monitorizando o respetivo desempenho. A digestão anaeróbia na fase líquida é testada com o intuito de avaliar a sua eficiência na remoção da carga orgânica, dado que possui vantagens comparativamente a outras tecnologias, designadamente a nível de redução do consumo energético e de produção de lamas de depuração.

Um aspeto particular, mas relevante, a avaliar neste projeto, prende-se com a verificação do desempenho desta tecnologia em águas residuais urbanas com forte contribuição de aflúncias salinas, neste caso em concreto, com valores elevados de condutividade no afluente bruto  $> 10$  mS/cm e que variam em função da altura das marés. Os resultados da monitorização no protótipo têm vindo a revelar eficiências de remoção inferiores ( $< 45\%$  da CQO) às de uma água residual tipicamente urbana (60 a 65% CQO).

Para além da participação em diversas atividades do projeto, destaca-se a realização de mesas de análise com as diversas entidades do setor público, privado e Universidades do Algarve e Beira Interior, e das regiões de Andaluzia e Estremadura (Espanha), tendo sido abordados temas como:

- A experiência e projetos das entidade relacionadas com o tratamento da água residual, designadamente de pequenos aglomerados urbanos (geralmente inferiores a 2.000 hab),
- Necessidades das entidades em matéria de I&D+I.

Ainda no âmbito deste projeto foi elaborado um documento conjunto com a Universidade do Algarve intitulado "Tratamento Anaeróbio Avançado - Upflow Anaerobic Sludge Blanket (UASB)", que constituirá um capítulo de uma publicação conjunta com os vários parceiros do projeto.

### **PRED AQUA**

Em 2020 deu-se continuidade ao projeto PRED AQUA – Pré-tratamentos de Águas Residuais Industriais e Domésticas: Contribuição para o desenvolvimento económico em equilíbrio com o meio ambiente, aprovado no âmbito do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP). O projeto tem um orçamento global de 1.073.739,88 EUR, sendo cofinanciado em 75%. O consórcio é constituído por 4 parceiros. O coordenador do projeto é a ARECIAR (Agencia de Régimen Especial Ciclo Integral de Aguas del Retortillo), sendo parceiros do projeto para além da AdA a Promedio (Diputación de Badajoz) e a Águas Públicas do Alentejo. S.A.. O projeto foi prorrogado até março de 2020.

O projeto tem como principais objetivos:

- Efetuar o levantamento do setor industrial responsável pelas descargas de águas residuais no meio ambiente e, ou nos sistemas de saneamento de águas residuais;
- Desenvolvimento e implementação de novas tecnologias de deteção de descargas industriais, designadamente de analisadores em linha;
- Implementar sistemas de pré-tratamento inovadores em indústrias, nas redes de saneamento e nas Estações de Tratamento de Águas Residuais;
- Sensibilização dos industriais e da comunidade em geral.

A AdA tem como caso de estudo a ETAR de Loulé, tendo sido instalado, em julho 2020, ao abrigo do projeto, um novo sistema de gradagem e no último trimestre de 2019, um reator anaeróbio de lama granular de fluxo ascendente (UASB), à escala piloto, na fase líquida. Durante o ano 2020 procedeu-se ao acompanhamento da exploração do protótipo, com a monitorização do seu desempenho, ao nível das eficiências de remoção da matéria orgânica. A digestão anaeróbia na fase líquida é testada com o intuito de permitir a diminuição da carga orgânica afluyente às etapas seguintes, o que contribuirá para a melhoria do desempenho da instalação e para a redução do consumo energético e de produção de lamas de depuração. Os resultados da monitorização do protótipo têm revelado eficiências de remoção elevadas (até cerca de 80% da CQO) quando comparadas com valores de referência no tratamento de uma água residual tipicamente urbana tipicamente (60 a 65% CQO).

Destaca-se ainda a atividade de monitorização através de sondas em contínuo para avaliar eventuais descargas de afluências indevidas, designadamente de efluentes com carácter industrial.

## SECASOL

Em 2020 concluiu-se o projeto SECASOL – Aplicação de tecnologias inovadoras para melhorar a eficiência dos processos de secagem de lamas de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos através da utilização de Tecnologias Solares nas regiões de Andaluzia-Algarve-Alentejo. O projeto contou com um orçamento global de 789.349,05 EUR, tendo sido cofinanciado em 75% através do programa INTERREG V A Espanha-Portugal (POCTEP). O projeto foi coordenado pela Diputación de Huelva, sendo parceiros do projeto para além da AdA a AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve, o LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P., o CENTA - Fundación Centro de las Nuevas Tecnologías del Agua, a GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM e a CESPA Gestión de Residuos S.A..

O projeto visou o aproveitamento mais eficiente dos recursos naturais, especificamente energia solar, nos setores de saneamento de águas residuais e de resíduos sólidos, contribuindo para o crescimento da economia verde e para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa face à maior utilização das energias renováveis.

O projeto desenvolveu-se de acordo com seis atividades principais, sendo que o principal objetivo a nível da AdA foi a instalação de um sistema de secagem solar de lamas através de desidratação por leitos de macrófitas na ETAR de Alcoutim.

Os ensaios com esta tecnologia de tratamento, que estão a decorrer à escala real, irão possibilitar a obtenção de resultados que permitirão otimizar a operação da instalação para as condições climáticas locais e regionais, contribuindo para uma gestão otimizada dos sistemas de tratamento de águas residuais e da implementação da economia circular no setor. A utilização do sistema permitirá determinar as condições operacionais ótimas, ao longo das várias estações do ano e, consequentemente, os critérios de dimensionamento/operação mais adequados noutras pequenas ETAR da região, e, ou noutras regiões com climas idênticos.

Como aspeto inovador destaca-se a criação de um novo sistema de secagem solar de lamas através da desidratação por leitos de macrófitas, que é uma solução ainda não utilizada a nível regional e, mesmo a nível internacional, que se tenha conhecimento, são poucos os sistemas implementados à escala real. Por outro lado, permanece a incerteza sobre aspetos específicos de dimensionamento e exploração dos sistemas que requerem investigação para tornar os sistemas mais sustentáveis, designadamente a necessidade ou não do sistema possuir tubagens para arejamento e quais as cargas aplicadas de lamas e respetiva variação ao longo do ano, atendendo às condições climáticas, à tipologia de lama produzida e à sazonalidade da região.

Os ensaios com esta tecnologia de tratamento, que estão a decorrer à escala real, irão possibilitar a obtenção de resultados que permitirão otimizar a operação da instalação para as condições climáticas locais e regionais, contribuindo para uma gestão otimizada dos sistemas de tratamento de águas residuais e da implementação da economia circular no setor. Até ao leito de macrófitas atingir a sua capacidade máxima de receção e tratamento de lamas demorarão alguns anos, sendo exatável que a mesma boa qualidade tanto do ponto de vista físico-químico como microbiológico. Entretanto o sistema está a ser monitorizado de modo a determinar as condições operacionais ótimas, designadamente, a nível da carga de lamas aplicada, ao longo das várias estações do ano, de modo

a poder utilizar a informação como critério de dimensionamento/operação noutras pequenas ETAR da região, e, ou noutras regiões com climas idênticos. A reunião final do projeto decorreu através de uma Conferência Final via web, no dia 27 de novembro.

## WATER MINING

Em setembro de 2020 deu-se início ao projeto de I&D e inovação WATER- MINING – “Next generation water-smart management systems: large scale demonstrations for a circular economy and society”, que tem principal objetivo desenvolver tecnologias inovadoras energeticamente eficientes para o tratamento de águas residuais urbanas e industriais, bem como para a dessalinização da água do mar, promovendo a produção de materiais com valor de mercado a partir dos resíduos formados no tratamento e para a utilização sustentável de fontes alternativas de água. O projeto contribuirá assim para a implementação da Diretiva Quadro da Água e para a criação de novos modelos de negócio baseados na Economia Circular no setor da Água.

O projeto é coordenado pela Universidade Técnica de Delft (Países Baixos) e contando com a participação de 38 parceiros europeus dos setores científico – tecnológico e empresarial, público e privado, provenientes de 12 países. Trata-se de um dos 5 projetos financiados pela União Europeia ao abrigo do programa Europeu de inovação e investigação H2020, no tópico CE-SC5-04-2019 - Building a water-smart economy and society, subtópicos Symbiosis between industry and water utilities e Large Scale applications with multiple water users at various relevant scales.

O projeto tem um orçamento global de 19,1 milhões de euros, cabendo à Águas do Algarve S.A. um orçamento de 110.625 EUR, coparticipado em 70% pelo programa H2020 (77.437,50 EUR).

A Águas do Algarve, S.A. participará em diversas ações do projeto, destacando-se os ensaios que serão realizados numa unidade protótipo na ETAR de Faro-Olhão, que envolverá a extração e produção de substâncias poliméricas extracelulares (EPS), do tipo alginatos - KAUREMA GUM® - a partir da lama de depuração constituída por grânulos aeróbio do processo NEREDA®. Este produto tem várias aplicações possíveis, sendo objetivo no presente protótipo a produção de biofertilizante. Com o caso de estudo de Faro-Olhão pretende-se demonstrar a tecnologia inovadora que permite a reintrodução no mercado de “produtos verdes”, resultantes do tratamento da água residual na ETAR.

Para além do desenvolvimento de tecnologias inovadoras e respetivos ensaios, o projeto contempla a realização de ações direcionadas para o mercado empresarial, em que serão identificadas as várias partes interessadas, tanto a nível político, regulador, técnico – científico como a nível de possíveis utilizadores finais. A Economia Circular é um tema central do projeto, visando a criação de modelos de negócio com colaboração entre produtores/fornecedores e utilizadores finais.

O projeto está dividido em 11 workpackage (WP), estando a AdA afeta aos WP2, WP4 e WP9. No WP2 iniciou-se a identificação das diversas partes interessadas, incluindo possíveis utilizadores finais para o caso de estudo Faro-Olhão, com o intuito de se criar as Comunidades de Prática (Communities of Practice, CoP), onde será promovida a discussão e a realização de Workshops. O WP4 envolve a realização dos ensaios à escala protótipo na ETAR de Faro-Olhão, tendo-se vindo a discutir aspetos relacionados com o respetivo dimensionamento, instalação e operação. O WP9 envolve questões relacionadas com o mapeamento do mercado em torno da utilização de biofertilizantes.

## SINERGEA

A AdA participa no projeto SINERGEA – “Sistema inteligente para apoio ao uso eficiente de recursos e à gestão de emergências de inundação e de contaminação balnear em cidades costeiras”, que tem como principal objetivo criar uma plataforma inteligente e inovadora de suporte à gestão integrada e otimizada da energia, da qualidade da água balnear e da inundação em cidades costeiras. Enquadrada no paradigma “cidades inteligentes”, esta plataforma permitirá, em simultâneo:

- Contribuir para a eficiência energética das cidades, através de estratégias integradas de minimização do consumo de energia das infraestruturas de drenagem;
- Proteger a utilização das zonas balneares urbanas por prevenção da contaminação por descargas urbanas;
- Contribuir para a gestão integrada e a resposta à emergência de risco de inundação nas cidades.

O projeto teve início a 2 de janeiro 2020, tem a duração de 36 meses e resulta de uma parceria constituída pelas empresas SIEMENS S.A. (promotor líder) e Action Modulers (AM), pelas entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Universidade do Algarve (UAAlg) e Instituto Superior Técnico (IST), e pela empresa Águas do Algarve S.A. (AdA). Conta ainda com o Município de Albufeira (MunAlb) e a Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA-ARHAlg), como parceiros não financiados. O projeto tem o orçamento global de 1.191.858,50 EUR, cabendo à AdA o valor de 110.432,80 EUR, com incentivo de 48.543,51 EUR atribuído pelo programa Portugal 2020. A participação da AdA tem como objetivo a demonstração da plataforma XHQ SINERGEA num caso de estudo real, a cidade de Albufeira e zona

costeira adjacente. Neste âmbito, a AdA em 2020, participou nas seguintes tarefas do projeto:

- Levantamento de dados (caudais, energia, precipitação), descrição e caracterização do sistema interceptor/elevatório do sistema de Vale Faro com vista à implementação do sistema de modelação;
- Contribuiu para a preparação do plano de gestão de dados.

### IAFLUI 2019/2021

Em 2020 deu-se continuidade à 2ª edição da iniciativa colaborativa para implementação de um plano de controlo de aflúncias indevidas teve início em maio 2019 e terá a duração de 24 meses. O projeto tem um formato de parceria coletiva em que beneficiam da partilha de experiências com outras entidades, sendo coordenado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Os principais objetivos do iAFLUI são a disseminação das melhores e mais recentes metodologias e ferramentas de boas práticas no domínio das aflúncias indevidas, criação de uma rede efetiva de partilha de resultados e capacitação de um número crescente de técnicos para a problemática das aflúncias indevidas.

Nesta iniciativa a AdA, em 2020 monitorizou as potenciais aflúncias indevidas (pluviais e intrusão salina) no sistema de Faro-Olhão, através da monitorização de caudais na rede de drenagem, medição de eventos pluviométrico e medição da condutividade. Os resultados da monitorização da condutividade, relacionados com a altura maré, evidenciam aflúncias indevidas salinas na rede de drenagem do sistema de Faro-Olhão.

### OUTROS PROJETOS

- Plano de Segurança da Água do SMAAA e certificação do produto “água para consumo humano” - Em 2020 foi mantido o Plano de Segurança da Água do SMAAA e a certificação do produto “água para consumo humano” de acordo com a recomendação ERSAR n.º 2/2011.
- Prosseguiu-se com o desenvolvimento e execução de atividades de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais e Qualidade de Água, Águas Subterrâneas e Fauna Bentónica em conformidade com o preconizado na DCAPE, no RECAPE e EIA da ETAR de Faro-Olhão, dando-se seguimento ao estabelecido no Acordo Específico de Colaboração entre a AdA e a Universidade do Algarve.
- Projeto GREENTREAT – Tratamento Integrado e Sustentável de Efluentes Urbanos usando Microalgas. A AdA participa no projeto GREENTREAT, que é liderado pela Universidade do Algarve, tendo como principal objetivo a utilização de fotobiorreatores de algas para remover os nutrientes azoto e fósforo e compostos farmacêuticos, bem como avaliar o potencial de valorização da biomassa produzida, designadamente através da produção de biocombustíveis (biodiesel e biogás). No ano de 2020 foram realizados vários ensaios no protótipo instalado na ETAR da Quinta do Lago, estando parte do trabalho integrado no âmbito da dissertação de Mestrado em Ciclo Urbano da Água de um funcionário da AdA.
- Projeto CONPRAR – Contributo para a Proteção do Recurso Amêijoas ruditapes decussatus no Ecosistema da ria Formosa. A AdA colabora neste projeto coordenado pela Universidade do Algarve e aprovado no âmbito do Programa Operacional Mar2020, que visa diagnosticar a qualidade da água na Ria Formosa e o desenvolvimento de uma plataforma informática de apoio à gestão, com recurso à modelação numérica, contribuindo assim para a política nacional e europeia relativa à proteção do meio marinho.
- Projeto MICROPLÁSTICOS - A AdA colabora neste projeto coordenado pela Universidade do Algarve que visa caracterizar, entre outros objetivos, a presença de microplásticos em efluentes tratados de três ETAR, na época do verão e na época de inverno.
- IMiST - Improving mixing in Storage Tanks for safer water supply: A AdA apoiou através de um caso de estudo, uma candidatura à FCT do IST para um Doutoramento, no âmbito do projeto IMiST. O objetivo é estudar a dinâmica do escoamento nos reservatórios de água para consumo humano (velocidades, percursos da água, distribuição dos tempos de residência, grau de mistura, estratificação de temperatura e decaimento do cloro, entre outros), de modo a obter as linhas de orientação para o projeto, operação e a sua reabilitação. O projeto está em curso desde outubro de 2018. Em 2019 foi efetuada uma visita de campo da equipa do IST à AdA para verificar aplicação do Caso de Estudo da AdA no caso do Reservatório Inicial Oriental do Algoz. No ano 2020 não se desenvolveram atividades com a AdA associadas ao projeto devido à Pandemia Covid-19.
- Ensaios laboratoriais de identificação das lamas produzidas nas Estações de Tratamento de Águas do Algarve: Prestação de serviços realizada pelo Departamento de Engenharia Civil (DEC) do Instituto Superior de Engenharia (ISE) da Universidade do Algarve (UAlg) tendo sido realizadas colheitas de lamas desidratadas das quatro ETA da AdA, nos meses de junho e julho de 2020, e realizados ensaios laboratoriais para a identificação granulométrica das lamas produzidas no tratamento de água.



- Desenvolvimento de Processos de Tratamento de Água para remoção de Nanopartículas. A AdA apoiou a Tese de Doutoramento em Ciências do Mar, da Terra e do Ambiente – Ramo Ciências e Tecnologia do Ambiente da Universidade do Algarve, referente ao Desenvolvimento de Processos de Tratamento de Água para remoção de Nanopartículas, através da cedência de água bruta da ETA de Alcantarilha e do fornecimento de reagentes para os ensaios, bem como de alguns dados operacionais. A AdA integrou o Júri da apresentação de Provas de doutoramento realizadas no dia 1 de junho de 2020.

## **ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA CANDIDATURAS DE PROJETOS I&D+I A PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO**

### **SIFIDE**

Fruto dos vários projetos de I&D+I que a empresa tem vindo a executar, submeteu-se no ano de 2020 a candidatura ao SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial) para o exercício fiscal relativo a 2019.

### **SOLARSIMPLE**

A AdA participou numa candidatura no âmbito do programa EUROSTARS relacionada com tecnologia de secagem de lamas com recurso a sistemas de energia solar térmica.

## **COMUNICAÇÕES / POSTER**

- Campinas M, Viegas RMC, Lucas H, Coelho R, Rosa MJ. 2020. "PAC/ceramic MF For Controlling Contaminants Challenging Conventional WTPs - Water Quality And Operational.
- Campinas M, Silva C, Viegas RMC, Coelho R, Lucas H, Rosa MJ. 2020. To what extent may pharmaceuticals and pesticides be removed by PAC conventional addition to low-turbidity surface waters and what are the potential bottlenecks?. Journal of Water Process Engineering. <https://doi.org/10.1016/j.jwpe.2020.101833>
- Loureiro D, Miranda M, Martins A, Viegas S, Rodrigues H, Lobo G, Prieto EG, Galan SP, Dias I, Mendez JO, Perez MBA, Mantilla V. 2020. Potencial de Integração de Energia Solar Térmica de Concentração em Processos de Secagem de Resíduos. Congressos CIES2000, Lisboa.
- Rodrigues JEA, Cardoso VV, Cardoso ME, Coelho MR, Benoliel MJ, Almeida CMM. 2020. Seasonal Behaviour of some pharmaceutical compounds present in influents of two wastewater treatment plants located in Portugal. ISEAC40 Conference. Santiago de Compostela.

## **4.8. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO**

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem circunstâncias que possam alterar significativamente o presente relatório e contas.

### **DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS:**

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos no dia 15 de Fevereiro de 2021 à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2020.

Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados diretamente com o covid-19/políticas de confinamento seguidas, acréscimo de faturação perdida como consequência das políticas seguidas, a empresa propõe à ERSAR que não haja lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2020.

Não obstante, aguardamos a revisão do mesmo por parte do Regulador. A expectativa da Administração da Águas do Algarve é a de que o documento seja aprovado.

### **COVID 19 E EFEITOS DAS POLÍTICAS SEGUIDAS NO CENÁRIO MACROECONÓMICO E DA EMPRESA PARA 2021:**

À data do fecho das contas de 2020, o país, e grande parte do Mundo está sob medidas fortes de condicionamento da atividade económica e social. Acresce que em Janeiro e Fevereiro de 2021 a situação pandémica sofreu um agravamento. Nesse sentido, existe um grau de incerteza considerável sobre o que o próximo ano de 2021 e os próximos trarão para a atividade da Águas do Algarve, bem como do país e economia mundial, e que efeitos trará sobre a própria organização das sociedades.

Independentemente disto, a empresa entende que os efeitos e consequências que os haja não põem em causa as contas de 2020.

Relembrando, já no ano de 2020, a Águas do Algarve e o Grupo AdP, desenvolveram e implementaram os seus planos de contingência, que enumeram as ações concretas e concertadas, que abrangem a empresa, bem como todo o Grupo AdP, e que incluem a operação de água, saneamento, restantes atividades e estrutura da empresa e do Grupo AdP.

Os respetivos Planos de Contingência podem ser consultados na íntegra nos endereços seguintes:

- <https://www.aguasdoalgarve.pt/noticias/plano-de-contingencia-covid-19>
- <https://www.adp.pt/pt/?id=69&idn=359>

A Administração da Águas do Algarve SA continua plenamente confiante de que o normal funcionamento da empresa, da saúde dos seus trabalhadores, a salvaguarda da informação em suporte físico e informático, bem como o respetivo acesso a essa informação, a integridade dos seus ativos, e a sua atividade operacional estão assegurados.

## 5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

### PONTO 1 - OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38º DO REGIME JURÍDICO DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

#### A) APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 12 de março de 2018 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e Objetivos e Indicadores de Gestão para o mandato em curso (2018-2020), cujo grau de concretização relativamente ao exercício de 2020 será objeto de apreciação na assembleia geral anual de março de 2021.

Os objetivos e indicadores de desempenho, com metas a atingir e fórmulas de cálculo para aferir o grau de cumprimento dos mesmos foram os seguintes:

OBJETIVOS	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	META	MODO DE AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO EM % <sup>(1)</sup>	UNID
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ $\Delta PRC = 1 - [PRC (Ano N) / PRC 2017]$	Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de referência de 2017	$\Delta PRC < 0\%$ – Não Atingido $0\% \leq \Delta PRC < 3\%$ – Atingido $\Delta PRC \geq 3\%$ – Superado	12,5%	%
	Limite ao endividamento	Endividamento = Stock Dívida (Ano N)	Redução do stock da dívida	Endividamento 2018 > 216,2 M€ – Não Atingido 209,9 M€ < Endividamento 2018 ≤ 216,2 M€ – Atingido Endividamento 2018 ≤ 209,9 M€ – Superado ----- Endividamento 2019 > 200,8 M€ – Não Atingido 194,9 M€ < Endividamento 2019 ≤ 200,8 M€ – Atingido Endividamento 2019 ≤ 194,9 M€ – Superado ----- Endividamento 2020 > 185,3 M€ – Não Atingido 179,9 M€ < Endividamento 2020 ≤ 185,3 M€ – Atingido Endividamento 2020 ≤ 179,9 M€ – Superado	12,5%	€
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}]$	Não incremento do stock de dívida vencida municipal	$DCDMA > 105\%$ – Não atingido $95\% \leq DCDMA \leq 105\%$ – Atingido $DCDMA < 95\%$ – Superado	12,5%	%
	Degradação da tesouraria de exploração	$DTE = [PMR (Ano N) - PMP (Ano N)] / [PMR (Ano N-1) - PMP (Ano N-1)]$	Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	$DTE > 100\%$ – Não atingido $85\% < DTE \leq 100\%$ – Atingido $DTE \leq 85\%$ – Superado	5,0%	%
	Rentabilidade	$RCI = [(EBIT-DRG)/(Ativo Líquido Total - DTA - IDA - AIF - SI - PCNR)]$	Promover a rentabilidade e sustentabilidade do investimento da empresa, medida em %, comparativamente ao ano de referência de 2017	$RCI (Ano N) < 95\% RCI 2017$ – Não Atingido $95\% RCI 2017 \leq RCI (Ano N) \leq 110\% RCI 2017$ – Atingido $RCI (Ano N) > 110\% RCI 2017$ – Superado	12,5%	%

OBJETIVOS	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	META	MODO DE AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO EM % <sup>(1)</sup>	UNID
Ambientais	Qualidade da Água Fornecida	$AQA = [QA \text{ (Ano N)} / QA \text{ 2017}]$	Não deterioração da qualidade da água fornecida no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade da água.	AQA < 99,5% – <b>Não Atingido</b> 99,5% ≤ AQA ≤ 100% <b>Atingido</b> AQA > 100% – <b>Superado</b>	5,0%	%
	Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = [QAR \text{ (Ano N)} / QAR \text{ 2017}]$	Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria de qualidade das águas residuais.	AQAR < 97,5% <b>Não Atingido</b> 97,5% ≤ AQAR ≤ 100% <b>Atingido</b> AQAR > 100% <b>Superado</b>	5,0%	%
Setoriais	Revisão da Concessão	Data de conclusão dos trabalhos	Proposta ao Concedente de unificação dos Contratos de Concessão e extensão do prazo de Concessão, com todos os elementos de suporte (técnico, financeiro e contratual)	Data > 31 de dezembro de 2018 – <b>Não Atingido</b> 31 de julho de 2018 < Data ≤ 31 de dezembro de 2018 <b>Atingido</b> Data ≤ 31 de julho de 2018 <b>Superado</b>	5,0%	data
	Constituição da Empresa de Baixa	Data de conclusão dos trabalhos	Constituição da Empresa de Baixa	Data > 31 de dezembro de 2020 – <b>Não Atingido</b> 1 de janeiro de 2020 ≤ Data ≤ 31 de dezembro de 2020 <b>Atingido</b> Data ≤ 31 de dezembro de 2019 – <b>Superado</b>	5,0%	data
	Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Entidade gestora certificada pela Norma ISO 50.001	Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 3.	Não Certificada até 2019 <b>Não Atingido</b> Certificada até 2019 - <b>Atingido</b> Certificada até 2018 <b>Superado</b>	5,0%	un.
	Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Implementação das medidas previstas na orientação estratégica específica 5 tendo como referência a Norma ISO 55.001	Reorganização da entidade gestora (EG) de acordo com as medidas definidas na orientação estratégica específica 5.	Não Certificada até 2019 <b>Não Atingido</b> Certificada até 2019 – <b>Atingido</b> Certificada até 2018 – <b>Superado</b>	5,0%	un.
	Indicador PEPE	RCEE (Ano N) / RCEE (Meta do Ano N)	Redução do consumo de energia elétrica	RCEE (Ano N) < 95% RCEE (Meta do Ano N) <b>Não Atingido</b>	10,0%	%
				95% RCEE (Meta do Ano N) ≤ RCEE (Ano N) ≤ 105% RCEE (Meta do Ano N) <b>Atingido</b> RCEE (Ano N) > 105% RCEE (Meta do Ano N) <b>Superado</b>		

continuação

OBJETIVOS	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	META	MODO DE AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO EM % <sup>(1)</sup>	UNID
Reporte	Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	$\text{GCPR} = [(40\% \times \text{média dos desvios da entrega do relatório de execução}) + (30\% \times \text{Cumprimento da data de entrega do PAO para certificação pelos órgãos de fiscalização, conforme orientações do acionista}) + (30\% \times \text{desvios da entrega do OPT à ERSAR para avaliação da tarifa ou do cenário de eficiência produtiva})]$	Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias	GCPR > 0 dias <b>Não Atingido</b> -1 dia ≤ GCPR ≤ 0 dias <b>Atingido</b> GCPR < -1 dia <b>Superado</b>	5,0%	data

(1) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

(2) Caso não se verifique a constituição de uma nova empresa para a exploração dos serviços em baixa e estes serviços venham a ser verticalizados no serviço em alta, é entendimento dos acionistas a possibilidade de haver uma revisão do Modo de Avaliação dos indicadores definidos para o mandato.

100,0%

## NOTAS EXPLICATIVAS DOS OBJETIVOS DE GESTÃO

### EFICIÊNCIA DE GESTÃO / PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS (PRC)

PRC = Plano de Redução de Custos

GV = Gasto das Vendas, numa base comparável, não incluindo os gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)

FSE = Fornecimentos e Serviços Externos, numa base comparável

GP = Gastos com Pessoal, numa base comparável, corrigidos nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 124 do DL 25/2017 de 3 de março e outras correções que venham a ser estabelecidas nos DL de Execução Orçamental posteriores.

VN = Volume de Negócios, numa base comparável, conforme calculado na “Demonstração dos Resultados do Período”, deduzido dos Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12), bem como do Défice/Superávit tarifário de recuperação de custos, acrescido das contribuições do Fundo Ambiental (Decreto-lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto)

#### Notas:

- Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- Os valores devem ser atualizados ao ano de avaliação;
- As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pelo acionista;
- Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

Nota adicional: Na avaliação feita numa base de atividade comparável, deverão ser expurgados os efeitos decorrentes do alargamento da base de ativos, decidida pelo Estado ou determinada pelo contrato de concessão, sem repercussão tarifária no próprio ano. A Águas do Algarve, S.A. solicitou à Holding, tendo obtido aprovação, a alteração deste indicador no sentido de não se incluírem os Gastos e os Proveitos relativos às ETARs da Companhia e de Faro/Olhão.

#### LIMITE AO ENDIVIDAMENTO

Ao valor do stock da dívida exclui-se o endividamento decorrente de eventuais transações extraordinárias autorizadas pela tutela, nos termos da lei. Entende-se por stock da dívida o valor global do endividamento bruto financeiro, correspondente ao somatório das dívidas à banca, incluindo BEI e leasings, acrescidos das dívidas intra-grupo (suprimentos, apoios de tesouraria e empréstimos entre empresas), contraídos junto da AdP SGPS e de outras empresas do grupo (mesmo que não se encontrem registados em empréstimos).

**Notas:**

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) Resultado arredondado a 1 casa decimal.
- c) Não contam para a avaliação do indicador os aumentos de financiamento que a empresa consiga demonstrar inequivocamente que decorrem de novos investimento não previstos no Contrato de Concessão, impostos explicitamente pelo Concedente.
- d) O limite ao endividamento poderá ser revisto em caso de ocorrência de situações extraordinárias, tais como: a inclusão, pelo Concedente, de novos investimentos não previsto no PAO do triénio 2018-2020, sem que se verifique a publicação, pelo Estado, das medidas de redução das dívidas municipais previstas na LOE 2018.

**DÍVIDA COMERCIAL DE DEVEDORES MUNICIPAIS**

DCDM A = Evolução da dívida comercial de devedores municipais

**Notas:**

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pela tutela financeira;
- c) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.
- d) Considera-se Dívida Vencida: a dívida corrente não paga nos 60 dias contratuais, as injunções e o incumprimento dos acordos (acresce-se a totalidade do valor vincendo à data do incumprimento).
- e) Apenas são considerados como acordos os que estiverem formalizados e com os respetivos contentiosos encerrados;
- f) Considera-se existir incumprimento do acordo, caso à data da avaliação do indicador, se verifique o não pagamento de pelo menos uma tranche.

**DEGRADAÇÃO DA TESOURARIA DE EXPLORAÇÃO**

DTE = Degradação da tesouraria de exploração

PMR = Prazo Médio de Recebimentos da Empresa

PMP = Prazo Médio de Pagamentos da Empresa

$$PMP = \left[ \frac{\sum (\text{Saldo de Fornecedores} + \text{Saldo de Assesores e Credores Diversos de C.P. no final trimestre}) / 4}{\sum (\text{Aquisição de Bens e Serviços no trimestre})} \right] \times 365$$

$$PMR = \left[ \frac{\sum (\text{Saldo de Clientes de curto prazo no final do trimestre (expurgados de acordos, processos de cobrança judicial e TRH)}) / 4}{\sum (\text{Volume de Negócios do trimestre acrescido de IVA e Juros de Mora a clientes})} \right] \times 365$$
**Notas:**

- a) Indicador avaliado anualmente;
- b) As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pela tutela financeira;
- c) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

**RENTABILIDADE**

RCI = Rentabilidade do Capital Investido

EBIT = Resultados Operacionais, numa base comparável;

DRG = Desvio (Défice ou Superávite) de Recuperação de Gastos;

DTA=Desvio Tarifário Ativo

IDA=Impostos Diferidos Ativos;

AIF = Amortizações de Investimento Futuro;

SI = Subsídios ao Investimento;

PCRN = Passivo Corrente Não Remunerado.

**Notas:**

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) As eventuais correções para a base comparável, como atividade, devem ser explicitadas e aprovadas pelo acionista;
- c) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

Nota: A Águas do Algarve, S.A. solicitou à Holding, tendo obtido aprovação, a alteração deste indicador no sentido de não se incluírem os Gastos e os Proveitos relativos às ETARs da Companhia e de Faro/Olhão.

**QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA**

Qualidade da Água (QA) = N° Análises Conformes / N.º Análises Realizadas

**Notas:**

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal.

**QUALIDADE DAS ÁGUAS RESIDUAIS**

Qualidade da água residual (QAR) = População equivalente com tratamento satisfatório / População equivalente com tratamento

**Notas:**

- a) Indicador avaliado anualmente (Ano N);
- b) Resultado expresso em %, arredondado a 1 casa decimal;
- d) Só serão avaliadas as ETAR com:
  - \* Conformidade com última licença de descarga emitida em nome da empresa;
  - \* Relativas a infraestruturas previstas contratualmente;
  - \* Com investimento já concluído; e
  - \* Em funcionamento há mais de 1 ano.

**REVISÃO DA CONCESSÃO**

Elaboração do pacote documental a enviar à tutela sectorial e regulador, que suporte a unificação dos dois contratos de concessão existentes, bem como a extensão do contrato de concessão resultante em pelo menos, mais 20 anos, para além do prazo atual mais longo.

**Notas:**

- a) Indicador avaliado no exercício de 2018; e resultado mantido nas avaliações subsequentes.
- b) A data que concorrerá para o indicador será a data do primeiro envio do contrato à ERSAR ou tutela sectorial, acompanhado de todos os anexos contratuais, incluindo o ficheiro do EVEF e modelo técnico.

**CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA DE BAIXA**

Constituição da Sociedade firmada através de contrato de gestão de parceria, com os respetivos anexos.

**Notas:**

- a) Indicador avaliado em 2019 e 2020. Caso em 2019, não se verifique a constituição da empresa, o indicador não será avaliado. Este indicador acabou por ser substituído.
- b) A data que concorrerá para o indicador será a data da Assembleia Geral que dá início à Sociedade.

**REORGANIZAÇÃO DA EG DE MODO A PROMOVER A ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICIÊNCIA NO SISTEMA DE GESTÃO DE ENERGIA**

Certificação da EG na ISO 50.001

**Nota:**

- a) Indicador avaliado em 2018 e 2019

**REORGANIZAÇÃO DA EG DE MODO A PROMOVER A ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICIÊNCIA NO SISTEMA DE GESTÃO DE ATIVOS**

Entidade Gestora habilitada no âmbito da Norma ISO 55.001

**Nota:**

- a) Indicador avaliado em 2018 e 2019;
- b) Avaliação a ser feita da pela AdP e pela Tutela Setorial com base no relatório respetivo de execução

**INDICADOR PEPE**

RCEE = CEE (Ano N) / CEE (Ano de Referência)

CEE= ((Consumo Energia Elétrica x K) – Energia Elétrica Produzida) / (Caudal de AA Produzido + Caudal de AR Tratado)

Consumo de Energia Elétrica = Consumo de energia elétrica a partir da rede elétrica nacional e a partir de instalações para autoconsumo, em todas as instalações da Empresa incluindo administrativas, em kWh, no ano;

Energia Elétrica Produzida = Energia elétrica produzida para venda à rede elétrica nacional e/ou para autoconsumo, em kWh, no ano;

Caudal de AA Produzido = Caudal de água para consumo humano produzido, em m<sup>3</sup>, no ano;

Caudal de AR Tratado = Caudal de águas residuais tratadas, em m<sup>3</sup>, no ano;

K = Valor obtido em função da decomposição horária da energia consumida, incluindo a energia reativa, no ano.

#### Notas:

- Indicador avaliável anualmente;
- A determinação da RCEE (Meta do Ano N) será efetuada tendo em consideração os valores de consumo, produção e caudais, que venham a ser identificados para a empresa em 31.12.2015 (ano de referência), aos quais se devem aplicar os seguintes vetores:
  - 2018: Redução de consumo de 332.323 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;
  - 2019: Redução de consumo de 1.107.744 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;
  - 2020: Redução de consumo de 2.769.360 kWh/ano e produção de energia elétrica de 0 kWh/ano;

#### GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE REPORTE

GCPR = Grau de Cumprimento dos Prazos de Reporte

#### Notas:

- Por relatório de execução entende-se o RET nos trimestres e o relatório mensal nos restantes meses. Para 2017 será tida em consideração a orientação dada no GCF do PCG.
- Cálculo efetuado considerando dias úteis e tendo por base as datas definidas para o devido efeito, no documento Reporte de Informação de Gestão, elaborado anualmente pelo PCG;
- Resultado expresso em dias, arredondado para o número inteiro superior.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores estabelecidos, obtendo-se uma classificação final de 2,0 numa escala cuja pontuação máxima é de 3,0.

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO	RESULTADO	AValiação	PONDERAÇÃO	PONDERAÇÃO AJUSTADA	ATINGIMENTO
<b>Indicadores Financeiros</b>					
PRC	-7,7%	Não Atingido	13,9%	0,1	1
Endividamento	186,2 M€	Não Atingido	13,9%	0,1	2
Divida Comercial Devedores Municipais	55,6%	Superado	13,9%	0,4	3
Degradação Tesouraria de Exploração	-30,0%	Superado	5,6%	0,2	3
Rentabilidade	121,1%	Superado	13,9%	0,4	3
<b>Indicadores Ambientais</b>					
Qualidade água fornecida	100,01%	Superado	5,6%	0,2	3
Qualidade águas residuais	100,04%	Superado	5,6%	0,2	3
<b>Outros Indicadores</b>					
Revisão da Concessão	17/07/18	Superado	5,6%	0,2	3
Constituição da Empresa de Baixa		Não Atingido)	5,6%	0,1	1
<b>Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade</b>					
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Não avaliado				
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Não avaliado				
Indicador PEPE	79,0%%	Não Atingido	11,1%	0,1	1
<b>Indicadores de Reporte</b>					
<b>Grau cumprimento prazos reporte</b>					
Objectivos Atingidos				2,0	



A empresa cumpriu o objetivo global de 2020 ao atingir 2,0. Verificou-se uma melhoria da classificação face ao ano anterior, nomeadamente, 0,2, e embora os indicadores de objetivos gestão serão revisitados em 2021, existe ainda a necessidade de desenvolver esforços adicionais, relativamente a obtenção das certificações nos sistemas de Gestão de Energia e de Gestão de Ativos, bem como na melhoria dos prazos de reporte. Além disso, relativamente aos Indicadores Financeiros, enquanto o Indicador PRC aumentou ligeiramente em 2020, i.e., 0.09%, a Rentabilidade melhorou com um aumento de 26,67%.

Por outro lado, os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público quanto ao exercício das funções de administração nas empresas do Setor Empresarial do Estado implicam que, de forma eficiente e empenhada, se cumpra a missão da empresa como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, “em alta”, para a região do Algarve. A materialização dos objetivos que daí resultam é efetuada no plano de atividades e orçamento (PAO) que foi elaborado e aprovado pelas entidades competentes. A aprovação do PAO2020 foi efetuada através do despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n° 273/20 – SET, de 12 de junho.

Em linhas gerais, o Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos, assentou no estabelecimento de um conjunto de objetivos para 2020, face ao ano de 2019, que de seguida se apresentam:

- i. A melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
- ii. A contenção dos gastos com pessoal;
- iii. Que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
- iv. Que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da empresa.

b) Execução do Plano de Atividade e Orçamento 2020 na vertente Investimento e nível de Endividamento.

INVESTIMENTO/PROJETO	PAO 2020	EXECUTADO 2020	DESVIO	OBSERVAÇÕES
231- Beneficiações da ETA de Alcantarilha	1.716.020	2 152 487	436 467	
129b- Reabilitação das ETAR de Faro e de Olhão	1.368.062	1.817.083	449 021	
215-Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA - Fase I	1.004.457	885 025	-119 432	
211- Colocação de Geradores nas ESAR	190 769	517 724	326 956	
216-Reabilitação de Caixas de Visita	257 440	367 543	110 103	
260- Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto (Lote A)	329 400	255 814	-73 586	
250- Ampliação da Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha	111 000	106 329	-4 671	
129- Construção da ETAR Intermunicipal de Faro - Olhão	644 136	90 022	-554 114	
<b>Total</b>	<b>5 621 283</b>	<b>6 192 028</b>	<b>570 745</b>	

## PONTO 2 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

ANOS	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros	6 686 032	7 180 027	7 508 215	8 245 494
Taxa Média de Financiamento	2,85%	3,65%	3,44%	3,44%

Para determinar o valor dos encargos financeiros no presente quadro apenas foram considerados os encargos financeiros remunerados (passivo remunerado), nomeadamente, os juros suportados, as comissões AdP, as garantias de financiamento e o imposto selo sobre as operações financeiras.

### PONTO 3 - LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Nos termos definidos no n.º1 do artigo 60.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (lei do Orçamento de Estado para 2020, retificada pela Lei 27-A/2020, de 24 de julho, apurado nos termos da fórmula disposta no n.º4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

A Águas do Algarve, S.A. tem vindo a reduzir o seu endividamento, conforme se detalha no quadro seguinte, cumprindo os termos definidos para 2019 na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2019.

PASSIVO REMUNERADO	2020	2019	2018	2017	2016	VARIACÃO 2020/2019	
	VALORES (€)					VALOR	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	185 596 610	196 217 956	217 954 163	224 839 857	231 347 840	-10 621 346	-5,41%
... dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0,00%
<b>Endividamento Ajustado</b>	<b>185 596 610</b>	<b>196 217 956</b>	<b>217 954 163</b>	<b>224 839 857</b>	<b>231 347 840</b>	<b>-10 621 346</b>	<b>-5,41%</b>

<b>RESULTADOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	186 158 909	196 217 956
Capital Social	29 825 000	29 825 000
Novos Investimentos no ano (expressão material)	0	
<b>Varição do Endividamento</b>	<b>-5,13%</b>	

## PONTO 4 - EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Verifica-se um aumento, de 2020 para 2019, do prazo médio de pagamento conforme quadro seguinte:

<b>PMP</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>VARIAÇÃO</b>	
			<b>DIAS</b>	<b>%</b>
Prazo (dias)	65	45	20	44,2%

No termos do ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, “os objetivos de prazos de pagamento a fornecedores e respetivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:”

	<b>GRAU DE CUMPRIMENTO DO OBJECTIVO</b>		
	<b>SUPERAÇÃO</b>	<b>CUMPRIMENTOS</b>	<b>INCUMPRIMENTO</b>
PMP do ano anterior inferior a 45	PMP < 30 d	30 d ≤ PMP < 40 d	PMP ≥ 40 d
PMP do ano anterior superior ou igual a 45	Redução do PMP superior a 25 %	Redução do PMP no intervalo (15 %; 25 %)	Aumento do PMP ou redução inferior a 15 %

Deste modo, e face aos valores atingidos em 2019, verifica-se que os objetivos estão ainda um pouco aquém do indicador da Resolução.

	<b>DÍVIDAS VENCIDAS (€)</b>	<b>VALOR DAS DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O 1º DL 65-A/2011 (€)</b>			
	<b>0-90 DIAS</b>	<b>90-120 DIAS</b>	<b>120-240 DIAS</b>	<b>240-360 DIAS</b>	<b>&gt;360 DIAS</b>
Aquisições de bens e serviços	2 062 885,91	30 298,92	201 293,27	2 518 250,94	-17 530,32
Aquisições de Capital	47 909,74	0,00	229,68	489,40	362 070,01
<b>Total</b>	<b>2 110 795,65</b>	<b>30 298,92</b>	<b>201 522,95</b>	<b>2 518 740,34</b>	<b>344 539,69</b>

## PONTO 5 - CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

No âmbito da última aprovação dos documentos de prestação de contas não foram efetuadas quaisquer recomendações pelos acionistas.

## PONTO 6 - REMUNERAÇÕES

Apresentam-se de seguida os quadros com as remunerações dos Órgãos Sociais da Empresa

### A) ÓRGÃOS SOCIAIS

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	REMUNERAÇÃO ANUAL 2020 (€)			
				BRUTA (1)	REDUÇÃO REMUNERATÓRIA (2)	REVERSAO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL (4)=(1)+ +(2)+(3)
2018 - 2020	Presidente	Rui Miguel da Silva André	575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2018 - 2020	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2018 - 2020	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		REMUNERAÇÃO	
			FORMA <sup>(1)</sup>	DATA	[ENTIDADE PAGADORA]	(O/D) <sup>(2)</sup>
2018 - 2020	Presidente Executivo	Joaquim Carlos Correia Peres	AG	12/03/18	Águas do Algarve, S.A.	EPAL / AdA
2018 - 2020	Vogal Executivo	Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	AG	12/03/18	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2018 - 2020	Vogal Executivo	António Paulo Jacinto Eusébio	AG	12/03/18	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2018 - 2020	Vogal Não Executivo	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	AG	12/03/18	C. M. Faro	C. M. Faro
2020-2020	Vogal Não Executivo	Luis António Alves Encarnação	AG	15/01/20	C. M. Lagos	C. M. Lagos

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [9]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D - Origem / Destino

Sendo a Águas do Algarve, S.A. uma empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento dos lugares de origem, as remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

NOME	DESIGNAÇÃO		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME
Rogério Conceição Bacalhau Coelho	Câmara Municipal de Faro	Presidente	Público
Luis António Alves Encarnação	Câmara Municipal de Lagoa	Presidente	Público

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO			
	FIXADO (S/N)	CLASSIFICAÇÃO (A/B/C)	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
			VENCIMENTO	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO
Joaquim Carlos Correia Peres	S	B	4 864,34	1 945,74
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	3 891,47	1 556,59
António Paulo Jacinto Eusébio	S	B	3 891,47	1 556,59

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL 2020 (€)					
	FIXA (*)	VARIÁVEL	BRUTA (1)	REDUÇÃO REMUNERATÓRIA (2)	REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL (4)=(1)-(2)+(3)
Joaquim Carlos Correia Peres	91 449,64	0,00	91 449,64	4 572,40	0,00	86 877,24
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	73 159,66	0,00	73 159,66	3 658,00	0,00	69 501,66
António Paulo Jacinto Eusébio	73 159,66	0,00	73 159,66	3 658,00	0,00	69 501,66
			<b>237 768,96</b>	<b>11 888,40</b>	<b>0,00</b>	<b>225 880,56</b>

(\*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	VALOR DO SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		SEGURO DE VIDA	SEGURO DE SAÚDE	OUTROS	
	ENCARGO DIÁRIO	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	[IDENTIFICAR]	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	[IDENTIFICAR]	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE
Joaquim Carlos Correia Peres	7,14	1 735,02	Segurança Social	21 512,35	950,00	928,98	---	0,00
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	7,14	1 713,60	Segurança Social	11 949,96	1 140,00	928,98	---	0,00
António Paulo Jacinto Eusébio	7,14	1 727,88	CGA	16 428,73	1 626,00	823,28	---	0,00
		<b>5 176,50</b>		<b>49 891,04</b>	<b>3 716,00</b>	<b>2 681,24</b>		<b>0,00</b>

MEMBRO DO CA	ENCARGOS COM VIATURAS - 2019								
	VIATURA ATRIBUÍDA (S/N)	ELABORAÇÃO DE CONTRATO (S/N)	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA (€)	MODALIDADE (1) (IDENTIFICAR)	ANO DE INÍCIO	ANO DE TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL (€)	GASTO ANUAL COM RENDAS (€)	PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES s(n°)
Joaquim Carlos Correia Peres	Sim	Sim	28 231,03	AOV	2018	2022	496,11	6 017,26	29
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2022	451,70	5 420,40	30
António Paulo Jacinto Eusébio	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2022	451,70	5 420,40	30

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)					
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS (*)		GASTOS TOTAIS COM VIAGENS (€)
				IDENTIFICAR	VALOR	
Joaquim Carlos Correia Peres	0,00	0,00	0,00	Refeições	229,73	229,73
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	0,00	0,00	0,00	Refeições	35,7	35,70
António Paulo Jacinto Eusébio	0,00	122,00	0,00	Refeições	21,42	143,42

## B) CONSELHO FISCAL

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	N.º DE MANDATOS
			FORMA (1)	DATA		
2019 - 2021	Presidente	Município de Tavira, representado pela Presidente da Câmara Municipal, Ana Paula Fernandes Martins (*)	AG	19/06/20	AG	2
2019 - 2021	Vogal Efetivo	João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	AG	08/04/19	AG	2
2019 - 2021	Vogal Efetivo	Sandra Simões Filipe Valério	AG	08/04/19	AG	2
2019 - 2021	Vogal Suplente	António Jorge Morgado (**)	AG	19/06/20	AG	2

Número estatutário mínimo e máximo de membros – [4] / [4]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(\*) Dr António Pina renunciou em 19 de Junho de 2020

(\*\*) Dr João Cunha Fernandes faleceu, tendo o cargo de suplente ficado vago desde Dezembro de 2019 até 19 de Junho de 2020

MEMBRO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL 2020 (€)			
	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL (4)=(1)-(2)+(3)
Município de Tavira, representado pela Presidente	0,00	0,00	0,00	0,00
João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	14 301,14	715,40	0,00	13 585,74
Sandra Simões Filipe	14 301,14	715,40	0,00	13 585,74
António Jorge Morgado	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>28 602,28</b>	<b>1 430,80</b>	<b>0,00</b>	<b>27 171,48</b>

### C) REVISOR OFICIAL

MANDATO (INÍCIO / FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC / ROC			DESIGNAÇÃO			N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA ENTIDADE
		NOME	N.º DE INSCRIÇÃO NA OROC	N.º DE REGISTO NA CMVM	FORMA¹	DATA	CONTRATADA		
2019-2021 (3)	SROC	PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	183	20161485	AG	05/04/19	Sim	2	2
2019-2021 (3)	ROC Efetivo	João Rui Fernandes Ramos	1333	20160943	AG	05/04/19	Sim	2	2
2019-2021 (3)	ROC Efetivo	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	05/04/19	Sim	2	2
2019-2021 (3)	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	05/04/19	Sim	2	2

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)  
Indicar AG/DUE/Despacho (D)

NOME	REVISÃO DE CONTAS DE 2020 (€)
PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda, representada por João Rui Fernandes Ramos e José Alves Bizarro Duarte	11 205

## PONTO 7 - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE:

### A) À NÃO UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO NEM DE OUTROS INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO POR GESTORES PÚBLICOS, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DE DESPESAS AO SERVIÇO DA EMPRESA;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

### B) AO NÃO REEMBOLSO A GESTORES PÚBLICOS DE QUAISQUER DESPESAS QUE CAIAM NO ÂMBITO DO CONCEITO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PESSOAL;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

**C) DESPESAS COM COMUNICAÇÕES;**

O valor anual das despesas com comunicações dos gestores da Águas do Algarve, S.A. é o que se apresenta no quadro seguinte:

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)		
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÕES
Joaquim Carlos Correia Peres	80,00	224,48	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	80,00	465,35	
António Paulo Jacinto Eusébio	80,00	487,94	

**D) DESPESAS COM COMBUSTÍVEL E PORTAGENS EM VIATURAS DE SERVIÇO.**

O quadro seguinte apresenta os gastos com combustível e portagens pelas viaturas dos gestores da Empresa:

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEIS E PORTAGENS	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)			OBSERVAÇÕES
		COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL	
Joaquim Carlos Correia Peres	486,43	2830,34	1 923,46	4753,80	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	389,15	1423,18	747,22	2170,40	
António Paulo Jacinto Eusébio	389,15	1422,57	332,05	1754,62	

## PONTO 8 - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A Águas do Algarve, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

## PONTO 9 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio "Valorizamos a relação com os colaboradores", no Compromisso "Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional".

A informação relativa ao ano de 2020 é apresentada de seguida:

NÚMERO DE PESSOAS POR GÉNERO	2020		
	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Chefia	7	4	11
Chefia intermédia	2	10	12
Técnico de apoio administrativo	12	4	16
Técnico operacional	0	45	45
Técnico superior ou equiparado	46	40	86
Total por género	67	103	170

RETRIBUIÇÃO TOTAL MÉDIA MENSAL POR GÉNERO	2020	
	FEMININO	MASCULINO
Chefia	3 359	4 802
Chefia intermédia	2 843	3 101
Técnico de apoio administrativo	1 247	1 225
Técnico operacional	-	1 319
Técnico superior ou equiparado	1 570	1 640

## PONTO 10 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS E DO RELATÓRIO ANUAL ONDE É INDICADO O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ELENCADAS NO PLANO, TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE PREVISÃO DA CORRUPÇÃO, DESIGNADAMENTE A RECOMENDAÇÃO DO REFERIDO CONSELHO, DATADO DE 1 DE JULHO DE 2009.

Indicação quanto ao cumprimento do dever de comunicação do plano e do relatório para o Conselho de Prevenção de Corrupção.

Na sequência da recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 01 de julho 2009, as empresas integradas no universo do grupo Águas de Portugal, à qual pertence a Águas do Algarve, S.A., procederam a elaboração dos planos de gestão de risco de corrupção e infrações conexas (PGRIC). Posteriormente, a 27 de dezembro de 2011, a Comissão Executiva da Águas do Algarve, S.A. aprovou a revisão do PGRIC – publicado no sítio da internet [www.aguasdoalgarve.pt](http://www.aguasdoalgarve.pt) - e a manutenção de sua aplicação. À 14 de janeiro a Comissão Executiva da Águas do Algarve, S.A. aprovou os complementos ao plano-recomendação emanada pelo CPC de 07 de novembro de 2014.

Tem como objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

O Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, S.A. procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas do Algarve, S.A. e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

A Águas do Algarve, S.A. e o grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.



## **PONTO 11 - CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO, DESIGNADAMENTE:**

- A) O MODO COMO FORAM APLICADAS AS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA VIGENTES EM 2019, SENDO QUE, NAS EMPRESAS-MÃE DE GRUPOS PÚBLICOS, ESSE PONTO DEVERÁ INCLUIR TODAS AS EMPRESAS EM QUE ESTAS PARTICIPEM MAIORITARIAMENTE;**
- B) OS PROCEDIMENTOS INTERNOS INSTITUÍDOS PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E SE OS MESMOS SÃO OBJETO DE REVISÃO PERIÓDICA, COM REFERÊNCIA À ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO;**
- C) OS ATOS OU CONTRATOS CELEBRADOS COM VALOR SUPERIOR A 5 M€, INDEPENDENTEMENTE DA ESPÉCIE DO ATO, OU CONTRATO, EM CAUSA, E SE OS MESMOS FORAM SUJEITOS A VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 47º DA LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS (LOPTC).**

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

### **A) MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

A central de compras do Grupo AdP, operacionalizada através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e, com isso, obter condições contratuais mais atrativas para o conjunto das empresas. Complementarmente, ao libertar as empresas da carga administrativa e financeira associada à necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que a contratação implica um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos, resultante das particularidades técnicas relevantes de boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, de que são exemplo designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

### **B) PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

A Águas do Algarve, S.A. possui um departamento, designado “Departamento de Compras e Logística”, o qual tem por obrigação e competência a preparação de desenvolvimento de todas as aquisições de bens e serviços de que a Empresa necessita para a sua atividade.

Este departamento centraliza toda a logística das aquisições, cuja necessidade lhe é encaminhada através de requisições efetuadas no sistema SAP, por todos os departamentos e áreas da Empresa.

### **C) CONTRATOS CELEBRADOS DE VALOR SUPERIOR A 5 MILHÕES DE EUROS**

Em 2020 foram celebrados os seguintes contratos de valor superior a 5 milhões de euros:

- Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Zona Nascente- Lote I), celebrado a 30 de janeiro de 2020, no valor de 41.776.518,36 EUR (quarenta e um milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e dezoito euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Zona Poente - Lote II), celebrado a 30 de janeiro de 2020, no valor de 58.478.073,60 EUR (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, setenta e três euros e sessenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
- Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, celebrado a 03 de junho de 2020, no valor de 6.506.518,38 EUR (seis milhões, quinhentos e seis mil, quinhentos e dezoito euros e trinta e oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

## **PONTO 12 - MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)**

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Gás Natural;
- Eletricidade;
- Serviços Fixos de Comunicações;
- Aluguer Operacional de Veículos;
- Aquisição de Viaturas;
- Serviço Móvel Terrestre;
- Combustíveis Rodoviários;
- Gestão de Frota.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

## **PONTO 13 - MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS PREVISTAS NO ARTIGO 158.º DO DLEO 2019, JUSTIFICANDO DETALHADAMENTE O NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS**

No quadro abaixo são apresentados os valores respeitantes à verificação do cumprimento dos respetivos objetivos, que se resumem:

- Redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 2019;
- Redução ou manutenção dos seguintes conjuntos de gastos face a 2019: (I) Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria;
- Não incremento dos gastos associados à frota automóvel, face a 2019;
- Não agravamento dos gastos-com-pessoal-corrigidos, face a 2019.

PRC	2019	2018	2017	VARIACÃO 2020 /2019	
	EXEC.	EXEC.	EXEC.	Δ ABSOL.	VAR. %
<b>(1) CMVMC ajustado</b>	<b>2 247 217</b>	<b>1 948 028</b>	<b>1 956 178</b>	<b>299 189</b>	<b>15,29%</b>
CMVMC da Empresa	2 387 017	2 087 828	1 956 178	299 189	15,29%
CMVMC da ETAR da Companheira	0	0	0	0	0,00%
CMVMC da ETAR de Faro/Olhão	-139 800	-139 800	0	0	0,00%
<b>(2) FSE Ajustado</b>	<b>19 917 364</b>	<b>20 645 275</b>	<b>19 822 438</b>	<b>-727 911</b>	<b>-3,67%</b>
FSE da Empresa	24 193 356	24 733 456	22 887 522	-540 100	-2,36%
FSE da ETAR da Companheira	-2 959 717	-2 959 717	-2 630 273	0	0,00%
FSE da ETAR de Faro/Olhão	-1 128 464	-1 128 464	-434 811	0	0,00%
FSE outras deduções (a)	-187 811	0	0	-187 811	0,00%
<b>(3) Gastos com o Pessoal Ajustado</b>	<b>5 253 686</b>	<b>5 101 506</b>	<b>4 963 781</b>	<b>152 180</b>	<b>3,07%</b>
Gastos com o Pessoal da Empresa	5 685 161	5 532 981	5 230 450	152 180	2,91%
Gastos com o Pessoal da ETAR da Companheira	-57 311	-57 311	-52 597	0	0,00%
Gastos com o Pessoal da ETAR de Faro/Olhão	-374 164	-374 164	-214 073	0	0,00%
<b>(4) Gastos Operacionais ajustados = (1) + (2) + (3)</b>	<b>27 418 267</b>	<b>27 694 809</b>	<b>26 742 398</b>	<b>-276 542</b>	<b>-1,03%</b>
(5) Volume de Negócios Ajustado (VN)	59 972 679	52 220 110	50 283 096	-247 431	-0,49%
Volume de Negócios da Empresa	59 020 269	60 476 160	58 435 392	-1 455 865	-2,49%
VN da ETAR da Companheira	-4 568 727	-4 568 727	-4 414 616	0	0,00%
VN da ETAR de Faro/Olhão	-3 687 323	-3 687 323	-3 737 679	0	0,00%
VN acréscimos (b)	1 208 434	0	0	1 208 434	0,00%
<b>(6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5)</b>	<b>52,76%</b>	<b>53,03%</b>	<b>53,18%</b>	<b>-0,28%</b>	
(7) Deslocações e alojamento (€)	22 500	54 255	86 299	-63 799	-73,93
(8) Ajudas de custo (€)	2 760	5 848	10 922	-8 162	-74,73
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (€)	287 866	296 613	116 652	171 214	146,77
(7) + (8) + (9)	313 126	356 717	213 873	99 253	46,41
<b>Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria (€)</b>	<b>469 832</b>	<b>643 564</b>	<b>305 421</b>	<b>164 411</b>	<b>53,83</b>

(a) gastos covid

(b) acréscimo de faturação de água perdida devido ao covid/políticas de confinamento

Conforme se constata, não foram cumpridos os objetivos respeitantes aos gastos com o pessoal, no entanto o aumento desta rubrica foi antecipadamente autorizado por via de da aprovação do Plano de Atividade e Orçamento de 2020. Verifica-se o cumprimento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

Quanto aos objetivos referentes aos restante gastos, é de referir os seguintes valores gastos em 2020:

- Gastos associados à frota automóvel com viaturas: objetivo atingido;
- Gastos com deslocações/estadas: objetivo atingido;
- Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria: objetivo atingido.

Quanto ao número de viaturas ao serviço da empresa importa salientar que a empresa passou a utilizar 18 viaturas elétricas e manteve o número de viaturas do parque automóvel.

## PONTO 14 – CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA – INDICAÇÃO DO MODO COMO FOI DADO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO N.º7 DO ARTIGO 49.º DO DLEO 2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;

3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:
- Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.
  - Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

## **PONTO 15 - PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO DECRETO-LEI N.º133/2013 DE 3 DE OUTUBRO, ARTIGO 160.º DA LOE2019 E ARTIGO 115.º DO DLE02019)**

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário, tendo sido assinado em 2019 uma nova linha de financiamento com o BEI de 200 milhões de euros a 25 anos destinada à compra de créditos municipais;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

<b>BANCA COMERCIAL</b>	<b>1º TRIMESTRE</b>	<b>2º TRIMESTRE</b>	<b>3º TRIMESTRE</b>	<b>4º TRIMESTRE</b>
	<b>€</b>	<b>€</b>	<b>€</b>	<b>€</b>
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>				
IGCP	0	0	0	0
Fundo de Compensação do Trabalho	3 193	3 879	4 653	5 506
<b>Total de Aplicações Financeiras</b>	<b>3 193</b>	<b>3 879</b>	<b>4 653</b>	<b>5 506</b>
<b>DEPÓSITOS À ORDEM e CAIXA</b>				
Novo Banco	192	145	145	145
BPI	876	709	543	24 057
Santander	3 903	7 135	31 525	29 462
BBVA	21 308	237 742	40 703	52 213
BCP	3 964	7 395	5 007	1 937
CGD	282 186	466 692	55 013	7 271
IGCP	12 949	13 453	13 199	13 199
BKI	1 266	4 665	4 097	3 639
BIC	149	134	118	102
<b>Total de Depósitos à Ordem</b>	<b>326 793</b>	<b>738 071</b>	<b>150 350</b>	<b>132 026</b>
<b>Caixa</b>	<b>7 175</b>	<b>8 000</b>	<b>9 000</b>	<b>9 000</b>
<b>JUROS AUFERIDOS</b>				
IGCP	0	0	0	0
Banca Comercial	0	0	0	0

## PONTO 16 - DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

## **PONTO 17 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 01 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6.º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO**

Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

O Grupo AdP tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Esta política específica é coadjuvada pela existência de um conjunto de outras políticas não discriminatórias, tais como, o Código de Conduta e Ética, o Acordo Coletivo de Trabalho e a certificação na norma de Responsabilidade Social SA8000, que consolidam a atuação da Empresa, aumentando a cultura corporativa e a coesão social.

A igualdade entre mulheres e homens significa a igual oportunidade de participação de homens e mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Está consagrada na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º, e constitui um princípio fundamental do direito comunitário considerado no artigo 2º do Tratado da Comunidade Europeia.

Na sua dimensão laboral, este princípio traduz-se na:

- Igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira;
- Participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida profissional e na vida familiar, nomeadamente no que respeita à necessidade de ausência ao trabalho por licença de maternidade e/ou paternidade e para prestação de cuidados a pessoas dependentes.

Entendemos que a política de igualdade de género e de conciliação das obrigações profissionais e familiares é, não só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades.

O Grupo AdP em executou o seu Plano de igualdade de género 2019-2020 e já estabeleceu e divulgou o Plano de igualdade de género 2021, em estrito cumprimento com o estabelecido na Lei nº 62/2017 de 1 de agosto.

Este Plano está organizado em áreas agregadoras que compreendem várias medidas de intervenção, às quais se associam indicadores de sucesso e as entidades/órgãos responsáveis pela sua execução:

- Estratégia, Missão e Valores;
- Igualdade no acesso a emprego;
- Formação inicial e contínua;
- Igualdade nas condições de trabalho;
- Proteção na parentalidade;
- Conciliação Entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional;
- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

Estas áreas compreendem objetivos e medidas de intervenção, às quais está associado o estado de implementação, a responsabilidade pela sua execução, o prazo, o custo e as metas a alcançar.

**Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;**

O Grupo AdP divulga anualmente no seu R&C e no seu Relatório de Sustentabilidade Corporativo a informação relevante de Recursos Humanos desagregada por sexo (bem como nos relatórios individuais das empresas). O Relatório de Sustentabilidade Corporativo é enviado aos principais stakeholders e é disponibilizado na intranet e no sítio da internet da Águas do Algarve e da Águas de Portugal.

O Plano de igualdade de género referido na alínea anterior visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. De entre os objetivos definidos, podemos exemplificar:

## OBJETIVOS:

- Assegurar um contexto de trabalho isento de discriminação em função do sexo, da parentalidade e/ou da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Garantir o princípio da igualdade e não discriminação no acesso ao emprego;
- Promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no acesso à formação;
- Promover a igualdade entre mulheres e homens no domínio da progressão e desenvolvimento profissional;
- Garantir o direito ao gozo das licenças de parentalidade pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Incentivar os trabalhadores homens ao uso partilhado da licença parental inicial;
- Promover a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- Prevenir e combater o assédio no trabalho. Prevenir e combater a prática de outras ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador ou da trabalhadora.

Para cumprimento dos objetivos acima referidos, podemos de entre outras, exemplificar as seguintes medidas:

## MEDIDAS:

- Consultar os trabalhadores/as sobre o grau de satisfação com as políticas e medidas implementadas, relativas às dimensões de diversidade e igualdade, ética, não discriminação e equilíbrio e conciliação vida profissional, familiar e pessoal;
- Verificação de todos os anúncios de oferta de emprego e outras formas de publicidade ligadas à pré-seleção de forma a garantir que não contém, direta ou indiretamente, qualquer restrição, especificação ou preferência baseada no sexo;
- Criação e implementação de procedimento interno para assegurar que mulheres e homens têm igual oportunidade ao número de horas de formação certificada estabelecida por lei;
- Criação de procedimento e/ou mecanismos de divulgação de oportunidades internas, nomeadamente área específica no portal interno;
- Promover a equidade Homem/Mulher no gozo das licenças parentais através da divulgação de direitos e deveres na maternidade/parentalidade, previstos na legislação;
- Disponibilização de um conjunto de medidas/benefícios para os trabalhadores e trabalhadoras que promovem a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal. Exemplo: iniciativas de bem-estar e entretenimento;
- Formação para todos os colaboradores em matéria de Código de Conduta e Ética e em Responsabilidade Social.

Para cada medida estão definidos indicadores e metas que são disponibilizadas anualmente no Relatório de Sustentabilidade do Grupo.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal renovou o seu compromisso ao Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN), na promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal compromete-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção na parentalidade.

A Águas de Portugal é uma das organizações bandeira do Pacto da Conciliação e encontra-se certificada na NP 4552: 2016 - Sistema de Gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e em 2016 subscreveu a Carta Portuguesa para a diversidade.

**Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º I do artigo 50.º do RJSPE);**

A Águas do Algarve, S.A. assume, no âmbito da política corporativa de gestão de recursos humanos da AdP, SGPS, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus recursos humanos, respeitando os seguintes princípios:

- Criar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Promover comportamentos éticos e de respeito mútuo;
- Assegurar a saúde e segurança no trabalho;
- Respeitar as relações laborais;
- Acolher a diversidade;
- Fortalecer a motivação dos colaboradores;
- Promover o envolvimento e o compromisso com o Grupo AdP.

Nesse sentido, estão implementadas um conjunto de políticas corporativas que visam realizar o referido compromisso:

## **FORMAÇÃO CONTÍNUA**

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da Águas do Algarve, S.A.. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

## **VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

Um dos valores da Águas do Algarve, S.A. é o seu contributo para o desenvolvimento dos colaboradores através da aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida. Os colaboradores são incentivados a participar em programas de Pós Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual.

A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa é igualmente incentivada e suportada.

## **HORÁRIO FLEXÍVEL**

Tendo em vista o compromisso de promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos colaboradores é disponibilizado o regime de horário de trabalho flexível que permite a gestão individual do horário de trabalho de cada trabalhador garantindo em simultâneo o cumprimento de todas as obrigações profissionais e de produtividade estabelecidas.

Em 2020, a Águas do Algarve, S.A. começou a permitir que o horário de almoço seja reduzido em meia hora, de acordo com a legislação em vigor; nomeadamente Código do Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho do Grupo, aos trabalhadores que o solicitam. No sentido de mitigar os problemas derivados da pandemia covid e, acompanhando as diretrizes governamentais, a empresa implementou um sistema de teletrabalho/trabalho remoto, para todos os empregados da empresa, cujas funções o permitissem.

## **SEGUROS**

A saúde e segurança dos colaboradores é muito valorizada pela Águas do Algarve, S.A.. Todos os colaboradores têm acesso a um conjunto de seguros que garantem apoio ao próprio e à família em caso de acidente ou doença e também nos casos de invalidez ou morte.

## **NASCER NO MUNDO ADP**

No âmbito da promoção do envolvimento dos colaboradores com a empresa e do equilíbrio entre vida pessoal e profissional, quando nasce um filho de um colaborador é oferecido um cabaz nascimento que pretende celebrar esse momento único que é o nascimento de uma nova vida no Mundo AdP.

## **GESTÃO DO DESEMPENHO**

O Processo de Avaliação de Desempenho tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da empresa e potenciar o aumento da produtividade. O Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra a observação, o acompanhamento, a avaliação e o desenvolvimento dos colaboradores.

## **GESTÃO DE CARREIRAS**

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que o Grupo AdP valoriza e estimula constituindo um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos.

O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de know-how específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos colaboradores e colaboradoras a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. A Política Corporativa de Mobilidade Geográfica, implementada desde 2015, tem dado um contributo ativo para a dinamização de processos de mobilidade funcional ao garantir um conjunto de apoios aos colaboradores, em mobilidade, destinados a facilitar e apoiar a transição e a instalação no novo local de trabalho.



**PONTO 18 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA, PREVISTA NOS ARTIGOS 66.º-B OU 508.º-G DO CSC, CONTENDO, NO MÍNIMO, A INFORMAÇÃO INDICADA NOS N.ºS 2 DOS MENCIONADOS ARTIGOS. ESTA INFORMAÇÃO DEVERÁ SER PREFERENCIALMENTE APRESENTADA EM RELATÓRIO SEPARADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, EM ANEXO AO RGS (VIDE MANUAL PARA A ELABORAÇÃO DO RGS, DISPONÍVEL NO SÍTIO DA INTERNET DA UTAM).**

A Águas do Algarve, S.A. não tem a obrigatoriedade individual de reportar a informação não financeira (artigo 66º CSC revisto pelo DL 89/2017). Todavia, esta informação vai ser disponibilizado no relatório consolidado de sustentabilidade do Grupo AdP.

**PONTO 19 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SITE DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.**

Conforme orientações da DGTF, a Águas do Algarve S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO		COMENTÁRIOS
	S/N/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e accionista	N.A.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	N.A.		
Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
Outras transações	N.A.		
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	N.A.		
Social	N.A.		
Ambiental	N.A.		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo			
Código de ética	N.A.		

## Ofício-Circular n.º174/2021 da DGFT de 12 de janeiro 2021

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2020	CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
<b>Objectivos de Gestão 2020</b>			
Indicadores de Gestão global	S	Classificação final de 1,9 numa escala até 3,0.	Ponto 4.9.1
Dívida Comercial de devedores municipais	S	Dívida vencida reduziu-sem em 44,4% face a ano anterior; objetivo era de redução de 5%.	
Qualidade da água	S	99,882% resultado conforme, aumento face a 2017.	
<b>Metas a Atingir constantes no PAO 2020</b>			
Investimento	N	“Orçamento de 14,9 milhões de euros; atingido em 50% (7,5 milhões de euros)”	Covid e políticas de confinamento tiveram forte impacto na paragem da atividade económica durante um período de 2020, e depois numa mais lenta execução
Nível de endividamento	N	“186,6 milhões de euros; objetivo era de 185,3 milhões de euros”	Impacto covid, no Anexo ao R&C nota 43
Grau de execução do orçamento carregado no SIRIEF - Redução de valor no rácio Gastos Operacionais face ao Volume de Negócios (GO/VN)	S	Redução de 0,53% face a 2019	Ponto 4.9.13
Gestão do Risco Financeiro	S	2,85% em 2020; 3,65% em 2019.	Ponto 4.9.2
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S	Redução de 4,9% face a 2019	Ponto 4.9.3
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	N	PMP de 63 dias; aumento face a 2019; deveria ter reduzido	Ponto 4.9.4
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)</b>	S	5 205 898 €	Ponto 4.9.4
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
Recomendação 1	N.A.		
<b>Remunerações</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020	S	Mantém-se o corte de 5% das remunerações	Ponto 4.9.6
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		Ponto 4.9.6
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		
<b>EGP - artigo 32º e 33º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S	Cumprir	Ponto 4.9.7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Cumprir	Ponto 4.9.7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Cumprir	Ponto 4.9.7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cumprir	Ponto 4.9.7
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Cumprir	Ponto 4.9.8
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	Cumprir. Consta do site da AdP	Ponto 4.9.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção		<a href="http://www.aguasdoalgarve.pt/content/regulamentos">www.aguasdoalgarve.pt/content/regulamentos</a>	Ponto 4.9.10
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Ponto 4.9.11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		Ponto 4.9.11
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	3 contratos, todos do Saneamento	Ponto 4.9.11
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>	S	Economato, eletricidade, viaturas	
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	S	Quadro efetuado	
<b>Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria</b>	S	Quadro efetuado	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	Ponto 4.9.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N		Ponto 4.9.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N		Ponto 4.9.14
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			
Recomendação 1	N.A.	site da empresa	
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o artigo 7º da Lei 62/2017 de 1 de Agosto	S	Relatório elaborado pela holding	
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		

## 6- PERSPETIVAS FUTURAS

A Águas do Algarve, S.A. mantém na sua estratégia e linhas de conduta a promoção da melhoria da sustentabilidade ambiental, económica e social. Também se pretende aprofundar a tendência para a redução das emissões de carbono, apostando-se cada vez mais na utilização de carros elétricos e no alargamento de novas medidas ambientalmente sustentáveis.

As alterações climáticas, nomeadamente secas prolongadas no Algarve, que durante 2020 se sentiram durante uma parte importante do ano, vão trazer novos desafios em relação às origens de água, a reutilização adequada das águas residuais e o aproveitamento de lamas para fins úteis.

Decorrente da assinatura do novo contrato de concessão e, da concordância de todos os municípios clientes, a faturação da área de negócio do saneamento é efetuada através dos "rendimentos tarifários", desde o ano de 2020. De acordo com a respetiva repartição por utilizador municipal, o valor definido para 2021 será de 26.237.120€, já atualizado pelo IHPC de acordo com as instruções do Regulador (ERSAR).

A empresa tem a expectativa de assinar um Acordo de Regularização de Dívida com o cliente Vila Real de Santo António SGU/ Município de Vila Real de Santo António, no montante de 16,5 milhões de euros, que titulariza uma parte da dívida total, e que se segue à assinatura ainda em 2020 de um Memorando de Entendimento.

Em relação ao Investimento a empresa estimou no seu Plano de Atividades e Orçamento, um valor de 15,3 milhões de euros para o ano de 2021, sendo que neste valor se incluem os seguintes integrados no Programa De Recuperação e Resiliência no Contexto dos Instrumentos Comunitários de Apoio à Recuperação da Economia:

### REFORÇO\MELHORIAS DO SISTEMA DE AVISO E ALERTA DA BARRAGEM DE ODELOUCA (SAABO)

Compreenderá em traços gerais:

- Reabilitação dos postes de aviso sonoro, tanto ao nível de construção civil de modo a diminuir o furto/vandalismo, como ao nível de instalações elétricas, equipamentos e automação, de maneira a garantir continuidade de serviço mesmo em circunstâncias extremas de emergência, sendo exploradas as seguintes vertentes:
- Arquitetura de comunicações;
- Alimentação de Energia;
- Desativação dos postes de aviso luminoso e substituição por infraestrutura amovível a colocar em determinados sítios a estudar;
- Atualização do SCADA da Barragem de Odelouca com a inclusão dos sinais provenientes do SAABO, mas que em caso de rotura do sistema SCADA o funcionamento dos intervenientes neste sistema não sejam perturbados.

### SISTEMAS DE MEDIÇÃO DE ENERGIA

Para responder ao grande desafio de aumentar a eficiência de utilização dos recursos e no estrito cumprimento das Orientações Estratégicas para o Grupo Águas de Portugal, determinadas pela Tutela, foi desenvolvido um Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE), que tem como pressupostos a racionalização dos consumos de energia e a maximização do aproveitamento energético, e permitiu identificar, organizar, calendarizar e quantificar recursos e metas, que possibilitem racionalizar esses mesmos consumos, promovendo a descarbonização da economia, possibilitando a redução ou compensação das emissões dos GEE e a minimização dos efeitos e/ ou consequências das alterações climáticas.

Para dar cumprimento ao estipulado no PEPE, a Águas do Algarve, S.A., procedeu à identificação de 12 infraestruturas, prevendo para cada uma delas, a instalação de equipamentos para monitorização do desempenho energético dos diversos consumidores (analísadores de rede), que deverão ser instalados em quadros elétricos, existentes, ou novos, estando previstos autómatos, cartas, consolas de leitura, analisadores de rede, assim como toda a cablagem de alimentação e sinal, em calhas técnicas, se necessário. Pretende-se ainda que os dados de energia recolhidos pelos analisadores de rede instalados em vários pontos, enviados para os autómatos a instalar e visualizados nas consolas HMI, sejam ligados às redes de telegestão de cada uma das instalações através dos protocolos existentes ou novos e a partir daí, reencaminhados para a Base de Dados Central, através dos SCADA existentes, associados ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

## **APR: ESTAÇÃO ELEVATÓRIA, DESINFEÇÃO, ADUÇÃO E PONTOS DE ENTREGA: REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA TRATADA NA ETAR DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

No plano de investimentos foram considerados em 2021 valores de investimento do projeto de ApR (Água para Reutilização) no montante de 1,6 milhões de euros.

Este projeto tem por objetivo a reutilização de água residual tratada da ETAR de Vila Real de Santo António para rega dos dois campos de existentes na zona norte de concelho de Castro Marim – Castro Marim Golf e Country Club e Quinta do Vale – Golfe e Urbanizações Vale do Odiana Sucursal. O projeto contempla a implementação de um sistema de desinfeção adicional que permita a produção de uma Água para Reutilização (ApR), uma Estação Elevatória e respetivo troço de sistema adutor, incluindo os respetivos pontos de entrega, necessário para elevar e transportar o efluente entre a ETAR produtora e os utilizadores.

## **CENTRAL DE SECAGEM SOLAR DE LAMAS DA ETAR DA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

O investimento referente à construção da referida central tem um valor previsto de 2M€ e um prazo de execução de 12 meses e prevê a instalação de um módulo de secagem solar na ETAR de Vila Real de Santo António que permitirá a secagem integral das lamas produzidas nesta instalação.

Este investimento é de extrema importância para a Águas do Algarve, S.A uma vez que constitui uma mais-valia ambiental significativa à atual exploração da instalação de Vila Real de Santo António, quer por via da redução do número de transportes e consequente redução das emissões de gases efeito estufa, quer por via da melhoria da qualidade física, assim como uma mais-valia económica cujo retorno do investimento estimado será inferior ao período do atual contrato de concessão em vigor.

O ano de 2021 será um ano, que se espera, seja de recuperação, ainda que parcial, dos impactos significativos e negativos causados pela pandemia e políticas de confinamento seguidas no seu combate.

## **7-CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para o resultado obtido a todos os níveis muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- Aos nossos Acionistas, com especial relevo para a Águas de Portugal, S.G.P.S., SA, que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da empresa;
- À Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, à Agência Portuguesa para o Ambiente e aos organismos regionais pela cooperação prestada;
- Aos Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.

## 8- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 739.364 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 36.968 euros;
- Remanescente, no valor de 702.396 euros para resultados transitados.

Faro, 5 de março de 2021

O Conselho de Administração

**Joaquim Carlos Correia Peres**  
(Presidente)

**Maria Isabel Fernandes da Silva Soares**  
(Vogal Executivo)

**António Paulo Jacinto Eusébio**  
(Vogal Executivo)

**Luis António Alves da Encarnação**  
(Vogal)

**Rogério Conceição Bacalhau Coelho**  
(Vogal)



# CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

// NÃO PARAMOS //

PARA QUE A ÁGUA CHEGUE ÀS TORNEIRAS  
DE TODOS E PARA PROTEGER A SAÚDE  
PÚBLICA E O AMBIENTE



# CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

## C - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020 INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa, as contas do exercício de 2020.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração dos resultados e do rendimento integral;
- Demonstração das variações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legas de contas.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020.

(Montantes expressos em euros)

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativos Não Correntes</b>			
Ativos intangíveis	6	405 664 457	416 833 694
Ativos fixos tangíveis	6	996 635	1 021 611
Ativos sob direito de uso	38	394 774	250 913
Outros ativos financeiros	7	5 506	2 602
Impostos diferidos ativos	8	30 911 859	27 942 422
Cientes e outros ativos não correntes	9	5 712	66 912
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>437 978 943</b>	<b>446 118 155</b>
<b>Ativos Correntes</b>			
Inventários	10	2 338 662	2 386 618
Ativos fin. ao justo valor rend.int.	11	0	2 072 184
Cientes	11	34 742 566	36 293 598
Estado e outros entes públicos	12	852 818	520 962
Imposto sobre o rendim. do exercício	24	46 442	324 917
Outros ativos correntes	13	14 628 417	12 387 027
Caixa e depósitos bancários	14	141 026	216 065
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>52 749 931</b>	<b>54 201 371</b>
<b>Total do ATIVO</b>		<b>490 728 874</b>	<b>500 319 526</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>Capital próprio dos acionistas</b>			
Capital social	15	29 825 000	29 825 000
Reservas e outros ajustamentos	15	3 238 347	3 178 306
Resultados transitados	15	(3 611 887)	(4 752 683)
Resultado líquido do exercício		739 364	1 200 838
<b>Total do CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>30 190 825</b>	<b>29 451 461</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivos Não Correntes</b>			
Provisões	16	81 500	598 339
Empréstimos	17	151 846 648	166 780 432
Passivos da locação	38	114 128	35 377
Fornecedores e outros passivos não correntes	18	4 307 369	4 837 262
Impostos diferidos passivos	8	6 383 294	6 618 609
Acréscimo de gastos de investimento contratual	19	64 815 748	64 369 317
Subsídios ao investimento	20	155 669 532	161 305 303
Desvio tarifário passivo	21	24 890 259	18 411 752
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>408 108 478</b>	<b>422 956 391</b>
<b>Passivos Correntes</b>			
Empréstimos	17	33 749 962	29 437 524
Passivos da locação	38	210 675	219 396
Fornecedores	22	7 501 945	6 233 110
Outros passivos correntes	23	8 308 342	9 307 660
Imposto sobre o rendim. do exercício	24	0	0
Estado e outros entes públicos	12	2 658 648	2 713 984
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>52 429 572</b>	<b>47 911 674</b>
<b>Total do PASSIVO</b>		<b>460 538 049</b>	<b>470 868 065</b>
<b>Total do PASSIVO e CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>490 728 874</b>	<b>500 319 526</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	2020	2019
Vendas	+	25	32 542 552	34 916 487
Prestações de serviços	+	25	26 478 797	25 559 673
Rendimentos construção ativos concessionados	+	25	7 349 960	25 269 224
Défice/superavit tarifário	-	21	6 478 507	5 366 427
Gasto das vendas/variação inventários	-	26	2 387 017	2 087 828
Gastos construção ativos concessionados	-	26	6 996 549	24 926 991
Fornecimentos e serviços externos	-	27	24 193 356	24 733 456
Gastos com pessoal	-	28	5 685 161	5 532 981
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-	29	19 322 648	21 204 094
Provisões e reversões do exercício	-	30	516 839	0
Perdas por imparidade e reversões do exercício	-	31	0	0
Subsídios à exploração	+	34	124 770	22 174
Subsídios ao investimento	+	20	5 635 771	6 130 107
Outros gastos e perdas operacionais	-	32	650 682	1 041 604
Outros rendimentos e ganhos operacionais	+	33	632 455	467 152
<b>Resultados operacionais</b>	=		<b>7 567 226</b>	<b>7 471 437</b>
Gastos financeiros	-	35	7 913 501	7 622 612
Rendimentos financeiros	+	36	1 352 951	1 673 163
<b>Resultados financeiros</b>	=		<b>6 560 550</b>	<b>5 949 449</b>
<b>Resultados antes de imposto</b>	=		<b>1 006 675</b>	<b>1 521 988</b>
Imposto do exercício	-	24	3 472 062	3 258 191
Imposto diferido	+	8 e 24	3 204 751	2 937 041
<b>Res. Líquido do exercício operações continuadas</b>	=		<b>739 364</b>	<b>1 200 838</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	=		<b>739 364</b>	<b>1 200 838</b>
<b>Rendimento integral</b>	=		<b>739 364</b>	<b>1 200 838</b>
Resultado por ação (básico e diluído)		15	0,12	0,20
Resultado integral por ação (básico e diluído)		15	0,12	0,20

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RES. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
<b>Saldo a 31.12.2018</b>		<b>29 825 000</b>	<b>2 818 713</b>	<b>4 989 566</b>	<b>7 191 847</b>	<b>44 825 126</b>
Aplicação do RL do Exercício	15	0	359 592	6 832 254	(7 191 847)	0
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	(6 832 254)	0	(6 832 254)
DRG acumulado		0	0	(13 045 325)	0	(13 045 325)
DRG acumulado – Imposto Diferido		0	0	3 303 076	0	3 303 076
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	1 200 838	1 200 838
<b>Saldo a 31.12.2019</b>		<b>29 825 000</b>	<b>3 178 306</b>	<b>(4 752 683)</b>	<b>1 200 838</b>	<b>29 451 461</b>
Aplicação do RL do Exercício	15	0	60 042	1 140 796	(1 200 838)	0
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0
DRG acumulado		0	0	0	0	0
DRG acumulado – Imposto Diferido		0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	739 364	739 364
<b>Saldo a 31.12.2020</b>		<b>29 825 000</b>	<b>3 238 347</b>	<b>(3 611 887)</b>	<b>739 364</b>	<b>30 190 825</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXO	NOTAS	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		64 145 957	67 828 020
Recebimentos operacionais - Outros		4 642 521	4 659 840
Pagamentos a fornecedores		(32 783 210)	(32 769 068)
Pagamentos ao pessoal	13, 23, 28	(3 361 803)	(3 386 500)
Pagamentos ao Estado		(2 703 639)	(2 605 765)
Pagamento de IRC	12	(3 868 468)	(4 370 198)
Pagamento operacionais outros		(500 359)	(2 852 616)
<b>Fluxo das atividades operacionais</b>		<b>25 570 999</b>	<b>26 503 713</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos de investimentos financeiros		0	2 849 736
Recebimentos de ativos intangíveis	6	19 745	247 713
Recebimentos de subsídios de investimento	20	1 789 421	1 509 759
Pagamentos de investimentos financeiros		0	(301)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	6	0	(4 526)
Pagamentos de ativos intangíveis	6, 22	(7 991 117)	(10 701 568)
<b>Fluxo das atividades de investimento</b>		<b>(6 181 951)</b>	<b>(6 099 187)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos de empréstimos obtidos	17	11 700 000	13 680 000
Outros recebimentos de financiamento		51 432	764 217
Pagamentos de empréstimos obtidos	17	(22 642 422)	(34 762 937)
Pagamentos de juros e gastos similares	35	(6 346 483)	(7 085 711)
Pagamentos de dividendos	15	(2 459 092)	(3 719 479)
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>		<b>(19 696 565)</b>	<b>(31 123 911)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(307 517)</b>	<b>(10 719 385)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14, 17	216 065	10 935 450
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14, 17	(91 452)	216 065

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	NOTAS	2020	2019
Caixa	14	9 000	7 500
Depósitos à ordem	14	132 026	208 565
<b>Tesouraria ativa</b>		<b>141 026</b>	<b>216 065</b>
Descobertos bancários	17	(232 478)	0
<b>Tesouraria passiva</b>		<b>(232 478)</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>		<b>(91 452)</b>	<b>216 065</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

1 – Informação geral.....	125
2 – Políticas contabilísticas.....	127
3 – Políticas de gestão do risco financeiro.....	142
4 – Estimativas e julgamentos.....	145
5 – Instrumentos Financeiros por categoria.....	148
6 – Ativos intangíveis e tangíveis.....	150
7 – Outros ativos financeiros.....	153
8 – Impostos diferidos ativos e passivos.....	153
9 – Clientes e outros ativos não correntes.....	154
10 – Inventários.....	155
11 – Clientes.....	155
12 – Estado e outros entes públicos.....	157
13 – Outros ativos correntes.....	158
14 – Caixa e depósitos bancários.....	158
15 – Capital próprio.....	159
16 – Provisões.....	160
17 – Empréstimos.....	161
18 – Fornecedores e outros passivos não correntes.....	162
19 – Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	162
20 – Subsídios ao investimento.....	163
21 – Desvio superavit tarifário.....	163
22 – Fornecedores correntes.....	164
23 – Outros passivos correntes.....	165
24 – Imposto sobre o rendimento.....	165
25 – Vendas, prestação de serviços e rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12).....	167
26 – Gastos das vendas/variação inventários e gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12).....	167
27 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	168
28 – Gastos com pessoal.....	169
29 – Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	170
30 – Provisões e reversões do exercício.....	170
31 – Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	170
32 – Outros gastos e perdas operacionais.....	171
33 – Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	171
34 – Subsídios à exploração.....	171
35 – Gastos financeiros.....	172
36 – Rendimentos financeiros.....	172
37 – Transações com entidades relacionadas.....	173
38 – Ativos sob direito de uso e Passivos da Locação.....	175
39 – Compromissos.....	176
40 – Ativos e passivos contingentes.....	183
41 – Informações exigidas por diplomas legais.....	185
42 – Rendimento garantido.....	185
43 – Outros assuntos – COVID-19.....	186
44 – Eventos subsequentes.....	187

# 1. INFORMAÇÃO GERAL

## 1.1 ATIVIDADE

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por AdA S.A., entidade, empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, nº 10, em Faro.

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

A empresa é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-lei nº 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei nº 130/95, de 5 de junho, e nº 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei nº 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei nº 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei nº 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei nº 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 2019 foi assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24 de julho de 2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

A entidade gestora Águas do Algarve, S.A., pertencente ao universo do Grupo AdP, que é um sistema multimunicipal, exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticados pela Águas do Algarve, S.A. são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável. Durante o ano de 2020, as tarifas aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2019.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos. Em 2020, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,41%.

O diploma constituinte da agregação do SMM, Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, e respetivo contrato de concessão, estabelece a metodologia de registo e de recuperação do Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2043, o saldo atual dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado.

Para o SMM gerido pela Águas do Algarve, S.A., ao abrigo do novo contrato de concessão celebrado em 2019, foi efetuado o registo inicial dos DRG, e a partir daí o correspondente a cada exercício económico.

Em 31 de dezembro de 2020 estavam registados, nas contas da Águas do Algarve, S.A., cerca de 25,6 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

## 1.2 ACIONISTAS

O capital social realizado da Empresa é de 29.825.000 euros, correspondendo a 5.965.000 ações de valor nominal de 5 euros cada. A estrutura acionista é a seguinte:

ACIONISTAS	QUANTIDADE	ACÇÕES VALOR	CLASSE	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447	16 237 235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270	1 446 350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236	86 180	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046	170 230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787	163 935	A	0,55%
Município de Faro	409 788	2 048 940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813	939 065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726	1 013 630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797	1 693 985	A	5,68%
Município de Monchique	25 718	128 590	A	0,43%
Município de Olhão	230 791	1 153 955	A	3,87%
Município de Portimão	369 206	1 846 030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607	248 035	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439	1 112 195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680	678 400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605	268 025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044	590 220	A	1,98%
<b>Total</b>	<b>5 965 000</b>	<b>29 825 000</b>		<b>100,00%</b>

## 1.3 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 5 de Março de 2021 na sede da Empresa em Faro.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2020.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

#### 2.1.1 INTRODUÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Algarve S.A. foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

#### 2.1.2 NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

##### 2.1.2.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentada nos comparativos.

##### 2.1.2.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2020

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

##### IFRS 3 (ALTERAÇÃO) - 'DEFINIÇÃO DE NEGÓCIO'

Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

##### IFRS 9, IAS 39 E IFRS 7 (ALTERAÇÃO) - 'REFORMA DAS TAXAS DE JURO DE REFERÊNCIA'

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

##### IAS 1 E IAS 8 (ALTERAÇÃO) - 'DEFINIÇÃO DE MATERIAL'

Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

### ESTRUTURA CONCEPTUAL - 'ALTERAÇÕES NA REFERÊNCIA A OUTRAS IFRS'

Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

#### 2.1.2.3 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2021 e que a AdA SA não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
• IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021

- Ainda não endossadas pela UE

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo.	1 de janeiro de 2023
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.	1 de janeiro de 2022
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis.	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso.	1 de janeiro de 2022
Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.	1 de janeiro de 2022
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados.	1 de janeiro de 2021
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações.	1 de janeiro de 2023



## **IFRS 14 CONTAS DE DIFERIMENTO RELACIONADAS COM ATIVIDADES REGULADAS**

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas, do anterior normativo contabilístico, relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA após 31 de dezembro de 2020.

## **2.2 CONVERSÃO CAMBIAL**

### **2.2.1 MOEDA FUNCIONAL DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras da AdA SA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### **2.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em "Reservas e outros ajustamentos", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da empresa de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

## **2.3 ATIVIDADES REGULADAS**

### **2.3.1 INTRODUÇÃO**

A Águas do Algarve desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Algarve pode registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A AdA SA está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

### 2.3.2 ENQUADRAMENTO – ATIVIDADE CONCESSIONADA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdA SA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IFRS 15.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

ÁGUA E SANEAMENTO	CONCESSÃO/PARceria	PRAZO	PERÍODO	REMUNERAÇÃO ACIONISTA TAXA DE REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO ACIONISTA BASE DE INCIDÊNCIA <sup>(1)</sup>
Águas do Algarve SA <sup>(2)</sup>	Concessão	30 anos	2019-2048	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

(2) A 24 de julho de 2019 foi celebrado Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve gerido pelas Águas do Algarve, S.A. por um prazo de 30 anos (2019-2048). Este contrato resulta da agregação dos contratos de concessão existentes àquela data.

### 2.3.3 CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão da empresa, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendido de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdA SA, como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, classifica as infraestruturas do sistema que explora como Ativos Intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

### 2.3.4 AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais (água e efluente) nesse exercício e os caudais até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) anexo ao contrato de concessão.

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL DO INVESTIMENTO DO CONTRATO (€)	ANOS	TOTAL DE CAUDAIS DO CONTRATO (m <sup>3</sup> )	TAXA DEPLEÇÃO 2020
ÁGUA	472 853 067	30	1 892 458 222	3,7267%
SANEAMENTO	373 314 838	30	1 233.840 012	3,1480%
ESTRUTURA	10 365 875	30	3 126.298 234	3,4990%
	<b>856 533 781</b>		<b>6 252 596 468</b>	

### 2.3.5 ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTOS CONTRATUAIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdA S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

### 2.3.6 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

O Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 93/2019 de 15 de Julho, bem como a cláusula 20ª do Contrato de Concessão, estabelecem o registo dos Desvios de Recuperação de Gastos (DRG) da Águas do Algarve SA.

Para esse efeito considera-se como DRG:

- a. A diferença verificada, à data da extinção dos sistemas, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão dos sistemas extintos e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido nos referidos sistemas extintos;
- b. A diferença verificada, anualmente, até ao termo do primeiro subperíodo do segundo período tarifário, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Mais dispôs que a sociedade devia registar nas suas contas os DRGs que se verificassem anualmente até ao termo do primeiro subperíodo do segundo período tarifário, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, deviam ser recuperados por via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quarto subperíodo do segundo período tarifário (2043).

O Contrato de Concessão da Águas do Algarve SA estabelece na cláusula n.º 20 o registo dos DRG, determinando o n.º 4 desta cláusula que o DRG registado anualmente seja sujeito à aprovação da ERSAR. O n.º 6 da mesma cláusula determina que os DRG gerados em cada ano não devem incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva de acordo com critérios previamente definidos pela entidade reguladora.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao redito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

### **2.3.7 RÉDITO – CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS**

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rendimento da atividade de construção devem ser reconhecidos de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

## **2.4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor da demonstração da posição financeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento Básico	3 - 55
Equipamento Transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento Administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas do Algarve S.A. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## 2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

### 2.5.1 DIREITOS DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Ver notas 2.3.3 e 2.3.4

### 2.5.2 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

## 2.6 LOCAÇÕES

As locações nas quais a Águas do Algarve é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdA S.A. reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdA S.A. reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdA S.A. apenas tem locações enquanto locatário.

### IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a. O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b. A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

## SEPARAR COMPONENTES DE UM CONTRATO

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdA S.A. contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que AdA S.A. (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

## PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

## B) CONTABILIZAÇÃO NOS LOCATÁRIOS

### RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DA LOCAÇÃO

Na data de início da locação, a AdA S.A. reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

#### *Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)*

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

#### *Mensuração inicial do passivo da locação*

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

## MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA LOCAÇÃO

### *Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso*

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Edifícios e outras construções	1 - 40
Equipamento de transporte	1 - 4
Licenças de software	3
Outro equipamento	1 - 4

### *Mensuração subsequente do passivo da locação*

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdA S.A. mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
  - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
  - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

## EXPEDIENTES PRÁTICOS UTILIZADOS PELA ADA S.A. ENQUANTO LOCATÁRIA

A AdA S.A. utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdA SA é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

## 2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 2.7.1 ATIVOS FINANCEIROS

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
  - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
  - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
  - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdA SA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) com clientes no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro.

### **AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS**

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

### **AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)**

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

### **RECONHECIMENTO INICIAL**

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdA SA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 – Réditos de contratos com os clientes.



## MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a AdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AdA, a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdA SA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

## CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (*WRITE-OFF*)

A AdA SA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

## IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdA SA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdA SA não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

## 2.7.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Fornecedores e Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdA SA apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdA SA liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

### FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdA SA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

## 2.7.3 RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CARTEIRAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

## 2.7.4 POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
  - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados;
  - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
  - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida;
  - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

## 2.8 INVENTÁRIOS

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

## 2.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração de posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.10 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos da empresa são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para o goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexo ao contrato de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

### DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

## REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações e amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 2.11 CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## 2.12 DIVIDENDOS A PAGAR

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

## 2.13 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

## 2.14 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras

### ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A empresa

procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

## 2.15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A AdA SA encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A entidade é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa média da AdA, que é de 0,6% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados, ou no **resultado líquido**, ou em **outras reservas**, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 2.16 RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdA. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a empresa efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdA SA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

### **2.16.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

#### **ATIVIDADE REGULADA – SERVIÇOS EM “ALTA” – SANEAMENTO**

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

#### **ATIVIDADE NÃO REGULADA**

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

### **2.16.2 VENDAS DE BENS**

#### **ATIVIDADE REGULADA – SERVIÇOS EM “ALTA” – ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

### **2.16.3 RÉDITO REGULATÓRIO E RELACIONADO COM ATIVIDADE CONCESSIONADA**

Ver notas 2.3.6. desvios de recuperação de gastos e 2.3.7 rédito dos serviços de construção.

## **2.17 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE**

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

## **2.18 GASTOS E PERDAS**

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

## **2.19 EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## **3. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO**

### **3.1 FATORES DE RISCO**

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco da taxa de juro, risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

## 3.2 RISCO DE MERCADO

### 3.2.1 RISCO DA TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a entidade ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdA SA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associada à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

JUROS SUPORTADOS À TAXA VARIÁVEL	2020	2019
Real	555 208	6 018 883
Taxa média + 1%	859 705	8 163 931
Taxa média - 1%	249 705	3 873 834

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

### 3.2.2 RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis representam aproximadamente 20% do total de fornecimentos e serviços externos (4,89 milhões de euros). A empresa, através da AdP Serviços, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade, é fixado o preço para o horizonte do contrato.

## 3.3 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Algarve por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

RISCO DE LIQUIDEZ	< 1 ANO	1 a 5 ANOS	> 5 ANOS
Financiamentos	33 749 962	52 610 646	99 236 001
Fornecedores e outros passivos	15 810 287	2 744 509	1 562 861
	49 560 249	55 355 155	100 798 862

A empresa não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a Águas do Algarve S.A. entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

RISCO DE LIQUIDEZ (MILHÕES DE EUROS)	PLAFOND DISPONÍVEL	PLAFOND UTILIZADO	PLAFOND NÃO UTILIZADO
Descobertos Bancários	7 000 000	232 478	6 767 522

O objetivo da empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da empresa é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

<b>RISCO DE CAPITAL</b>	<b>NOTAS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Empréstimos não correntes	17	151 846 648	166 780 432
Empréstimos correntes	17	33 749 962	29 437 524
Passivos da locação	38	324 803	254 773
Disponibilidades	14	(141 026)	(216 065)
<b>Dívida líquida</b>		<b>185 780 387</b>	<b>196 256 664</b>
Subsídios ao Investimento	20	155 669 532	161 305 303
Total do Capital Próprio		30 190 825	29 451 461
<b>Capital e subsídios</b>		<b>185 860 356</b>	<b>190 756 764</b>
<b>Dívida líquida: Total do CAPITAL</b>		<b>1,00</b>	<b>1,03</b>

### 3.4 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas do Algarve S.A. está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

#### 3.4.1 CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais – municípios), já que o risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver notas 9 e 11 de clientes) bem como os proveitos financeiros (ver nota 36).

O Conselho de Administração da AdA SA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

#### 3.4.2 CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Algarve, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2020, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na demonstração de posição financeira.

<b>ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS</b>	<b>NOTA</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Depósitos à Ordem	14	132 026	208 565
Fundo de compensação do Trabalho	7	5 506	2 602
<b>Ativos financeiros bancários</b>		<b>137 532</b>	<b>211 167</b>

Face a 2019, a AdA SA considera que não houve um aumento significativo do risco de crédito.



A distribuição dos Ativos financeiros bancários que estão sujeitos a rating é a seguinte:

RATING	2020	2019
A2	29 462	0
A3	52 213	96 485
B2	145	0
Ba1	7 271	0
Baa1	27 696	1 614
Baa3	15 135	110 137
Caa1	0	163
não disponível	102	165
<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>132 026</b>	<b>208 565</b>

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro de 2020.

## 3.5 RISCO DE EXPLORAÇÃO

### 3.5.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### 3.5.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

## 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 PROVISÕES

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 4.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

### a) Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual a AdA SA utiliza para efeitos de base de depreciações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeito a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

### b) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

No caso específico dos equipamentos detidos, os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias da empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

## 4.3 IMPARIDADE PARA CONTA A RECEBER

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração de posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da empresa.

## 4.4 JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela AdA SA correspondem aos Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) celebrados com os clientes municipais no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou com o Banco Europeu de Investimento uma linha de 200 milhões de euros que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de ARD's. A cedência será feita pelo valor nominal dos créditos. Neste sentido considera-se que o justo valor dos ARD's corresponde ao seu valor nominal.

## 4.5 ESTIMATIVA DE IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdA SA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdA SA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

## 4.6 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos do Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 93/2019 de 15 de Julho, bem como a cláusula 20ª do Contrato de Concessão que estipula, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinado com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

O respetivo Relatório do Desvio de Recuperação de Gastos referente ao ano de 2020 foi submetido à apreciação da ERSAR no passado dia 15 de Fevereiro de 2021, aguardando-se até à data a receção do Projeto de Decisão da entidade reguladora.

Importa acrescentar que não é expectativa da Administração de que existam ajustamentos ao Desvio de Recuperação de Gastos por parte da ERSAR.

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros constantes da demonstração da posição financeira estão classificados pelas seguintes categorias:

Em 31 de Dezembro de 2019 o quadro era o seguinte:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR	PASSIVOS FINANC. AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVO/PASSIVO NÃO CLASSIF. C/ INST. FINANC.	TOTAL DPF a 31.12.2019
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	416 833 694	416 833 694
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	1 021 611	1 021 611
Outros Ativos financeiros	2 602	0	0	2 602	0	2 602
Ativos sob direito de uso	250 913	0	0	250 913	0	250 913
Clientes e Outros Ativos NÃO CORRENTES	1 124 305	0	0	1 124 305	0	1 124 305
Clientes CORRENTES	35 236 205		0	35 236 205	0	35 236 205
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	27 942 422	27 942 422
Inventários	0	0	0	0	2 386 618	2 386 618
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	324 917	324 917
EOEP (A)	0	0	0	0	520 962	520 962
Ativos financeiros ao justo valor	0	2 072 184	0	2 072 184	0	2 072 184
Outros ativos correntes	12 387 027	0	0	12 387 027	0	12 387 027
Caixa e seus equivalentes	0	0	0	0	216 065	216 065
<b>Total do ATIVO</b>	<b>49 001 053</b>	<b>2 072 184</b>	<b>0</b>	<b>51 073 237</b>	<b>449 246 289</b>	<b>500 319 526</b>
Provisões	0	0	0	0	598 339	598 339
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	166 780 432	166 780 432	0	166 780 432
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	35 377	35 377	0	35 377
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	4 837 262	4 837 262	0	4 837 262
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	6 618 609	6 618 609
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	64 369 317	64 369 317
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	161 305 303	161 305 303
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	18 411 752	18 411 752
Empréstimos correntes	0	0	29 437 524	29 437 524	0	29 437 524
Passivos da locação CORRENTES	0	0	219 396	219 396	0	219 396
Fornecedores	0	0	6 233 110	6 233 110	0	6 233 110
Outros passivos correntes	0	0	9 307 660	9 307 660	0	9 307 660
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	0	0
EOEP (P)	0	0	0	0	2 713 984	2 713 984
<b>Total do PASSIVO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>216 850 761</b>	<b>216 850 761</b>	<b>254 017 304</b>	<b>470 868 065</b>

Em 31 de Dezembro de 2020 o quadro é o seguinte:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR	PASSIVOS FINANC. AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVO/PASSIVO NÃO CLASSIF. C/ INST. FINANC.	TOTAL DPF a 31.12.2020
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	405 664 457	405 664 457
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	996 635	996 635
Ativos sob direito de uso	394 774	0	0	394 774	0	394 774
Outros Ativos Financeiros	5 506	0	0	5 506	0	5 506
Cientes e Outros Ativos NÃO CORRENTES	5 712	0	0	5 712	0	5 712
Cientes CORRENTES	34 742 566	0	0	34 742 566	0	34 742 566
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	30 911 859	30 911 859
Inventários	0	0	0	0	2 338 662	2 338 662
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	46 442	46 442
EOEP (A)	0	0	0	0	852 818	852 818
Ativos financeiros ao justo valor	0	0	0	0	0	0
Outros ativos correntes	10 373 411	0	0	10 373 411	4 255 006	14 628 417
Caixa e seus equivalentes	141 026	0	0	141 026	0	141 026
<b>Total do ATIVO</b>	<b>45 662 995</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>45 662 995</b>	<b>445 065 879</b>	<b>490 728 874</b>
Provisões	0	0	0	0	81 500	81 500
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	151 846 648	151 846 648	0	151 846 648
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	114 128	114 128	0	114 128
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	4 307 369	4 307 369	0	4 307 369
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	6 383 294	6 383 294
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	64 815 748	64 815 748
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	155 669 532	155 669 532
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	24 890 259	24 890 259
Empréstimos correntes	0	0	33 749 962	33 749 962	0	33 749 962
Passivos da locação CORRENTES	0	0	210 675	210 675	0	210 675
Fornecedores	0	0	7 501 945	7 501 945	0	7 501 945
Outros passivos correntes	0	0	3 420 200	3 420 200	4 888 142	8 308 342
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	0	0
EOEP (P)	0	0	0	0	2 658 648	2 658 648
<b>Total do PASSIVO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>201 150 927</b>	<b>201 150 927</b>	<b>259 387 122</b>	<b>460 538 049</b>

Os instrumentos financeiros ao justo valor são categorizados em três níveis, definidos da seguinte forma:

#### Ativos Financeiros ao Justo Valor Rendimento Integral - Acordos de Regularização de Dívida com Clientes (nota 11):

NÍVEL 1	2020 NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 1	2019 NÍVEL 2	NÍVEL 3
					2 072 184

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS E ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, o movimento dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

### 6.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

ATIVO LÍQUIDO INTANGÍVEL	2020	2019
Despesas de desenvolvimento	39 317	5 632
Programas de Computador	0	952
Propriedade industrial e outros direitos	234 748	261 857
Diretos de Utilização de Infraestruturas (DUIs)	405 390 392	416 565 253
<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>405 664 457</b>	<b>416 833 694</b>

#### 6.1.1 MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

ATIVOS LÍQUIDOS INTANGÍVEIS	2018	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2019
<b>Valor bruto dos ativos intangíveis:</b>							
Despesas de desenvolvimento	417 548	3 440	0	0	0	0	420 988
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	773 334	0	0	0	0	0	773 334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	38 142 360	9 752 827	0	0	(18 739 546)	0	29 155 641
Direitos de utilização de infraestruturas	586 474 335	15 442 505	(1 650)	0	18 739 546	0	620 654 736
<b>Valor Bruto dos ativos intangíveis</b>	<b>625 810 693</b>	<b>25 198 772</b>	<b>(1 650)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>651 007 815</b>
<b>Depreciações acumuladas dos ativos intangíveis:</b>							
Despesas de desenvolvimento	403 702	11 654	0	0	0	0	415 356
Programas de Computador	1 125	1 039	0	0	0	0	2 164
Propriedade industrial e outros direitos	484 367	27 109	0	0	0	0	511 477
Direitos de utilização de infraestruturas	212 807 953	14 110 060	0	0	6 327 111	0	233 245 124
<b>Depreciações acumuladas dos ativos intangíveis</b>	<b>213 697 147</b>	<b>14 149 862</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 327 111</b>	<b>0</b>	<b>234 174 121</b>
<b>Ativos líquidos intangíveis</b>	<b>412 113 545</b>	<b>11 048 910</b>	<b>(1 650)</b>	<b>0</b>	<b>(6 327 111)</b>	<b>0</b>	<b>416 833 694</b>

ATIVOS LÍQUIDOS INTANGÍVEIS	2019	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2020
<b>Valor bruto dos ativos intangíveis:</b>							
Despesas de desenvolvimento	420 988	51 365	0	0	0	0	472 353
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	773 334	0	0	0	0	0	773 334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	29 155 641	6 691 903	0	0	(7 787 424)	0	28 060 120
Direitos de utilização de infraestruturas	620 654 736	752 545	0	(18 945)	7 787 424	0	629 175 760
<b>Valor Bruto dos ativos intangíveis</b>	<b>651 007 815</b>	<b>7 495 813</b>	<b>0</b>	<b>(18 945)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>658 484 682</b>
<b>Depreciações acumuladas dos ativos intangíveis:</b>							
Despesas de desenvolvimento	415 356	17 680	0	0	0	0	433 035
Programas de Computador	2 164	952	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	511 477	27 109	0	0	0	0	538 586
Direitos de utilização de infraestruturas	233 245 124	13 506 448	0	0	0	5 093 915	251 845 487
<b>Depreciações acumuladas dos ativos intangíveis</b>	<b>234 174 121</b>	<b>13 552 189</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 093 915</b>	<b>252 820 225</b>
<b>Ativos líquidos intangíveis</b>	<b>416 833 694</b>	<b>(6 056 376)</b>	<b>0</b>	<b>(18 945)</b>	<b>0</b>	<b>(5 093 915)</b>	<b>405 664 457</b>

O montante de 7.787.424 euros divulgado em Transferências de Direitos de Utilização de Infraestruturas corresponde ao valor dos bens passados a firme durante o exercício de 2020.

Das empreitadas que foram passadas a firme em 2020, destacam-se as seguintes:

Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	2 240 670 €
Sistema Elevatório do Pinhal do Concelho	1 808 464 €
Ligação Monchique Norte ao SMSA	1 206 719 €

Relativamente às reclassificações de acréscimos com amortizações de investimento esperado, a AdA SA reclassificou 5.093.915 euros para ativos intangíveis (amortizações, nota 19).

As empreitadas mais importantes que se encontravam em curso, no final do exercício, constam do quadro seguinte:

PRINCIPAIS OBRAS EM CURSO	MONTANTE
Beneficiações na ETA de Alcantarilha	4 874 853
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	4 867 842
Sistema Elevatório Olhão-Faro	3 067 135
Obras Complementares às Novas Infra-Estr	1 809 470
Reformulação sistema de telegestão SMAAA	1 437 745
Reab. de Coletores da Zona 4 – Fase I	1 133 045
Reabilitação Túnel Portimão – Fase I	762 547
Forn. Montag. Data Center e Disaster AdA	603 285
Colocação de Geradores nas EEAR	541 120
Conceção-Construção ETAR da Companheira	503 016
	<b>19 600 059</b>

No presente exercício, foram capitalizados 353.411 euros, 332.943 euros referentes a gastos com pessoal e 20.468 euros referentes a gastos financeiros. Em 2019 foram capitalizados 342 mil euros, 330 mil euros referentes a gastos com pessoal e 13 mil euros referentes a gastos financeiros. (ver nota 25 e 26).

As principais adições respeitam a:

Beneficiações na ETA de Alcantarilha	2 152 487 €
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	1 817 083 €
Reformulação do sistema de telegestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água:	885 025 €
Colocação de geradores nas EEAR	517 724 €
Reabilitação de caixas e visita:	367 543 €
Reabilitação do intercetor Ibis-Aeroporto (lote a):	255 814 €

A empreitada de “Beneficiações da ETA de Alcantarilha”, que inclui a construção de uma instalação de Flotação por Ar Dissolvido de Alta Carga (“High Rate DAF”), constituída por duas linhas paralelas de floculação/flotação, precedidas de uma etapa de mistura rápida, comum às duas linhas, com a capacidade de 107.968 m<sup>3</sup>/dia, permite vir a dotar a ETA de Alcantarilha de capacidade para produzir água conforme com a legislação em vigor, relativamente à qualidade da água para consumo humano, no que respeita ao parâmetro Alumínio (valor paramétrico de 200 ug/L).

Esta restrição tem como consequência uma forte limitação na quantidade de água conforme disponível, com impacto severo no Serviço de Abastecimento de Água, em alta, prestado pela Águas do Algarve, tendo em conta as necessidades da época alta.

Até à data, o défice de capacidade de produção na ETA de Alcantarilha, em cerca de cinco meses no ano, era colmatado com recurso à transferência, ao caudal máximo possível, de água da Zona Nascente do SMAAA (Sotavento), com origem na ETA de Tavira.

A empreitada de “Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão” teve por objetivo a reabilitação de 5 estações elevatórias situadas no Concelho de Faro (EEAR do EVA, Bombeiros, São Francisco, Ferragjal (IPJ) e Final Lavadeiras) e 2 estações elevatórias situadas no Concelho de Olhão, que integram os subsistemas a afluir à ETAR de Faro-Olhão, as quais apresentavam algumas deficiências e avançado estado de degradação, que originavam paragens do sistema e descarga no meio hídrico, bem como recorrentes reclamações relacionadas com os odores emanados pelas mesmas.





## 7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2020	2019
Fundo de compensação do Trabalho	5 506	2 602
Caixa e Bancos	5 506	2 602

Os ativos existentes respeitam ao fundo de compensação do trabalho exigido legalmente.

## 8. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

NATUREZAS	2019	DOTAÇÃO	UTILIZAÇÃO	2020
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de Derrama	4,32%	4,32%	4,32%	
<b>Ativos por Impostos Diferidos</b>				
<b>Provisões</b>				
<b>Outros</b>				
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	82 987 963	5 940 211	(253 896)	88 674 278
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	8 518 571	0	(5 018)	8 513 554
Desvio tarifário (nota 21)	18 411 752	8 234 606	(1 756 098)	24 890 259
Passivos da locação (nota 38)	432 502	0	(432 502)	0
<b>Base de incidência</b>	<b>110 350 788</b>	<b>14 174 816</b>	<b>(2 447 514)</b>	<b>122 078 091</b>
<b>IRC</b>	<b>23 174 065</b>	<b>2 976 711</b>	<b>(513 978)</b>	<b>25 636 798</b>
<b>Derrama</b>	<b>4 768 358</b>	<b>612 558</b>	<b>(105 855)</b>	<b>5 275 061</b>
<b>Imposto diferido ATIVO reconhecido</b>	<b>27 942 422</b>	<b>3 589 269</b>	<b>(619 833)</b>	<b>30 911 859</b>
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama	4,32%	4,32%	4,32%	
<b>Passivos por impostos diferidos</b>				
<b>Outros</b>				
Ajustamentos Transição – Amort./subsídios – Inv. Contratual NÃO Realiz.	24 862 013	279 398	(849 662)	24 291 776
Diferença Amort. fiscal/contabilística/subsídio Inv. Contratual NÃO Realiz.	843 831	73 431	0	917 262
Ativos sob direito de uso (nota 38)	432 502	0	(432 502)	0
<b>Base de incidência</b>	<b>26 138 346</b>	<b>352 829</b>	<b>-1 282 164</b>	<b>25 209 038</b>
<b>Taxa de IRC</b>	<b>5 489 053</b>	<b>74 094</b>	<b>-269 254</b>	<b>5 293 892</b>
<b>Taxa de Derrama</b>	<b>1 129 556</b>	<b>15 247</b>	<b>-55 401</b>	<b>1 089 402</b>
<b>Imposto diferido PASSIVO reconhecido</b>	<b>6 618 609</b>	<b>89 341</b>	<b>-324 656</b>	<b>6 383 294</b>

A Águas do Algarve, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos (i) acréscimos de gastos para investimentos contratuais, (ii) das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos fiscalmente dedutíveis.

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que se tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, aplicando-se o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdA SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão, não se justificando que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela Águas do Algarve, S.A. respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Conforme indicado na nota 2.15 – Imposto sobre o rendimento, e na nota 4.5 – Estimativa de impostos e impostos diferidos, a AdA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

## 9. CLIENTES E OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Os valores em dívida de Clientes e outros ativos não correntes são apresentados no quadro seguinte:

<b>CLIENTES E OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Clientes (acordos)	5 712	66 912
<b>Clientes e outros ativos não correntes</b>	<b>5 712</b>	<b>66 912</b>

<b>CLIENTES (ACORDOS)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
TAVIRAVERDE, E.M.	5 712	66 912
<b>Clientes (acordos)</b>	<b>5 712</b>	<b>66 912</b>

Relativamente a clientes, realça-se ainda o cumprimento do acordo de regularização de dívida da parte da TAVIRAVERDE, para o qual remanescem, a 31.12.2020, 66.912 euros por regularizar, dos quais 5.712 euros (última amortização) tem data prevista para regularização 2022.

## 10. INVENTÁRIOS

INVENTÁRIOS	2020	2019
Matérias Primas e Subsidiárias	2 338 662	2 386 618
<b>Inventários</b>	<b>2 338 662</b>	<b>2 386 618</b>

Em 31 de dezembro de 2020, os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 2.031.263 euros. Em matérias subsidiárias estão registados 307.399 euros respeitantes, na sua generalidade, a reagentes.

## 11. CLIENTES

### 11.1 CLIENTES - CORRENTES

O detalhe dos valores em dívida, com prazo de vencimento inferior a um ano, por parte dos clientes, municípios e empresas municipais, consta do quadro seguinte:

CLIENTES	2020	2018
Clientes (c/c)	6 858 525	5 986 782
Clientes (acordos)	17 443 323	1 118 593
Clientes (juros mora)	93 549	5 910 065
Clientes (injunções)	13 065 809	25 996 799
Clientes (imparidades)	(2 718 640)	(2 718 640)
<b>Clientes</b>	<b>34 742 566</b>	<b>36 293 598</b>

O saldo de injunções registado é composto por dívida reclamada aos clientes:

- TAVIRAVERDE E.M. (3.230.140 €),
- VRSA SGU EM/Município de VRSA (9.780.290 €),
- Município de Vila do Bispo (55.380 €).

A diminuição de 2019 para 2020, na rubrica de injunções, decorre exclusivamente da assinatura do memorando de entendimento com o Município de VRSA (ver nota 9).

A assinatura do memorando de entendimento com o município de VRSA considera um perdão de juros de mora no montante de 1.307.369 euros (1.043.682 referentes a juros de mora anteriores a 2020, ver nota 36).

A variação na rubrica Clientes (juros de mora), de 2019 para 2020 explica-se devido:

- à reclassificação de juros de mora não faturados, de Clientes (juros de mora), para Outros ativos;
- à reclassificação de parte dos juros de mora, de Clientes (juros de mora), para Clientes (acordos);
- ao registo do perdão de juros de mora pela assinatura do memorando de entendimento acima mencionado;
- a recebimentos:

VARIAÇÃO NA RUBRICA CLIENTES (JUROS DE MORA)	VRSA SGU/ MUNIC. VILA REAL STO ANTÓNIO	TAVIRA VERDE	MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	SOMA
Saldo em 01.01.2020	4 868 046	1 005 481	36 538	5 910 065
Transferência para Outros Ativos correntes	(1 382 141)	(918 897)		(2 301 038)
Transferência para Clientes (acordos)	(2 435 258)			(2 435 258)
Perdão de Juros de mora	(1 043 682)			(1 043 682)
Recebimentos			(36 538)	(36 538)
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>6 965</b>	<b>86 584</b>	<b>0</b>	<b>93 549</b>

A empresa assinou um ARD com o cliente FAGAR, empresa municipal de Faro, em 7 de Julho de 2011. Este ARD incluía um pagamento através de modalidades mistas: parte em 30 prestações mensais, parte com a integração de trabalhos a realizar pela FAGAR. A data para o fecho do ARD era o dia 31 de Dezembro de 2013. Desse ARD ficou por receber por parte da Águas do Algarve, o montante de 1 057 392 €, classificados em Clientes (acordos), relativos a trabalhos e infraestruturas que estavam incluídas no citado ARD. Desde há vários anos não têm havido quaisquer desenvolvimentos neste assunto, no entanto a Administração da empresa tem a expectativa de que este acordo seja concluído em 2021, pelo montante em causa e com a formalização da integração deste saldo no Direito de Utilização de Infraestruturas.

Em 2020, ao abrigo do Dec-Lei nº 5/2019, foi assinado, a 25 de novembro de 2020, um memorando de entendimento com o Município de VRSA, do qual resultará um Acordo de Regularização de Dívida para regularização de 16.324.731 euros. O acordo referido está espelhado na tabela anterior na linha Clientes (acordos).

O montante de € 2.718.640 registado em Clientes (imparidades) é composto pelas imparidades constituídas para os clientes VRSA SGU EM (€ 734.121) e TAVIRAVERDE E.M. (€ 1.984.519). Não há quaisquer novas imparidades de clientes registadas em 2020.

É convicção do Conselho de Administração que as imparidades constituídas são suficientes para cobrir o risco de cobrabilidade dos valores a receber de clientes.

<b>ATIVOS FINANC. AO JUSTO VALOR REND. INTEGRAL</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Clientes (ARDs)	0	2 072 184
<b>Clientes (ARDs)</b>	<b>0</b>	<b>2 072 184</b>

O Acordo de Regularização de Dívida (ARD) celebrado em 31 de março de 2019, com a Ambiolhão, ao abrigo do Dec-Lei nº 5/2019 de 14 de Janeiro, no montante de 2.072.184€ foi integralmente recebido em outubro de 2020 pela AdA SA, via cedência de créditos ao banco BPI. A dívida estava registada como ativo financeiro.

## 11.2 CLIENTES – MUNICÍPIOS – TOTAL DA DÍVIDA (CORRENTE E NÃO CORRENTE)

Conjugando os valores respeitantes a Clientes contantes na nota 9 e constantes na presente nota, detalha-se de seguida a totalidade dos saldos em aberto por cliente, excluindo-se as perdas por imparidades.

<b>CLIENTES</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>VARIAÇÃO (€)</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
MUNICÍPIO DE LOULÉ	625 148	581 933	43 215	7,43%
MUNICÍPIO DE LAGOS	456 396	460 929	(4 533)	-0,98%
EMARP EM	1 193 216	608 259	584 956	96,17%
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	129 861	107 611	22 251	20,68%
INFRALOBO EM	30 107	41 193	(11 086)	-26,91%
INFRAQUINTA EM	58 764	78 839	(20 075)	-25,46%
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	616 417	817 407	(200 990)	-24,59%
MUNICÍPIO DE LAGOA	266 352	245 624	20 728	8,44%
MUNICÍPIO DE SILVES	646 696	505 716	140 980	27,88%
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	124 936	389 444	(264 508)	-67,92%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	29 959	40 883	(10 924)	-26,72%
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	53 887	58 715	(4 828)	-8,22%
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	500 243	0	500 243	
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	18 811	16 456	2 355	14,31%
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	165 022	163 024	1 998	1,23%
TAVIRAVERDE, EM	3 722 261	4 709 977	(987 717)	-20,97%
FAGAR EM	1 583 401	1 562 281	21 120	1,35%
INFRAMOURA EM	319 052	83 175	235 876	283,59%
VRSA SGU EM SA	25 604 777	27 634 705	(2 029 928)	-7,35%
AMBIOLHÃO EM	631 226	2 652 524	(2 021 297)	-76,20%
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	690 384	392 639	297 745	75,83%
<b>Totais (Clientes)</b>	<b>37 466 918</b>	<b>41 151 335</b>	<b>(3 982 162)</b>	<b>-8,95%</b>

No montante acima, e conforme referido na Nota nº 9, estão incluídos os seguintes montantes não correntes:

<b>CLIENTES (ACORDOS)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
TAVIRAVERDE, E.M.	5 712	66 912
<b>Clientes (acordos)</b>	<b>5 712</b>	<b>66 912</b>

Após a nomeação do Conselho de Administração em 12 de Março de 2018 para o triénio 2018-2020, foram efetuadas várias reuniões com os municípios/entidades municipais que registavam saldos com idade superior a 2 meses. Estas reuniões tiveram o objetivo de estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para três casos existentes é o seguinte:

- TAVIRAVERDE E.M. – Existe contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1.984.519 euros. No exercício de 2020 foram regularizados 61.200 € da dívida considerada no acordo de regularização de dívida (ARD) firmado em 2017;
- Foi assinado memorando de entendimento com o município de VRSA para um futuro ARD, considerando 13.379.743 € de dívida respeitante a faturação emitida pela empresa, mais 2.944.988 € de juros de mora referentes a essa mesma faturação.
- Município de Vila do Bispo – o município regularizou e reduziu muito significativamente a dívida vencida. No final do exercício, a dívida vencida do município de Vila do Bispo é de 125 mil euros;
- AMBIOLHÃO – o saldo da cliente regista um decréscimo face a 2019, na sua maior parte, por via da cedência de créditos de 2,1M€ ao banco BPI.

As outras variações significativas que estão evidenciadas na tabela acima (EMARP, município de São Brás de Alportel e Inframoura) não resultam de quaisquer diferendos entre estas e a AdA SA. Em termos gerais, verifica-se, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas às faturas emitidas a 31 de dezembro de 2020.

## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

<b>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
IVA a receber	852 818	520 849
Tributação autárquica	0	113
<b>EOEP ativos (1)</b>	<b>852 818</b>	<b>520 962</b>
Retenções – IRS	(58 856)	(65 088)
Retenções – Segurança Social	(102 680)	(98 807)
Outros	(2 497 112)	(2 550 088)
<b>EOEP passivos (2)</b>	<b>(2 658 648)</b>	<b>(2 713 984)</b>

A rubrica de maior peso na rubrica EOEP passivos, no montante de 2.495 milhares de euros, é relativa à taxa de recursos hídricos (TRH) a regularizar à Agência Portuguesa do Ambiente. De referir no entanto que, ao abrigo do Protocolo de Aproveitamento Hidráulico de Odeleite-Beliche, a Águas do Algarve é credora da Agência Portuguesa do Ambiente, do montante de 2 milhões de euros (sem contar ainda com os valores a cobrar à APA pelo último ano do protocolo, Outubro de 2019 a Setembro de 2020), tendo sido proposto à APA o encontro de contas, com o pagamento da diferença por parte da AdA, aguardando-se ainda a anuência da parte da Agência.

### 13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

OUTROS ATIVOS CORRENTES	2020	2019
Adiantamentos a Fornecedores	105 782	110 773
Pessoal	5 992	4 674
Outros Devedores	10 373 411	11 201 902
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 891 655	916 753
Diferimentos – Gastos a Reconhecer	251 577	152 926
	<b>14 628 417</b>	<b>12 387 027</b>

Encontram-se registados em Outros Devedores cerca de 6,04 milhões de euros a receber no âmbito de candidaturas ao POSEUR, assim discriminados:

CÓDIGO OPERAÇÃO	EMPREITADA	POR RECEBER
POSEUR-03-2012-FC-000002	LIGAÇÃO DE MONCHIQUE NORTE AO SISTEMA DE SANEAMENTO DO ALGARVE	32 757
POSEUR-03-2012-FC-000025	LIGAÇÃO DE ALGOZ – TUNES AO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ALBUFEIRA LAGOA E SILVES	53 139
POSEUR-03-2012-FC-000026	SISTEMA INTERCETOR E ELEVATÓRIO DE VILA DO BISPO E SAGRES	106 218
POSEUR-03-2012-FC-000027	ETAR DA COMPANHEIRA	679 246
POSEUR-03-2012-FC-000028	ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO	5 015 255
POSEUR-03-2012-FC-000835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DA ETA DE ALCANTARILHA	149 471
<b>TOTAL A RECEBER</b>		<b>6 036 086</b>

Em 2020 a empresa recebeu 1.789.422 de euros de apoios comunitários ao investimento. O remanescente valor é referente a diversas situações tais como valores a receber de subsídios à exploração (555 mil euros), à faturação emitida referente a atividades complementares tais como a venda de análises e energia, e 2 milhões de euros a receber da APA (ver **nota 12** e explicação para o montante da TRH) referente aos encargos com energia (30% dos gastos totais na elevação de água na EEI) e exploração da EEI, que ultrapassam o valor acordado no protocolo entre esta entidade e a AdA SA (1 M€).

A rubrica Devedores por acréscimos de rendimentos mostra um aumento de 3M€ mas efetivamente, a variação resulta da empresa ter, em 2019, optado por espelhar os acréscimos com juros de mora em clientes e não em Outros ativos correntes (ver Nota 11).

A variação verificada na rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos deve-se principalmente a acréscimos de juros de mora de clientes e à venda de análises à Águas Públicas do Alentejo SA.. No caso da Águas Públicas do Alentejo, a AdA presta serviços denominados de Atividades Complementares, que têm a ver com análises laboratoriais. Nesta conta estão incluídos 294 mil euros de serviços prestados e ainda não faturados (a aguardar pedido de compra).

### 14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS NO FIM DO PERÍODO	2020	2019
Caixa	9 000	7 500
Depósitos à ordem	132 026	208 565
<b>Caixa e Bancos</b>	<b>141 026</b>	<b>216 065</b>

A empresa, no cumprimento da política de tesouraria aprovada para o grupo AdP, apenas regista, no fim do exercício, € 232.478 em descobertos bancários (nota 17). O saldo de depósitos à ordem mostra também a preocupação da AdA SA em cumprir as suas obrigações junto dos seus fornecedores, sendo o saldo residual e exemplificativo da forma com a AdA SA canalizou os influxos de tesouraria para exfluxos para a regularização e consequente diminuição do passivo resultante das relações comerciais existentes com os seus fornecedores.

## 15. CAPITAL PRÓPRIO

O quadro seguinte mostra a participação no capital social da Empresa, sem alterações de 2019 para 2020:

CAPITAL SOCIAL	%	2020		2019	
		CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL REALIZADO
Águas de Portugal, SGPS, SA	54,44%	16 237 235	16 237 235	16 237 235	16 237 235
Município de Albufeira	4,85%	1 446 350	1 446 350	1 446 350	1 446 350
Município de Alcoutim	0,29%	86 180	86 180	86 180	86 180
Município de Aljezur	0,57%	170 230	170 230	170 230	170 230
Município de Castro Marim	0,55%	163 935	163 935	163 935	163 935
Município de Faro	6,87%	2 048 940	2 048 940	2 048 940	2 048 940
Município de Lagoa	3,15%	939 065	939 065	939 065	939 065
Município de Lagos	3,40%	1 013 630	1 013 630	1 013 630	1 013 630
Município de Loulé	5,68%	1 693 985	1 693 985	1 693 985	1 693 985
Município de Monchique	0,43%	128 590	128 590	128 590	128 590
Município de Olhão	3,87%	1 153 955	1 153 955	1 153 955	1 153 955
Município de Portimão	6,19%	1 846 030	1 846 030	1 846 030	1 846 030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248 035	248 035	248 035	248 035
Município de Silves	3,73%	1 112 195	1 112 195	1 112 195	1 112 195
Município de Tavira	2,27%	678 400	678 400	678 400	678 400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268 025	268 025	268 025	268 025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590 220	590 220	590 220	590 220
<b>Capital Social</b>	<b>100,00%</b>	<b>29 825 000</b>	<b>29 825 000</b>	<b>29 825 000</b>	<b>29 825 000</b>

O capital subscrito encontra-se totalmente realizado.

### 15.1 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado apurado por ação consta do quadro seguinte:

RESULTADO POR AÇÃO	2020	2019
Resultado líquido	739 364	1 200 838
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000	5 965 000
Resultado por ação	0,12	0,20

RESULTADO POR AÇÃO (SEM DRG)	2020	2019
Resultado líquido da Atividade (nota 21)	5 577 513	5 208 485
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000	5 965 000
Resultado por ação	0,94	0,87

O resultado contratual (entendendo-se por resultado contratual, o resultado líquido da empresa após o registo do Desvio de Recuperação de Gastos) por ação desvalorizou 38% face a 2019. Esta redução é explicada pelo registo nas contas em 2020 de um ajustamento por parte da ERSAR: 371.499 euros retirados à Remuneração Acionista, a título de ajustamento pelas métricas de eficiência calculadas para o ano de 2019.

### 15.2 MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Abaixo demonstra-se os movimentos do exercício ocorridos nas rubricas de resultados:

RESULTADOS - MOVIMENTOS EXERCÍCIO	2019	AFETAÇÃO RES. LÍQ.	DIVIDENDOS	RES. LÍQUIDO	2020
Reservas e outros ajustamentos	3 178 306	60 042	0	0	3 238 347
Resultados transitados	(4 752 683)	1 140 796	0	0	(3 611 887)
Resultado Líquido do exercício	1 200 838	(1 200 838)	0	739 364	739 364
<b>SOMA</b>	<b>(373 539)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>739 364</b>	<b>365 825</b>

Em cumprimento do determinado pelo Código das Sociedades Comerciais houve lugar em 2020 ao reforço da Reserva Legal em 60 mil euros, que correspondem a 5% do Resultado Líquido apurado no exercício de 2019.

De referir ainda que em 2020 se procedeu à liquidação aos Acionistas minoritários do montante de 3.112.750€, que correspondeu ao remanescente dos Dividendos que tinham sido aprovados serem distribuídos na Assembleia Geral de Acionistas que deliberou sobre o Relatório & Contas do exercício de 2018. O montante referido foi sujeito à retenção na fonte de IRC à taxa de 21% (n.º5 do artigo 94 do Código de IRC, que remete para as taxas previstas no artigo 87 do mesmo código).

## 16. PROVISÕES

### 16.1 MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Em 2020 foram contabilizadas a seguintes provisões e reversões:

MOVIMENTOS DE PROVISÕES	2019	AUMENTO (nota 30)	REVERSÕES (nota 30)	2020
Provisões – outros	598 339	81 500	598 339	81 500
<b>Movimentos de provisões</b>	<b>598 339</b>	<b>81 500</b>	<b>598 339</b>	<b>81 500</b>

Durante 2020 registaram-se como reforço 81.500 euros e reverteram-se os 598 mil euros constituídos em 2014.

O reforço está relacionado com o diferendo entre a Empresa e um antigo fornecedor de assessoria jurídica e respeita a honorários. A reversão do valor constituído em 2014 resulta do entendimento da Administração da AdA SA de que esta responsabilidade não se mantém decorridos 8 anos após o registo da provisão.

A constituição da provisão foi feita em 31 de Dezembro de 2014, e deveu-se a uma tomada de posição prudente: nesse ano, com a mudança da administração do cliente, este manifestou a intenção de reverter a posição que a sua própria administração anterior tinha tomado, e que se referia ao acerto de valores de rendimentos mínimos garantidos. O acordo tinha sido obtido em reunião de administrações da Empresa e do cliente, em 10 de Maio de 2013, conforme se comprova pela própria Informação de Serviço do cliente.

Dado que até ao fecho das contas desse exercício de 2014 não tinha sido possível apurar em toda a sua plenitude acerca da sustentabilidade dessa própria alteração de posição do cliente, foi decidido registar-se uma provisão.

No entanto, a AdA manifestou por escrito, ainda durante o ano de 2014, que o acordo a que tinha chegado com a Administração anterior do cliente era válido, e que não havia sustentabilidade na alteração da posição do cliente. Não obstante, tem o montante sido mantido nas contas como provisão. Mas passados 8 anos da sua constituição, sem faturas ou notas de débito recebidas, sem novas informações ou tomadas de posição, sem nada que tenha alterado os factos, sem quaisquer intentos de litigação, e sem que a AdA entenda que o cliente tivesse a legitimidade de mudar o entendimento que o próprio cliente tinha tido e que foi acordado com a Empresa, entende-se que não faz sentido manter o valor da provisão no passivo, pois o risco de utilização dessa provisão é perfeitamente negligenciável, não se enquadrando sequer na categoria de contingente. É convicção do Conselho de Administração de que as provisões registadas são suficientes.



## 17. EMPRÉSTIMOS

O detalhe dos financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2020 é o seguinte:

<b>EMPRÉSTIMOS POR NATUREZA</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Empréstimos Bancários BEI	146 846 648	156 780 432
Empréstimos Empresa mãe	5 000 000	10 000 000
<b>Empréstimos não correntes (1)</b>	<b>151 846 648</b>	<b>166 780 432</b>
Descobertos Bancários (nota 14)	232 478	0
Empréstimos Bancários BEI	10 017 484	9 437 524
Empréstimos Empresa mãe	23 500 000	20 000 000
<b>Empréstimos correntes (2)</b>	<b>33 749 962</b>	<b>29 437 524</b>
<b>Total de empréstimos (3 = 1 + 2)</b>	<b>185 596 610</b>	<b>196 217 956</b>

No presente exercício destaca-se a redução dos empréstimos não correntes em cerca de 15 milhões de euros (10 milhões de euros de empréstimos BEI e 5 milhões de euros de empréstimos AdP SGPS). Contudo, no curto prazo a AdA SA necessitou de incrementar; junto da AdP SGPS, os empréstimos correntes em 3,5 milhões de euros para apoio à tesouraria. Em termos globais os financiamentos reduziram-se em 10,6 milhões de euros (5%) face a 2019.

Apresenta-se seguidamente o respetivo quadro com as variações nos saldos de empréstimos:

<b>VARIAÇÃO NOS SALDOS EM EMPRÉSTIMOS (NÃO CORRENTES E CORRENTES)</b>	<b>EMPRÉSTIMOS BEI</b>	<b>EMPRÉSTIMOS EMPRESA MÃE</b>	<b>DESCOBERTOS BANCÁRIOS</b>	<b>SOMA</b>
Saldo em 01.01.2020	166 217 956	30 000 000	0	196 217 956
Novos empréstimos obtidos	0	11 700 000	232 478	11 932 478
Amortização de empréstimos	(9 353 824)	(13 200 000)	0	(22 553 824)
Saldo em 31.12.2020	156 864 132	28 500 000	232 478	185 596 610

### 17.1 EMPRÉSTIMOS POR INTERVALOS DE MATURIDADE

A maturidade dos financiamentos é apresentada no seguinte quadro:

<b>EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Até 1 ano	33 749 962	29 352 703
De 1 a 2 anos	15 874 028	15 016 063
De 2 a 3 anos	11 420 128	15 872 607
De 3 a 4 anos	12 344 970	11 418 707
De 4 a 5 anos	12 971 520	12 343 549
Superior a 5 anos	99 236 001	112 214 327
<b>Empréstimos por Maturidade</b>	<b>185 596 610</b>	<b>196 217 956</b>

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

## 17.2 EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

A divisão do financiamento bancário entre taxas de juro fixas e variáveis consta do mapa seguinte:

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA	2020	2019
<b>Taxa de juro variável</b>		
Até 1 ano	23 732 478	20 192 008
De 1 a 2 anos	5 000 000	5 000 000
De 2 a 3 anos	0	5 000 000
Superior a 3 anos	0	0
<b>Total de empréstimos com taxa de juro variável</b>	<b>28 732 478</b>	<b>30 192 008</b>
<b>Taxa de juro fixa</b>		
Até 1 ano	10 017 484	9 160 695
De 1 a 2 anos	10 874 028	10 016 063
De 2 a 3 anos	11 420 128	10 872 607
Superior a 3 anos	124 552 492	135 976 583
<b>Total de empréstimos com taxa de juro fixa</b>	<b>156 864 132</b>	<b>166 025 948</b>
<b>Total de empréstimos</b>	<b>185 596 610</b>	<b>196 217 956</b>

## 18. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES	2020	2019
Fornecedores de investimento	2 929 885	3 167 753
Outras contas a pagar	1 365 172	1 640 673
Outros fornecedores	12 313	28 836
<b>Fornecedores e outros passivos não correntes</b>	<b>4 307 369</b>	<b>4 837 262</b>

A rubrica Fornecedores de investimento respeita essencialmente a obrigações resultantes da integração de património dos municípios. O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora os passivos resultantes do protocolo de exploração do Centro do Lince firmado com o ICNF (ver nota 40.3). O protocolo com o ICNF finda no ano de 2025.

## 19. ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem o montante 856.533.781 euros, sujeitos a depreciação no prazo da concessão, dos quais 629.175.760 euros já se encontram realizados (DUI firme).

Quanto ao DUI em curso, este, no final do exercício, totalizava 28.060.120 euros (ver nota 6). O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual constam do quadro seguinte:

ACRÉSCIMO GASTOS INVEST. CONTRATUAL	2019	AUMENTOS (nota 29)	DIMINUIÇÕES (nota 29)	RECLASSIFICAÇÕES (nota 6)	2020
Acréscimo gastos invest. contratual	63 822 989	6 873 439	0	(6 327 111)	64 369 317

As amortizações do exercício dos investimentos futuros ascenderam a cerca de 5,5 milhões de euros tendo sido transferidos para amortizações acumuladas do direito de utilização das infraestruturas cerca de 5,1 milhões de euros (ver nota 6).

## 20. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

O valor registado em subsídios ao investimento diz respeito a rendimentos a reconhecer de fundos comunitários e integração de património de infraestruturas municipais. O reconhecimento anual do rendimento é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo do contrato de concessão e das regras regulatórias pela aplicação da taxa de depleção das atividades de abastecimento de água e tratamento de efluente. A empresa adota a mesma metodologia do reconhecimento das amortizações do direito de utilização das infraestruturas para o reconhecimento dos respetivos subsídios ao investimento obtidos.

SALDO DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	2020	2019
Fundos comunitários	116 469 297	120 591 550
Integração património	39 200 235	40 713 753
	155 669 532	161 305 303

O total de recebimentos em 2020 ascenderam a 1.8 milhões de euros. A AdA SA, tal como em 2019, verteu em pedidos de pagamento praticamente toda a despesa incorrida no âmbito das empreitadas candidatas ao POSEUR.

### 20.1 MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

O quadro seguinte apresenta os movimentos ocorridos nos saldos das rubricas de subsídios ao investimento:

VARIAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO	2019	RECONHECIMENTO	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	2020
Fundos comunitários	120 591 687	(4 122 253)	0	0	0	116 469 434
Integração património	40 713 616	(1 513 519)	0	0	0	39 200 098
Variação subsídios de Investimento	161 305 303	(5 635 771)	0	0	0	155 669 532

O reconhecimento do rendimento associado a subsídios ao investimento foi reconhecido de acordo com as taxas de depleção das atividades de abastecimento e de tratamento de efluentes constatadas no exercício de 2020.

## 21. DESVIO/SUPERAVIT TARIFÁRIO

Em 2020 a empresa atingiu o seguinte Resultado Líquido da atividade: 5.577.513€.

Nos termos do Contrato de Concessão, e considerando a taxa das OTs em 2020, de 0,41%, o valor da Remuneração Acionista é de 1.110.863€. Este valor esteve ainda sujeito a um ajustamento líquido definido pela ERSAR, uma redução no montante de 371.499€.

Assim, o Resultado Líquido de 2020 é de 739.364€, conforme abaixo se discrimina:

RUBRICA	VALOR A REMUNERAR	DIAS DE REMUNERAÇÃO	FORMA DE REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Capital Social a 1 de janeiro de 2020	29 825 000	366	OT + 3%	1 017 033
Reserva Legal a 1 de janeiro de 2020	3 178 306	366	OT + 3%	108 380
Adicional de dividendos distribuídos	(4 426 933)	366	OT	(18 150)
Remuneração Acionista de 2019 (não distribuída)	1 140 796	366	OT	2 505
Aumentos de capital entre 01-01-2020 e 31-12-2020	0		OT + 3%	0
Reforço da Reserva Legal (AG de 19 de Junho de 2020)	60 042	196	OT + 3%	1 096
<b>Remuneração Acionista de 2020</b>				<b>1 110 863</b>
Ajuste líquido DRG do ano de 2019 (ERSAR)				(371 499)
<b>Resultado Líquido de 2020</b>				<b>739 364</b>

De referir que a Assembleia Geral de aprovação das contas de 2019 foi realizada no dia 19 de Junho de 2020, pelo que só a partir dessa data se procedeu à aplicação dos Resultados Líquidos de 2019, com efeitos neste caso para o cálculo da remuneração acionista sobre as Reservas Legais constituídas em 2020, e a Remuneração Acionista de 2019 não distribuída (e que foi contabilizada em Resultados Transitados).

Por definição o Desvio de Recuperação de Gastos corresponde à diferença entre o Resultado Líquido da atividade e a Remuneração Acionista calculada nos termos do Contrato da Concessão, líquida de eventuais ajustamentos da ERSAR.

Assim temos:

RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE	DRG BRUTO	IMPOSTO DIFERIDO DRG	REMUNERAÇÃO ACIONISTA
5 577 513	(6 478 507)	1 640 358	739 364

Na Demonstração da Posição Financeira está registado no Passivo não corrente o valor de 24.890.259€, que se refere ao Desvio tarifário passivo acumulado no final de 2020. Este valor era de 18.411.752€ no final de 2019, tendo a variação de 6.478.507€ sido devida ao registo DRG bruto de 2020, conforme acima discriminado.

## 22. FORNECEDORES

FORNECEDORES CORRENTES	2020	2019
Fornecedores c/c – Gerais	4 323 476	3 519 139
Fornecedores c/c – Empresa mãe	472 746	80 417
Fornecedores c/c – Outras partes relacionadas – Municípios	1 065	559
Fornecedores c/c – Outras partes relacionadas – Outras	386 428	10 198
Fornecedores – Faturas Receção/Conferência	975 071	701 394
Outras contas a pagar – Fornecedores Investimento	1 343 159	1 921 402
	7 501 945	6 233 110

O aumento verificado no passivo com **Fornecedores c/c – Gerais** (804 mil euros) é explicado pela alteração aos contratos de exploração/manutenção do sistema de saneamento, que resultaram num volume de faturação superior ao de 2019. A 31.12.2020, aguardava-se o visto do Tribunal de Contas para o contrato firmado para a Zona Poente (prestador de serviços BE WATER), o que inviabilizou a regularização de dois meses de faturação.

Os saldos com **Fornecedores c/c Empresa mãe** e **Fornecedores c/c Outras partes relacionadas – Outras** são relativos à AdP SGPS e a outras empresas do grupo (tais como a AdP SERVIÇOS AMBIENTAIS SA). A AdA SA, até 31.12.2020, não teve os influxos resultantes dos recebimentos de clientes em tempo útil que permitissem nos últimos dias de 2020 processar o pagamento de várias faturas à empresa mãe e às outras empresas do grupo. Fazer notar que, a 31.12.2020, apenas se encontravam vencidas as faturas da AdP SGPS.

Em sentido inverso, a rubrica de Outras conta a pagar – Fornecedores de investimento, à semelhança dos anos anteriores, diminuiu 578 mil euros. Nesta conta estão registadas as dívidas relativas a integração de património, regularizadas anualmente de acordo com os planos de pagamentos de rendas acordados.

## 23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

<b>OUTROS PASSIVOS CORRENTES</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Pessoal	1 691	1 689
Acréscimo com férias e subsídio de férias	643 413	620 360
Adiantamento de Subsídios	0	0
Outros acréscimos e diferimentos	4 241 267	5 115 908
Outros credores	3 421 971	3 569 703
<b>Outros Passivos Correntes</b>	<b>8 308 342</b>	<b>9 307 660</b>

A rubrica de **Outros acréscimos e diferimentos** inclui valores a pagar relacionados com o protocolo assinado com o ICNF relativo ao Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico (nota 40.3), seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção. A diminuição de 875 mil euros verificada deve-se na sua maior parte à emissão e regularização das faturas referentes a reequilíbrio financeiro do subcontrato relativo à manutenção e exploração do sistema de saneamento, e que em 2019 estava registado como acréscimo (acréscimo em 2019 de 620 mil euros), assim como à regularização da comparticipação do ano de 2019 na exploração do CNRLI (260 mil euros). O remanescente saldo respeita a revisões de preços, e de gastos com outros trabalhos especializados (+ 70 mil euros face a 2019) tais como assessoria jurídica, análises laboratoriais (+ 100 mil euros face a 2019) e tratamento de lamas.

A rubrica de "Outros credores" inclui valores em dívida a consultores, cauções efetuadas a fornecedores e a credores diversos, mas o valor mais significativo corresponde a fatura da ApA da TRH de 2019 que se encontra por regularizar (ver nota 12).

## 24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento, exercício 2020, está seguidamente detalhado:

<b>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Pagamentos por conta	2 827 854	3 146 322
Pagamento adicional por conta	453 135	524 166
Retenções na fonte	1 264	12 941
Imposto corrente	(3 235 811)	(3 358 512)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>46 442</b>	<b>324 917</b>

### 24.1 IMPOSTO DO EXERCÍCIO

O imposto corrente e o imposto diferido reconhecido no exercício 2020 está seguidamente detalhado:

<b>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Imposto corrente	3 235 811	3 358 512
Excesso/Insuficiência de estimativa de imposto	236 251	(100 322)
Imposto diferido	(3 204 751)	(2 937 041)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>267 311</b>	<b>321 150</b>

Decorrente da revisão ao Modelo 22 de 2019, a AdA detetou incorreções no cálculo das amortizações e consequentemente no apuramento do imposto desse exercício, incorreções essas que implicaram o registo nas contas da insuficiência de imposto de 236 mil euros.

## 24.2 RECONCILIAÇÃO ENTRE A TAXA NORMAL E A TAXA EFETIVA DE IMPOSTO

<b>RECONCILIAÇÃO TAXA EFETIVA IMPOSTO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Resultado antes impostos</b>	<b>1 006 675</b>	<b>1 521 988</b>
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,21	0,21
<b>Imposto sobre o lucro à taxa nominal</b>	<b>211 402</b>	<b>319 617</b>
<b>Variações patrimoniais</b>		
Variação patrimonial negativa	(5 018)	(5 018)
Variação patrimonial positiva	849 662	849 662
<b>+</b>	<b>844 644</b>	<b>844 644</b>
<b>Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>		
Donativos	1 500	1 000
Multas, coimas e juros compensatórios	1 267	9 991
Provisões não dedutíveis	5 940 211	6 838 355
Seguros	34 545	18 392
Desvio de Recuperação de Gastos	6 478 507	5 366 427
Outros	46 560	104 161
<b>+</b>	<b>12 502 589</b>	<b>12 338 327</b>
<b>Encargos dedutíveis para efeitos fiscais</b>		
Recup. de amort. anteriormente tributadas (Subs.Futuro+subs. IFRIC 12)	632 227	766 764
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidades tributadas	852 235	682 596
Benefícios fiscais	33 703	865
<b>-</b>	<b>1 518 165</b>	<b>1 450 225</b>
<b>Lucro tributável</b>	<b>12 835 744</b>	<b>13 254 734</b>
<b>Imposto calculado</b>	<b>2 695 506</b>	<b>2 783 494</b>
Tributação autónoma	6 086	9 493
Derrama municipal	87 431	97 789
Derrama estadual	446 787	467 737
<b>+</b>	<b>540 304</b>	<b>575 018</b>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>3 235 811</b>	<b>3 358 512</b>
Insuficiência / Excesso Estimativa	236 251	(100 322)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>3 472 062</b>	<b>3 258 191</b>
Aumento / reversão dos Impostos diferidos	(3 204 751)	(2 937 041)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>267 311</b>	<b>321 150</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>26,55%</b>	<b>21,10%</b>

## 24.3 PREJUÍZOS FISCAIS

Não existem prejuízos fiscais reportados.

## 25. VENDAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS (IFRIC 12)

VENDAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDIMENTOS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	2020	2019
Venda de água	32 542 552	34 916 487
Prestações de Serviços – Tratamento de Efluente	26 472 353	25 559 673
Prestações de Serviços – Atividades assessória/complementares	1 054	0
Rendimentos de serviços de construção	7 349 960	25 269 224
Correções exercício anteriores	5 390	0
<b>Total</b>	<b>66 371 310</b>	<b>85 745 385</b>

Em 2020 constatou-se um decréscimo operacional das **Vendas de água** (2,37 milhões de euros face a 2019). Concretamente a empresa estimou que dessa quebra 1,2 milhões de euros se tenha devido ao impacto da pandemia COVID-19 e respetivas políticas de confinamento adotadas no sentido de mitigação dos efeitos, sendo que o restante se refere a outros efeitos, por exemplo, alterações no padrão de pluviosidade (nota 43).

Relativamente à **Prestações de Serviços – Tratamento de efluentes** verificou-se um incremento 0,9 milhões de euros face a 2019.

Nos termos do Contrato de Concessão assinado em Julho de 2019, a partir do ano de 2020 a empresa passou a faturar a prestação de serviços relacionado com o tratamento dos efluentes sob o regime de Rendimentos Tarifários. O valor global deste serviço para o primeiro período tarifário que termina em 2023 é fixo a preços constantes de 2018: 25,92 milhões de euros. Concretamente, para o ano de 2020 este montante a preços correntes, foi de 26,47 milhões de euros, conforme tabela acima. Assim, a variação de 2019 para 2020 não reflete quaisquer alterações na atividade, que até diminuiu (quebra de 7,7% no volume de efluentes tratados, de 2019 para 2020), mas antes a mudança de regime de faturação.

Quanto aos **Rendimentos de serviços da construção**, face a 2019, a diminuição é explicada na sua maior parte pela reclassificação, em 2019, do valor residual da Barragem de Odelouca para ativo intangível (14,7 milhões de euros).

## 26. GASTOS DAS VENDAS/VARIAÇÃO DE INVENTÁRIOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS (IFRIC 12)

Os gastos reconhecidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é detalhado conforme se segue:

GASTOS DAS VENDAS E DA CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS (IFRIC 12)	2020	2019
CMVMC – Mercadorias	323 945	0
CMVMC – Matérias-primas e subsidiárias	2 143 735	2 087 828
CMVMC – Correções exercícios anteriores	(80 663)	0
<b>Gastos das Vendas/Variação de inventários</b>	<b>2 387 017</b>	<b>2 087 828</b>
Gastos da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	6 996 549	24 926 991
<b>Gastos das vendas e dos serviços de construção</b>	<b>9 383 566</b>	<b>27 014 819</b>

Em 2020 a empresa passou a registar em CMVMC – Mercadorias, a água adquirida à Associação de Regantes do Alvor, proveniente da Barragem da Bravura que até 2019 tinham sido registados na conta de conservação e reparação. Os gastos com consumos, CMVMC – Matérias-primas tiveram vários fatores com implicações em sentidos inversos: a incrementar, o registo dos gastos com reagentes consumidos na ETAR de FARO/OLHÃO; a diminuir, a transição da responsabilidade da gestão dos armazéns de reagentes para os prestadores de serviços que em 2020 ficaram com os contratos de manutenção/exploração das Zonas Nascente e Poente do sistema de recolha e tratamento de efluentes. Relativamente aos gastos de serviços da construção ver nota anterior.

<b>GASTOS DAS VENDAS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Inventários início exercício (nota 10)	2 386 618	263 767
Compras	2 339 061	4 210 678
CMVMC e regularizações	(2 387 017)	(2 087 828)
<b>Inventários início exercício (nota 10)</b>	<b>2 338 662</b>	<b>2 386 618</b>

## 27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 encontra-se detalhada no quadro abaixo.

<b>FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Subcontratos	10 663 185	8 487 850
Electricidade	4 888 086	6 289 416
<b>Rendas e Alugueres</b>		
Viaturas sem condutor	(2 794)	4 355
Outras rendas e alugueres	175 856	191 799
<b>Seguros</b>		
Multiriscos	290 925	200 234
Outros seguros	183 441	50 790
<b>Conservação e reparação</b>		
Edifícios	50 114	73 114
Equipamento básico	2 679 508	3 253 954
Outras despesas conservação	36 570	57 027
<b>Trabalhos especializados</b>		
Assistência técnica	481 794	537 688
Análises/Monitorização	489 891	547 229
Recolha e transporte de lamas	1 442 718	1 557 175
FEE gestão	885 320	907 142
Outros trabalhos especializados	741 565	1 043 212
Material de laboratório	259 494	396 411
Outros FSE	927 682	1 136 059
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>24 193 356</b>	<b>24 733 456</b>

Como pode se observado, os Subcontratos sofreram um aumento face a 2019, de 26%. O incremento é explicado pelas alterações contratuais vertidas no concurso público lançado pela empresa, do qual resultou a adjudicação da manutenção/exploração do sistema de manutenção exploração às empresas ACCIONA SA e BE WATER SA, zonas Nascente e Poente, respetivamente. Os novos contratos foram pensados numa ótica de tarifa por m<sup>3</sup> tratado, tarifa essa que passou a incluir todos os gastos que possam concorrer para a mesma, tais como reagentes e energia, sendo a contratação destes da responsabilidade ou dos prestadores de serviços ou refaturados na íntegra pela AdA SA (isto para contratos em que a AdA SA continua a ser titular, como é o caso dos contratos de energia).

A rubrica Electricidade regista uma diminuição de 22% face a 2019 pelos motivos anteriormente apontados: até 2019 a AdA SA tinha uma parte do sistema de tratamento e recolha de efluentes em que não estava prevista a refaturação dos gastos de energia ao prestador de serviços, tal como passou a ocorrer em 2020. Grosso modo, os gastos com energia registados em 2020 pela AdA SA correspondem à energia consumida pelo sistema de tratamento de água e à ETAR de FARO/OLHÃO, instalação do sistema de tratamento e recolha de efluentes que está a ser diretamente explorada pela AdA SA.

O aumento de 223 mil euros de 2019 para 2020 nos gastos com seguros é justificado pela inclusão das infraestruturas “barragens” nos prémios de seguro contratados.

Relativamente aos gastos com conservação e reparação, a diminuição é explicada na sua maior parte pela alteração ao registo do consumo de água referente à Barragem do Alvor (ver nota 26).



A rubrica de Assistência Técnica regista também uma diminuição significativa decorrente da atualização de preços dos FEE's relacionados com o apoio técnico dado à AdA SA pela AdP SERVIÇOS, assim como ao registo de correções a serviços prestados em anos anteriores pela última entidade citada.

A diminuição das restantes rubricas é explicada pela diminuição da atividade em 2020 (tanto no negócio água como no negócio saneamento, verificou-se em 2020 uma diminuição dos caudais tratados de sensivelmente 8%).

De referir ainda que as rendas consideradas em gastos de FSEs, relacionadas com contratos de locação com prazo inferior a 1 ano e de baixo valor, não estão registadas no âmbito da IFRS 16.

## 28. GASTOS COM PESSOAL

O montante com os gastos com pessoal, reconhecido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é detalhado conforme se segue:

<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Remunerações	4 384 746	4 233 216
Encargos sociais sobre remunerações	983 836	950 296
Outros gastos com pessoal	316 074	345 767
Correções relativas a exercícios anteriores	504	3 702
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>5 685 161</b>	<b>5 532 981</b>

Face a 2019, os Gastos com o Pessoal registam um aumento de 3 %. Este aumento é explicado pela integração de novos colaboradores, tais como os operadores para exploração da ETAR de Faro-Olhão. Em 2020 também se efetuaram requalificações de quadros, no cumprimento da política de remunerações aprovada e do ACT.

Em 2020, foram capitalizados em ativo 333 mil euros de gastos com pessoal afeto à Direção de Gestão de Ativos, semelhante a 2019, quando tinham sido capitalizados 330 mil euros (nota 6).

### 28.1 QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal às datas de 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 era o seguinte:

<b>NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	166	162
<b>Número médio de colaboradores</b>	<b>171</b>	<b>167</b>

<b>NÚMERO DE COLABORADORES A 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	170	162
<b>Número de colaboradores a 31 de dezembro</b>	<b>175</b>	<b>167</b>

Consideram-se como Órgãos Sociais:

- Administração executiva: o Presidente do Conselho de Administração, os dois Administradores Executivos: 3 elementos.
- o Conselho Fiscal, como 1 elemento.
- e o Revisor Oficial de Contas, como 1 elemento.

## 29. DEPRECIações, AMORTIZAções E REVERSões DO EXERCÍCIO

A decomposição da rubrica nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

DEPRECIações, AMORTIZAções E REVERSões DO EXERCÍCIO	2020	2019
Amortizações de ativos intangíveis (nota 6.1.1)	13 552 189	14 110 060
Amortizações de gastos do investimento contratual (nota 19)	5 540 346	6 878 157
Depreciações de ativos tangíveis (nota 6.2.1)	35 547	34 288
Depreciações ADU – Equipam. de Transporte (nota 38.1)	194 566	181 589
<b>Depreciações, amortizações e reversões do exercício</b>	<b>19 322 648</b>	<b>21 204 094</b>

Os gastos com amortizações acompanharam a diminuição da atividade da empresa, e são reflexo das taxas depleção associadas às áreas de negócios abastecimento e tratamento de efluentes.

## 30. PROVISões E REVERSões DO EXERCÍCIO

Durante os exercícios 2020 registados os seguintes valores relativos a reforço e reversões de provisões.

PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSões DO EXERCÍCIO	2020	2019
Provisões – outros (nota 16)	81 500	0
Reversões de provisões (nota 16)	(598 339)	0
<b>Total</b>	<b>(516 839)</b>	<b>0</b>

Durante 2020 registaram-se como reforço 81.500 euros e reverteram-se os 598 milhares de euros constituídos em 2014. O reforço está relacionado com o diferendo entre a AdA SA e um antigo fornecedor de assessoria jurídica e respeito a honorários.

A reversão do valor constituído em 2014 resulta do entendimento da Administração da AdA SA de que esta responsabilidade não se mantém decorridos 8 anos após o registo da provisão.

A constituição da provisão foi feita em 31 de Dezembro de 2014, e deveu-se a uma tomada de posição prudente: nesse ano, com a mudança da administração do cliente, este manifestou a intenção de reverter a posição que a sua própria administração anterior tinha tomado, e que se referia ao acerto de valores de rendimentos mínimos garantidos. O acordo tinha sido obtido em reunião de administrações da Empresa e do cliente, em 10 de Maio de 2013, conforme se comprova pela própria Informação de Serviço do cliente.

Dado que até ao fecho das contas desse exercício de 2014 não tinha sido possível apurar em toda a sua plenitude acerca da sustentabilidade dessa própria alteração de posição do cliente, foi decidido registar-se uma provisão.

No entanto, a AdA manifestou por escrito, ainda durante o ano de 2014, que o acordo a que tinha chegado com a Administração anterior do cliente era válido, e que não havia sustentabilidade na alteração da posição do cliente. Não obstante, tem o montante sido mantido nas contas como provisão. Mas passados 8 anos da sua constituição, sem faturas ou notas de débito recebidas, sem novas informações ou tomadas de posição, sem nada que tenha alterado os factos, sem quaisquer intentos de litigação, e sem que a AdA entenda que o cliente tivesse a legitimidade de mudar o entendimento que o próprio cliente tinha tido e que foi acordado com a Empresa, entende-se que não faz sentido manter o valor da provisão no passivo, pois o risco de utilização dessa provisão é perfeitamente negligenciável, não se enquadrando sequer na categoria de contingente.

## 31. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSões DO EXERCÍCIO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 não se registaram quaisquer imparidades ou reversões.

## 32. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros gastos e perdas operacionais" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é decomposta conforme se segue:

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	2020	2019
Impostos	455 949	481 584
Donativos	20 594	2 672
Quotizações	5 170	1 989
Outros gastos operacionais	136 110	500 281
Correções relativas a exercícios anteriores	32 859	55 078
<b>Outros gastos e perdas operacionais</b>	<b>650 682</b>	<b>1 041 604</b>

Os valores registados na rubrica de Impostos referem-se essencialmente às taxas da ERSAR, taxas essas devidas no âmbito das atividades de abastecimento e saneamento. Relativamente à rubrica **Donativos**, a AdA SA, em 2020, fez a doação ao CHUA de material de proteção e de equipamentos para ajudar no esforço de combate à pandemia. Quanto à rubrica **Outros gastos operacionais**, a diminuição verificada resulta do registo de indemnizações em 2019, sem correspondência em 2020.

## 33. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os "Outros rendimentos e ganhos operacionais" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 estão detalhados da seguinte forma:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	2020	2019
Venda de Energia	11 144	13 877
Venda de Análises	339 503	371 808
Outros rendimentos e ganhos operacionais	265 324	60 346
Correções relativas a exercícios anteriores	16 485	21 121
<b>Outros rendimentos e ganhos operacionais</b>	<b>632 455</b>	<b>467 152</b>

## 34. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Na tabela abaixo detalha-se a rubrica Subsídios à exploração:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2020	2019
Subs. à Exploração – EOEP	19 461	22 174
Subs. à Exploração – De Out. Entidades	105 308	0
	<b>124 770</b>	<b>22 174</b>

Reconheceram-se em 2020 vários rendimentos associados a projetos de I&D, dos quais destacamos as candidaturas IMPETUS (LIFE I4 ENV/PT/0739), HYMEMB (LIFE I2 ENV/PT/I I54) e SMARTWATER (LIFE I4 ENV/PT/0508).

Os subsídios recebidos do IEFP para os estágios profissionais, que decorrem ou decorreram no exercício, estão registados como rendimento **Subs. à Exploração – EOEP**.

## 35. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de “Gastos financeiros” é conforme segue:

<b>GASTOS FINANCEIROS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Juros Suportados	5 577 482	6 018 977
Comissões AdP	1 069 689	1 121 537
Outros gastos financeiros	1 266 330	482 098
<b>Gastos Financeiros</b>	<b>7 913 501</b>	<b>7 622 612</b>

A redução dos juros suportados é justificada pela amortização de capital em dívida referente a empréstimos BEI (ver nota 17). Relativamente à rubrica Outros gastos financeiros, o incremento de é resultante do registo do perdão de juros de mora concedido ao município de VRSA no âmbito do memorando de entendimento assinado em 2020 (ver nota 11).

Quanto a gastos financeiros capitalizados em ativo, em 2020 o valor capitalizado foi de 20.468€ e em 2019 foram capitalizados 12.677€ (nota 6).

## 36. RENDIMENTOS FINANCEIROS

A decomposição da rubrica de “Rendimentos financeiros” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é a conforme se segue:

<b>RENDIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Juros mora e de acordos	1 299 528	1 603 304
Outros juros	53 423	69 859
<b>Rendimentos financeiros</b>	<b>1 352 951</b>	<b>1 673 163</b>

Na rubrica de juros de mora e acordos destacam-se essencialmente os rendimentos com os juros de mora relativos a clientes que apresentam as dívidas vencidas mais relevantes, destacando-se o município de VRSA.

## 37. TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 é espelhada nas tabelas seguintes:

MOVIMENTOS COM PARTES RELACIONADAS	2020 PROVEITOS	2020 GASTOS	2019 PROVEITOS	2019 GASTOS
Águas de Portugal SGPS, SA	0	2 513 158	0	2 672 633
AdP – Serviços Ambientais, SA	0	458 350	0	380 451
Águas Públicas do Alentejo, SA	329 547	0	344 745	0
Epal, SA	0	18 629	0	19 078
Águas da Região de Aveiro, SA	0	0	0	0
Águas do Centro Litoral, SA	0	0	0	0
Adp Energias, SA	0	72 089	0	71 752
Município de Loulé	7 599 789	9 821	7 462 272	9 493
Município de Lagos	5 731 887	56 146	5 697 063	220 333
Emarp, E.M.	7 328 214	83 112	7 519 680	110 918
Município de S. Brás de Alportel	1 205 040	566	1 183 226	1 276
Infralobo, E.M.	435 107	517	539 874	756
Infraquinta, E.M.	655 640	4 066	772 299	6 086
Município de Albufeira	8 905 022	14 902	9 861 427	17 547
Município Faro	0	0	0	0
Município de Lagoa	3 695 150	8 090	3 811 902	10 147
Município de Silves	3 936 941	4 679	3 802 405	4 924
Município de Vila do Bispo	863 821	16 496	833 503	53 524
Município de Monchique	185 842	0	176 528	0
Município de Aljezur	697 252	319	677 671	353
Município Vila Real Santo António	511 522	0	0	0
Município de Tavira	0	0	0	0
Município de Alcoutim	203 692	2 549	205 201	2 511
Município de Castro Marim	1 235 558	2 158	1 144 142	1 966
Taviraverde, E.M.	2 186 012	17 029	2 187 530	932 242
Fagar, E.M.	6 518 307	33 961	5 945 496	125 707
Inframoura, E.M.	1 916 329	1 187	2 404 175	1 048
Município de Olhão	0	0	0	0
Vrsa Sgu, E.M.	671 374	0	0	0
Ambiolhão, E.M.	3 639 676	12 739	3 700 981	13 309
Advrsa – Águas de Vrsa	2 753 874	9 201	2 655 817	5 949
Município Portimão	0	0	0	0
	61 205 596	3 339 763	60 925 938	4 662 003

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	2020	2020	2019	2019
	ATIVOS	PASSIVOS	ATIVOS	PASSIVOS
Águas de Portugal Sgps, SA	28 243	29 099 631	0	30 283 295
Adp – Serviços Ambientais, SA	0	377 940	0	61 237
Águas Públicas do Alentejo, SA	384 921	0	142 065	0
Epal, SA	0	0	2 196	6 027
Águas da Região de Aveiro, SA	0	0	0	0
Águas do Centro Litoral, SA	0	0	0	0
Adp Energias, SA	0	18 849	0	71 752
Município de Loulé	625 148	212	581 933	388 187
Município de Lagos	456 396	0	460 929	232 297
Emarp, E.M.	1 193 216	2 462 849	608 259	2 696 568
Município de S Brás de Alportel	129 861	12	107 611	56 814
Infralobo, E.M.	30 107	(57)	41 193	55
Infraquinta, E.M.	58 764	319	78 839	442
Município de Albufeira	616 417	(59)	817 407	331 364
Município Faro	0	4 907	0	474 283
Município de Lagoa	266 352	615	245 624	215 901
Município de Silves	646 696	0	505 716	254 843
Município de Vila do Bispo	126 731	436 168	389 444	513 025
Município de Monchique	29 959	0	40 883	29 379
Município de Aljezur	53 887	7 875	58 715	47 459
Município Vila Real Santo António	511 522	0	0	0
Município de Tavira	0	0	0	155 092
Município de Alcoutim	18 811	(45 606)	16 456	19 814
Município de Castro Marim	165 022	50 891	163 024	88 468
Taviraverde, E.M.	4 705 091	2 009	4 709 977	1 069
Fagar, E.M.	2 158 415	3 719	1 566 124	7 615
Inframoura, E.M.	319 052	128	83 175	81
Município de Olhão	0	0	0	264 408
Vrsa Sgu, E.M.	27 184 570	421	27 634 705	135 279
Ambiolhão, E.M.	631 226	475	2 652 524	1 595
Advrsa – Águas de Vrsa	690 384	1 229	392 639	723
Município Portimão	0	0	0	422 917
	<b>41 030 794</b>	<b>32 422 528</b>	<b>41 299 439</b>	<b>36 759 987</b>

## 38. ATIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DA LOCAÇÃO

### 38.1 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Os ativos sob direito de uso foram relatados já em 2019 como locação financeira:

ATIVOS SOB DIREITO DE USO	01.01.2020			AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	31.12.2020		
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
a) que em 31.12.2019 estavam classificados como locações financeiras							
Viaturas	432 502	(181 589)	250 913	187 770	526 258	(369 359)	156 899
Outros equipamentos			0	6 796	244 672	(6 796)	237 875
<b>Subtotal</b>	<b>432 502</b>	<b>(181 589)</b>	<b>250 913</b>	<b>194 566</b>	<b>770 930</b>	<b>(376 155)</b>	<b>394 774</b>
a) que em 31.12.2019 estavam classificados como locações operacionais							
Viaturas							
Outros equipamentos							
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>432 502</b>	<b>(181 589)</b>	<b>250 913</b>	<b>194 566</b>	<b>770 930</b>	<b>(376 155)</b>	<b>394 774</b>

### 38.2 PASSIVOS DA LOCAÇÃO

PASSIVOS DA LOCAÇÃO	31.12.2020	31.12.2020
Não corrente	114 128	35 377
Corrente	210 675	219 396
	<b>324 803</b>	<b>254 773</b>
CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVOS SOB DIREITO DE USO	31.12.2020	31.12.2020
Equipamento de transporte	162 287	254 773
Outros equipamentos	162 515	0
	<b>324 803</b>	<b>254 773</b>
FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31.12.2020	31.12.2019
Até 1 ano	215 929	123 248
De 1 a 5 anos	160 502	192 734
Mais de 5 anos	0	0
	<b>376 431</b>	<b>315 982</b>
JUROS	31.12.2020	31.12.2019
Até 1 ano	5 254	12 242
De 1 a 5 anos	46 374	48 967
Mais de 5 anos	0	0
	<b>51 628</b>	<b>61 209</b>
VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31.12.2020	31.12.2019
Até 1 ano	210 675	111 006
De 1 a 5 anos	114 128	143 766
Mais de 5 anos	0	0
	<b>324 803</b>	<b>254 773</b>

### 38.3 PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

<b>ATIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DA LOCAÇÃO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Aumento do ativo – Direito de uso do ativo da locação	338 427	189 971
Aumento do passivo – Passivo da locação	70 030	133 437
<b>TOTAL DOS PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Contabilizadas de acordo com a IFRS 16	197 865	202 357
Contabilizadas como despesa em resultados	30 231	27 039
<b>TOTAL</b>	<b>228 096</b>	<b>229 396</b>

### 39. COMPROMISSOS

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição financeira apresentada:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem o montante 856.533.781 euros, sujeitos a depreciação no prazo da concessão, dos quais 629.175.760 euros já se encontram realizados (DUI firme). Quanto ao DUI em curso, este, no final do exercício, totalizava 28.060.120 Euros (ver notas 6 e 19).

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:



## CONTRATOS DE EMPREITADA

EMPREITADAS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2020
Conceção-Construção da ETAR de Faro-Olhão	OLIVEIRAS S.A.	8 578 485,83	8 432 471,42
Conceção-Construção da ETAR de Faro-Olhão	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	5 806 822,42	5 184 407,24
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	4 141 856,11	4 102 829,52
Beneficiação da ETA de Alcantarilha	TECNORÉM – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	3 024 543,71	2 939 979,34
Nova reserva do barlavento	SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.	2 391 030,19	0,00
Execução de Trabalhos de Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve	METALCÁRIO – CONSTRUÇÕES LDA	908 258,06	145 786,64
Colocação de Geradores de Emergência nas EEAR	ROLEAR.ON – SOLUÇÕES DE ENGENHARIA, S.A.	523 357,07	499 555,84
Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto (Lote B)	LIMPA CANAL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS, LDA.	342 720,00	339 686,70
Empreitada de Reabilitação de Caixas de Visita	MANVIA – MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÃO, S.A.	340 200,01	313 293,76
Reparação do Pavimento da ETA de Tavira	TECNOVIA – SOCIEDADE DE EMPREITADAS	289 962,82	289 962,85
Reabilitação do Intercetor Ibis-Aeroporto (Lote A)	LIMPA CANAL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS, LDA.	248 899,99	239 682,42
Empreitada de Reabilitação de Coletores da Zona 3 (Marbica, Vale Covo, Azinhaga, Forte de São João)	CONSDEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA	238 424,67	220 173,35
Ampliação da Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha	DST SOLAR, S.A.	201 023,82	199 807,07
1º Adicional Contrato de Empreitada – Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres	CAMACHO ENGENHARIA, S.A.	193 496,60	193 496,59
Empreitada de Sistemas de Medição de Energia – Lote 1 e Lote 2	LINHA ÁGUA LDA	185 457,63	0,00
Beneficiação do Acesso e Intervenção no Parque de Estacionamento da ETAR de Faro Noroeste	CONSDEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA	179 208,50	179 208,50
		<b>27 593 747</b>	<b>23 280 341</b>

## CONTRATOS DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS E BENS (SUPERIORES A 100 MILHARES EUROS)

EMPREITADAS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2020
Aquisição de meios de cultura e reagentes de diagnóstico pelas empresas do grupo AdP – Lote 2	BIOGERM, S.A.	110 557	110 557
Aquisição de meios de cultura e reagentes de diagnóstico pelas empresas do grupo AdP – Lote 4	IBERLAB & IMUNOREAGE – SOLUÇÕES PAR	271 330	271 330
Aquisição de hidróxido de cálcio pelas empresas do grupo AdP – Lote 1	LUSICAL – COMPANHIA LUSITANA CAL,SA	524 039	524 039
Aquisição de reagentes e testes em cuvette para análise de águas pelas empresas do grupo AdP – Lote 1	HACH LANGE-CONTROLE ANALISE AGUAS,LDA	359 546	359 546
Aquisição de Sulfato de Alumínio pelas empresas do Grupo Águas de Portugal – Lote 3	SAPEC – QUIMICA SA	136 560	136 560
Aquisição de Cloro pelas empresas do Grupo Águas de Portugal – Lote 4	BONDALTI CHEMICALS, SA	125 342	125 342
Aquisição de Hipoclorito de Sódio e Hidróxido de Sódio pelas empresa do Grupo AdP	QUIMITEJO – PRODUTOS QUIMICOS SA	340 576	340 576
Aquisição de Cloro pelas empresas do Grupo Águas de Portugal – Lote 4	BONDALTI CHEMICALS, SA	136 938	136 938
Subscrição de licenças de software Microsoft e serviços conexos para as empresas do grupo Águas de Portugal	INETUM ESPAÑA S.A. – SUC.PORTUGAL	246 827	246 827
Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção do sistema multimunicipal de saneamento do algarve – zona 2/3	GESAR - GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS D	11 987 569	11 916 934
Certificação com a Marca de Qualidade LNEC na obra da ETAR de Faro-Olhão	LNEC-LABORATONIO NAC ENG CIVIL	118 000	82 600
Prestação de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico do 13.º Grupo de Empreitadas	PROSPECTIVA – PROJECTOS, SERVIÇOS,	564 234	553 469
Transporte de lamas de clarificação de água (armazenadas nos parques de lamas das ETAs de Tavira e de Alcantarilha) para destino final	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS S.A.	116 200	95 271
Prestação de Serviços de Operação da Estação Elevatória I e Infraestruturas Adjacentes	AGS-ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTE	521 073	521 073
Manutenção de espaços verdes nas instalações da Aguas do Algarve, S.A. – Lote 1	PERENE, S.A.	142 968	131 002
Manutenção de espaços verdes nas instalações da Aguas do Algarve, S.A. – Lote 2	RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE,	145 998	131 195
Manutenção de espaços verdes nas instalações da Aguas do Algarve, S.A. – Lote 3	PERENE, S.A.	136 321	135 293
Aquisição de Disjuntores de Média Tensão para o Quadro Monobloco da E.E. I/Beliche	ABB POWER SYSTEMS PORTUGAL, S.A.	151 619	151 619
Prestação de serviços de Execução de Expropriações e Servidões – Grupo VIII	ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.	127 098	47 819
Aquisição de Serviços de Impressão em Regime de Aluguer Operacional	KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS P	208 920	201 117

## CONTRATOS DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS E BENS (SUPERIORES A 100 MILHARES EUROS), CONTINUAÇÃO.

EMPREITADAS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2020
Contrato de Aluguer Operacional de Veículos e Serviços Associados para a Águas do Algarve, S.A., em Conformidade com o Acordo Quadro Ref.º 008/CLPQ/2017 – AQ AOV	SGALD AUTOMOTIVE-SOC GERAL COM	134 628	87 064
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da empreitada de Beneficições da ETA de Alcantarilha	PROSPECTIVA – PROJECTOS, SERVIÇOS,	209 739	209 254
O Contrato tem por objeto a contratação de serviços de Operação e Manutenção para o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, designando-se o presente concurso por “Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – Zona 4 - Lote 2)	SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LIQUIDO	272 321	269 569
Conceção, Instalação, Arranque e Acomp. da Exploração de protótipo Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente UASB (ETAR de LAGOS – Lote I e ETAR de LOULÉ – Lote 2)	FCC AQUALIA, SA (PORTUGAL)	221 200	221 200
Aquisição de serviços de corretagem e de Acordo Quadro para a celebração de contratos de seguros de pessoas para as empresas do Grupo Águas de Portugal – Lote I e II	ADP VALOR – SERV AMBIENTAIS S.A.	198 947	198 947
Prestação de Serviços de Manutenção do SMAAA	BE WATER, S.A.	1 744 879	1 744 879
Variadores Eletrónicos de velocidade	EDP COMERCIAL – COMERC ENERGIA, SA	122 927	122 927
Fornecido de água bruta à ETA de Fontaínhas com origem a albufeira da Barragem da Bravura	ASSOC REGANTES E BENEF DO ALVOR	521 133	0
Aquisição de Serviços de Operação das Infraestruturas do Empreendimento Equiparado a Fins Múltiplos do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite-Beliche	AGS – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTE	144 001	144 001
Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – Zona 4 - Lote II	BE WATER, S.A.	776 589	479 324
Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve – Zona I - Lote I	BE WATER, S.A.	330 461	230 431
Aquisição de Serviços Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve Lote 2	BE WATER, S.A.	58 478 074	58 478 074
Aquisição de Serviços Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve Lote I	ACCIONA AGUA, S.A. SUCURSAL PORTUGAL	41 776 518	4 038 973
Aquisição de serviços de colheitas de amostras no âmbito do controlo de qualidade de águas residuais do (SMSA) e meios recetores	AGS – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTE	140 700	140 700
Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve Zona Poente	BE WATER, S.A.	4 365 264	3 623 720

## CONTRATOS DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS E BENS (SUPERIORES A 100 MILHARES EUROS), CONTINUAÇÃO.

EMPREITADAS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2020
Aquisição de Serviços de análises de águas naturais, águas para consumo humano, águas residuais, lamas, resíduos e reagentes de processo	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	230 000	230 000
FEE Serviços de Administração e Gestão	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	913 466	913 466
Contratação Comissões BEI	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	993 722	988 319
Contratação Juros Linha de Suprimentos 50M€	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	201 950	171 889
Contratação Juros Linha de Suprimentos 15M€	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	259 600	208 958
Contratação Juros Linha de Apoio Tesousaria 24M€	AGUAS PORTUGAL SGPS SA	103 400	86 391
Contrato de seguros patrimoniais e responsabilidades para as empresas do Grupo AdP – Seguro Multiriscos	MDS – CORRETOR DE SEGUROS, SA	133 209	133 209
Gestão das faixas de combustível e espaços verdes nas instalações da Águas do Algarve, S.A. – Lote I	RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE,	215 950	28 365
Gestão das faixas de combustível e espaços verdes nas instalações da Águas do Algarve, S.A. – Lote II	RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE,	215 950	27 910
Gestão das faixas de combustível e espaços verdes nas instalações da Águas do Algarve, S.A. – Lote III	RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE,	215 950	24 282
Gestão das faixas de combustível e espaços verdes nas instalações da Águas do Algarve, S.A. – Lote IV	RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE,	174 300	23 056
Aquisição de serviços Informáticos de Hosting, Suporte e Manutenção Evolutiva da aplicação IXIS-Lab	CLARANET PORTUGAL, S.A.	132 770	30 246
Fornecido de água bruta à ETA de Fontainhas com origem a albufeira da Barragem da Bravura	ASSOC REGANTES E BENEF DO ALVOR	366 300	0
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	BE WATER, S.A.	722 946	657 224
Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	BE WATER, S.A.	6 506 518	722 946
Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve Zona Poente	BE WATER, S.A.	4 365 264	1 943 666
Aquisição de Serviços para Operação da Estação Elevatória I e Sistema Primário do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite Beliche	AGS-ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTE	219 166	121 759
Seguros patrimoniais e de responsabilidades para infraestruturas hidráulicas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do grupo Águas de Portugal	MARSH LDA	147 691	0
Seguros de Multiriscos e de Responsabilidades Civil Geral	ADP VALOR - SERV AMBIENTAIS S.A.	200 554	200 554
Aquisição de Disjuntores de Média Tensão para o Quadro Monobloco da E.E. I/Beliche	ABB POWER SYSTEMS PORTUGAL, S.A.	138 672	0
Fornecimento de Coagulantes à Águas do Algarve S.A. – Lote I	RIVAZ – QUIMICA SA	500 000	478 350

## CONTRATOS DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS E BENS (SUPERIORES A 100 MILHARES EUROS), CONTINUAÇÃO.

EMPREITADAS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2020
Fornecimento de Coagulantes à Aguas do Algarve S.A. Lote II	RIVAZ – QUIMICA SA	800 000	798 467
Fornecimento de Coagulantes à Aguas do Algarve S.A.. - Lote III	QUIMITEJO – PRODUTOS QUIMICOS SA	110 000	110 000
Aquisição de Serviços de Transporte de Lamas de Clarificação de Água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	BIOSMART – SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	168 958	168 280
Aquisição de Serviços de Lavagem e desinfecção de reservatórios, cisternas e órgãos de tratamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve no triénio 2018-2020	REDECOR – REVESTIMENTOS DE PROTECÇÃO	145 534	91 206
Contratação de Patrocínio Judiciário e Mandado Forense	AAMM – SOCIEDADE ADVOGADOS, RL	150 000	146 951
Fornecimento de Carvão Ativado para as ETAR e EEAR do Sistema Multimunicipal do Saneamento do Algarve	QUIMITEJO – PRODUTOS QUIMICOS SA	144 000	116 232
Aquisição de Reagentes para o Tratamento de Água para Consumo Humano: Fornecimento de Gases Industriais - Oxigénio e Dióxido de Carbono	NIPPON GASES PORTUGAL, UNIP, LDA	171 119	171 119
Aquisição de Serviços de Transporte de amostras de água, em condições controladas, entre o Laboratório da Águas do Algarve e outros Laboratórios e entre instalações laboratoriais da Aguas do Algarve	SERVIADUANA – SOCIEDADE DE SERVIÇOS	166 522	80 971
Aquisição de Serviços para o Transporte de Amostras de Águas em Condições Controladas entre o Laboratório da Águas do Algarve e Outros Laboratórios e Entre Instalações Laboratoriais da Águas do Algarve, S.A.	SERVIADUANA – SOCIEDADE DE SERVIÇOS	166 522	166 522
Aquisição de Reagentes para Tratamento de Águas Residuais – Fornecimento de Floculantes em Pó	SNF PORTUGAL,SOC. UNIPESSOAL, LDA	225 000	225 000
Aquisição de Reagentes para Tratamento de Águas Residuais – Fornecimento de Hipoclorito de Sódio	SAPEC – QUIMICA SA	295 000	295 000
Reformulação do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve	CEGELEC – INSTAL E SISTEMAS AUTOM, LD	1 259 094	1 088 764
Aquisição de Reagentes para o Tratamento de Água para Consumo Humano: Carvão Ativado em Pó (CAP)(Carvão Ativado em Pó CCP90 a granel e em Big Bag) para as ETA´s de Alcantarilha, Fontainhas, Tavira e Beliche	QUIMITEJO – PRODUTOS QUIMICOS SA	350 784	350 784
Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de lamas das ETAR da Companheira, Faro-Olhão, São Marcos da Serra e Santa Catarina da Fonte do Bispo	TERRA FÉRTIL – GESTÃO E VALORIZAÇÃO	378 000	378 000

## CONTRATOS DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS E BENS (SUPERIORES A 100 MILHARES EUROS), CONTINUAÇÃO.

EMPREITADAS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2020
Aquisição de Reagentes para o Tratamento de Água para Consumo Humano: Coagulante Rifloc 10 Plus, a granel para a ETA de Alcantarilha	RIVAZ – QUIMICA SA	131 400	131 400
Aquisição de serviços de recolha, transporte e armazenamento/valorização/deposição em destino final de lamas - Lote I	BIOSMART-SOLUÇÕES AMBIENTAIS, SA	3 725 392	3 725 392
Aquisição de reagente Coagulante Rifloc 10 Plus, a granel	RIVAZ – QUIMICA SA	131 400	131 400
Contratação de Patrocínio Judiciário e Mandado Forense	AAMM-SOCIEDADE ADVOGADOS, RL	200 000	199 699
Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança - Lotes I e 2	SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE	288 000	60 004
Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança - Lote 3	PSG-SEGURANÇA PRIVADA, S.A.	124 200	40 419
Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Armazenamento/Val./Deposição em Destino Final de Resíduos do Sistema Faro-Olhão	LUSAGUA – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	400 000	400 000
Aquisição de Gases Industriais: Azoto e Dióxido de Carbono	SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LIQUIDO	265 401	265 401
Aquisição de Gases Industriais: Oxigénio e Dióxido de Carbono	NIPPON GASES PORTUGAL, UNIP, LDA	176 339	176 339
Aquisição de energia elétrica em Baixa Tensão Normal para as empresas do grupo Águas de Portugal	AXPO ENERGIA PORTUGAL, UNIP, LDA	653 394	653 394
Aquisição de Coagulantes para Tratamento de Água para Consumo Humano - Lotes I e 2	RIVAZ – QUIMICA SA	2 211 148	2 211 148
Aquisição de Coagulantes para Tratamento de Água para Consumo Humano - Lotes III e IV	QUIMITECNICA.COM-COM IND QUIMICA SA	172 721	172 721
Contratação de Patrocínio Judiciário e Mandado Forense	AAMM-SOCIEDADE ADVOGADOS, RL	350 000	226 995
Aquisição de Serviços de Limpeza	ILUSOTOUCH – LIMPEZAS TÉCNICAS, LDA	309 600	309 600
		<b>26 228 497</b>	<b>24 189 844</b>

## 40. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### 40.1 GARANTIAS PRESTADAS

A relação das garantias bancárias prestadas a terceiros em 31 de Dezembro de 2020 era a seguinte:

<b>GARANTIAS BANCÁRIAS</b>	<b>VALOR</b>
Tribunais Cíveis	567 226
Petrogal	10 475
IP – infraestruturas de Portugal	16 510
ARH	566 466
<b>Abastecimento</b>	<b>1 160 677</b>
IP – infraestruturas de Portugal	10 000
Rotas do Algarve Litoral	40 000
Tribunais Cíveis	300 541
<b>Saneamento</b>	<b>350 541</b>
<b>Total</b>	<b>1 511 218</b>

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

<b>PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>BANCO</b>	<b>VALOR</b>
ARH	AA	CGD	566 466
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AA	Millenium	229 582
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AR	CGD	192 329
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD	124 699
Tribunal Civil da Comarca de Monchique	AA	Millenium	57 955

## 40.2 PROCESSOS JUDICIAIS

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros.

TIPO DE AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	VALOR DA RESPONSABILIDADE MÁXIMA	VALOR DA PROBABILIDADE DA OBRIGAÇÃO	PROBABILIDADE DE DESFECHO FAVORÁVEL À AdA SA
EXPROPRIAÇÕES	Ação Executiva contra o Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M., tendo como objecto a Sentença condenatória Judicial proferida no âmbito do Processo n.º 627/2002. INTERVENIENTE ACIDENTAL: ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.	14 964	0	POSSÍVEL
OUTROS	Pedido formulado contra a AdA. p/ Sociedade de Construções Soares SA (inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela emissão de sentença.	2 662 386	0	POSSÍVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Ação contra AdA, por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE. Empreitada de "Concepção/ construção do SAAS às ilhas da Culatra e da Armona – Travessias da Ria Formosa Perfuração Horizontal Dirigida. Inexequibilidade técnica das travessias da Ria Formosa.	8 332 017	0	POSSÍVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Actualização do pedido de €8.332.017,21 formulado na anterior ação n.º 46/09.3 BELLE).	9 191 598	0	POSSÍVEL
EXPROPRIAÇÕES	Ação de Processo Comum por referência a descrição matricial correspondente ao artigo 125 da secção P da União de freguesias Moncarapcho e Fusetas.	30 000	0	POSSÍVEL
OUTROS	Ação Administrativa de contencioso de pré-contratual, com petição para anulação de decisão de adjudicação	30 000	0	POSSÍVEL
CONTRAORDENAÇÕES	Aplicação de coima IGAMAOT - ETAR de Pinhal do Concelho	50 075	0	POSSÍVEL

A Administração considera que as provisões e imparidades registadas são adequadas face aos riscos emergentes dos processos judiciais em curso (nota 16).

## 40.3 DIREITOS E OBRIGAÇÕES

De acordo com o protocolado com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a Águas do Algarve, S.A. tem um gasto anual até 1.000.000 Euros, destinado à comparticipação nas despesas de 70% de manutenção e 30% de energia do Sistema de Odeleite-Beliche.

Este gasto encontra-se refletidos em fornecimentos e serviços externos (nota 27).

A Águas do Algarve tem um protocolo com o ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O referido protocolo terminará em 2025 (nota 18 e 23).



## 41. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Artigo.397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Algarve, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### Artigo.324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Águas do Algarve, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

### Artigo 21.º do Decreto-lei n.º 411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2020, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efetuará em Janeiro do ano seguinte.

## 42. RENDIMENTO GARANTIDO

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

No ano de 2020 foi utilizado a taxa de 0,41% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos) acrescida de 3% de margem (*spread*) conforme definido pelo despacho do Concedente.

No final de 2020 o quadro abaixo na coluna Dívida Acionista Acumulada reflete um montante de 2.583.741€ que foram distribuídos a mais aos acionistas. E devido a isto não está considerado no cálculo abaixo uma eventual distribuição de dividendos aos acionistas relativamente ao Resultado Líquido de 2020.

ANO	REMUNERAÇÃO ANUAL ACIONISTA	AJUSTE DA REGULAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL ACIONISTA (APÓS AJUSTE A REGULAÇÃO)	RESULTADOS LÍQUIDOS ANUAIS ANTES DO DRG	DÉFICE TARIFÁRIO LÍQUIDO ANUAL EM BALANÇO	REMUNERAÇÃO ACIONISTA DISTRIBUÍVEL	DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS	DÍVIDA ACUMULADA AOS ACIONISTAS APÓS DISTRIB. DIVIDENDOS	OT+3%
1995 a 2010	27 535 281		27 535 281	20 518 703	7 016 578	26 158 591	13 151 516	13 007 075	
2011	5 302 599		5 302 599	3 239 065	2 063 535	5 037 469	4 877 900	13 166 644	13,24%
2012	4 598 287		4 598 287	3 441 306	1 156 981	4 368 373	3 269 241	14 265 775	10,46%
2013	4 318 509		4 318 509	3 098 569	1 219 940	4 102 583	2 943 641	15 424 718	9,29%
2014	3 238 535		3 238 535	5 139 191	(1 900 655)	3 076 609	4 882 231	13 619 095	6,75%
2015	2 569 955		2 569 955	6 942 498	(4 372 543)	2 441 457	11 297 273	4 763 280	5,42%
2016	2 515 188		2 515 188	6 810 569	(4 295 381)	2 389 428	6 470 040	682 668	6,18%
2017	2 169 472		2 169 472	7 306 257	(5 136 786)	2 060 998	1 951 378	792 288	6,06%
2018	1 697 930		1 697 930	7 191 847	(5 493 917)	1 613 034	6 832 254	(4 426 933)	4,84%
2019	1 200 838		1 200 838	5 208 485	(4 007 647)	1 140 796	0	(3 286 136)	3,75%
2020	1 110 863	(371 499)	739 364	5 577 513	(4 838 149)	702 396	0	(2 583 741)	3,41%
SOMA	56 257 457	(371 499)	55 885 958	74 474 003	(18 588 044)	53 091 734	55 675 475	(2 583 741)	

## 43. OUTROS ASSUNTOS – COVID-19

O exercício de 2020 foi perfeitamente atípico, derivado da pandemia covid 19, e das correspondentes reações sociais/humanas, e políticas seguidas tanto a nível nacional, como internacionalmente no respetivo combate.

A região do Algarve regista um elevado número de pessoas residentes não habituais, com casa de férias/2ª habitação. Além disso regista também um número elevado de turistas que vêm passar temporadas à região durante o ano todo (embora com mais concentração no Verão e festas natalícias e de fim de ano). Ou seja, a atividade económica com especial enfoque no setor do turismo, tem sem surpresa um papel importante, direta e indiretamente, na economia regional do Algarve.

Não é portanto surpreendente que a Águas do Algarve tenha sofrido uma redução bastante significativa na sua faturação, a qual só não foi mais acentuada porque na componente de tratamento de águas residuais a empresa está sob regime de rendimentos tarifários, portanto fixos.

Na faturação de água a AdA viu reduzirem-se os respetivos proveitos da seguinte forma:

### Faturação acumulada de água em m<sup>3</sup>

TOTAL SUBSISTEMA	2020	2019	VARIAÇÃO	
Janeiro a Fevereiro	8 520 751	8 218 788	301 963	3,7%
Desde Março	59 688 330	65 913 880	-6 225 550	-9,4%
Acumulado ano	68 209 081	74 132 668	-5 923 587	-8,0%

Medindo o efeito em euros temos os seguintes valores:

Tarifa por m <sup>3</sup> faturado	0,47710 €	0,47100 €
------------------------------------	-----------	-----------

### Faturação acumulada de água em €

TOTAL SUBSISTEMA	2020	2019	VARIAÇÃO	
Janeiro a Fevereiro	4 065 250	3 871 049	194 201	5,0%
Desde Março	28 477 302	31 045 437	-2 568 135	-8,3%
Acumulado ano	32 542 553	34 916 487	-2 373 934	-6,8%

Assim, é observável uma quebra de 9,4% nos m<sup>3</sup> fornecidos de água, de 2019 para 2020, no período de Março a Dezembro. Esta quebra em m<sup>3</sup> representa uma diminuição na faturação em euros de 8,3%, por via do efeito contrário de atualização da tarifa cobrada.

Assumindo uma tarifa fixa: em 2019 e em 2020 (0,4771€/m<sup>3</sup> de AA faturado), para aferição apenas de variação de atividade, temos os seguintes valores em euros:

Tarifa por m <sup>3</sup> faturado: fixa	0,47710 €	0,47710 €
--	-----------	-----------

### Faturação acumulada de água, com tarifa constante em 2019 e em 2020 em €

TOTAL SUBSISTEMA	2020	2019	VARIAÇÃO	
Janeiro a Fevereiro	4 065 250	3 921 184	144 067	3,7%
Desde Março	28 477 302	31 447 512	-2 970 210	-9,4%
Acumulado ano	32 542 553	35 368 696	-2 826 143	-8,0%

Assim, a quebra total em euros, expurgando o efeito variação de tarifa, no período de Março a Dezembro, de 2019 para 2020, foi de 2.970.210€

A explicação para a quebra nos volumes de abastecimento de água, assenta de maneira significativa na pandemia COVID-19, e nas reações sociais e políticas, com a implementação de políticas de confinamento, estados de emergência, e restrições muito fortes nas viagens e deslocações.

No caso concreto da região do Algarve, cuja atividade assenta com relevo, conforme acima já referido, nas atividades ligadas ao Turismo, nacional e internacional, os dados de tráfego aéreo, chegadas de passageiros ao Aeroporto de Faro, são bem elucidativas: segundo dados recolhidos no site do INE, o número de passageiros que desembarcou no Aeroporto de Faro foi o seguinte:

#### Nº de passageiros desembarcados no Aeroporto de Faro

EM N.º	2020	2019	VARIÇÃO 2019/2020	
Janeiro a Fevereiro	267 137	283 029	-15 892	-5,6%
Março a Outubro	749 056	3 879 512	-3 130 456	-80,7%
<b>SOMA</b>	<b>1 016 193</b>	<b>4 162 541</b>	<b>-3 146 348</b>	<b>-75,6%</b>

Ou seja, de Março a Outubro, comparando 2019 com 2020, no Aeroporto de Faro desembarcaram menos 3 milhões e 130 mil pessoas, equivalendo isto a uma quebra de 80,7%.

Além disso, e olhando para outros números temos o seguinte:

#### Turismo no Algarve em números

JANEIRO A NOVEMBRO	2019	2020	VARIÇÃO	
Hóspedes (em nº)	4 894 200	1 948 200	-2 946 000	-60,2%
de Portugal	1 406 800	1 038 900	-367 900	-26,2%
do estrangeiro	3 487 400	909 300	-2 578 100	-73,9%
Hotelaria	4 331 100	1 719 100	-2 612 000	-60,3%
Alojamento Local	n.d.	n.d.		
Turismo Rural e de habitação	n.d.	n.d.		

Significa isto que de 2019 para 2020 o número de hóspedes até Novembro caiu 60% na região algarvia, ou seja, menos 2.946.000 pessoas. E este número não inclui alojamento local, nem turismo rural e de habitação.

Naturalmente que o impacto na atividade, direta e indiretamente, seria fortemente observável.

Além da quebra muito acentuada no número de turistas a chegar à região, também se tem verificado um movimento de retorno aos países de origem de muitos estrangeiros que viviam no nosso país, e que aqui tinham escolhido permanecer nas suas reformas. Este movimento é sustentado em informações das empresas de mediação imobiliária, e uma das explicações fornecidas prende-se com a necessidade de retornarem aos seus países para ajudarem os filhos nestes meses de grande quebra de rendimentos.

E em termos gerais, como para o resto do país, a economia global do Algarve ressentiu-se também. O Banco de Portugal estima para 2020 uma quebra de 8,1% no PIB português.

Por outro lado, a empresa registou ainda nas suas contas em 2020 diversos gastos atribuíveis ao covid-19: em 2020 a AdA incorreu em gastos identificáveis com a pandemia, no montante de 187.811 €: divididos entre máscaras, viseiras, acrílicos, álcool, desinfetantes, testes, donativos e gastos com pessoal.

A empresa estimou então os seguintes impactos nos seus indicadores de gestão:

### QUEBRA NA FATURAÇÃO DE ÁGUA: 1,2 MILHÕES DE EUROS.

O modelo utilizado para o cálculo da quebra na faturação de água atribuível à pandemia e políticas de mitigação seguidas foi o seguinte:

- Passo 1: considerar a população residente na região do Algarve em 2019: 438.406.
- Passo 2: utilizar a estatística do Turismo do Algarve sobre o número de hóspedes em hotéis em 2019 e em 2020, de Janeiro a Novembro: 4.894.400 em 2019; 1.948.300 em 2020; quebra de 60,2%.

- Passo 3: estimar o número de hóspedes em Alojamento Local, turismo Rural e turismo de habitação: das Estatísticas de Turismo de 2018 do INE, na nota de imprensa é referido que, para Portugal (e não tendo a AdA tido acesso a dados regionais utilizou-se o valor nacional):
  - o alojamento local representa 15,6% do total de hóspedes.
  - o turismo rural e de habitação representa 3,4%;
  - sendo o restante de hotelaria: 81,0%.

Portanto, e partindo dos 4.894.400 hóspedes em hotelaria apenas em 2019, teríamos:

- $4.894.400 / 81,0\% \times 15,6\%$  seria o número estimado de hóspedes em Alojamento Local, 942.625 em 2019; aplicando uma quebra de 60,2% ficaria em 375.228 para 2020.
- e  $4.894.400 / 81,0\% \times 3,4\%$  seria o número estimado em turismo rural e de habitação: 205.444 em 2019, aplicando uma quebra de 60,2% ficaria em 81.780 para 2020.
- Passo 4: calcular o peso dos hóspedes (hotel + AL + turismo rural e habitação) no total de residentes + hóspedes: 55,6%.
- Passo 5: multiplicar o peso dos hóspedes pela quebra no turismo para atingir a percentagem de redução do turismo a atribuir na quebra de água: 33,5%.
- Passo 6: o turismo representa no Algarve 11% do total do PIB local em 2017 (fonte: Novo Banco). Portanto 89% corresponde a PIB não turismo no Algarve. Se se utilizar a estimativa de quebra do PIB nacional de 8,1% para 2020 (fonte: Banco de Portugal de 14 de Dezembro de 2020), temos que a parte não turismo teria sofrido a seguinte quebra de atividade em 2020 devido à pandemia:
  - $(1-11\%) \times (-8,1\%) = 7,2\%$ .
- Passo 7: da quebra total de abastecimento de água em 2020, a empresa estima então que 40,7% (33,5% + 7,2%) se tenha devido à pandemia:  $40,7\% \times 2.970.210\text{€} = 1.208.434\text{€}$ .

## COM A QUEBRA DA ÁGUA A EMPRESA VIU TAMBÉM REDUZIREM-SE OS GASTOS EM REAGENTES E ENERGIA:

- Reagentes: – 96 mil €;
- Energia: – 103 mil €;
- Mais outros gastos cuja quebra se afigura de difícil estimação.

Aumento de gastos diretos: 188 mil euros.

Endividamento:

Pelo facto de a empresa ter visto reduzidos os seus proveitos (e deduzindo o efeito reagentes e energia, que com maior faturação seria também maior o respetivo gasto), a empresa estima um impacto de 1,2 milhões de € a mais em endividamento.

Dívidas de Clientes:

Nos primeiros meses do ano de 2020, na sequência do primeiro confinamento geral, a empresa viu degradarem-se os prazos de recebimento dos clientes, com um aumento de valores em vencido. No entanto, esta tendência inverteu-se a partir do último trimestre de 2020.

Em termos de rácio **Gastos Operacionais sobre Volume de Negócios (GO/VN)** a empresa estimou uma deterioração do mesmo, em 1,62%. Ou seja:

- Não acrescendo faturação perdida, nem deduzindo gastos diretos incorridos, devido ao covid/políticas de confinamento, o rácio seria de 54,34%.
- Acrescendo faturação perdida e deduzindo os gastos diretos incorridos, como definido pelo Despacho N° 398/2020 da Secretaria de Estado do Tesouro, o rácio baixou para 52,72%, e é este o resultado do rácio que foi considerado na aferição dos Indicadores de Gestão.

À data do fecho das contas de 2020, o país, e grande parte do Mundo está sob medidas fortes de condicionamento da atividade económica e social. Nesse sentido, existe um grau de incerteza considerável sobre o que o próximo ano de 2021 e os próximos trarão para a atividade da Águas do Algarve, bem como do país e economia mundial, e que efeitos trará sobre a própria organização das sociedades.

Independentemente disto, a empresa entende que os efeitos e consequências que os haja não põem em causa as contas de 2020.

A expectativa, relativamente aos resultados do próximo ano, é a de que os mesmos não piorem face aos registados em 2020, acompanhando uma resiliência que se foi sentindo em diversos setores, e nos nossos clientes: no Plano de Atividades e Orçamento de 2021 da empresa, que já teve aprovação da Tutela em 31 de Janeiro de 2021, foi estimado que a empresa atingisse um rácio GO/VN de 52,78%, portanto em linha com o atingido em 2020, acrescendo faturação perdida e deduzindo gastos diretos incorridos.

Relembrando, já no ano de 2020, a Águas do Algarve e o Grupo AdP, desenvolveram e implementaram os seus planos de contingência, que enumeram as ações concretas e concertadas, que abrangem a empresa, bem como todo o Grupo AdP, e que incluem a operação de água, saneamento, restantes atividades e estrutura da empresa e do Grupo AdP.

Os respetivos Planos de Contingência podem ser consultados na íntegra nos endereços seguintes:

- <https://www.aguasdoalgarve.pt/noticias/plano-de-contingencia-covid-19>
- <https://www.adp.pt/pt/?id=69&idn=359>

A Administração da Águas do Algarve SA continua plenamente confiante de que o normal funcionamento da empresa, da saúde dos seus trabalhadores, a salvaguarda da informação em suporte físico e informático, bem como o respetivo acesso a essa informação, a integridade dos seus ativos, e a sua atividade operacional estão assegurados.

## 44. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem circunstâncias que possam alterar significativamente o presente relatório e contas.

### DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS:

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos no dia 15 de fevereiro de 2021 à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2020.

Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados diretamente com o covid/políticas de confinamento seguidas, acréscimo de faturação perdida como consequência das políticas seguidas, a empresa propõe à ERSAR que não haja lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2020.

Não obstante, aguardamos a revisão do mesmo por parte do Regulador. A expectativa da Administração da Águas do Algarve é a de que o documento seja aprovado.

### COVID 19 E EFEITOS DAS POLÍTICAS SEGUIDAS NO CENÁRIO MACROECONÓMICO E DA EMPRESA PARA 2021:

À data do fecho das contas de 2020, o país, e grande parte do Mundo está sob medidas fortes de condicionamento da atividade económica e social. Acresce que em Janeiro e Fevereiro de 2021 a situação pandémica sofreu um agravamento. Nesse sentido, existe um grau de incerteza considerável sobre o que o próximo ano de 2021 e os próximos trarão para a atividade da Águas do Algarve, bem como do país e economia mundial, e que efeitos trará sobre a própria organização das sociedades.

Independentemente disto, a empresa entende que os efeitos e consequências que os haja não põem em causa as contas de 2020.

Relembrando, já no ano de 2020, a Águas do Algarve e o Grupo AdP, desenvolveram e implementaram os seus planos de contingência, que enumeram as ações concretas e concertadas, que abrangem a empresa, bem como todo o Grupo AdP, e que incluem a operação de água, saneamento, restantes atividades e estrutura da empresa e do Grupo AdP.

Os respetivos Planos de Contingência podem ser consultados na íntegra nos endereços seguintes:

- <https://www.aguasdoalgarve.pt/noticias/plano-de-contingencia-covid-19>
- <https://www.adp.pt/pt/?id=69&idn=359>

A Administração da Águas do Algarve SA continua plenamente confiante de que o normal funcionamento da empresa, da saúde dos seus trabalhadores, a salvaguarda da informação em suporte físico e informático, bem como o respetivo acesso a essa informação, a integridade dos seus ativos, e a sua atividade operacional estão assegurados.

Faro, 5 de março de 2021.

### O Conselho de Administração

**Joaquim Carlos Correia Peres**  
(Presidente)

**Maria Isabel Fernandes da Silva Soares**  
(Vogal Executivo)

**António Paulo Jacinto Eusébio**  
(Vogal Executivo)

**Luís António Alves da Encarnação**  
(Vogal)

**Rogério Conceição Bacalhau Coelho**  
(Vogal)

O Contabilista Certificado

O Diretor Administrativo e Financeiro

**Maria Madalena Mendes**

**Nuno Miguel Cupertino Franco**

## 2. GLOSSÁRIO FINANCEIRO E TÉCNICO

**Águas de Portugal, SGPS, SA** – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

**AdA** – Águas do Algarve, S.A.

**Ambiente** – “... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”

**ACE** – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.

**Caixa e equivalentes de caixa** – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

**Cash Flow** – A diferença entre os *cash inflows* e os *cash outflows* num determinado período.

**COSO** – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.

**Dívida Líquida** – Dívida financeira de curto e longo prazo – Disponibilidades

**EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation)** – Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+provisões.

**ERSAR** – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;

**ETA** – Estação de tratamento de águas para consumo humano.

**ETAR** – Estação de tratamento de águas residuais.

**Habitante Equivalente** – representa a carga orgânica biodegradável

com uma carência bioquímica de oxigénio ao fim de 5 dias (CBO5), de 60 g de oxigénio por dia.

**HH's** – Horas Homem

**IAS/IFRS** – *International Accounting Standards*. Normas Internacionais de Contabilidade / *International Financial Reporting Standards*. Novo normativo contabilístico emanado pelo *International Accounting Standards Board*, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.

**Meio Ambiente** – “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo”

**Natureza** – “termo genérico que designa organismos e o ambiente onde eles vivem: o mundo natural”

**Outsourcing** – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.

**OT's** – Ordens de Trabalho

**PCQA** – Plano de controlo da qualidade da água

**PIB** – Produto interno bruto

**POC** – Plano Oficial de Contabilidade.

**Rating** – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspetivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O *rating* é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.





# ANEXOS DO RELATÓRIO E CONTAS

// NÃO PARAMOS //

PARA QUE A ÁGUA CHEGUE ÀS TORNEIRAS  
DE TODOS E PARA PROTEGER A SAÚDE  
PÚBLICA E O AMBIENTE



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2020

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420 e do artigo 452 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Algarve, S.A. (adiante também designada por Sociedade), apresentado pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Algarve, S.A. e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal, promovendo durante o ano de 2020, diversas reuniões por teleconferência, tendo contado sempre que necessário, com a presença dos membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2020, que obteve a aprovação da tutela a 8 de junho, através do despacho da Secretaria de Estado do Tesouro nº 273/20 - SET.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres referentes aos três primeiros trimestres de 2020, sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental, encontrando-se a aguardar pela aprovação do relatório referente ao último trimestre de 2020, para emissão do respetivo parecer. Sobre os primeiros três relatórios de execução orçamental obtivemos igualmente os memorandos do Revisor Oficial de Contas os quais levámos em consideração na análise efetuada por este Conselho Fiscal.
6. O Conselho Fiscal emitiu, a 11 de março de 2021, parecer favorável relativamente ao Relatório do Governo Societário previsto no n.º 1 do artigo 54 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, emitido pela Águas do Algarve S.A.
7. Conforme divulgado nas notas 25 e 43, das Demonstrações Financeiras, foi possível quantificar em termos de quebra dos rendimentos, devido ao impacto da Pandemia COVID-19, o valor de 1,2 milhões de euros na diminuição da venda de água. Estão divulgados no Relatório de Gestão e no anexo às Demonstrações Financeiras os respetivos riscos, plano de contingência, medidas, impactos e incertezas, sendo convicção da Administração que as atuais circunstâncias excecionais não colocam em causa a continuidade das operações.
8. Em observância do artigo 420 do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativamente às remunerações vigentes em 2020, as quais se encontram divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário.

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



9. Exceto quanto às exceções referidas a seguir referidas, a Sociedade cumpriu com as orientações legais previstas no ofício-circular n.º 174, de 12 de janeiro de 2021, da DGTF, relativo às instruções sobre o processo de prestação de contas referentes a 2020:

9.1. Investimento - A execução do investimento foi inferior em cerca 50 %, relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento. O desvio em causa decorre das políticas de confinamento decretadas no âmbito da Pandemia Covid-19, que tiveram forte impacto na paragem da atividade económica durante 2020.

9.2. Endividamento - O endividamento ascendeu a 186,2 milhões de euros, quando o objetivo era de 185,3 milhões de euros, desvio em parte justificado pelo impacto da situação pandémica na redução Rendimentos.

9.3. O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Constata-se uma deterioração deste indicador em 20 dias face a 2019, passando dos 45 para os 65 dias. Este aumento no PMP, revela um incumprimento implícito dos objetivos de prazos de pagamento a fornecedores, estabelecidos na RCM 34/2008 de 22 de fevereiro.

10. Conforme nota 44 das Demonstrações Financeiras, a Sociedade, nos termos do Contrato de Concessão em vigor, submeteu no dia 15 de fevereiro de 2021 à ERSAR, o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2020, do qual ainda aguarda revisão por parte do regulador, sendo expectativa do Conselho de Administração que o documento seja aprovado.

11. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, tendo obtido deste as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

12. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização emitido pelo Revisor Oficial de Contas, para dar cumprimento ao disposto nos números 1, 2 e 6 do artigo 24 do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria (RJSA) – Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro e no número 1 do artigo 63 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

13. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.

14. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade no desempenho das suas funções na Águas do Algarve, S.A.

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Águas do Algarve, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2020.
- b) A proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Faro, 11 de março de 2021

ANA PAULA  
FERNANDES MARTINS

Assinado de forma digital por ANA  
PAULA FERNANDES MARTINS  
Dados: 2021.03.12 09:40:04 Z

Dra. Ana Paula Martins - Presidente



Dr. João Daniel Matos - Vogal



Dra. Sandra Filipe Valério - Vogal

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Algarve, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 490.728.874 euros e um total de capital próprio de 30.190.825 euros, incluindo um resultado líquido de 739.364 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Algarve, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## Matérias relevantes de auditoria

## Síntese da abordagem de auditoria

### Mensuração dos direitos de utilização de infraestruturas e dos investimentos contratuais associados à concessão

*Divulgações relacionadas com a mensuração dos direitos de utilização de infraestruturas e do investimento contratual associado à concessão apresentado nas notas 2.3.2, 2.3.4, 2.3.5, 2.13, 4.2, 6.1, 19, 20 e 29*

O direito de utilização de infraestruturas, que em 31 de dezembro de 2020 ascende a 405.390 milhares de euros (31 de dezembro de 2019: 416.565 milhares de euros), assim como os subsídios correspondentes, no montante de 155.670 milhares de euros (31 de dezembro de 2019: 161.305 milhares de euros), são amortizados numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos, os quais são aprovados pela Entidade Reguladora (ERSAR).

As amortizações são calculadas tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados e os caudais que se estima faturar até ao final de cada concessão, os quais se encontram previstos no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) anexo ao Contrato de Concessão.

Adicionalmente, em cumprimento do estipulado no contrato de concessão e demais regras regulatórias, é anualmente registada a quota parte dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades quanto a investimentos contratuais futuros. Este acréscimo, cujo valor acumulado em 31 de dezembro de 2020, conforme referido na nota 19, ascende a 64.816 milhares de euros (31 de dezembro de 2019: 64.369 milhares de euros), é calculado com base no respetivo EVEF, documento onde consta a estimativa dos investimentos a realizar.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da materialidade dos montantes associados aos direitos de utilização de infraestruturas e aos investimentos contratuais da concessão nas demonstrações financeiras, que impactam a amortização dos direitos de

A nossa abordagem a esta matéria relevante consistiu em:

- análise da coerência dos caudais estimados e do montante do investimento contratual utilizado para o cálculo das amortizações com o montante de investimento que consta do respetivo EVEF aprovado;
- comparação dos caudais reais utilizados no cálculo das amortizações com a informação produzida pela área comercial da Entidade;
- reexecução matemática das amortizações dos direitos de utilização e dos respetivos subsídios de acordo com os critérios estabelecidos;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação que existiu até à data entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita ao nível de atividade e investimento a realizar ao abrigo do Contrato de Concessão.

Procedemos, igualmente, à revisão das divulgações relacionadas com estes investimentos, tendo por base o disposto no normativo contabilístico aplicável.

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
utilização de infraestruturas – IFRIC 12, a reciclagem dos respetivos subsídios e o acréscimo de gastos de investimento contratual.	

## **Reconhecimento e mensuração dos Desvios de Recuperação de Gastos**

*Divulgações relacionadas com o reconhecimento e mensuração dos Desvios de Recuperação de Gastos apresentadas nas notas 2.3.6, 4.6, 21, 25 e 42*

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas, tendo em consideração, os gastos permitidos em cenário de eficiência com base nos indicadores aprovados previamente pela Entidade Reguladora (ERSAR). O montante reconhecido na Demonstração dos resultados na rubrica de “Desvio de recuperação de gastos” apresenta a 31 de dezembro de 2020 um superavit de 6.479 milhares de euros (31 de dezembro de 2019: superavit de 5.366 milhares de euros).

A estimativa dos DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, devendo a Entidade nos termos do Contrato de Concessão, enviar à ERSAR o cálculo dos DRG para que esta o aprove.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente à apreciação da estimativa do DRG, assim como ao nível da incerteza associado à respetiva aprovação.

Os procedimentos de auditoria realizados incluíram:

- análise da fundamentação das métricas calculadas pela Entidade e avaliação do cumprimento das mesmas;
- reexecução matemática da Remuneração Garantida e do correspondente DRG de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Concessão;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação relevante que existiu até à data do nosso relatório entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita aos gastos permitidos em cenário de eficiência e a apreciação do DRG da atividade por parte da ERSAR.

Procedemos, igualmente, à revisão das divulgações relacionadas com estes desvios, tendo por base o disposto no normativo contabilístico aplicável.

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## Matérias relevantes de auditoria

## Síntese da abordagem de auditoria

### Recuperabilidade dos saldos a receber de Municípios e entidades municipais

*Divulgações relacionadas com a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios e entidades municipais apresentadas nas notas 2.7.1, 9 e 11*

Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade apresenta registado no Ativo, corrente e não corrente, saldos a receber de Municípios e entidades municipais que ascendem a 37.467 milhares de euros.

Tal como evidenciado nas notas 9 e 11, os referidos saldos apresentam uma elevada antiguidade, o que indicia a existência de dificuldades financeiras por parte dos Municípios e/ou a existência de divergências quanto a faturação emitida. Adicionalmente, são registados acréscimos de rendimentos relativos aos juros de mora, os quais são determinados de acordo com a legislação aplicável.

Genericamente a Entidade não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência é remoto.

Na avaliação efetuada quanto à necessidade de registo de perdas por imparidade, o Conselho de Administração adota medidas possíveis tendentes a assegurar a recuperabilidade dos saldos, entre as quais, a ativação do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), a realização de acordos de regularização de dívida e a interposição de injunções/ações judiciais. São também consideradas situações particulares de incumprimento e de prescrições do direito a cobrar.

Considerando a relevância do saldo no total do ativo da Entidade, a não recuperação do montante em dívida poderá colocar em causa o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e consequentemente o cumprimento das responsabilidades contratuais. Por este motivo, consideramos esta uma matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- executar procedimentos de revisão analítica para as principais componentes das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao exercício anterior e face às expetativas e à atividade contratada/orçamentada;
- confirmação externa de uma amostra de saldos com os Municípios e entidades municipais e análise da respetiva reconciliação, quando aplicável;
- obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos judiciais em curso a cargo dos advogados externos;
- teste à antiguidade de saldos, com foco nos prazos previstos de prescrição do direito de cobrança, comparando-a com as respostas obtidas dos advogados;
- leitura dos acordos de regularização de dívida celebrados com os Municípios e análise ao seu cumprimento;
- reexecução do cálculo de juros de mora, face aos pressupostos constantes dos contratos de regularização de dívida e à legislação vigente, considerando a antiguidade dos saldos.

Analizamos, ainda, as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, assim como a correta apresentação em Ativo corrente e não corrente.



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão e do relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 11 de março de 2021.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- e) Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

11 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

